



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

ROGER HENRIQUE BARTLO

**PADRÕES DA SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL EM
LONDRINA – PR:
1930 - 2010**

Londrina
2015

ROGER HENRIQUE BARTLO

**PADRÕES DA SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL EM
LONDRINA – PR:
1930 - 2010**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Tânia Maria Fresca.

Londrina
2015

**Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da
Universidade Estadual de Londrina**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

B291p Bartlo, Roger Henrique.
Padrões da segregação residencial em Londrina – PR: 1930-2010 / Roger Henrique
Bartlo. – Londrina, 2015.
189 f.: il.

Orientador: Tânia Maria Fresca.
Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina,
Centro de Ciências Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2015.
Inclui bibliografia.

1. Geografia urbana – Teses. 2. Desenvolvimento imobiliário – Londrina (PR) –
Teses. 3. Condomínio (Habitação) – Londrina (PR) – Teses. 4. Habitação –
Segregação – Teses. I. Fresca, Tânia Maria. II. Universidade Estadual de Londrina.
Centro de Ciências Exatas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU 911.3::711

ROGER HENRIQUE BARTLO

**PADRÕES DA SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL EM LONDRINA – PR:
1930 - 2010**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Tânia Maria Fresca
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr.^a Marcia Siqueira de Carvalho
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Lisandro Pezzi Schmidt
Universidade Estadual do Centro – Oeste -
UNICENTRO

Londrina, 30 de Abril de 2015.

Para vocês Pai e Mãe.
Por lutarem por mim, meu irmão e nossa família.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pois me guiou e me deu força nos momentos mais difíceis não deixando que eu desistisse dos meus sonhos.

A minha orientadora professora Tânia, pelos ensinamentos, broncas, conselhos, opiniões e incentivos que muito me fizeram crescer como homem, aluno e professor. Sei que sou e, sempre serei, um privilegiado por ter podido conviver com os ensinamentos de uma grande amiga, mulher e profissional.

A minha namorada Bárbara e sua família, pela compreensão nos momentos ausentes, pelo apoio nos momentos difíceis e acima de tudo por estarem ao meu lado desde o começo. Obrigado meu amor por entender meus medos, receios, estresses e não ter deixado eu desanimar durante esta caminhada. Sempre serei grato a você, por ter me ensinado o que é amar, e o significado de lutar por algo e por alguém.

A minha família, em especial meus pais Paulo e Cristina, pois foi somente por eles e para eles que caminhei nessa jornada. Ao meu irmão Robert, a quem eu devo muito, por me ajudar diversas vezes nesse trabalho, mas principalmente por ser meu amigo, companheiro e mostrar o sentido da palavra “irmão”. A minha prima Genifer e minha avó Dona Maria que me criaram e que sempre serão minhas outras mães.

Aos meus amigos, em especial a Nathalia Santos e sua família que sempre me apoiaram e muito me ensinaram sobre a importância da educação. Ao Evandro, amigo e irmão que sei que posso contar a todo momento. Murilo e Érico e Simoni e Lilian que foram minha sustentação durante a graduação e que são amizades que levarei por toda a vida. A Nadine por me entender como poucos nesse mundo e sempre me fortalecer com seu sorriso. Ao Rafael (Jaka), meu amigo que tanto me ajudou no começo da minha vida como docente e tantos outros amigos que me deram força e torceram por mim.

Aos meus professores da graduação, em especial a professora e amiga Rosely Lima, pessoa incrível que serei sempre grato e admirador. Muito obrigado por acreditar em mim e por me mostrar o sentido da educação, o significado de ser professor, a importância da ética e acima de tudo, pelo amor à docência.

Ao Caio que me ajudou com a elaboração dos mapas, Isadora que me auxiliou com o *abstract* e a Camila que me ajudou com as normas muito obrigado.

E aos demais que se envolveram diretamente e indiretamente nesse trabalho, meu muito obrigado.

BARTLO, Roger Henrique. **Padrões da segregação residencial em Londrina – PR: 1930 - 2010**. 2015. 189 f. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo discutir a segregação residencial em Londrina – PR em três períodos da sua história: de sua gênese na década de 1930 a década de 1950, período pelo qual a cidade passou por diversas modificações espaciais; décadas de 1970 e 1980, período no qual o Estado teve papel importante na produção das áreas residenciais de Londrina; e o primeiro decênio do século XXI. Metodologicamente o trabalho apoiou-se em pesquisa bibliográfica no intuito de compreender a dinâmica espacial da segregação residencial em Londrina, especialmente nos dois primeiros períodos, bem como levantamento de dados sobre os preços dos terrenos comercializados nos primeiros anos da cidade. Em relação ao terceiro período, o trabalho baseou-se na caracterização e identificação das áreas residenciais, utilizando-se dados do Censo Demográfico de 2010, através de critérios e variáveis distribuídos nos 671 setores censitários. A partir de tal procedimento, foi possível mapear as características da população, dos domicílios e entorno. Esses elementos possibilitaram uma interpretação da realidade residencial da cidade na primeira década do século XXI. Por fim, uma pesquisa de campo foi realizada como auxílio para a caracterização da segregação em Londrina no período proposto.

Palavras-chave: Segregação residencial. Processos. Agentes. Londrina – PR.

BARTLO, Roger Henrique. **Three moments of the residential segregation process in Londrina – PR: 1930 - 2010.** 2015. 189 p. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

ABSTRACT

This paper aims to discuss the residential segregation process in Londrina – PR in three periods in their history: from the 1930s to the 1950s; between the years 1970 and 1980 and the present. Therefore, methodologically, the work rested on the division of time of the first two periods, in order to understand the spatial dynamics of the process in Londrina over the time. It was also analyzed the various actions of social agents that produced distinct residential arrangements in Londrina. For the third period, the analytical approach was based on the characterization and identification of residential areas, especially the worst and most segregated households in Londrina. To achieve these goals, it was used the 2010 Census Database that subdivided Londrina into census tracts. Once the basis of information was stipulated, it was possible to map the characteristics of the population, of the households and its surroundings. These juxtaposed elements made it possible to discuss the current situation of residential segregation, besides enabling the identification of the worst residential areas of the city. Finally, a field survey was conducted as an aid to the characterization of the most segregated areas of Londrina.

Key-words: Residential segregation. Social agents. Households. Londrina – PR.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Localização das terras adquiridas pela CTNP no norte do Paraná	30
Figura 2 – Planta urbana de Londrina em 1932	38
Figura 3 – Planta urbana de Londrina em 1941	39
Figura 4 – Rua Heimtal na década de 1930	43
Figura 5 – Localização das quadras comercializadas pela CTNP em 1935	44
Figura 6 – Vista de Londrina década de 1930	47
Figura 7 – Ocupações irregulares em Londrina na década de 1950	65
Figura 8 – Área central de Londrina na década de 1950	66
Figura 9 – Expansão urbana de Londrina até a década de 1990	74
Figura 10 – Localização dos conjuntos habitacionais construídos em Londrina até 1989	87
Figura 11 – Vista parcial dos conjuntos habitacionais construídos na Zona Norte de Londrina na década de 1970	88
Figura 12 – Loteamentos implantados em Londrina até 2004	97
Figura 13 – Localização de áreas de concentração de ocupações irregulares em Londrina em 1989	102

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Preço dos lotes urbanos de Londrina comercializados pelas CTNP em 1935	44
Quadro 2 – Loteamentos aprovados em Londrina década de 1930	52
Quadro 3 – Ocupações irregulares em Londrina década de 1950	63
Quadro 4 – Ocupações irregulares em Londrina no período 1970 - 1989	101
Quadro 5 – Renda per capita por cor declarada	138
Quadro 6 – Bairros com maiores rendimentos por morador na cidade de Londrina – PR, 2010	140
Quadro 7 – Bairros com menor rendimento por morador na cidade de Londrina – PR, 2010	141

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População urbano-rural de Londrina 1935 – 1938	48
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Número de loteamentos aprovados no período de 1970 - 198994

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Quantidade de pessoas residentes em domicílios particulares e domicílios coletivos	117
Mapa 2 – Quantidade de domicílios particulares permanentes com 4 moradores	120
Mapa 3 – Quantidade de domicílios particulares permanentes com 6 moradores	122
Mapa 4 – Quantidade de domicílios particulares permanentes com 7 moradores	123
Mapa 5 – Quantidade de domicílios particulares permanentes com 10 ou mais moradores	124
Mapa 6 – Quantidade de pessoas residentes e cor ou raça – branca	126
Mapa 7 – Quantidade de pessoas residentes e cor ou raça – preta	127
Mapa 8 – Quantidade de pessoas residentes e cor ou raça – parda	129
Mapa 9 – Quantidade de pessoas residentes e cor ou raça – amarela	130
Mapa 10 – Quantidade de pessoas residentes e cor ou raça – indígena	132
Mapa 11 – Quantidade de pessoas responsáveis, do sexo masculino	134
Mapa 12 – Quantidade de pessoas responsáveis, do sexo feminino	135
Mapa 13 – Quantidade de pessoas responsáveis alfabetizadas	137
Mapa 14 – Cidade de Londrina – 2008	139
Mapa 15 – Total do rendimento nominal mensal dos domicílios particulares permanentes	142
Mapa 16 – Quantidade de domicílios particulares permanentes com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário via rede geral de esgoto ou pluvial	147
Mapa 17 – Quantidade de domicílios particulares permanentes com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário via rede geral de fossa séptica	149
Mapa 18 – Quantidade de domicílios particulares permanentes com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário via fossa rudimentar	150

Mapa 19 – Quantidade de domicílios particulares permanentes com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário via vala	151
Mapa 20 – Quantidade de domicílios particulares permanentes sem banheiro de uso exclusivo dos moradores e nem sanitário	154
Mapa 21 – Quantidade de domicílios permanentes próprios – existe esgoto a céu aberto	155
Mapa 22 – Quantidade de domicílios permanentes próprios – não existe esgoto a céu aberto	156
Mapa 23 – Quantidade de domicílios permanentes alugados – existe esgoto a céu aberto	158
Mapa 24 – Quantidade de domicílios permanentes alugados – não existe esgoto a céu aberto	159
Mapa 25 – Quantidade de domicílios permanentes cedidos – existe esgoto a céu aberto	160
Mapa 26 – Quantidade de domicílios permanentes cedidos – não existe esgoto a céu aberto	161
Mapa 27 – Total de domicílios particulares improvisados	164
Mapa 28 – Quantidade de domicílios particulares permanentes com moradia semiadequada – existe arborização	166
Mapa 29 – Quantidade de domicílios permanentes com moradia semiadequada - não existe arborização	168
Mapa 30 – Quantidade de domicílios permanentes com moradia inadequada - existe arborização	170
Mapa 31 – Quantidade de domicílio particulares permanentes com moradia inadequada- não existe arborização	171

LISTA DE FOTOS

- Foto 1** – Vista parcial de condomínios fechados horizontais e edifícios verticais ao fundo, localizados na porção sudoeste da cidade de Londrina – PR, 2014144
- Foto 2** – Vista parcial de domicílios sem esgotamento sanitário via rede geral ou pluvial no fundo do vale Jardim Turquino, localizado na porção oeste de Londrina, 2014148
- Foto 3** – Vista parcial de residência com esgoto a céu aberto, localizada na porção extremo sudeste de Londrina, Jardim Nova Esperança153
- Foto 4** – Vista parcial de domicílios improvisados, localizados na Rua Ana Caputo Piacentini, Conjunto Habitacional Aquiles Stenghel na porção norte da cidade165
- Foto 5** – Vista parcial de domicílios semiadequados, localizados no Jardim Interlagos, porção leste da cidade de Londrina – PR, 2014167
- Foto 6** – Vista parcial de domicílio inadequado, localizado no Jardim União da Vitória, extremo sudeste da cidade de Londrina – PR, 2014172
- Foto 7** – Vista parcial do assentamento Bom Jesus Aparecida, localizado na porção norte da cidade de Londrina – PR, 2014175
- Foto 8** – Vista parcial de domicílios localizados na Rua Rosa Branca, Jardim Rosa Branca I, cidade de Londrina – PR, 2014176
- Foto 9** – Vista parcial de uma encosta com domicílios no Jardim União da Vitória, Londrina – PR, 2014177

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNH	Banco Nacional de Habitação
CELEPAR	Centro Eletrônico de Processamento de Dados
CODEPAR	Companhia de Desenvolvimento do Paraná
COHABAN	Cooperativa Habitacional Bandeirantes
COHAB-LD	Companhia de Habitação de Londrina
COHABs	Companhias de Habitação
COHAPAR	Companhia de Habitação do Paraná
CTNP	Companhia de Terras Norte do Paraná
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FUNDEPAR	Fundação Educacional do Paraná
GERCA	Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INOCOOP	Instituto de Orientação às Cooperativas
IPE	Instituto de Previdência do Estado do Paraná
IPPUL	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina
PNH	Plano Nacional de Habitação
SAL	Sociedade Amigos de Londrina
SANEPAR	Companhia de Saneamento do Paraná
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
SFHU	Serviço Federal de Habitação e Urbanismo
TELEPAR	Companhia de Telecomunicações do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 DA GÊNESE DA CIDADE DE LONDRINA AOS ANOS DE 1950: A SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL E AÇÃO DA COMPANHIA LOTEADORA, DOS LOTEADORES E PODE PÚBLICO LOCAL	29
1.1 OS ANTECEDENTES A GÊNESE DE LONDRINA	29
1.2 A CRIAÇÃO DA CIDADE DE LONDRINA: DO ACAMPAMENTO À PLANTA URBANA	32
1.3 A SEGREGAÇÃO IMPOSTA PELA CTNP	40
1.4 DA EMANCIPAÇÃO MUNICIPAL À DÉCADA DE 1940: A SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL E A AÇÃO DE OUTROS AGENTES EM LONDRINA	48
1.5 “ OS ANOS DOURADOS”: POLÍTICAS URBANAS E OCUPAÇÕES IRREGULARES EM LONDRINA	56
2 O PROCESSO DE SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL EM LONDRINA: 1970 À 1980	70
2.1 A CONJUNTURA ECONÔMICA E POLÍTICA DO PARANÁ NAS DÉCADAS DE 1970 - 1980	70
2.2 O ESTADO E OS CONJUNTOS HABITACIONAIS	75
2.3 OS LOTEAMENTOS E OS CONJUNTOS HABITACIONAIS	88
2.4 AS OCUPAÇÕES IRREGULARES	97
3 A SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI	106
3.1 CRITÉRIOS E VARIÁVEIS DOS SETORES CENSITÁRIOS	106
3.2 MAPEAMENTOS E ANÁLISE DOS DADOS DE LONDRINA	116
3.3 UM ENFOQUE PARA AS ÁREAS DE PIORES CONDIÇÕES HABITACIONAIS	162
CONSIDERAÇÕES FINAIS	181
REFERÊNCIAS	185

INTRODUÇÃO

Tendo como foco analítico a segregação residencial, o objetivo deste trabalho é discutir tal temática na cidade de Londrina – PR em três períodos distintos da sua história: da década de 1930 à década de 1950, as décadas de 1970 e 1980 e o primeiro decênio do século XXI. Nos dois primeiros períodos, metodologicamente utilizou-se pesquisa bibliográfica para o estudo, enquanto o terceiro período baseou-se em uma interpretação dos dados estatísticos do Censo Demográfico de 2010 para os domicílios urbanos de Londrina.

Como objetivos específicos, buscou-se nos períodos analisados: identificar, caracterizar e localizar as principais áreas residenciais criadas em Londrina, discutir o papel do Estado e os impactos das suas ações em relação a segregação residencial, analisar a ação dos principais agentes produtores da cidade e a sua importância no contexto da segregação residencial, caracterizar a população residente, as faixas de renda, as condições da habitação, as condições do entorno das mesmas, dentre outras características dos domicílios urbanos da cidade de Londrina para o ano de 2010.

A periodização estabelecida teve como justificativa o fato do primeiro período ser marcado pela fundação da cidade em 1929, emancipada politicamente em 1934, ter tido uma rápida expansão urbana superando a planta original antes do término da década de 1940, do surgimento de diferentes agentes produtores da cidade e áreas residenciais, ter tornado um importante centro econômico no âmbito regional e até mesmo nacional, caracterizar-se por ter sido a “capital mundial do café”, sendo o principal centro de controle sobre sua exportação e rendas geradas, ter passado por um rápido processo de modernização mediante dotação de infraestrutura, equipamentos coletivos, bem como início do processo de verticalização.

Essa conjuntura justifica a importância desse período para a compreensão de segregação residencial, haja vista a diversidade de acontecimentos que modificaram a estrutura original da cidade.

O segundo período justifica-se pelas profundas transformações econômicas e sociais que promoveram alterações na cidade e, por conseguinte na segregação residencial. Neste período foram criados, por intermédio da ação de

poder público local, muitos conjuntos habitacionais com elevado número de habitações, distantes da então malha urbana, conformando periferias com relativa homogeneidade social; somado a estes, foram implantados diversos loteamentos na cidade que expandiram ainda mais a periferia de Londrina, bem como a continuidade da formação de ocupações irregulares, que tiveram sua origem nos anos 1950.

O último período tem como finalidade apontar a segregação residencial em Londrina no primeiro decênio do século XXI. A escolha desse período justifica-se pelo objetivo de analisar as mudanças espaciais ocorridas na organização residencial da cidade nas últimas décadas, além da possibilidade de identificar as características da população urbana da cidade por meio das informações do Censo Demográfico de 2010.

Contudo, ao se propor uma interpretação teórica sobre a segregação residencial, o pesquisador vai deparar-se com uma diversidade de conceitos e uma vasta literatura de diferentes áreas do conhecimento como a Geografia, Sociologia, Arquitetura, dentre outras, que estudaram com finalidades distintas, a ocorrência desse processo.

Dentre as diversas contribuições encontradas, é importante advertir que, no que se refere aos estudos no âmbito geográfico há um consenso entre os pesquisadores, de que a residência é a expressão mais concreta dessa segregação, pois demonstra a divisão social do espaço.

Nesse sentido, Sabatini; Sierralta (2006) apontam aos pesquisadores da segregação residencial, que devem atentar-se para o fato de que há distinção entre a segregação geográfica, que é entendida como a distribuição espacial dos grupos sociais no interior da cidade, e segregação sociológica, que é compreendida como a ausência de interações entre os grupos sociais em uma determinada localidade. Dessa forma, entende-se que a segregação residencial de caráter geográfico é uma expressão espacial de um fenômeno social, diferentemente da sociológica que é um fenômeno estritamente social, não apresentando uma materialização espacial.

Conforme aponta Harvey (1980), a diferenciação residencial entre os indivíduos na cidade capitalista deve ser interpretada como resultante da reprodução

das relações sociais da mesma. Nesta, indivíduos semelhantes quanto às variáveis como renda e o padrão cultural tendem a residir juntos, o que resulta em áreas residenciais homogêneas internamente e heterogêneas entre si.

Contudo, a segregação residencial não é uma exclusividade da sociedade capitalista. De acordo com Corrêa (2003) a segregação residencial deve ser compreendida como um produto da existência de classes sociais, tendo sua espacialização na cidade. Dessa forma, o autor entende que a segregação residencial é um processo espacial de natureza social, cunhado no bojo da própria sociedade e acrescenta ainda, que a origem deste processo foi simultânea ao aparecimento da cidade na história da humanidade.

Como aponta Munford (1998, p.37), a transição da aldeia para cidade significou a passagem da vida humana para o ambiente citadino, cuja evolução promoveu na cidade “[...] uma transformação geral, uma nova configuração, que altera suas propriedades”. Essa modificação foi acompanhada pelo desenvolvimento de uma composição humana mais complexa que resultou em outra ordem urbana onde:

O chefe local passou a ser o rei dominante, tornando-se ao mesmo tempo o principal guardião sacerdotal do santuário, agora dotado de atributos divinos ou quase divinos. Os vizinhos de aldeia passavam agora a se manter à distância: não sendo mais familiares e iguais, viram-se reduzidos a súditos, cujas vidas eram supervisionadas e dirigidas por funcionários militares e civis, governadores, vizires, coletores de impostos, soldados, diretamente responsáveis perante o rei. (MUNFORD, 1998, p.38).

Nesse sentido, compreende-se que a transição da vida na aldeia para a cidade, tornou a divisão social do trabalho mais complexa. Sendo a cidade uma unidade superior, essa transformação urbana trouxe modificações espaciais, onde a partir daquele momento iniciou-se um distanciamento entre os grupos sociais. Antes vizinhos na aldeia, na cidade essa composição humana mais complexa se distanciava, demonstrando a origem de uma segregação residencial.

Neste contexto, Singer (1985) aborda que no processo de constituição da cidade, a mesma torna-se o local de moradia de uma emergente classe dominante, que tinha se libertado das obrigações produtivas diretas do

campo. A partir de então, inicia-se uma fragmentação social correlatamente à divisão do trabalho entre campo e a cidade. Esta fragmentação social no interior da cidade promove uma diferenciação espacial que segue a distinção social entre as classes sociais,

A origem da cidade se confunde, portanto, com a origem da sociedade de classes, a qual, no entanto, a precede historicamente. [...]. Esta diferenciação não se completa, enquanto guerreiros e sacerdotes ainda permanecerem no meio rural, fazendo cultivar seus campos por servos e escravos. Somente quando a residência dos guerreiros se transformar em forte e a dos sacerdotes em templo, agrupando-se ao seu redor as casas dos seus servos especializados, isto é, que igualmente deixaram de ser produtores diretos, só então a estrutura de classes se consolida e o princípio de diferenciação entre o campo e a cidade se estabelece. (SINGER, 1985, p.13).

Fica explícito, segundo Singer, já haver uma distinção social anterior ao surgimento da cidade, sendo a diferenciação residencial a configuração espacial das relações sociais. Além disso, a complexidade da divisão social do trabalho e o surgimento da cidade foram acompanhados de uma “[...] outra espécie de divisão: a divisão entre os ricos e os pobres, que nasce com outra grande inovação da vida urbana que foi instituição da propriedade”. (MUMFORD, 1998, p.128).

Assim, entende-se que a segregação residencial é um processo inerente a criação da cidade, sendo presente em todos os modos de produção. Contudo, é no capitalismo que esse processo se torna mais complexo, haja vista a transformação da residência em uma mercadoria, com valor de uso e troca.

Conforme aponta Singer (1979) na sociedade capitalista a residência deve ser entendida como uma mercadoria especial, pois além de seu valor de uso, permite a quem possuir, auferir renda. Entretanto, o seu valor de troca está sujeito aos mecanismos do mercado, assim, o capital imobiliário deve ser entendido como uma condição à realização de uma atividade produtiva e não constitui-se como um meio de produção,

O 'capital imobiliário' é, portanto, um falso capital. Ele é, sem dúvida, um valor que se valoriza, mas a origem de sua valorização não é a produtiva, mas a monopolização do acesso a uma condição indispensável àquela atividade. Este caráter de propriedade imobiliária na economia não aparece de imediato, porque ela raramente se apresenta em sua forma 'pura', ou seja, como propriedade de uma extensão de solo urbano intocada pela mão humana. Quase sempre a propriedade imobiliária urbana é dotada de certas benfeitorias – ela é desmatada, arruada, cercada e não poucas vezes construídas –, o que dá a impressão que o seu 'valor' resulta das inversões feitas nestas benfeitorias. Mas na realidade, a influência de tais inversões sobre o 'valor' do imóvel muitas vezes é negligenciável. Para perceber isso, basta lembrar imóveis com as mesmas benfeitorias podem ter preços completamente diferentes, conforme sua localização. (SINGER, 1979, p.22).

Assim, compreende-se não serem somente as benfeitorias urbanas as responsáveis pelas diferenças de valores dos imóveis residenciais na cidade, mas também sua localização. Consequentemente a renda imobiliária seguirá a mesma lógica. Dessa forma, as diferenças de valores, induzem a uma tendência de aglomeração de classes sociais com os mesmos padrões de renda numa determinada área residencial.

Conforme Castells (1983, p.203), entende-se “[...] por segregação urbana a tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e de forte disparidade social entre elas”. Esta realidade social promove uma organização espacial caracterizada pela tendência de uma estratificação urbana das residências, que corresponde à estratificação social (que deve ser entendida como as disparidades de distribuição dos produtos existentes na sociedade) de uma determinada cidade. Essa estratificação urbana resulta em uma hierarquia urbana, no qual a localização das residenciais é determinada pela estrutura social do espaço,

Equivale dizer que a estratificação e a segregação urbana não são a projeção direta sobre o espaço do sistema de estratificação social, mas um efeito da distribuição do produto entre os sujeitos, e do produto - moradia no espaço, bem como da correspondência entre esses dois sistemas de distribuição. Esta abordagem exige que se deduza a composição do espaço social a partir do estudo do seu *processo de produção*, tanto a nível das formas urbanas, quanto a distribuição dos indivíduos entre elas. (CASTELLS, 1983, p.213).

Para o autor, o distanciamento espacial das zonas residenciais é a expressão da distância social produzida pelo entrelaçamento histórico de várias estruturas sociais existentes na sociedade. Além disso, aponta existir outros fatores condicionantes além do social que aumentam o processo de segregação urbana: o fator econômico e o ideológico. Assim, esses fatores juntos produzem um espaço residencial estratificado e hierárquico.

Neste contexto, a segregação deve ser entendida pela distância social entre os grupos sociais que têm uma forte expressão espacial, sendo consequência da reprodução da força de trabalho. Essa distribuição dos locais das residências segue as leis gerais da distribuição dos produtos, por conseguinte isto promove um reagrupamento entre os indivíduos e os grupos em função da capacidade social destes. Contudo, as contradições da sociedade e as leis gerais são apenas tendências, que por si só não explicam toda a complexidade da composição do espaço residencial. (CASTELLS, 1983).

Sendo assim, quando Castells (1983) aponta essa segregação urbana a partir de tendências na formação de “zonas de homogeneidade interna”, compreende-se que esse processo é resultante das contradições existentes na sociedade. Destaque-se a observação realizada por Villaça (2001, p.148), de que “[...] a segregação deriva de uma luta ou disputa por localizações; está se dá, no entanto, entre grupos sociais ou entre classes”.

Para Villaça (2001) a segregação deve ser entendida como um processo, tendência, sendo fundamental para a compreensão da estrutura espacial da cidade. Neste caso, compreende-se que a apropriação diferenciada da cidade é produto da divisão social do trabalho e o processo de segregação residencial sua expressão espacial.

Contudo, os primeiros estudiosos que discutiram a organização espacial das residenciais, tendo como base analítica a segregação residencial dos indivíduos no interior das cidades, foram os estudiosos da Escola Ecologia Humana de Chicago¹.

¹ A Escola Sociológica de Chicago, ou Escola de Chicago, surgiu nos Estados Unidos na década de 1910, por iniciativa de sociólogos americanos que integravam o corpo docente do Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago, fundado pelo historiador e sociólogo *Albion W. Small*.

As análises dessa escola procediam de uma visão biológica sobre o desenvolvimento das estruturas urbanas de uma cidade, entendendo que a mesma era como uma comunidade viva, na qual a luta pela sobrevivência geraria uma competição entre os indivíduos. Além disso, ao mesmo tempo emergia dessa realidade grupos sociais naturais que habitavam diferentes áreas naturais no interior da cidade,

Para estes especialistas a cidade funcionava como um organismo vivo, na qual havia uma história de vida e aquele que melhor se adaptasse ao estilo de vida urbano conseguiria habitar as melhores áreas deste espaço. Embora tratassem de classes sociais, os teóricos insistiam em usar o termo 'pessoa' ou, ainda, 'indivíduo', para distinguir as ações desprendidas por estes no espaço, apesar de trabalharem com o termo segregação. (NEGRÍ, 2008, p.132).

Os estudiosos dessa escola associaram segregação residencial à etnia, desconsiderando as classes sociais de suas preposições teóricas. Consideravam que a segregação residencial era resultante de uma competição natural entre os indivíduos que habitam à cidade e entendiam que esse processo ocorria de forma voluntária ou involuntária. Na segregação residencial voluntária os indivíduos procurariam habitar em determinadas locais da cidade por sua própria iniciativa buscando estar próximos a indivíduos semelhantes, enquanto na involuntária, forças externas obrigavam os indivíduos a habitar ou deslocar-se de determinada área da cidade, promovendo assim uma diferenciação residencial entre as áreas naturais. (CORRÊA, 2013).

As áreas naturais resultantes dessa competição são a expressão espacial das diferenças sociais, da qual, ambas são vistas como impossíveis de serem abolidas, por resultarem da própria natureza humana. Dessa forma, seguindo a evolução da sociedade, as áreas naturais foram uma importante base teórica para os membros da Escola de Chicago, os primeiros que pensaram na segregação residencial como uma projeção espacial da sociedade. (CORRÊA, 2013).

Os estudos dessa escola promoveram diversos padrões/modelos, entendidos como construções teóricas da segregação residencial no espaço da

cidade. Destaque para o modelo concêntrico de Burgess (1925) que contrariava as ideias do padrão Centro (ricos) x Periferia (pobres) realizado por Kohl (1841) no século XIX para as cidades europeias pré-capitalistas. Segundo o modelo de Burgess a área central encontrava-se em obsolescência devido a sua desvalorização tornando-se o local de moradia dos pobres, enquanto os ricos residiam nas áreas periféricas buscando afastar-se da área central. (CORRÊA, 2013).

Outro modelo/padrão importante elaborado pela escola de Chicago foram os setores de Hoyt (1939) que acreditavam não haver uma segregação em forma de círculos concêntricos, mas um deslocamento radial das áreas residências pela cidade. Contudo, essa racionalidade na organização espacial teve como base analítica a cidade de Chicago. Assim, é necessário ter cuidado na utilização desses padrões em cidades que apresentam particularidades diferentes de Chicago. Porém, esse modelo foi utilizado por Villaça (2001) ao analisar a segregação residencial em algumas metrópoles brasileiras.

Retomando as análises de Villaça (2001), que aponta não existir predominância ou exclusividade das camadas sociais de alta renda em uma determinada região da cidade, mas sim, tendências a esse processo. Em contrapartida, no que concerne à população de baixa renda, a mesma pode se instalar em determinadas áreas promovendo uma homogeneização de determinados lugares, principalmente nas áreas periféricas.

Dessa forma, as classes mais pobres, sem muitos recursos, vão involuntariamente ocupando as áreas menos valorizadas da cidade, haja vista que essa parcela da população se vê obrigada a buscar áreas mais acessíveis em relação ao seu poder aquisitivo. Na contrapartida, as classes mais ricas, disponibilizando de maiores recursos, podem escolher áreas melhor equipadas por serviços públicos e privados e distantes das classes trabalhadoras, promovendo uma segregação urbana entre as mesmas. (VILLAÇA, 2001).

Neste sentido, a cidade é produzida e consumida por um processo dialético, de disputa pela apropriação da mesma. Além disso, a segregação residencial é a demonstração do controle da classe dominante em detrimento das mais pobres. Assim, “[...] a segregação é um processo necessário à dominação

social, econômica, política por meio do espaço” (VILLAÇA, 2001, p.150), que promove um acesso diferenciado das classes sociais em relação ao uso do solo.

É importante ressaltar que Villaça (2001) teve como base de análise as principais metrópoles brasileiras no final do século XX, sendo essa realidade uma constatação para a escala analítica do autor. Contudo, não se pode afirmar que essa realidade ocorre em todas as cidades do Brasil e do mundo, e sim como o próprio autor enfatiza, essas são tendências desse processo no espaço intraurbano.

Segundo Lefebvre (1999) a segregação urbana está intimamente interligada ao domínio específico de uma determinada classe perante as outras na produção da cidade. Sendo que, para o autor a cidade capitalista torna-se uma mercadoria resultante das contradições das relações sociais existentes no capitalismo e, ainda, verifica o determinante papel do Estado nesse processo segregacionista, pois segundo ele, a cidade é produzida de maneira a priorizar as classes mais ricas, separando-as fisicamente e socialmente das classes sociais com menor poder aquisitivo.

Esta realidade pode ser motivada por interesses estratégicos pré-estabelecidos que incentivem a transformação de determinadas áreas da cidade. Essa atividade está intimamente relacionada com o interesse de classes, materializando uma separação espacial das diferentes classes sociais no interior da cidade, onde em um processo dialético, a cidade se confunde entre o seu valor de uso e o seu valor de troca. (LEFEBVRE, 1999).

Sobre o papel do Estado na produção do processo de segregação residencial, Lojkin (1981) observa que, as classes dominantes em busca de aumentarem a acumulação de capital articulam-se ao Estado, disseminando zonas geograficamente distintas e cada vez mais especializadas. A partir disso, as políticas públicas acabam priorizando as classes mais ricas em detrimento das classes mais populares que vão ocupando áreas residenciais longínquas e sem equipamentos urbanos.

A partir de então, segundo o autor no interior das cidades algumas áreas se tornam desvalorizadas, em contrapartida, o próprio Estado planeja a cidade privilegiando as áreas destinadas às classes dominantes produzindo com isso uma segregação residencial determinada pelo preço do solo. Tal contexto cria um

processo de valorização da renda fundiária que exclui a grande maioria da população ao acesso as áreas mais valorizadas, expulsando-os para as periferias desvalorizadas e sem infraestrutura. (LOJKINE, 1997).

Dessa forma, o Estado “[...] é o agente principal da distribuição social espacial dos equipamentos urbanos para as diferentes classes e frações de classes” (LOJKINE, 1997, p.28). O que alude numa preferência de atuação do Estado em relação às classes sociais, favorecendo as classes dominantes e desfavorecendo as mais necessitadas.

Vale ressaltar que tanto Lefebvre (1999) quanto Lojkine (1997), não utilizaram conceitualmente a palavra segregação residencial, contudo, ambos autores apontaram as diferenças residenciais como elementos da segregação urbana analisada por ambos.

Dessa forma, o processo de segregação residencial deve ser entendido como a expressão da divisão social do trabalho que promove a criação de áreas residenciais geograficamente e socialmente distintas. Há que se considerar ainda as análises de Corrêa (2003) que resumidamente afirma que,

[...] a segregação residencial pode ser vista como um meio de reprodução social, e neste sentido o espaço social age como elemento condicionador sobre a sociedade. [...] Assim, a segregação residencial significa não apenas um meio de privilégios para a classe dominante, mas também um meio de controle e de reprodução social para o futuro. (CORRÊA, 2003, p.65-66).

Em síntese, compreende-se que a segregação residencial está relacionada com a tendência de separação e/ou proximidade física das residências da população de uma cidade, sendo essa organização resultante de uma realidade social. Além disso, a segregação residencial deve ser entendida como um processo, pois sua expressão espacial demonstra as diferenças sociais existentes em uma cidade, não sendo uma exclusividade das cidades capitalistas, e sua explicação deve ser articulada a da divisão social do trabalho, na qual quanto maior for a sua complexidade, conseqüentemente maior será o nível de segregação residencial.

Por outro lado, segundo Vasconcelos (2004) no caso brasileiro não parece existir uma segregação residencial nas cidades, pois segundo o autor a “[...]”

distribuição da população se dá pelo mercado imobiliário, por interferência da regulamentação governamental, e sobretudo pela ação dos pobres, que não podem participar do mercado e dos programas governamentais”. (VASCONCELOS, 2004, p.271).

O autor defende a ideia que as cidades brasileiras não apresentam as mesmas características de cidades americanas e europeias, o que promove a perda de sentido utilizar os conceitos desses países para estudar a segregação residencial nas cidades nacionais. Para ele a realidade urbana brasileira é marcada pela presença dos pobres em todas as partes da cidade.

No entanto, esse trabalho buscou compreender o processo espacial da segregação residencial em Londrina nos períodos já colocados, procurando entender seu surgimento, sua evolução no decorrer do tempo e a suas características mais recentes.

Metodologicamente a periodização serviu para apontar as transformações históricas e espaciais da segregação residencial nos períodos propostos; a base de dados do Censo Demográfico de 2010 propiciou uma interpretação da realidade concreta estudada, de conformidade com os objetivos específicos do trabalho.

No capítulo primeiro apresentou-se a conjuntura no qual à cidade de Londrina foi fundada, no anseio de apontar as primeiras evidências da segregação residencial. Ademais, buscou-se apontar o papel da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) como o primeiro agente organizador da segregação residencial em Londrina e o desenvolvimento espacial desse processo até o final da década de 1950, quando direcionados por interesses distintos novos agentes (re)produziram o processo na cidade.

O segundo capítulo priorizou evidenciar um período de relevante crescimento territorial, físico e populacional da cidade, as décadas de 1970 e 1980. Nesse período, o papel do Estado adquire novos contextos, e o mesmo torna-se um (re)produtor da cidade, e conseqüentemente, da segregação residencial. A partir desse momento, a segregação residencial ganha uma nova configuração espacial e social, sendo resultado da complexificação da divisão social do trabalho.

E por fim, o último capítulo caracterizou a segregação residencial em Londrina no primeiro decênio do século XXI. Para tal, utilizou-se os apontamentos (critérios e variáveis) do Censo Demográfico de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que demonstrou a distribuição espacial das residenciais em Londrina, possibilitando através dessas informações averiguar a realidade do processo de segregação residencial em Londrina no período proposto.

1 DA GÊNESE DA CIDADE DE LONDRINA AOS ANOS DE 1950: A SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL E AÇÃO DA COMPANHIA LOTEADORA, DOS LOTEADORES E PODE PÚBLICO LOCAL

1.1 OS ANTECEDENTES A GÊNESE DE LONDRINA

Durante a década de 1920, enquanto o país atravessa uma crise econômica devido as oscilações do preço do café no mercado internacional, no norte do Paraná iniciava-se o momento propício para comercialização de terras devolutas, via empreendimentos de colonização dirigida. De caráter capitalista os empreendimentos colonizadores eram incentivados pelo governo estadual que no anseio de aumentar as arrecadações estaduais impulsionou a ação de particulares e empresas de capital nacional e internacional a investirem na colonização do norte paranaense.

Esses empreendimentos caracterizavam-se pelo planejamento prévio dos investimentos e comercialização de lotes agrícolas. Ademais, para o sucesso dos empreendimentos se fazia necessário como requisitos básicos a dotação de meios de transporte para assegurar o escoamento da produção agrícola e garantir a comunicação, além da construção de núcleos urbanos de apoio aos produtores agrícolas. (CANCIAN, 1977).

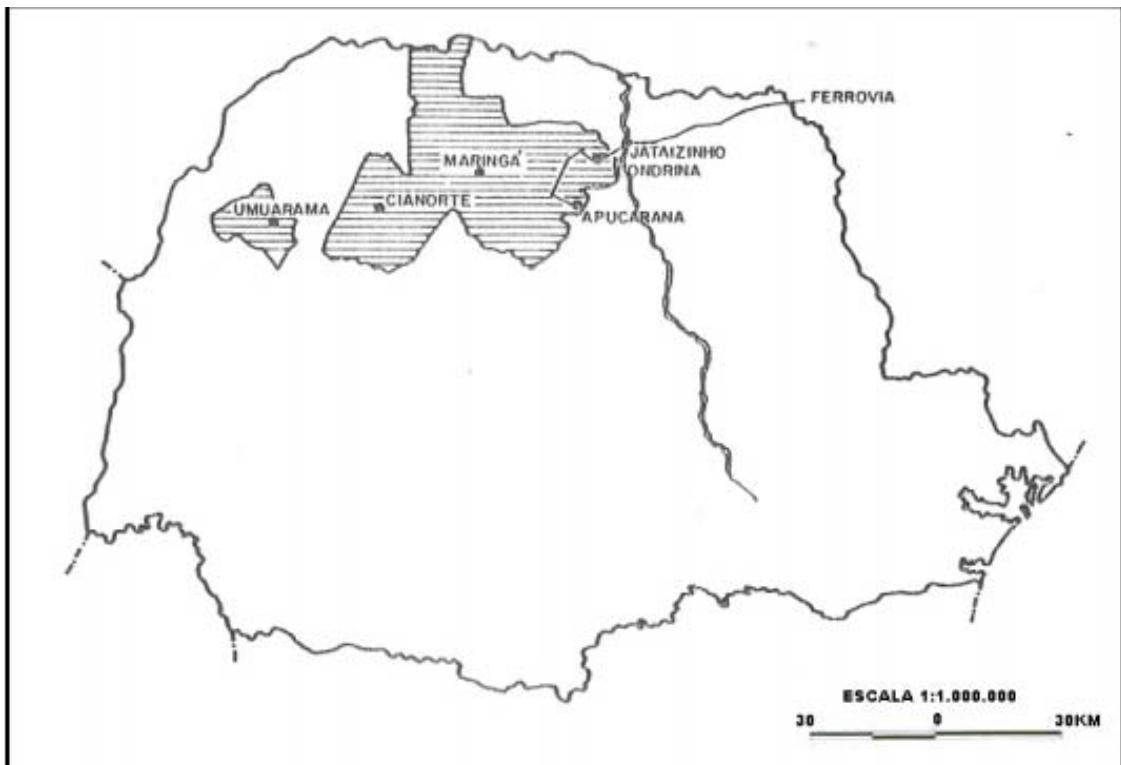
Cientes dessa realidade, empresas colonizadoras adquiriram extensas áreas no norte paranaense com a finalidade de comercializar propriedades agrícolas, dentre as quais, destaque para a CTNP, conforme demonstra a figura 1.

Essa companhia era subsidiária no Brasil da empresa britânica Paraná *Plantation* Ltd, que adquiriu a partir de 1925, junto ao governo estadual e particulares uma área de 515. 017 alqueires paulistas de terras férteis e cobertas por matas, localizados entre os rios Paranapanema, Ivaí e Tibagi. (TOMAZI, 1989).

Após a aquisição das terras a CTNP iniciou a implantação das infraestruturas necessárias para o desenvolvimento do empreendimento colonizador. Primeiramente, buscou-se resolver a questão da falta de vias de transporte que ligassem as terras adquiridas pela CTNP ao norte paranaense e conseqüentemente ao porto de Santos. Para tanto, a CTNP para garantir o escoamento da safra agrícola “[...] em 1928, compra a maioria das ações da Companhia Ferroviária São

Paulo – Paraná” (BRAGUETO, 2007, p.34), que interligava Cambará (PR) a Ourinhos (SP), mas que por falta de recursos se encontrava estagnada em Cambará.

Figura 1 – Localização das terras adquiridas pela CTNP no norte do Paraná



Fonte: PADIS (1981)

Nem mesmo a crise da bolsa de Nova York em 1929 minimizou a expansão do empreendimento colonizador da CTNP, pois “[...] foi neste contexto de uma conjuntura desfavorável ao setor cafeeiro após 1929, que a ocupação do norte do Paraná ganhou mais vigor” (FRESCA, 2000, p.49). Isto porque, a proibição da produção cafeeira no estado de São Paulo impulsionou a comercialização de lotes rurais no Paraná, cujas terras poder-se-iam produzir café.

Entretanto, devido à conjuntura econômica nacional e mundial “[...] no final dos anos 20, as companhias privadas de colonização tinham consciência de que sua clientela potencial eram pessoas com recursos financeiros limitados” (STOLCKE, 1986, p.92). Por isso, as mesmas ofereciam condições relativamente fáceis de compra aos interessados, que na maioria eram “[...] colonos que haviam

conseguido acumular, agora usavam suas economias para comprar terras na fronteira, as quais limpava e plantava com café”. (STOLCKE, 1986, p.92).

Neste contexto, a CTNP viu-se obrigada a redirecionar o projeto de parcelamento dos lotes agrícolas para pequenas propriedades, baseando-se em uma experiência holandesa, haja vista que a conjuntura econômica nacional e internacional promoveu uma diminuição das receitas dos cafeicultores paulistas, modificando o perfil dos compradores de terras na frente pioneira que adentra ao Paraná. (ARIAS NETO, 1993).

Destacar-se-á aqui, a análise que fez Cancian (1977), acerca dos preparativos realizados pela CTNP no momento anterior ao início da comercialização dos lotes, pois sabendo da realidade econômica da sua clientela,

[...] denotam o interesse em desenvolver a pequena propriedade. O pequeno lavrador não teria possibilidade de por si escoar a produção, por isto, a organização de meios de transporte precedeu a colonização. Os primeiros quilômetros de estrada de ferro construídos entre Ourinhos e Cambará são estendidos rapidamente ao interior das terras da Companhia. Estradas de rodagem são, igualmente, construídas, de modo que todos os pequenos lotes tivessem acesso direto a elas. Os futuros núcleos urbanos são planejados e executados de modo a favorecer os serviços de que os lavradores teriam necessidade, tais como, máquinas de benefício de café e cereais. (CANCIAN, 1977, p.143).

A citação além de apontar a necessidade de investimentos em infraestrutura na área adquirida pela CTNP, ressalta a importância da criação de núcleos urbanos. Dessa forma, após a dotação de vias de transporte com a aquisição da estrada Ferroviária São Paulo – Paraná existia a necessidade da construção de núcleos urbanos que serviriam de apoio para o projeto de comercialização de lotes agrícolas e para o atendimento futuro de suas necessidades.

Em outras palavras, esses núcleos urbanos deveriam atender os proprietários agrícolas: recebendo, beneficiando e comercializando a produção agrícola; ofertar bens e serviços para a população rural e urbana, bem como, ser a sede urbana das vias de transporte que articulariam a área com outras regiões do país.

Assim, a terra tornava-se uma mercadoria lucrativa no norte paranaense, sendo negociada pelo governo estadual às companhias e/ou particulares de capital nacional e estrangeiro, que por sua vez parcelaram em propriedades de vários tamanhos e comercializaram as mesmas aos compradores interessados.

No caso da CTNP, a área adquirida foi dividida em zonas, estas por sua vez em glebas, e estas por último em lotes. Ao todo foram seis zonas em ordem de colonização, Tibagi, Pirapó, Primitiva, Paranhos, Rio Bom e Ivaí que foram sendo ocupadas principalmente por ex-colonos com baixos recursos. Assim sendo, os lotes tinham em média a extensão de seis alqueires paulistas, embora variassem conforme a localização. Esses lotes eram traçados dos espigões até os vales, a fim de propiciarem o acesso aos cursos d'água e a comunicação com as estradas. (CANCIAN, 1977).

Em síntese, durante a década de 1920 aliaram-se os interesses do governo paranaense que concomitantemente conseguiu através das concessões de terras devolutas aumentar suas arrecadações e promover o povoamento do norte do estado e, as companhias loteadoras que impulsionadas pela fertilidade do solo, baixos preços das terras e proibição do plantio de novos pés de café em São Paulo comercializaram diversas propriedades agrícolas no norte paranaense.

Foi nessa conjuntura que se deu a fundação da cidade de Londrina, em 1929, sendo o primeiro núcleo urbano dos diversos posteriormente criados pela Companhia, sua criação decorreu da ação de iniciar a ocupação das terras adquiridas pela CTNP, sendo sua gênese o marco inicial desse ato. (PRANDINI, 2007).

1.2 A CRIAÇÃO DA CIDADE DE LONDRINA: DO ACAMPAMENTO À PLANTA URBANA

A gênese de Londrina decorre da ação de uma comitiva de funcionários enviados pela CTNP, que em 21 de agosto de 1929 promoveram a abertura de uma clareira no meio da mata e iniciaram a construção de um hotel que serviria para atender os interessados em adquirir propriedades rurais e urbanas comercializados pela Companhia, como também um armazém que foi utilizado como

almoxarifado e o escritório administrativo da CTNP nesse primeiro momento. (ADUM, 1991).

Além disso, a cidade foi fundada com funcionalidades pré-estabelecidas pela CTNP como a de servir de apoio aos produtores rurais, ser responsável por escoar as safras agrícolas e ser a base comercial e administrativa da Companhia. As funcionalidades urbanas pré-estabelecidas foram uma das características da urbanização promovida pela CTNP ao longo das terras colonizadas, a racionalidade estava relacionada com a importância que os núcleos urbanos tinham junto ao empreendimento colonizador, pois deveriam atender as necessidades comerciais e de serviços que os produtores agrícolas tivessem.

Para a consecução desse objetivo a CTNP:

[...] adotou diretrizes bem definidas. As cidades destinadas a se tornarem núcleos econômicos de maior importância seriam demarcadas de cem em cem quilômetros [...] entre estas, distanciadas de 10 a 15 km um do outro seriam fundados os patrimônios, centros comerciais e abastecedores intermediários. Tanto nas cidades como nos patrimônios a área urbana apresentava uma divisão em zonas residenciais e comerciais. Ao redor das áreas urbanas se situavam cinturões verdes, isto é, uma faixa dividida em chácara. (CMNP, 1975, p.77).

Dentro deste contexto, os núcleos urbanos criados pela CTNP se diferenciavam das cidades até então fundadas no norte paranaense. Isto porque, as cidades criadas pela Companhia tinham funcionalidade pré-estabelecidas e não nasciam espontaneamente como ocorreu na primeira área ocupada no norte do estado. (FRESCA, 2000).

Os núcleos urbanos construídos pela Companhia tinham um planejamento prévio e plantas urbanas precedentes a fundação das cidades e surgiam “[...] como resultado de um planejamento, calcado em critérios técnicos, e no geral a localização era condicionada à presença da ferrovia e a topografia, de preferência nas cotas mais altas. (FRESCA, 2000, p.54).

Mas, não se tratavam de diferenças apenas em relação à forma de fundação das cidades ou de suas plantas; eram diferenças na sua dinâmica econômica, em sua funcionalidade, vinculadas a uma outra divisão social e territorial do trabalho [...] as cidades não poderiam ser apenas o lugar das festas religiosas; da residência de fazendeiros; das festividades cívicas; de algum comércio e serviços voltados à agricultura. A cidade agora deveria, através de seus comerciantes, industriais, agentes financeiros, etc., atender as demandas de uma elevada população rural. A dinâmica agrícola com base na contínua diversificação da produção, na pequena escala de cada um dos produtores implicava no desenvolvimento, nas cidades, de serviços e oferta de bens destinados àquela atividade. Uma outra etapa superior das relações campo e cidade estava em marcha. (FRESCA, 2000, p.54).

As cidades fundadas pela Companhia se diferenciavam por desenvolverem relações produtivas mais complexas, na qual a produção agrícola estaria atrelada aos núcleos urbanos. Essa estratégia de organização produtiva regional promovida pela CTNP possibilitou o desenvolvimento da produção agrícola e conseqüentemente dos núcleos urbanos criados, principalmente Londrina.

Nesse sentido, Monbeig (2007) aponta que o empreendimento promovido pela CTNP apresentava uma diversidade e racionalidade de procedimentos que a diferenciavam das outras empresas colonizadoras que atuaram no norte do estado. Acrescenta ainda, que a construção de Londrina foi um fator fundamental para o desenvolvimento e concretização do empreendimento fundiário e imobiliário, haja vista a função administrativa e comercial e logística da cidade para o empreendimento.

Dessa forma, a gênese de Londrina além de marcar o início da ocupação das terras adquiridas pela CTNP em plena “boca do sertão”, tornava-se mais um empreendimento capitalista que viabilizava a reprodução do capital investido. Isto porque, a fundação da cidade renderia mais lucros à Companhia, com a prestação de serviços e a comercialização de lotes urbanos.

Assim, em Londrina, como nos demais núcleos urbanos criados pela Companhia, buscou-se uma lucratividade em relação aos serviços disponibilizados e as propriedades urbanas comercializadas. Tal circunstância propiciou a CTNP a buscar uma relação custo-benefício no planejamento urbanístico dos núcleos urbanos criados pelo empreendimento colonizador.

Dessa forma, a Companhia planejava todas as etapas da criação das cidades visando minimizar os gastos e maximizava os lucros.

Tudo foi minuciosamente planejado com antecedência, antes mesmo das primeiras derrubadas: o traço das estradas de ferro e de rodagem a serem construídas nos espigões, a disposição das cidades e povoados, a distâncias regulares ao longo destas estradas, o plano de cada cidade, sua área urbana e suburbana, seu abastecimento de água e energia elétrica, a faixa de chácaras que as envolve, os lotes rurais disposto entre a estrada no espigão e os cursos d'água, etc. (BERNARDES, 2007, p.181).

Em Londrina essa racionalidade esteve evidente na escolha do sítio urbano, que se fez a partir de estudos realizados por arquitetos e engenheiros da Companhia que optaram em implantar a planta da cidade topo plano de um espigão com uma altimetria de 570 a 610 metros no sentido leste – noroeste, a oeste do Rio Tibagi. A escolha do espigão como o local para a implantação do sítio urbano dá-se devido ao nascimento de vários córregos nas proximidades, o que favorecia a captação de água potável e pela distância em relação aos fundos de vale, o que minimizaria problemas relacionados à salubridade. (JARRETA, 1978; LIMA, 2001).

Assim, o sítio urbano foi implantado em um local distinto do primeiro acampamento levantado pelos funcionários da CTNP e onde as primeiras casas foram construídas em Londrina (essas primeiras residenciais localizavam-se nas adjacências da estrada de rodagem que ligava Londrina a Jataizinho).

Alexandre Rasgulaef, engenheiro responsável da Companhia projetou uma planta para Londrina que seguia traçados geométricos que assemelhavam-se ao formato de um tabuleiro de Xadrez, essa configuração espacial caracterizava-se por uma padronização de quarteirões retangulares. Essa estrutura de planta urbana foi utilizada pela CTNP para a construção de outros núcleos urbanos, isto porque possibilitava a construção de cidades pela Companhia de forma rápida e econômica, resolvendo a necessidade estrutural que o empreendimento precisava.

Dessa forma, ao optar por esse tipo de traçado urbano, que não privilegiava as questões urbanísticas e sim retorno financeiros, a Companhia evidenciava a prioridade em construir núcleos urbanos que minimizassem os custos de produção e maximizassem os lucros. Pois, a escolha desse modelo de planta

urbana disponibilizava além de facilidades para a sua implantação uma grande quantidade de lotes urbanos, o que era interessante para a Companhia. (BARNABÉ, 1989).

Sobre o desenho e a implementação da planta de Londrina, em depoimento Alexandre Rasgulaef afirmava que:

[...] tenho críticas à cidade de Londrina. A cidade é muito mal projetada, mas a culpa não é minha, eu vou dizer a verdade. Quando projetei a cidade com as avenidas de 30 metros e as ruas de 24 e apresentei esta planta, o presidente chegou lá naquele tempo, o general Asquith falou: bom, nós vamos levar a planta para estudo na Inglaterra e depois de lá você recebe a ordem de executar, e veio a ordem que esse Alexandre é louco. Uma cidade você sabe, no meio do mato, abre ruas com 30 metros de largura, ruas com 24 metros, não convém. Quem vai construir ruas? Nós. Quem vai pagar impostos? Nós. Não, não. Então mandaram diminuir, ruas de 16 metros, o máximo que acertei. Eles queriam 12 metros, máximo que eu aceitei, avenidas com 24 metros. Fiz o projeto de toda a cidade. Projetei a avenida Paraná, passando aqui o Fuganti e indo para Nova Dantzing, hoje Cambe. Depois a avenida Rio de Janeiro e a avenida São Paulo essas duas que vão descer lá para a estação. Na planta original não existia a avenida Higienópolis. A cidade crescia progressivamente de modo que quando acabou a saída para Nova Dantzing, ainda não existia a entrada à esquerda para a Higienópolis. Desenhei todas ruas. A rua Heimtal que era a Duque de Caxias, a Mato Grosso... Na minha ausência Carlos Rotmann diminuiu a largura da rua Cambe para 12 metros conforme as ordens da Inglaterra, mas quando eu voltei eu rejeitei e disse de jeito nenhum, eu não aceito porque eu sou o responsável pela formação da cidade, não é ele. Desenhei a planta de Londrina na minha casa construída na minha chácara onde hoje é a Anderson Clayton [...]. (CANDOTTI, 1997, p.60).

Fica explícito que a opção de restringir o tamanho das avenidas e ruas foi uma decisão externa, oriunda da Inglaterra, o que demonstra que a preocupação da CTNP se concentrava em minimizar os custos da implantação da cidade e aumentar a rentabilidade.

A planta ficou disposta em 250 quadras de 100x100 metros, subdivididas em lotes de 20x24 metros de testadas, com ruas de 9 metros de largura, sendo projetada para abrigar de 20.000 a 30.000 habitantes, no seu entorno pequenas propriedades rurais teriam a função de abastecer a população urbana da cidade. (JANUZZI, 2006).

Contudo, como pode-se observar na figura 2 a quantidade de quadras da primeira planta organizada pela CTNP era de 86 quadras. Além disso, a planta elaborada em 1932 apresentava a disposição das vias de transporte em seu interior e os lotes da quadra da rua do Comércio e Heimtal, que foram comercializadas anteriormente a produção dessa planta.

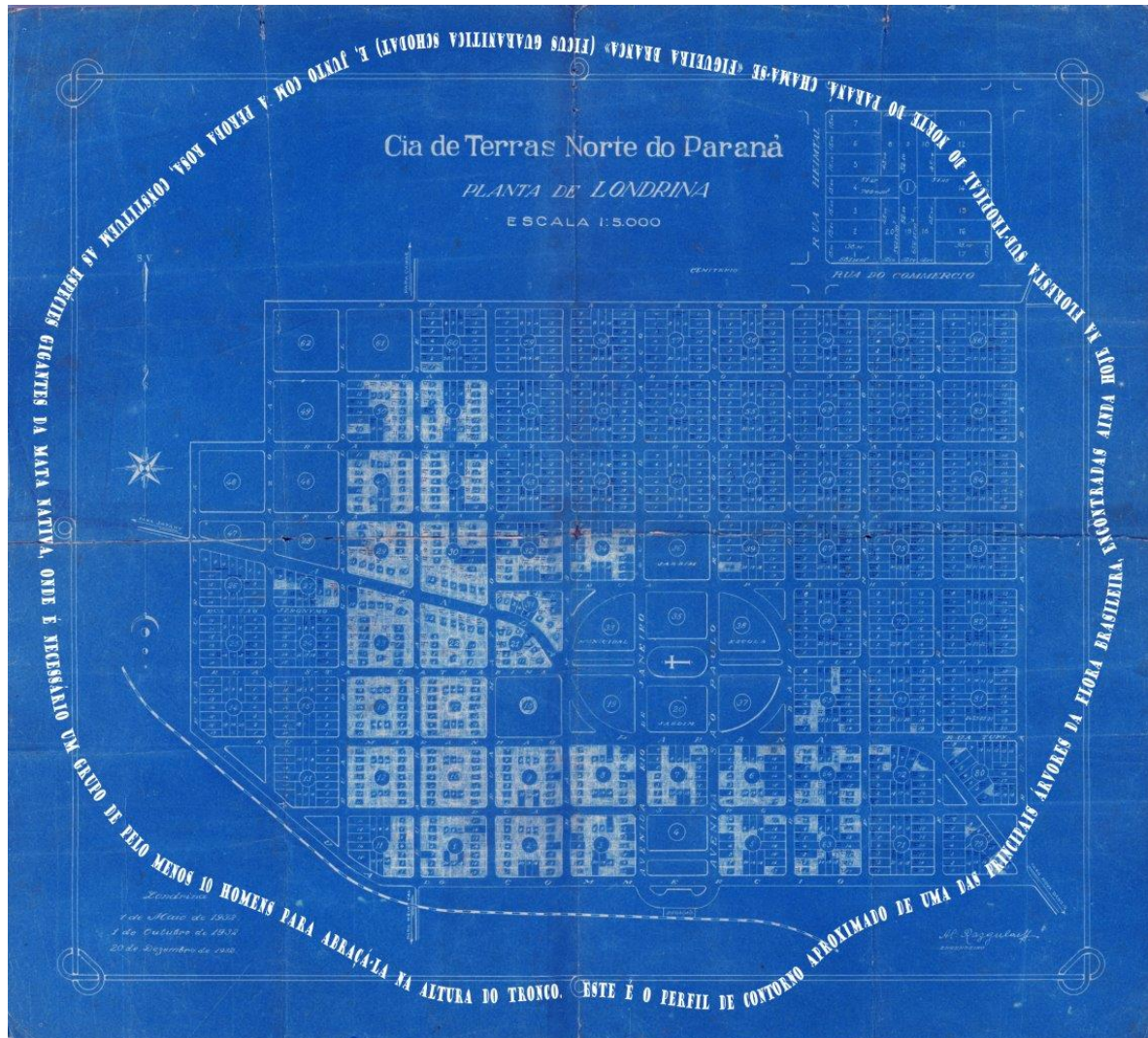
Por certo, a Companhia produziu até o início dos anos 1940 (figura 3) um total de 191 quadras, sendo que, em média cada quadra possuía 20 lotes, podendo-se encontrar quadras com 24 lotes. Além disso, essas quadras não possuíam uma padronização no que se refere aos tamanhos, 250 metros², dos lotes urbanos, pelo contrário a CTNP comercializava lotes urbanos com tamanhos diferenciados², que variavam de 375 metros² a 750 metros².

Neste contexto, durante a década de 1930 a Companhia por diversas vezes promoveu a abertura de novas quadras aumentando o tamanho territorial da planta inicial de Londrina. Essa expansão do número de lotes urbanos demonstra o interesse imobiliário e fundiário da CTNP que visava reproduzir o capital investido na construção da cidade com a comercialização de propriedades urbanas.

Segundo Jarreta (1978); Linardi (1995) e Lima (2000), Londrina foi construída com usos e organizações espaciais pré-estabelecidas pela Companhia, como foi o caso das vias de transporte, o pátio ferroviário, a primeira estação rodoviária, a praça principal, os prédios públicos, a primeira sede da prefeitura.

² É importante ressaltar que essas informações foram retiradas das escrituras de lotes urbanos comercializados pela CTNP em Londrina no ano de 1935, como se pode observar nos anexos desse trabalho. A maioria dos lotes comercializados neste ano tinham 581,25 metros².

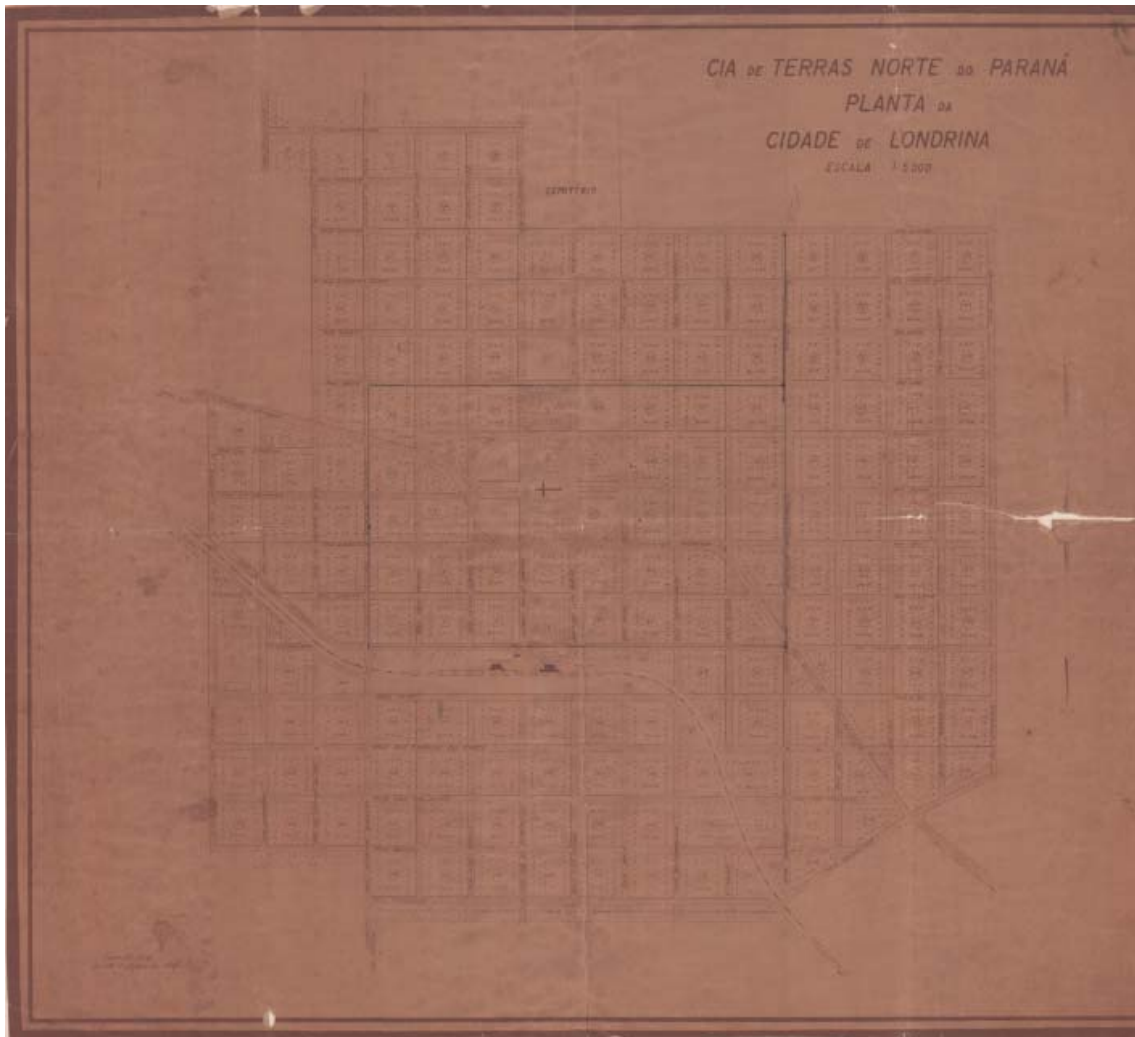
Figura 2 – Planta urbana de Londrina em 1932



Fonte: Museu Histórico de Londrina (2014)

Em relação as vias de transporte (ferrovia e estrada de rodagem) e o pátio de manobras, esses foram implantados ao norte da cidade. Em contrapartida, as áreas destinadas ao comércio foram se concentrando principalmente na antiga Rua do Comércio (atual Benjamin Constant) e rua Heimtal (atual Duque de Caxias) onde se concentraram desde a fundação da cidade os principais serviços que atendiam a população rural como as máquinas de beneficiamento e galpões para a armazenagem dos produtos agrícolas (TAKEDA,2004).

Figura 3 – Planta urbana de Londrina em 1941



Fonte: Centro de Documentação e Pesquisa Histórica – CDPH – UEL (2014)

Após serem estabelecidos os arranjos espaciais desejados pela Companhia (usos e funções de algumas áreas, o tamanho das propriedades e a localização das vias de transporte), ela inicia a comercialização dos lotes urbanos. Segundo Linardi (1995) e Lima (2000) essa realidade de usos e especialização de áreas foram as primeiras evidências da segregação urbana em Londrina. No entanto, que tipo de segregação esses autores estão se referindo, quem foram os responsáveis na produção dessa segregação, quais grupos se segregaram na cidade de Londrina, serão abordados no subcapítulo seguinte.

1.3 A SEGREGAÇÃO IMPOSTA PELA CTNP

Linardi (1995) aponta as primeiras evidências de segregação urbana em Londrina com a implantação da planta original pela CTNP, isto porque,

[...] Ao ser implantado o plano e colocado à venda, foi estabelecido também uma distinção de valores, conseqüentemente, gerando uma distinção de usos e padrões. Esta forma de seleção de usos quanto ao valor dos lotes, pode delinear, na prática, a feição de um primeiro zoneamento da cidade. (LINARDI, 1995, p.129).

Partindo da mesma premissa, Muller (2007) afirma que esse zoneamento foi orientado pela Companhia devido à diferença de preços dos lotes urbanos comercializados. Essa realidade promoveu uma concentração do comércio na praça central e ruas adjacentes, enquanto as pequenas indústrias e comércio atacadista foram se instalando nas proximidades das vias de transporte, principalmente da estrada de ferro localizada na porção norte. Enquanto a Avenida Paraná e a porção ao sul foram se caracterizando por serem áreas residenciais. Tendo como destaque a porção sudoeste da planta urbana (Avenida Higienópolis e adjacências) que foram ocupadas por pessoas com maiores rendimentos.

Linardi (1995) e Muller (2007) apontaram que, a distinção dos valores dos lotes urbanos comercializado pela CTNP, foram determinantes para evidenciar a segregação urbana em Londrina, entretanto não apresentaram os distintos valores dos lotes.

Além disso, não houve uma definição conceitual sobre a segregação urbana, o que promove uma confusão teórica ao leitor, pois esse conceito pode ser abordado de diferentes formas e com enfoques analíticos distintos. (SOGAME, 2001).

Como já ressaltado, esse trabalho visa analisar a segregação urbana em Londrina tendo como foco analítico as áreas residenciais. As evidências da existência de uma segregação residencial em Londrina foram apontadas indiretamente por Prandini (2007) que destacou existir duas áreas na paisagem da cidade, uma residencial e comercial. A área residencial encontrava-se dividida em duas áreas sendo uma localizada:

[...] ao sul da Av. Paraná, outra ao norte da estrada de ferro, nessa última, as casas são em grande maioria de madeira. Ao sul, já aparecem em maior quantidade as casas de tijolos, e pode-se mesmo dizer que é uma zona residencial mais elegante. [...] É a parte da cidade onde se encontra o maior número de datas vazias, mas também onde mais se constrói. Na Av. Higienópolis que atravessa a cidade na direção norte-sul, em sua parte oeste, encontram-se as residências mais finas; esta avenida possuiu duas vias, é arborizada e está sendo calçada atualmente. (PRANDINI, 2007, p.100-101).

Indiretamente a autora apontou uma segregação residencial em Londrina durante a década de 1930, evidenciando uma distinção das áreas (norte e sul) residenciais, que apresentavam semelhanças internas no que se refere a estrutura física das casas e a infraestrutura do entorno, mas diferenciavam-se entre si na paisagem da cidade.

Outra autora a apontar indiretamente uma diferenciação residencial na cidade durante a década de 1930 foi Adum (1991, p.134) que acrescenta, também, o surgimento naquele momento das “[...] ruas de barbárie, onde proliferam a promiscuidade, como a Rua Rio Grande do Sul, que já em 1937, era conhecida como ‘zona estragada’”, evidenciando a existência de áreas residenciais desprestigiadas na Londrina da década de 1930.

Dessa forma, Prandini (2007) e Adum (1991) assinalaram diferenciações residenciais em Londrina, mas esses apontamentos podem ser considerados elementos teóricos que marcam uma segregação residencial em Londrina poucos anos após a sua gênese. Contudo, é possível através desses elementos identificar as primeiras evidências da segregação residencial em Londrina?

Buscando responder esses questionamentos, pesquisou-se em literaturas sobre a fundação da cidade os primeiros indícios de segregação residencial em Londrina.

Lima (2000) afirma que logo após abertura da clareira e a construção do escritório de vendas e do hotel da Companhia em 1929;

No entorno destes, foram construídos as primeiras residenciais, o comércio foi sendo implantado ao longo do caminho para Jataí. Os trabalhadores braçais ocupavam cabanas - feitas de troncos de palmito e cobertas com folhas de palmeiras – **nos limites da clareira**. Enquanto isso, os engenheiros desenvolviam os projetos das cidades e das estradas que estavam sendo implantadas para dar acesso aos lotes rurais e aos outros núcleos populacionais. (LIMA, 2000, p.159, grifo nosso).

A citação deixa explícita, uma diferenciação no padrão e localização das residenciais logo após a gênese da cidade, no qual o grupo de trabalhadores braçais menos importantes na hierarquia da CTNP residem em cabanas nos limites da clareira.

Após o acampamento as primeiras residenciais e comércios começaram a se concentrar nas proximidades da estrada de rodagem (1930 – 1932), principalmente nas imediações do cruzamento das ruas Heimtal e Sergipe, no sentido a Nova Dantzing. (RAZENTE, 1989).

Essas casas apresentavam conforme demonstra a figura 4, uma semelhança paisagística. Durante os primeiros anos após a fundação da cidade houve um predomínio de construção de casas de madeira, a opção por esse material na construção civil justifica-se pela abundância de madeira na região o que tornava esse material mais barato e pela dificuldade no traslado de outros tipos materiais de construção à cidade.

Além disso, o que chama atenção é desenvolvimento da ocupação urbana de Londrina, anteriormente a implantação da planta urbana, onde não havia uma delimitação clara das propriedades, as casas eram construídas umas próximas as outras. Outro aspecto a destacar é que as atividades comerciais se misturavam com as residências não identificando uma especialização das áreas.

Neste contexto, até 1932, o núcleo inicial de Londrina “[...] era de um grande acampamento, onde a paisagem se misturava entre trabalhos de aberturas de estradas, ruas e caminhos e construções improvisadas. (LIMA, 2001, p.165).

No entanto, com a implantação da planta urbana em 1932 em um sítio diferente do primeiro acampamento, iniciava-se uma racionalidade de cunho capitalista na comercialização e disposição espacial dos lotes urbanos. É a partir desse momento que autores como Linardi (1995) e Muller (2007) afirmaram que a

Companhia estipulou preços e especializações de uso para os lotes por ela comercializada, originando um zoneamento que configurava uma segregação urbana à cidade.

Figura 4 – Rua Heimtal na década de 1930



Fonte: Museu Histórico de Londrina (2014)

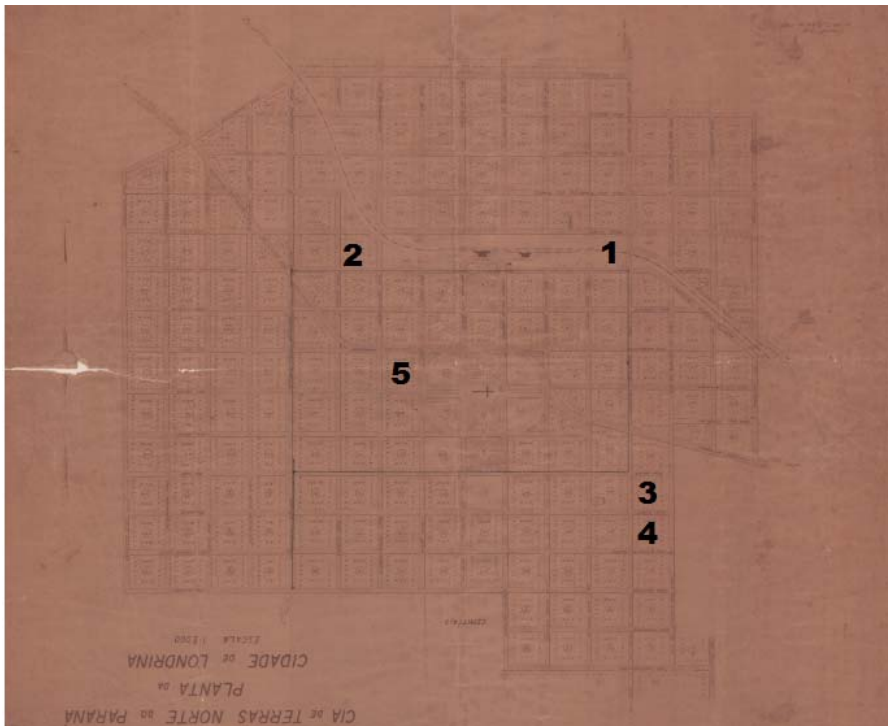
Mas quais foram os valores estipulados aos lotes urbanos de Londrina comercializados pela CTNP? Buscando responder esse questionamento, uma pesquisa foi realizada no intuito de encontrar documentos que apresentassem os preços de lotes vendidos pela Companhia nos primeiros anos de fundação da cidade. Após pesquisa nos cartórios da cidade, encontraram-se diversas escrituras de lotes urbanos comercializados pela Companhia a terceiros. O quadro 1 apresenta o preço de algumas escrituras comercializadas pela CTNP em 1935.

Quadro 1– Preço dos lotes urbanos de Londrina comercializados pelas CTNP em 1935

Número de identificação da quadra	Lote	Quadra	Tamanho	Preço
1	6	50	81,25 metros ²	1 conto e 453 mil réis
2	2	89	81,25 metros ²	581 mil réis
3	2	45	581,25 metros ²	348,500 mil réis
4	2	65	581,25 metros ²	291 mil réis
5	7	5	581,25 metros ²	222 mil réis

Fonte: Escritura de comercialização de terrenos do Cartório ROCHA

Figura 5 – Localização das quadras comercializadas pela CTNP em 1935



Fonte: Museu Histórico de Londrina (1941)

Org.: Roger Henrique Bartlo

Em relação aos dados apresentados no quadro 1, observar que os lotes apresentam a mesma área (581,25² metros²) para auxiliar a discussão; a figura 5 foi elaborada com a localização das quadras comercializadas usando a planta da cidade de 1941.

É importante ressaltar que a figura foi invertida para representar os pontos cardiais não levados em consideração no momento da sua elaboração. Outro

aspecto a destacar refere-se a escolha dos lotes, que foram elencadas de acordo com as suas diferentes localizações e valores comercializados no primeiro semestre de 1935 pela Companhia.

A quadra número 1 está localizada no nordeste da planta, o preço do lote comercializado nessa quadra apresenta uma discrepância em comparação com os outros: o elevado preço (1: conto e 453 mil réis) pode ser entendido pela sua localização, que encontra-se próximo a via férrea. A CTNP impôs preços maiores aos lotes nessas quadras, pois os serviços e atividades relacionados ao setor agrícola e industrial que se implantariam na cidade teriam que estar próximos a ferrovia, o que facilitaria a logística de carga e descarga dos produtos.

Assim, a Companhia comercializou os lotes próximos a linha férrea e adjacências a preços superiores, tendo a certeza que os mesmos seriam adquiridos por compradores que não utilizariam esses lotes para o uso residencial. Já era evidente a diferenciação de usos estabelecidos pela CTNP.

A quadra número 2 disposta a noroeste da planta urbana encontra-se próxima a linha férrea, mas não localizada na quadra ferroviária esse distanciamento se reflete no seu valor (581 mil réis). Nessa porção da cidade o uso residencial prevaleceu em detrimento das atividades comerciais.

Na contrapartida, as datas número de 3 e 4, localizadas no sudeste da planta urbana e distantes da malha ferroviária, foram comercializadas a preços menores (348,500 mil réis e 291 mil réis). Tal realidade promoveu um adensamento residencial nessa área, pois com valores mais baixos os interessados em comprar lotes urbanos com menores recursos foram se instalando nessa porção da cidade. É relevante destacar que o lotes localizados ao sul da ferrovia tinham preços cada vez menores a medida que encontravam-se mais longes da linha férrea e das áreas comerciais, ao mesmo tempo que aproximavam-se dos limites da cidade e principalmente do cemitério o que desvalorizava ainda mais os terrenos.

Razente (1989) aponta que após 1935 a ocupação residencial dá-se em direção ao cemitério municipal, ou seja, essa afirmação do autor reforça que a porção sul da malha urbana teve preços mais acessíveis o que facilitou o seu adensamento residencial.

O lote localizado na quadra número 5 que encontra-se na adjacência oeste do quadrilátero central, nas proximidades da estrada de rodagem foi a que apresentou o menor preço (222 mil réis) dos terrenos comercializados. Nem mesmo a proximidade as atividades sociais de maior prestígio da cidade como a catedral, praça municipal, prefeitura, bosque e rodoviária promoveram a valorização dessa área. Isto porque essas datas se localizavam distantes das atividades comerciais da cidade que expandiram-se no sentido leste-oeste, e naquele momento encontravam-se concentradas nas proximidades das ruas Heimtal e Sergipe o que não promoveu a valorização dessa área.

Os lotes urbanos comercializados pela CTNP podiam ser vendidos parceladamente podendo ser pagos em até 3 anos, mediante uma entrada de 50% do valor inicial sendo somados a juros de 8% ao ano. Além disso, a Companhia impôs aos compradores a obrigatoriedade de edificar no terreno sob a pena de perda de propriedade. Essa estratégia impedia que frações da cidade fossem vendidas a terceiros e garantia a fixação dos compradores a cidade. (RAZENTE, 1989).

Em vista do exposto, pode-se entender que a ação da CTNP em comercializar lotes urbanos com preços distintos, promoveu uma diferenciação espacial dos usos e funções como os comerciais, industriais e residenciais o que induziu diversos trabalhos a afirmarem que a Companhia agiu como o agente responsável em promover a segregação urbana em Londrina. No entanto, durante a década de 1930 essa diferenciação não ficava tão explícita na paisagem de Londrina, conforme demonstra a figura 6.

Entretanto, essa distinção dos preços foi fundamental para o adensamento residencial da cidade, pois compradores com maiores recursos naquele momento se agrupavam e adquiriam lotes em determinadas áreas, ao mesmo tempo distanciavam-se daqueles compradores que com menores recursos compravam lotes mais baratos concentrando-se, principalmente na porção mais ao sul da planta.

Figura 6 – Vista de Londrina década de 1930



Fonte: Museu histórico de Londrina (2014)

Contudo, foi a partir da segunda metade da década de 1930 que essa paisagem começou a ser alterada, vinculada a um rápido crescimento territorial e populacional. Neste sentido, teve-se importante expansão de área residencial, impulsionada pelo desenvolvimento econômico de Londrina.

Neste contexto, a segregação urbana se torna mais evidente com a consolidação da área central como local das atividades comerciais (TAKEDA, 2004), as adjacências da linha férrea como local de concentração de atividades relacionadas ao setor agrícola e industrial (BARNABÉ, 1989; LINARDI, 1995; LIMA; 2000) e as áreas ao sul e norte da linha férrea e proximidades da avenida Higienópolis como áreas residenciais distintas (JARRETA, 1978; PRANDINI, 2007), permitindo que a segregação residencial ganhasse novos contextos.

1.4 DA EMANCIPAÇÃO MUNICIPAL À DÉCADA DE 1940: A SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL E A AÇÃO DE OUTROS AGENTES EM LONDRINA

Em 1935 existiam, aproximadamente, apenas 700 casas em Londrina, no ano seguinte esse número passa para cerca de 1120 casas (PRANDINI, 2007). Esse aumento no número de casas pode ser explicado pelo rápido crescimento econômico, populacional (conforme tabela 1) e territorial pelo qual Londrina perpassou naquele momento.

Essa conjuntura ocorreu devido a justaposição de alguns fatores: a elevação de Londrina a posição de município em dezembro de 1934 e por conseguinte as primeiras eleições para prefeito e vereadores, a chegada dos trilhos da ferrovia em 1935, que impulsionaram o crescimento populacional da cidade e o escoamento das atividades agrícolas, as primeiras colheitas de café, o crescimento do setor terciário londrinense que começou a receber grandes estabelecimentos comerciais como as Casas Pernambucanas, Casas Fuganti, Lojas Wanderlei, Sapataria Sorage, entre outras, instalando-se principalmente na avenida Paraná, as atividades bancárias, como a Caixa Econômica Federal (CEF) que se instalou em 1936, na esquina das ruas Benjamin Constant com Minas Gerais e outros bancos que foram se instalando na cidade nos anos seguintes, e por fim, as atividades industriais e armazéns que foram se alojando ao longo da linha férrea.

Além disso, a chegada da ferrovia, ligação de Londrina com outras áreas do país, possibilitando aos produtores agrícolas escoarem sua produção para Santos, principal porto exportador do país, inserindo de vez o norte paranaense na divisão internacional do trabalho. (ARIAS NETO, 1993; FRESCA, 2000).

Tabela 1 – População urbano-rural de Londrina 1935 - 1938

Ano	Urbana	Rural	Total
1935	4.000	11.000	15.000
1936	7.620	12.907	20.527
1938	10.200	18.800	32.000

Fonte: Arias Neto (1993)³

Org.: Roger Henrique Bartlo

³ O autor baseou-se em dados disponíveis pela Prefeitura de Londrina, haja vista que o primeiro recenseamento realizado pelo IBGE, em Londrina ocorreu somente em 1940.

A chegada da linha férrea promoveu um aumento de interessados em adquirirem propriedades agrícolas e urbanas junto à CTNP. Ao mesmo tempo, possibilitou maior acesso à Londrina, principalmente de pessoas que chegavam à cidade em busca de oportunidades de emprego e com as mais distintas condições de renda.

Enquanto isso, o adensamento de atividades comerciais, a dotação de infraestrutura, a implantação de serviços urbanos através da ação conjunta do setor privado e de forma menos efetiva do poder público em algumas porções da cidade, gerou uma valorização de diversas áreas, principalmente no quadrilátero central. (RAZENTE, 1989).

Segundo Takeda (2004) durante a década de 1930 formou-se em Londrina uma área central que promoveu uma segregação urbana do tipo de serviços oferecidos, somado a concentração das atividades comerciais tendo como destaque os comércios mais sofisticados que localizavam-se na praça Wille Davis e Avenida Paraná o que fez que o valor do terreno nessas áreas torna-se mais caro.

Para Lojkine (1981) os meios de consumo coletivo urbanos são usados e divididos pelas classes operária e as camadas médias assalariadas, de tal modo que promove a existência de três tipos de segregações sociais e espaciais, dentre as quais interessa ressaltar as duas primeiras que se encontram:

[...] no nível da habitação – a lógica ‘operária’ da ‘renovação-deportação’, opondo-se à lógica do ‘emburguesamento’ do centro urbano renovado ou das residências ‘para executivos’, uma segunda segregação, no nível dos equipamentos coletivos (creches, escolas, equipamentos esportivos, sociais...) o subequipamento dos conjuntos ‘operários’ opondo-se aos ‘superequipamentos’ dos conjuntos ‘burgueses’. (LOJKINE, 1981, p.222).

Em Londrina não houve a presença de áreas residenciais especificamente ocupadas por operários, mas uma diferenciação de habitações, acesso a serviços públicos e privados e equipamentos coletivos entre a área central e as demais porções da cidade começou a ficar mais evidente no período de 1936 – 1940.

Podendo destacar, a dotação e ampliação da rede de água encanada, instalação de luz elétrica, construção de escolas municipais, organização dos serviços públicos municipais, ajardinamento de praças, dentre outras, que demonstravam a cisão dos interesses públicos e privados nas ações da CTNP. (RAZENTE, 1989; ADUM, 1991; MACARINI, 2004).

[...] na produção de espaços dentro da aglomeração londrinense revela que a verdade a CTNP opera com taxas altíssimas para captação da mais valia. Entre 1930 e 1939, a valorização média das terras comercializadas pela Companhia situava-se entorno de 18% ao ano, acumulando em igual período 372% de valorização real, para o capital aplicado. (RAZENTE, 1989, p.249).

A valorização dos terrenos comercializados pela Companhia dificultou a aquisição de lotes urbanos a população com menores recursos. Segundo Barnabé (1989) a Companhia então comercializou lotes com preços menores próximas as vias de transporte (ferroviária e estrada de rodagem) ao norte da planta inicial. Contudo, o autor não apontou os valores desses lotes, que segundo ele foram sendo comprados por trabalhadores das indústrias instaladas nas proximidades, como as de cerâmicas e serralherias.

De acordo com Barnabé (1989) e Prandini (2007) essa realidade incentivou a comercialização de lotes em porções da cidade até então não ocupadas, como a porção ao norte da malha ferroviária e além da malha urbana projetada pela Companhia.

Ao mesmo tempo que vai adensando a área antiga, a cidade continua a crescer, expandindo-se ao norte da estação ferroviária, ocupando os trechos ainda não construídos entre a estrada de ferro e a Av. Paraná e finalmente ao sul dessa avenida... De um modo, geral, Londrina, cresce acompanhando sempre o traçado da Av. Paraná e estrada de ferro. (PRANDINI, 2007, p.91-93).

O surgimento dos primeiros loteamentos privados fora da planta urbana da CTNP, marca o início de novos agentes promovendo uma nova alternativa habitacional em Londrina, principalmente para a população mais pobre.

Segundo Nakagawara (1972) os loteamentos que eram criados em Londrina na segunda metade dos anos trinta, se caracterizavam por possuírem: tamanhos distintos que variavam de pequenos loteamentos com 60 a 80 lotes, até aproximadamente 2.000 lotes; recebiam denominações comerciais como Jardins, Vilas, Parques, e surgiram no entorno da planta da Companhia, em áreas agrícolas próximas, que tinham passado por um processo de valorização, mas eram ainda mais baratos que os lotes comercializados no traçado urbano pela CTNP. Essa realidade impulsionou a derrubada dos cafezais e o surgimento dos primeiros loteamentos na cidade a partir de 1936.

Um dos loteamentos criados nesse contexto foi a Vila Casoni, em 1937. Tal empreendimento foi promovido por Domingos Casoni, que após algumas perdas com as suas safras agrícolas decidiu seguir o conselho do amigo Willie Davis, prefeito da cidade na época e funcionário da Companhia e transformou sua propriedade rural que ficava ao norte planta urbana projetada pela CTNP em um loteamento urbano. Mais tarde, os irmãos de Domingos que também eram proprietários de lotes rurais no entorno da cidade fizeram a mesma ação, loteando as suas terras, promovendo uma expansão desses empreendimentos e consequentemente da cidade. (MAGALHÃES, 2004).

[...] a Companhia vendia a 500 mil réis cada data e eu passei a vender a 375 mil réis. Então eu loteei uma parte do lote 39 e passei a vender e assim eu fui então tomando aquele fôlego, fiquei mais à vontade, fiquei mais livre e comecei a me firmar aqui. (IPAC, 1987, p.19).

Observa-se que os lotes da Vila Casoni eram 33% mais baratos que os lotes menos valorizados comercializados pela Companhia, o que promoveu uma ocupação da área por uma população com baixos recursos, ocorrendo o mesmo com as demais vilas que surgiam naquele momento na cidade. Outro aspecto interessante sobre a Vila Casoni a se destacar é que, em alguns casos o senhor Casoni construía as residências dos seus compradores, utilizando como material para a construção a madeira, o que aumentavam ainda mais seus lucros.

O senhor Casoni construiu aproximadamente 60 casas de madeira, sendo que, esse tipo de edificação predominou na Vila Casoni se tornando uma característica do loteamento. (IPAC, 1987).

Assim, como a Vila Casoni outros loteamentos surgiram nas adjacências da planta urbana da Companhia durante a década de 1930, sem observar critérios de integração ou continuidade da mesma. O quadro 2 aponta apenas os loteamentos que foram aprovados pelo poder público local, tendo surgido um número maior de loteamentos na cidade no período.

Quadro 2 – Loteamentos aprovados em Londrina década de 1930

Ano	Loteamento	Porção da malha urbana
1937	Vila Matarazzo,	Norte
1938	Parque Agari	Oeste
1938	Vila Conceição	Norte
1938	Vila Monteiro	Norte
1939	Vila Boa vista	Nordeste

Fonte: JARRETA (1978)

Essa prática de transformar propriedades agrícolas nas proximidades da planta original da cidade em loteamentos, se tornou muito lucrativa pois a inexistência de uma legislação que obrigasse os loteadores a implantar infraestrutura nos loteamentos propiciava os proprietários agrícolas com poucos investimentos transformar o solo rural em urbano, haja vista que terrenos urbanos eram mais valorizados. (JARRETA, 1978).

É difícil dizer exatamente qual foi o primeiro loteamento criado além dos limites da planta inicial de Londrina, devido a inexistência de um consenso entre autores que analisaram essa temática, haja vista que a aprovação na prefeitura ocorria posteriormente o loteamento e a ocupação da área.

Porém, esses loteamentos se caracterizavam: pela inexistência de uma preocupação urbanística por parte dos próprios loteadores, carência de serviços públicos e infraestrutura, predomínio de casas de madeira; baixo preço dos lotes, o que permitiu a ocupação dos mesmos por pessoas com poucos recursos.

A expansão das vilas promoveu a formação de uma periferia pobre em Londrina, localizada principalmente ao norte da linha férrea. Essa situação

colocou a ferrovia como um divisor físico entre as áreas residenciais da cidade, e influenciou alguns autores (BARNABÉ, 1989; LIMA, 2000; LIMA, 2001) a apontarem a ferrovia como elemento estruturador da segregação residencial em Londrina, a partir da qual, os pobres residiam ao norte da ferrovia e os ricos ao sul da mesma.

Somado a isso, acreditava-se que as diferenças altimétricas entre a área ao norte e sul da ferrovia, também propiciava elemento para que camadas mais ricas se instalassem ao sul da malha ferroviária, onde os terrenos eram mais aplainados e valorizados.

Discorda-se dessa análise, pois não foi a passagem da linha férrea que promoveu uma segregação residencial entre ricos e pobres, tampouco as diferenças altimétricas dos terrenos. Essa segregação residencial foi criada pela diferença de preços dos lotes estipulada pela Companhia durante o período que a mesma comercializou os terrenos. Dessa forma, a Companhia seguindo seus interesses fundiários e imobiliários comercializou lotes urbanos com valores distintos na planta urbana. Esses lotes passaram por diferentes processos de valorização o que promoveu uma ocupação residencial direcionada pelas diversas demandas solváveis existentes na cidade.

Mediante ao exposto, compreende-se que ao final da década de 1930 a introdução dos loteamentos (vilas) em Londrina promoveu: a quebra do monopólio fundiário e imobiliário da Companhia; o surgimento de uma alternativa habitacional para as camadas com menores rendimentos; propiciou a expansão da malha urbana original projetada pela CTNP, e estabeleceu mudanças na configuração residencial da cidade.

Até a década 1940 os proprietários fundiários foram os responsáveis em produzir os loteamentos na cidade. Localizados principalmente ao norte da ferrovia, esses loteamentos que surgiram não adotavam critérios urbanísticos, nem eram dotados de equipamentos de consumo coletivo e infraestrutura o que tornava o preço dos seus lotes mais baratos.

Assim, ao atingir a década de 1940 a cidade:

[...] ganhava maior dimensão, cresciam os vazios urbanos, tornava-se mais acentuada a segregação urbana, maior parcela da população sujeitando-se a conquistar um lugar na periferia. Aquele 'zoneamento espontâneo' – pois não era formalizado – esboçado no momento da ocupação inicial da cidade, agora tornava-se mais vigoroso; era perceptível dentro da cidade a configuração de áreas 'mais nobres', localizadas em áreas privilegiadas, enquanto outras áreas definiam-se como populares. O próprio leito ferroviário constituía o divisor de águas nesta segregação espacial; as vilas populares cresciam a partir do leito, onde localizavam-se especialmente armazéns e indústrias de beneficiamento, comércio varejista expandindo-se na direção Norte da cidade, transformando algumas chácaras, nas primeiras 'vilas populares', enquanto que a área central ficava reservada para o comércio e os negócios, e algumas avenidas e ruas privilegiadas, como reduto da classe 'A'. Vazios urbanos, especulação, segregação espacial, expansão da periferia, entre outros problemas ou características da cidade moderna, faziam parte do repertório dessa cidade com pouco mais de uma década. (LINARDI, 1995, p.184).

Segundo Lojkin (1981), na cidade capitalista existe uma separação provisória dos usuários dos meios de consumo urbanos em duas categorias distintas: os que pertencem à reprodução do capital e os que pertencem a reprodução da força de trabalho. Esta divisão é promovida por políticas urbanas que resultam numa segregação social e espacial no nível dos equipamentos coletivos. Existe uma diferença entre os subequipamentos das zonas ocupadas pelas classes operárias e os super equipamentos das zonas burguesas. Ao mesmo tempo, essa ação promove valorização diferenciada das áreas que se articula com o valor fundiário dos terrenos.

Essa situação ocorreu em Londrina e pode ser exemplificada com a comparação de 2 lotes vendidos pela Companhia na mesma área da planta urbana em períodos distintos. Em 1936 um terreno de 581, 25 metros² ao sul da cidade foi comercializada pela CTNP por 348.500 réis, enquanto em 1942 outro terreno de 600 metros² localizada na mesma área foi comercializado por 1: 350 (um conto e trezentos e cinquenta mil réis).

Essa diferenciação dos preços foi resultante do processo de valorização pelo qual os lotes comercializados pela Companhia passaram nos anos seguintes ao início das vendas. Tal valorização pode ser compreendida devido a melhorias na infraestrutura e acesso a serviços públicos e privados que foram

sendo instalados na cidade, o que não ocorria com os loteamentos periféricos que surgiam naquele momento na cidade.

De acordo com Razente (1989) o grupo nacional que adquiriu a Companhia durante a década de 1940 não se interessou pela comercialização produção de lotes urbanos em Londrina, o que acarretou no surgimento de novos agentes na produção de áreas.

Destaque para a ação dos “terranistas” nome estipulado a empreendedores que convenciam proprietários agrícolas que tinham propriedades rurais nas proximidades da cidade em transformá-las em loteamentos urbanos. Responsabilizavam em parcelar as propriedades em pequenos lotes urbanos e em seguida atuando como um “corretor” comercializavam lotes que caracterizavam por: estarem localizados geralmente próximos da planta urbana inicial, terem uma metragem menor do que os comercializados pelo Companhia, não serem dotados de infraestrutura e serviços urbanos coletivos, e não seguirem os padrões urbanísticos com ruas lineares da planta projetada pela CTNP.

A expansão da cidade guiada pelos “terranistas” seguia a lógica de transformação de terra agrícolas em loteamentos urbanos, isto porque uma propriedade rural poderia ser parcelada em diversos lotes urbanos e comercializadas a preços menores que os comercializados pela CTNP, o que garantiria o sucesso do empreendimento. Além disso, a não dotação de infraestrutura e serviço coletivos aos loteamentos produzidos pelos “terranistas” reduzia os custos de produção promovendo uma maior rentabilidade aos empreendimentos.

O poder público local não regeu nenhuma lei que obrigasse os “terranistas” a implantar infraestrutura e equipamentos coletivos aos loteamentos o que fez proliferar o número de “vilas” precárias em Londrina durante os anos de 1940.

Segundo Corrêa (2003) os loteamentos com mínima infraestrutura tendem a ser ocupados pela população de menor poder aquisitivo, e foi essa realidade ocorrida em Londrina. Em resposta a proliferação dos loteamentos que atingiu o número de 53 vilas em 1947 (PRANDINI, 2007), a população que sofria com a carência de infraestrutura e serviços urbanos e principalmente os membros da Sociedade Amigos de Londrina (SAL), uma agremiação criada em 1946, sem fins

lucrativos e com compromissos políticos, compostos por profissionais liberais e comerciantes da cidade, começaram a pressionar a prefeitura para que medidas fossem tomadas em relação aos loteamentos produzidos pelos “terranistas”.

Mediante a pressão popular o poder público local aprovou em 1948 um decreto que proibia o surgimento de novos loteamentos na cidade, até um plano urbanístico ser instalado pela prefeitura. A interrupção de novos loteamentos, promoveu a valorização e o adensamento dos terrenos que se encontravam vazios na planta original da cidade. (LIMA, 2000).

A atuação dos proprietários fundiários e “terranistas” e a valorização dos lotes inseridos na planta inicial da cidade introduziu novas operações no mercado imobiliário de Londrina durante a década de 1940. O surgimento das vilas, principalmente ao norte da malha ferroviária e o adensamento residencial da área ao sul da avenida Paraná reforçaram a segregação residencial na cidade que naquele momento encontrava-se dividida em áreas residenciais “dentro” e “fora” da planta original da cidade, sendo que as classes mais pobres residiam do lado de “fora” da cidade projetada pela Companhia.

Por fim, essa década encerrou-se com a tentativa do poder público local de normalizar o processo de expansão urbana de Londrina. Dessa forma, quais foram as consequências da introdução das ações públicas na organização residencial da cidade. A ação do poder público local trouxe mudanças na segregação residencial em Londrina?

1.5 “OS ANOS DOURADOS”: POLÍTICAS URBANAS E OCUPAÇÕES IRREGULARES EM LONDRINA

A década de 1950 foi marcada pela expansão da economia regional norte paranaense que naquele período era impulsionada pela produção agrícola, destaque para a cafeicultura. Assim, o Paraná adquiriu um importante papel na divisão internacional e territorial do trabalho, dividindo com São Paulo o posto de principal estado agroexportador de café no país. Esse produto era exportado para o mercado internacional em grandes quantidades o que promoveu o título de “Capital

Mundial do Café” a Londrina, pois à cidade tinha se tornado o principal centro exportador do produto no país.

Essa conjuntura favorável promoveu um expressivo crescimento econômico, populacional⁴, físico e territorial à Londrina, o que permitiu Linardi (1995) e Fresca (2000) a considerarem essa década como os “Anos Dourados” da cidade.

Entretanto, fazia-se necessário resolver a questão dos novos loteamentos na cidade que tinham sido proibidos desde 1948. Assim, o então prefeito Hugo Cabral, em 1951, contrata o renomado engenheiro Francisco Prestes Maia para elaboração de uma legislação que organizasse o crescimento territorial da cidade.

A escolha de Prestes Maia ocorreu em função, primeiro, da credibilidade do urbanista; segundo, de São Paulo como modelo de futuro e progresso; terceiro, da vinculação partidária de Prestes Maia e Hugo Cabral, correligionários da UDN; quarto, do ideário da SAL, almejando a elaboração do plano geral da cidade de acordo com os modernos princípios de urbanismo. A cidade nova, sem referencial histórico próprio e com grande potencial econômico, adota o moderno como meta, o moderno como progresso, sendo São Paulo, seu espelho, a imagem visível ao forasteiro – pela verticalização; as grandes avenidas, o dinamismo, a transformação. (LIMA, 2000, p.133).

Sua contração visava trazer aspectos arquitetônicos modernos à Londrina, tendo como inspiração a cidade de São Paulo. Dessa forma, em dezembro de 1951 foi aprovada a Lei Municipal 133/51, que considerava loteamento qualquer retalhamento ou divisão miúda do terreno, mesmo de um lote em apenas 2 outros.

Dentre as diversas medidas impostas por essa lei, uma modificou o papel dos loteadores, pois tornava-se;

⁴ Segundo IBGE (1950) o município de Londrina tinha uma população de 71.412 habitantes, sendo que 34.230 habitantes residiam na área urbana o que correspondia a 47,93% da população total do município.

[...] responsabilidade dos proprietários – arruadores além da terraplanagem, escoamento pluvial, drenagem, regularização do curso d'água, as despesas para obras e instalações locais complementares do arruamento, consideradas essenciais à habilidade dos mesmos, a saber: o abastecimento de água, esgoto sanitário, pavimentação e guias, arborização e iluminação. (PREFEITURA DE LONDRINA, art. 20, 2014).

A partir da Lei Municipal 133/51 o loteador seria obrigado a injetar maiores investimentos no loteamento dotando-o de infraestrutura o que reduziria a lucratividade dos empreendimentos. Observa-se que Londrina antecede, do ponto de vista legal a legislação federal 6.766 de 1979, que regulamentou o parcelamento, loteamento e outras providencias do solo urbano.

Entretanto, as determinações impostas pela Lei municipal 133/51 não ocorreram de forma direta, pois havia na mesma a possibilidade para que os loteadores não cumprissem as exigências para o loteamento imposta na legislação.

As obras complementares menos necessárias poderão mediante combinação com a Prefeitura, serem retiradas, desde o início, da responsabilidade do proprietário – arruador, para serem mais tarde executada pela Prefeitura, que se ressarcira pela tributação. Neste caso deverá constar das escrituras de venda do proprietário – arruador, essa circunstância que transfere a responsabilidade aos compradores lotistas. (PREFEITURA DE LONDRINA, art. 20, 2014).

Essa “combinação” com a prefeitura demonstrava que mesmo criando uma legislação que visava responsabilizar os loteadores de dotação de infraestrutura, o poder público local criou uma brecha na lei para que os loteadores não fossem obrigados a implantar obras complementares “menos necessárias” ao loteamento. Transferindo assim, para a prefeitura e para os futuros compradores a responsabilidade de implantação dessas obras.

Segundo Razente (1989) esse mecanismo paradoxal favoreceu a não anuência das atribuições impostas pela Lei Municipal 133/51 ao mercado imobiliário londrinense. Em outras palavras, os loteadores não eram obrigados a cumprir com todas as obrigações impostas pelo art. 20 e caberia ao poder público local dotar os novos loteamentos de infraestrutura.

Contudo, o investimento mínimo na dotação de serviços públicos como a implantação de rede de abastecimento de água e energia tornaram-se frequentes nos novos loteamentos, pois além de favorecer as vendas essas infraestruturas tornavam o preço dos lotes mais valorizados. (RAZENTE, 1989).

Outro aspecto importante a se destacar foram as consequências do art. 84 da Lei Municipal 133/51 que promoveu um zoneamento residencial em Londrina baseada em critérios socioeconômicos. Essa organização espacial imposta pela lei evidencia o interesse do poder público local em afastar ricos e pobres na cidade. Tal zoneamento estipulou zonas residenciais distintas que foram classificadas em: Classes superiores, Classes consideradas médias, e Classes populares. (PREFEITURA DE LONDRINA, art. 84, Lei 133/51).

Além disso, a Lei Municipal 133/51 promoveu a divisão das áreas residenciais da cidade em “subzonas” que foram denominadas de Zona – R (Residencial) de classe superior, média, “econômicas” e “populares” (PREFEITURA DE LONDRINA, art. 84, Lei 133/51). Essa realidade promoveu a normatização de áreas residenciais distintas em relação ao padrão estético das residências, sua localização, área de testada e profundidade, o tamanho dos lotes e o acesso a benefícios como iluminação, saneamento e calçamento.

As sub-zonas residenciais também possuíam norma quanto as construções que nelas deveriam efetuar-se havendo diferenciações de acordo com os grupos que iriam ocupá-las, o que evidencia claramente a preocupação do poder público com a questão da segregação social, incentivando a criação de espaços refinados e em locais mais afastados, a criação de espaços que pudessem abrigar as massas trabalhadoras. (CANDOTTI, 1997, p.138).

Nesse sentido, uma padronização e diferenciação residencial foi direcionada pelo poder público local que iniciou sua participação interferindo na segregação residencial da cidade. A Lei Municipal 133/51 visava reorganizar as áreas residenciais de Londrina concentrando as camadas de maior poder aquisitivo na área central e em bairros “específicos”, enquanto as camadas mais pobres concentrar-se-iam nas áreas residenciais mais periféricas.

Um exemplo de bairro “específico” para as camadas mais ricas da cidade foi o Jardim Shangri-lá criado em 1952. Segundo Nakagawara (1972) o bairro

foi criado por uma imobiliária de capital local que adquiriu uma propriedade cafeeira de 124,25 alqueires paulistas, nas adjacências da cidade no intuito de promover um loteamento urbano. Dividido em quatro áreas o Shangri-lá, A, B, C e D, teriam lotes com 600 metros², no seu interior seriam construídas 10 praças para a população, um local destinado para um parque infantil, um grande mercado para o abastecimento da população, avenidas de pistas duplas, ruas arborizadas e asfaltadas e não seria permitida a construção de casas de madeira. Tais características demonstravam que esse bairro destinava-se a uma população de maior poder aquisitivo.

Segundo a autora, não havia em Londrina naquele momento nenhum bairro residencial asfaltado, essa realidade repetia-se na área central onde somente poucas ruas eram asfaltadas o que evidenciava o destaque do Jardim Shangri-lá.

Assim, ao promover a criação de um loteamento com essas características a imobiliária deixou claro sua intenção de transformar o Shangri-lá em uma área residencial elitizada economicamente. Rapidamente seus lotes foram comprados por fazendeiros, comerciantes, profissionais liberais de Londrina e das cidades vizinhas, promovendo uma concentração de pessoas com alto poder aquisitivo. (NAKAGAWARA,1972).

No entanto, a geada de 1953 provocou uma crise financeira e econômica na região o que obrigou a imobiliária loteadora do Shangri-lá a modificar o perfil do loteamento. Assim, as porções ao sul da ferrovia, Shangri-lá C e D, que não tinham sido loteadas, foram divididas em lotes menores e vendidas por preços mais baixos, sendo também permitida a construção de casas de madeiras em seu interior o que era proibido no Shangri-lá A e B. Essa área residencial ocupada por uma população com menores rendimentos foi denominada de Jardim do Sol. (NAKAGAWARA,1972).

Assim, o poder público local ao aprovar a Lei Municipal 133/51 uniu-se ao setor imobiliário como os responsáveis em direcionar a ocupação residencial das camadas sociais da cidade.

Segundo Jarreta (1978) durante a década de 1950 foram criados em 67 loteamentos destinados a distintas demandas, contudo houve um predomínio de loteamentos direcionado a pessoas com baixos e médios recursos.

Esses loteamentos caracterizavam-se por: serem distantes da área central e das áreas já loteadas; serem produzidos para atender uma demanda que se diversificava; eram dotados de pouca infraestrutura pelos loteadores, recebendo progressivamente nos anos posteriores pelo poder público local, com exceção de alguns bairros construídos para uma demanda mais elitizada, na qual essa dotação ocorria simultaneamente a comercialização dos lotes. (JARRETA, 1978).

Dessa forma, além do Shangri-lá outros loteamentos específicos foram ocupados pelas camadas mais ricas da cidade na década 1950 como o Londrilar, Santos Dumont, Jardim dos Bancários e Jardim Canadá. Em contrapartida, as camadas baixas e médias foram residindo em diversos loteamentos como a Vila Recreio, Vila Santa Terezinha, Vila Higienópolis, Jardim Paulista (JARRETA, 1978).

Lojkine (1981) observa que as políticas urbanas tendem a privilegiar as áreas ocupadas pelas classes dominantes. Essas áreas são dotadas de melhores equipamentos coletivos, do que as áreas residenciais ocupadas pela classe trabalhadora, que residem em áreas residenciais caracterizadas por serem periféricas, sem infraestrutura e carentes de serviços públicos.

Esta configuração desigual do espaço de uma cidade imposta pela ação do Estado canalizando seus investimentos e criando legislações de forma a privilegiar as classes mais ricas em detrimento das pobres, são determinantes para a (re)organização da distribuição residencial da sua população.

Além disso, a inexistência e a acumulação da precariedade de infraestrutura e serviços públicos que são socialmente necessários para a reprodução da força do trabalho em algumas áreas residenciais levam a que Kowarick (1979) denominou de espoliação urbana da classe trabalhadora.

Segundo Kowarick (1979) os investimentos públicos têm ganhado crescente importância nas cidades brasileiras, pois são fatores determinantes no preço da terra e moradia. O fornecimento e o acesso a equipamentos de consumo coletivo, constituem poderosos condicionantes em relação a determinar quais classes vão ocupar as áreas residenciais de uma cidade. Assim, a inexistência e ineficácia de equipamentos coletivos em uma determinada área residencial, direciona a mesma a ser ocupada pelas classes mais pobres.

A Lei Municipal 133/51 institucionalizou a abertura de loteamentos com uma dotação desigual de infraestrutura e serviços públicos em algumas áreas de Londrina o que promoveu um zoneamento que visava agrupar e separar grupos socioeconômicos semelhantes e distintos respectivamente, o que trouxe um novo direcionamento para a segregação residencial da cidade.

Razente (1989) garante que até a década de 1950 não havia em Londrina espaço urbanos ou residenciais exclusivamente ocupados por pessoas de baixa renda. Para o autor, até este período existe uma segregação espacial na cidade, que se transforma, na medida que a cidade vai passando por transformações de ordem econômica e por ações Estado que por pressão da classe dominante promove investimentos espacialmente diferenciados pela cidade.

Ao mesmo tempo, a segregação residencial em Londrina transforma-se em direção a um novo ordenamento da cidade, com o surgimento das primeiras favelas e ocupações irregulares durante a década de 1950. Essas áreas foram ocupadas por uma população carente que pode encontrar nelas a solução para subsistir na cidade. (KOWARICK, 1979).

As favelas e as ocupações irregulares estão relacionadas com a articulação de agentes sociais sem maiores expressões na cidade, que com poucos recursos para pagar um aluguel ou comprar um imóvel produzem em um sistema de autoconstrução, moradias simples, com a finalidade de utilizar o seu valor de uso ou o seu valor de troca. (CORRÊA, 2003).

Vale a pena ressaltar a existência de uma diferença conceitual entre favelas e as ocupações irregulares, contudo não é objetivo desse trabalho levantar essa diferenciação conceitual, mas apontar que durante a década de 1950 iniciou-se a criação de ocupações irregulares em Londrina, que foram popularmente denominadas de favelas e que constituíam-se basicamente de áreas de “[...] ocupação juridicamente ‘ilegal’ de terras”. (RODRIGUES, 2001, p.36).

A favela surge da necessidade do onde e do como morar. Se não é possível comprar casa pronta, nem terreno e autoconstruir, tem-se que buscar uma solução. Para alguns essa solução é a favela. A favela é produto da conjugação de vários processos: da expropriação dos pequenos proprietários rurais e da superexploração da força de trabalho no campo, que conduz a sucessivas migrações rural-urbana e também urbana-urbana, principalmente de pequenas e médias para as grandes cidades. É também produto do processo de empobrecimento da classe trabalhadora em seu conjunto, bastando lembrar que o valor real do salário mínimo tem sido extremamente depreciado [...] Resultado também do preço da terra urbana e das edificações – mercadoria inacessível para a maior parte dos trabalhadores – a favela exprime a luta pela sobre vivência e pelo direito ao uso do solo urbano de uma parcela da classe trabalhadora. (RODRIGUES, 1988, p.38).

Dessa forma, as ocupações irregulares que foram criadas em Londrina durante a década de 1950, conforme aponta o quadro 3, caracterizavam-se por: ocuparem propriedades originalmente particulares de uso agrícola e urbana; suas moradias serem construídas com materiais simples como madeira ou restos de materiais de construção; continham em média 3 ou 4 cômodos; eram ocupadas por famílias com baixos rendimentos e recém chegadas à Londrina, oriundas de áreas rurais e urbanas do Paraná e de outras regiões do país.

Quadro 3 – Ocupações irregulares em Londrina década de 1950

Nome da ocupação irregular	Ano de criação	Situação atual	Número de famílias no ato da ocupação	Região da cidade
Pito Acesso	1953	Extinta	15	Sul
Vila do Grilo	1955	Extinta	108	Leste
Vila Esperança	1958	Extinta	24	Sul
Vila do Grilo da Caixa Econômica	1959	Atualmente: Jardim Nossa Senhora da Paz	1248	Oeste

Fonte: Atlas Ambiental de Londrina (2009)

Org.: Roger Henrique Bartlo

A primeira ocupação irregular a surgir em Londrina foi a do Pito Acesso em 1953, localizada as margens do Córrego Água Branca em uma propriedade rural na porção sul da cidade, essa favela foi ocupada inicialmente por cerca de 15 famílias procedentes, principalmente do estado de Minas Gerais e da região Nordeste do país. (IPPUL, 1996).

Sua gênese esteve relacionada com invasão de barracão de uma antiga olaria desativada e da cobrança de aluguéis de casas simples construídas na época da antiga colônia de café que havia na propriedade. “O local passou a ter mais características de cortiço, uma vez que todos pagavam aluguel a dois únicos proprietários e várias famílias moravam na mesma moradia [...]”. (IPPUL, 1996, p.36).

Em 1955 foi criada a favela Vila do Grilo, sua primeira ocupação ocorreu em uma propriedade rural desocupada localizada a leste da cidade, nas proximidades do marco zero de Londrina. Inicialmente, a ocupação contou com 18 famílias procedentes, principalmente da Bahia e que chegavam à cidade em busca de melhores oportunidades de vida.

Essa conjuntura, levou ao rápido crescimento da favela que em 1963 atingiu a quantia de 2.007 moradores distribuídos em 180 barracos, que encontravam-se em péssimas condições de habitabilidade. (IPPUL, 1996).

Em 1958, deu início a ocupação da favela Vila Esperança que localizava-se no final da Rua Santa Catarina, entre o Armazém Cristo Rei e a ferrovia, nas adjacências da área central. Sendo ocupada inicialmente por 3 ou 4 famílias oriundas da área rural de Londrina, seu crescimento foi menos expressivo do que as outras favelas criadas até aquele momento na cidade. Sua extinção⁵ ocorreu em 1972, através da ação do poder público local, que realocou 20 famílias da favela para o Conjunto Habitacional Pindorama. (IPPUL, 1996).

A favela Nossa Senhora da Paz ou popularmente chamada de Grilinho da Caixa Econômica, começou a ser implantada em 1959 em uma propriedade pertencente à Caixa Econômica⁶, principalmente por famílias procedentes da área rural de Londrina e da região.

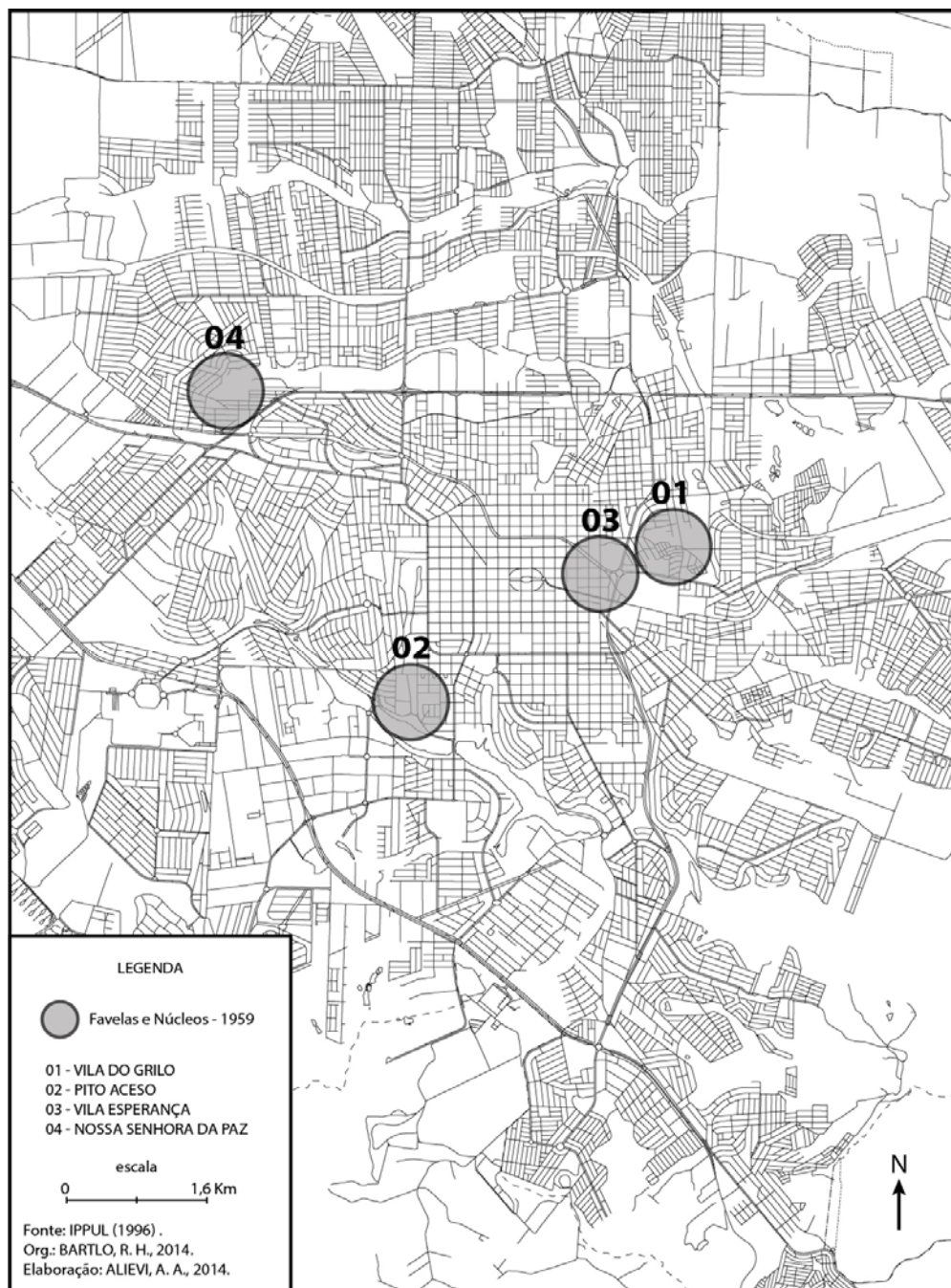
Mesmo em uma área particular, a ocupação perpassou por um rápido crescimento nos anos posteriores a sua criação, chegando a ter 1.229 moradores em 1972, o que obrigou a prefeitura a implantar o programa de desfavelamento no local. (IPPUL, 1996).

⁵ O desfavelamento realizado pelo poder público local será discutido no item 3 – Novos elementos na segregação residencial: 1970 e 1980.

⁶ Em 1982, a Caixa Econômica doou o terreno à COHAB-LD (IPPUL, 1996).

Dessa forma, compreende-se que as ocupações irregulares que surgiram em Londrina durante a década de 1950 conforme apresenta a figura 7 foram “[...] uma estratégia de sobrevivência. Uma saída, uma iniciativa, que levanta barracos de um dia para outro, contra uma ordem desumana, segregadora”. (RODRIGUES, 1988, p.41).

Figura 7 – Ocupações irregulares em Londrina na década de 1950



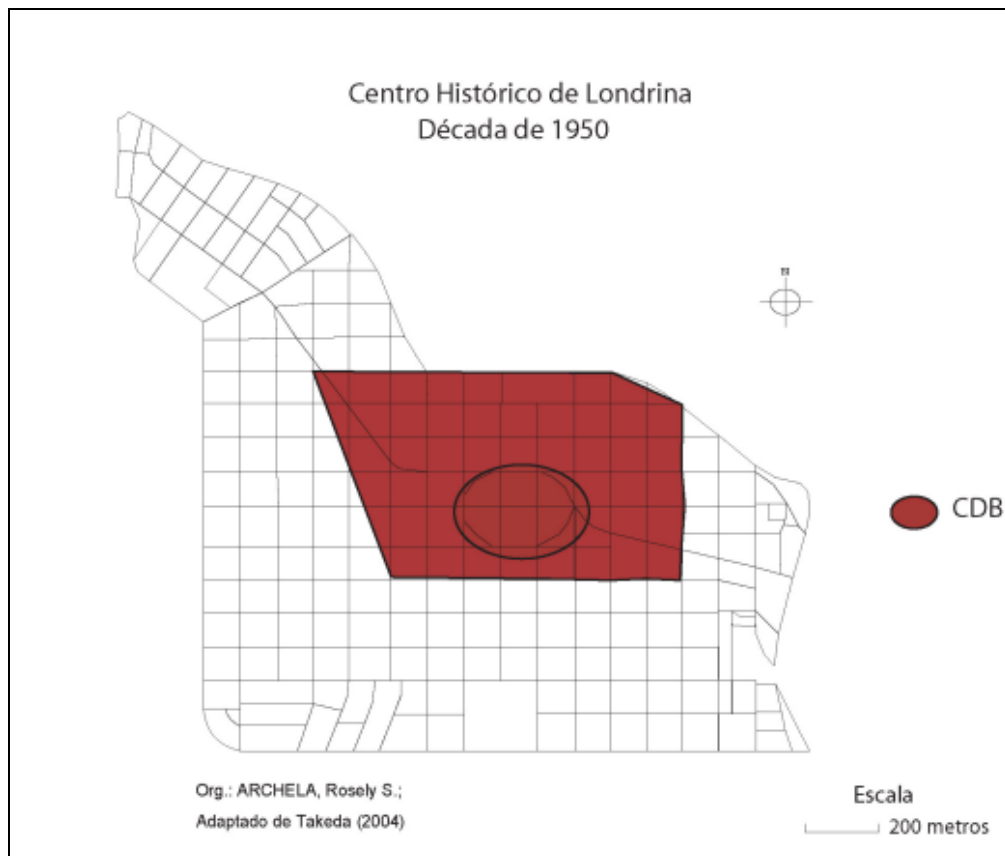
Fonte: IPPUL (1996)

Foi também na década de 1950 o momento em que a área central de Londrina teve sua afirmação (LINARDI, 1995; TAKEDA; 2004; FRESCA; 2007) e quando constitui-se o núcleo central de negócios, conforme figura 8.

Esta área

[...] corresponde em linhas gerais, ao núcleo da área central onde estão localizadas as atividades que concentram e exercem maior força de centralidade, como a financeira e comercial, que suportam pagar o elevado preço do solo, e várias de gestão pública. (FRESCA, 2007, p.156)

Figura 8 – Área central de Londrina na década de 1950



Fonte: FRESCA (2007)

Esta fase de intensa concentração de comércios e serviços na área central evidenciou a segregação urbana em Londrina, onde as residências foram cedendo lugar para as atividades relacionadas ao setor terciário.

Nesse momento, a avenida Paraná foi tornada a localização privilegiada do setor financeiro (antes na atual rua Benjamim Constant) e do

comércio e serviços mais sofisticado. A rua Benjamim Constant concentrou atividades ligadas a comercialização da produção agrícola, enquanto o comércio popular ficou na rua Sergipe. Nas imediações da ferrovia concentrou-se elevado número de hotéis e restaurantes a atender as pessoas que chegavam à cidade. O comércio atacadista concentrava-se então na atual rua Quintino Bocaiúva e trecho da avenida Celso Garcia Cid, quanto outras atividades ligadas ao sistema rodoviário em expansão, como oficinas mecânicas, funilarias, postos de gasolina, etc. ficam em parte da Duque de Caxias e depois da pavimentação da BR 369, em meados da década de 1950, foram transportadas para a rua Guaporé, que tornou-se a principal via de acesso à cidade. (FRESCA, 2007, p.156-157).

Entretanto, a função residencial da área central ganhou novas configurações com a construção dos prédios residenciais que surgiram “[...] não como índice de falta de espaço, mas atestando a riqueza da cidade e a sua chegada a uma base de princípio de maturidade “. (PRANDINI, 2007, p.95).

Importante entender que, o processo de verticalização na área central atestava o acentuado desenvolvimento econômico alcançado pela jovem cidade de Londrina (LINARDI, 1995), que pode ser explicado pelo: período de safras crescentes de café; expansão das atividades urbanas, principalmente do setor terciário; dotação de infraestrutura e serviço urbanos pelo poder público; aumento nas arrecadações públicas e; movimento econômico entorno das atividades agrícolas.

Naquele momento consolidava-se na cidade uma burguesia local urbana e rural que tinha acumulado recursos e desejava injetar parte dos mesmos em investimentos que lhe proporcionassem retornos financeiros (LINARDI, 1995; FRESCA, 2007).

Além disso, a conjuntura econômica nacional, encontrava-se na fase “a” do 4 ciclo Longo (Rangel, 1986), impulsionado pelo processo de substituição das importações estipulado pelo governo federal, o que estimulava investimentos em diversos setores da econômica, principalmente o na construção civil.

Essa conjuntura favorável promoveu o início da verticalização em Londrina. Conforme aponta Oliveira; Fresca (2005) foram construídos na área central durante a década de 1950 em Londrina 15 prédios com mais de 4

pavimentos de uso residencial, comercial e misto. Tendo como destaque a ação da construtora Veronesi, empresa de capital local que edificou projetos arquitetados pelo famoso arquiteto paulista Vila Nova Artigas.

Atuando como agente produtor as construtoras trouxeram novas concepções residenciais à Londrina, pois naquele momento tornava-se sinônimo de status residir em edifícios na área central da cidade. Essa realidade promoveu uma concentração da elite local que investiu seus lucros na construção e aquisição de edifícios residencial na área central de Londrina. (LINARDI, 1995; TAKEDA, 2004; FRESCA, 2007; CASARIL 2008).

Outro aspecto importante a destacar que as construtoras londrinenses também se intitulavam “incorporadoras”, antes mesmo da Lei Federal da Incorporação nº 4.591 de 1964 que regulamentou a atividade de incorporação imobiliária e edificação sob o regime de condomínio, o que demonstra que mais uma vez Londrina antecedia a legislação federal. (CASARIL, 2010).

Com a concentração das atividades comerciais e serviços na área central e o aumento da participação das construtoras locais na produção da verticalização da mesma, a segregação urbana evidenciase na paisagem de Londrina, onde o restante da cidade diferenciase da área central pela sua forma e função.

A ação específica das construtoras, produzindo edifícios residenciais manteve a função residencial da área central, entretanto, essa ação trouxe outra forma de residências na cidade, pois:

[...] tais apartamentos foram destinados para uma classe de maior poder aquisitivo, devido a ser a área na época a melhor localização para tal classe residir (melhor infra-estrutura, próximo de mercados, cinema, banco, casas comerciais, diversão, etc.). (CASARIL, 2008, p.140).

Assim, a década de 1950 foi marcada por alguns acontecimentos que evidenciaram a segregação residencial em Londrina. Entendida como, processo, tendência (VILLAÇA, 2001), a segregação residencial ocorreu devido a ação dos seguintes agentes produtores:

a) Loteadores: que produziram áreas residenciais com valores de lotes distintos, o que propiciou a concentração de camadas sociais com tendências socioeconômicas semelhantes, promovendo uma certa homogeneidade interna e uma disparidade externa, assemelhando-se as concepções de segregação urbana impostas por Castells (1983);

b) Estado: que promoveu a implantação de uma legislação municipal (Lei 133/51) que agiu como o primeiro zoneamento de Londrina, estipulando as áreas residenciais e as camadas sociais que as ocupariam. Além disso, essa lei privilegiou a dotação de infraestrutura e serviços urbanos a determinadas áreas da cidade (área central), promovendo o acesso a equipamentos de consumo coletivos as camadas sociais menos necessitadas deixando as camadas mais pobres a mercê desses serviços, assemelhando-se a dos tipos de segregação propostas de Lojkine (1981);

c) Excluídos Sociais: que criaram a partir da ocupação e autoconstrução, áreas residenciais ilegais, como alternativa para residirem na cidade. Essas ocupações irregulares, caracterizando-se pelo predomínio de pessoas com baixíssimos recursos que ocupam esses terrenos urbanos e rurais no anseio de sobreviver na cidade (CORRÊA, 2003);

d) Construtoras ou Incorporadoras: que construíram edifícios na área central, visando dois objetivos: transferir recursos locais de origem rural e urbana na construção civil e tornar os edifícios uma nova concepção de moradia para camadas com melhores rendimentos, promovendo uma segregação voluntária (VILLAÇA, 2001) em Londrina.

O importante a ser salientado é que, a segregação residencial está sendo discutida como processo, e os agentes produtores do mesmo durante a gênese da cidade até a década de 1950 foram elencados nesse capítulo. No próximo capítulo discutir-se-á a complexidade da segregação residencial nas décadas de 1970 e 1980 em Londrina.

2 O PROCESSO DE SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL EM LONDRINA: 1970 - 1980

2.1 A CONJUNTURA ECONÔMICA E POLÍTICA DO PARANÁ NAS DÉCADAS DE 1970 - 1980

Durante as décadas de 1970 e 1980 grandes processos econômicos e políticos ocorreram na sociedade brasileira e paranaense e emanaram modificações na divisão social e territorial do trabalho no norte paranaense e promoveram modificações na estrutura urbana de Londrina.

Essas modificações causaram transformações na segregação residencial, o que justifica primeiramente, entender quais foram essas transformações econômicas e políticas em escala regional e nacional que modificaram a cidade. Para, por conseguinte, discutir-se a intensificação da segregação residencial em Londrina no período considerado.

Articulado à conjuntura nacional, o norte paranaense a partir da década de 1960, mas em especial durante a década de 1970, passou por intensas transformações econômicas, principalmente no setor agropecuário e industrial. Esses setores, simultaneamente, impuseram outras dinâmicas econômicas, territoriais e populacionais à região. Esse período “[...] se configurou como o ponto de inflexão de uma série de medidas na órbita estatal que procuravam dar suporte à inserção do Paraná em outro papel no cenário nacional. (FRESCA, 2000, p.156).

Tais medidas buscavam implantar no estado do Paraná um projeto desenvolvimentista baseado na industrialização, seguindo o modelo paulista de desenvolvimento fundamentado no setor industrial. Ao mesmo tempo, essas ações tinham como intuito, minimizar o papel unicamente agrícola que o Paraná tinha em nível nacional. Entretanto, para garantir o sucesso desse projeto era necessário que o governo estadual dotasse o território paranaense de infraestruturas que incentivassem a vinda de empreendimentos privados ao estado. (FRESCA, 2000).

Assim, foi implantado a partir da década de 1960 diversas obras de infraestrutura em todo o Paraná como: a pavimentação e construção de rodovias que integrariam as desarticuladas regiões do estado; o aumento na produção de energia elétrica e outras ações que instalariam as condições necessárias gerais à produção industrial no Paraná. (AUGUSTO, 1978).

Neste contexto, foram criados a Companhia de Desenvolvimento do Paraná (CODEPAR) e a Fundação Educacional do Paraná (FUNDEPAR) em 1962, a Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR) e a Companhia de Telecomunicações do Paraná (TELEPAR) em 1963, o Centro Eletrônico de Processamento de Dados (CELEPAR) em 1964, Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR) em 1965, dentre outros órgãos que foram responsáveis em dotar o estado de infraestruturas. Esta dotação viabilizou a implantação de indústrias em diversos ramos produtivos, tanto nas áreas urbanas como agrícolas do estado. (FRESCA, 2000).

Simultaneamente a essa conjuntura, a produção cafeeira paranaense adentrava à década de 1960 passando por uma conjuntura econômica desfavorável, principalmente porque durante essa década as geadas foram mais frequentes no estado, o que diminuiu a produtividade do setor. Além disso, a redução de novas áreas agricultáveis e o aumento da concorrência internacional, geraram a queda do preço no mercado externo resultando no arrefecimento da produção cafeeira no estado. (CANCIAN, 1977).

Neste contexto, a produção cafeeira que em períodos anteriores foi uma das principais fontes de riqueza do estado, tornava-se um entrave para os planos econômicos do governo estadual e federal. Esta condição levou o governo federal a criar em 1961 o Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA), órgão que tinha como finalidade racionalizar a cafeicultura e abrir caminhos para a modernização da agropecuária no país.

Esse órgão atuou nos estados de São Paulo e Paraná (maiores produtores de café do país) em três momentos e com objetivos distintos, que visavam, além de promover a eliminação dos pés de cafés de baixo rendimento, substituir os antigos cafezais por novas culturas agrícolas alimentares. Além disso, o GERCA buscava promover uma diversificação na produção agrícola nacional, substituindo a produção cafeeira por uma produção agrícola que estivesse integrada ao uso de maquinários e insumos em seu processo produtivo, aumentando assim a modernização do setor. (CANCIAN, 1977; FRESCA, 2000).

A criação do GERCA foi uma das diversas intervenções realizadas pelo governo federal no intuito de modificar a estrutura produtiva do setor agrícola

nacional. Porque, iniciava-se naquele momento uma política nacional em direção à modernização da agricultura⁷ brasileira.

Segundo Moro (1995) a modernização da agricultura no Paraná provocou expressivas transformações na organização do espaço rural do estado, gerando uma concentração fundiária e um êxodo rural, principalmente no norte paranaense. Isto porque, para ser economicamente viável, as pequenas e médias propriedades da estrutura fundiária herdada pela produção cafeeira, tiveram que ser substituídas por grandes propriedades. Além disso, as culturas de soja e trigo que sucederam a cafeicultura, necessitavam de intensivos investimentos de capital e moderna tecnologia no processo produtivo.

A modernização produtiva do setor agrícola levou a dispensa de um grande contingente de trabalhadores, “[...] portanto, concorreu para reduzir expressivamente o quadro de pessoal ocupado na produção agropecuária, acelerando o êxodo rural “ (MORO, 1995, p.84), ao mesmo tempo que promoveu a concentração fundiária.

Pois, com as alterações na estrutura fundiária para a produção das novas culturas, vários pequenos e médios cafeicultores venderam ou arrendaram suas propriedades. Porque, sem capital para investimentos os mesmos não conseguiam equipar-se com máquinas, insumos e agrotóxicos o que minimizava sua produtividade em comparação com propriedades inseridas à agricultura moderna. (FLEISCHFRESSER, 1988).

Nesse sentido, para inserir-se à agricultura moderna, baseada na mecanização da técnica agrícolas e modernização do sistema produtivo, era necessário que governo federal modificasse os arcaicos sistemas produtivos presentes no país, como foi o que aconteceu com a produção cafeeira no Paraná. Formulava-se assim, durante a década de 1960 uma nova política para o setor agrícola nacional que, afetou em muito o Paraná.

Sendo assim, entende-se que a modernização na agricultura e o aumento do uso insumos e tecnologia no campo, promoveram dentre outras transformações, um relevante impacto nas relações de trabalho do setor, pois a

⁷ Sobre esse processo e a sua repercussão nas estruturas produtivas agrícolas que afetaram, notadamente, os aspectos geográficos ligados ao campo e a situação rural/urbana da população paranaense naquele momento ver PADIS (1981) e FLEISCHFRESSER (1988), dentre outros.

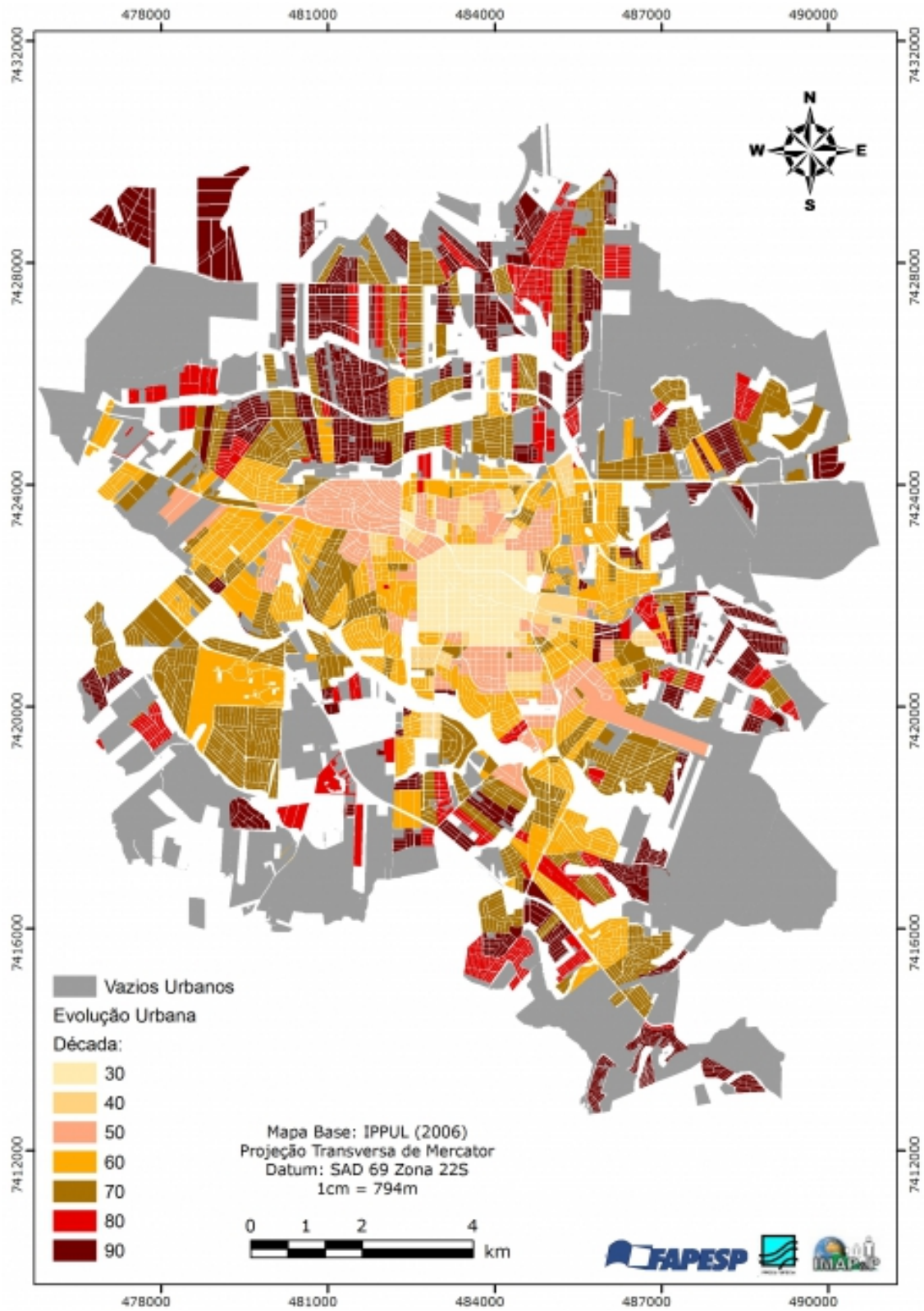
introdução de maquinários no campo liberou um grande contingente de trabalhadores rurais. (FLEISCHFRESSER, 1988).

Esta realidade gerou um forte movimento de evasão populacional do campo rumo as principais cidades do estado. Esta dinâmica populacional proporcionou transformações nas cidades da região norte paranaense, haja vista que “[...] muitas cidades decresceram ou mesmo se estagnaram, enquanto outras tornaram-se ainda mais fortes, consolidando sua anterior posição de polos regionais, como foi o caso de Londrina.” (LINARDI, 1995, p.107).

Conforme aponta a figura 9 Londrina expande territorialmente sua área urbana, principalmente durante as décadas de 1960 e 1970 quando a dinâmica populacional traz das áreas rurais um elevado contingente de migrantes à cidade. Esse crescimento acelerado da área urbana, principalmente a partir da década de 1970, são os elementos que justificam a escolha das décadas de 1970 e 1980 para serem discutidas.

Dessa forma, dentre os responsáveis pelas modificações na estrutura interna da cidade, destaque para o papel do Estado nessa conjuntura. A seguir discutir-se-á quais foram as ações do Estado, nas esferas federal, estadual e municipal no combate aos problemas proporcionados pelo êxodo rural em Londrina, tendo como destaque a questão habitacional; discutiu-se ainda os impactos dessa conjuntura na estrutura residencial de Londrina e a ação de outros agentes na produção da segregação residencial na cidade entre as décadas 1970 – 1980.

Figura 9 – Expansão urbana de Londrina até a década de 1990



Fonte: POLIDORO; DE LOLLO; PEREIRA NETO (2011)

2.2 O ESTADO E OS CONJUNTOS HABITACIONAIS

A construção de conjuntos habitacionais iniciadas durante a década de 1960 e que perdurou até meados da década de 1980 foi a ação mais visível e efetiva do poder público local no combate aos problemas habitacionais em Londrina. Nesse sentido, cabe salientar que a construção desses conjuntos habitacionais esteve relacionada a uma política habitacional de âmbito federal iniciada no Brasil durante o período militar.

Durante a década de 1960 o Estado brasileiro representado pelo governo militar, deveria cumprir o seu papel de assegurar a reprodução da força de trabalho no país, atuando com políticas que priorizassem o bem-estar social dos trabalhadores. Assim, a ausência de políticas habitacionais até aquele momento promoveu uma expressiva falta de moradias nas principais cidades do país.

Dessa forma, o país necessitava de uma intervenção estatal no que diz respeito à questão do acesso à moradia e a disponibilização de infraestrutura urbana, principalmente para as camadas mais pobres. Pois, até então, o trabalhador resolvia a questão da moradia por conta própria. De modo informal combinando muitas vezes com a produção de favelas, loteamento irregulares e autoconstrução as moradias caracterizava-se por localizar-se predominantemente nas periferias das grandes cidades, o que gerava consequências preocupantes, seja para essa população, como para o meio ambiente. (MARICATO, 2003).

Nesse contexto, é importante destacar a relevância de uma rápida explanação sobre a trajetória da política nacional de habitação promovida pelo governo militar pós 1964, com a criação do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e o Banco Nacional de Habitação (BNH). Essa explicação faz-se importante devido aos impactos que esta política provocou na cidade de Londrina durante as décadas de 1970 – 1980.

A política habitacional do governo federal foi estipulada a fim de resolver alguns dos problemas urbanos existentes nas principais cidades do país, principalmente a questão da moradia popular. Tal política foi iniciada visando proporcionar a aquisição da casa própria, principalmente para a classe trabalhadora, com ganhos de até 5 salários mínimos.

Tendo os objetivos estabelecidos, o governo federal iniciou a política nacional, institucionalizando o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SFHU) através da Lei Federal nº 4.380, em 21 agosto de 1964. Em seguida, o governo criou no mesmo ano o Plano Nacional de Habitação (PNH), o BNH, o SFH, que seriam responsáveis em facilitar e promover a construção das habitações em todo o território nacional.

Nesse programa, as Companhias de Habitação (COHABs) teriam a responsabilidade de operacionalizar as construções em cada município onde a Companhia se fizesse presente. Todos esses órgãos criados tinham a finalidade de dinamizar a construção e aquisição da casa própria, via financiamento, principalmente para as populações de menor renda residentes nas áreas urbanas das principais cidades brasileiras.

Esses órgãos foram criados no intuito de coordenar a política habitacional do governo federal, os mesmos deveriam orientar a iniciativa privada que se responsabilizaria pela: produção de habitações, promover melhoria no padrão habitacional das cidades brasileiras, eliminar as crescentes favelas, principalmente nas áreas centrais, redistribuindo essa população aos conjuntos habitacionais, impulsionar a indústria de construção civil e estimular a poupança privada e os investimentos tanto do setor público como privado. (BASTOS, 2001).

Assim, para auxiliar esse programa foi criado em 1966 o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mecanismo jurídico e financeiro que tinha a função junto com os valores acumulados pela correção monetária, de ser uma das principais fontes de recursos para a construção de moradias. (BASTOS, 2001).

Instituiu-se a partir desse momento a correção monetária nos contratos imobiliários de aquisição da casa própria, como solução para a construção residencial no país. A desvalorização da moeda por conta da inflação, era combatida pela correção monetária que aplicada nos financiamentos dos mutuários tornava-se o índice que destinava-se a conservar o poder aquisitivo da moeda diante das constantes oscilações dos preços dos mercados. Tal circunstância solucionava o problema dos créditos de médio e longo prazo em uma economia inflacionada como a brasileira. (RANGEL, 1986).

Na realidade, essa política, estruturada sob o princípio da correção monetária, direcionava o financiamento para o produtor de moradias. Assim, dinamizou o setor da construção civil, privilegiou os grupos de elite formados pelos agentes financeiros, incorporadores e empreiteiros. As cidades principalmente as capitais que dispunham de investimentos públicos, foram o alvo certo dos investidores imobiliários e expansão urbana, que contribuíram para a instituição das regiões metropolitanas. As favelas situadas em regiões centrais foram sendo transferidas para conjuntos habitacionais nas regiões periféricas. (BASTOS, 2001, p.94).

A atuação dessa política nacional de construção de habitações pretendia, além de combater o problema habitacional que atingia as principais cidades do país, dinamizar a economia nacional reaquecendo o setor da construção civil e todos os outros setores ligados a este. Ainda, visava promover a inserção de uma relevante parcela do exército industrial de reserva do país no mercado de trabalho.

Segundo Martins (2007) o mercado de financiamento foi dividido em três níveis socioeconômicos que foram atendidos por diferentes agentes do SFH: o primeiro era destinado para as classes de mais baixos rendimentos, ou seja, famílias com renda mensal de até 3 salários mínimos que seriam atendidas por agentes estatais e municipais como as COHABs, o segundo nível era composto por famílias de renda entre 3 a 6 salários mínimos e seriam atendidas pelas Cooperativas Habitacionais, organizações sem fins lucrativos, e por último o mercado médio, atendido por agentes financeiros privados.

Os dois primeiros eram financiados basicamente com os recursos diretos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS criado em 1966, enquanto o mercado médio era financiado com recursos das cadernetas de poupança [...] Os depósitos do FGTS constituíram, nos primórdios do sistema, no suporte financeiro da política habitacional, permitindo que se conferisse um tratamento sistemático ao atendimento das necessidades habitacionais das camadas mais pobres da população. O sistema previa não só a arrecadação desses recursos, mas o empréstimo para a compra de imóveis, o retorno desse empréstimo, até a reaplicação desse dinheiro, como forma de multiplicar o montante da conta habitação. (MARTINS, 2007, p.32).

Foi nesse contexto, que foram construídos dos conjuntos habitacionais áreas residenciais de interesse social que eram edificadas pelas

COHABs e ocupados, principalmente por pessoas com menores recursos. Contudo, primeiramente era necessário que as COHABs realizassem a apresentação de projetos técnicos compatíveis com a política do BNH, para, por conseguinte, obter os financiamentos do banco para a construção de moradias destinado as classes populares de acordo com as prioridades estabelecidas pelos governos estaduais.

Assim, através da arrecadação do FGTS e da redistribuição desses recursos para as COHABs (empresas de economia mistas) que sob a gerencia do poder municipal, executavam projetos de construção de habitações e as suas comercializações. (BEIDACK, 2009).

Os primeiros alvos dessa política habitacional foram a construção de habitações de interesse social (conjuntos habitacionais) e o desfavelamento que buscava realocar a população favelada para essas áreas residenciais construídas.

Contudo, tal política não eliminou as favelas nem diminuiu o seu crescimento nas principais cidades do país. Isto porque após algum tempo residindo nos conjuntos habitacionais, os anteriores favelados não conseguiram pagar as parcelas do financiamento, o que fez crescer a inadimplência promovendo o abandono das residenciais de parte dos moradores dos conjuntos habitacionais. Esses moradores que não conseguiam arcar com as parcelas do financiamento buscavam comercializar as residências com pessoas que apresentassem melhores rendimentos, colocando em prova o programa habitacional. (POSTALI, 2008).

Segundo Silva e Silva (1989, p.52) “[...] a adoção do programa de desfavelamento em massa contribuiu para que o mercado popular se beneficiasse, nesse primeiro momento com 40,7% das habitações financiada pelo BNH de 1964 a 1969”. No entanto, a incapacidade econômica da maior parte da população desfavelada em arcar com o compromisso do financiamento, promoveu a primeira crise do programa, o que contribuiu para modificação na política tornando-a mais elitista.

Assim, durante a década de 1970 devido aos sucessivos fracassos com investimentos em habitação popular e influenciado pelo baixo poder aquisitivo da maior parcela da população, iniciava-se uma outra fase da política habitacional do BNH. Essa fase foi marcada pela modificação da política financeira do país que

afastou os investimentos do banco na construção de habitações populares repassando os investimentos para as classes médias e altas. (MARICATO, 1987).

A partir desse momento,

A política habitacional foi orientada de forma bastante pragmática, atendendo aos interesses da indústria da construção, dos promotores imobiliários e agentes financeiros. Na área da habitação os financiamentos voltam-se para obras urbanas e grandes projetos nacionais (empresas de construção pesada). (MARICATO, 1987, p.82).

Nesse período, diversas medidas foram tomadas para atrair uma clientela mais elitista ao programa, sendo que: a transformação do BNH em uma empresa pública em 1971, promoveu uma maior intervenção do setor privado nas operações de empréstimos para o financiamento de habitações, a ampliação do mercado popular atendido pelas COHABs, com a expansão do limite máximo de 3 para 5 salários mínimos, permitiu ao BNH selecionar sua clientela, excluindo a população com menores rendimentos do programa. (SILVA e SILVA, 1989).

A partir da década 1980 o país adentrou em uma crise econômica mundial que promoveu o aumento da concentração de renda, diminuição nas taxas de crescimento econômico, saldo negativo da balança comercial, arrocho salarial, elevados índices de desemprego, inadimplência, elevadas taxas de juros que acarretaram em uma diminuição das atividades do setor da construção civil.

Segundo Rangel (1986) a crise mundial do petróleo de 1973 marca o início da fase recessiva do 4º Kondratieff, em contrapartida a economia nacional encontrava-se na fase ascendente do Ciclo Julgar, o que não acarretou grandes problemas econômicos para o país naquele momento. No entanto, a partir da década de 1980 quando o Ciclo Breve da economia nacional entra em descendência coincidindo com o Ciclo Longo Mundial, o país adentrava a uma grande crise econômica que trouxe diversos problemas econômicos e sociais a população brasileira.

Nesta conjuntura, os países centrais do capitalismo como os Estados Unidos, buscaram com a disseminação das ideias da globalização e uma política econômica que combinava medidas keynesianas e neoliberalismo em doses

planejadas pelo Estado, caminhos diversos para a superação da crise. Essa realidade trouxe efeitos desastrosos para a economia brasileira a partir da década de 1980. (MAMIGONIAN, 2001).

Nessa conjuntura desfavorável, com a crise econômica nacional instaurada os recursos foram-se tornando escassos, o que resultou na diminuição dos recolhimentos do FGTS e dos depósitos em poupança. Além disso, na medida que o desemprego crescia aumentava a retirada do FGTS o que aumentou ainda mais a inadimplência. (BASTOS, 2001).

Deste modo, a crise financeira mundial que atingia o país, somada aos cumulativos prejuízos do BNH, ao aumento do desemprego da população brasileira, o arrocho salarial, a inflação, a redução dos recursos do FGTS, o aumento da inadimplência, a insatisfação pública geral, dentre outras comprometeram o financiamento habitacional do BNH/SFH culminando na extinção do BNH, em 1986 e a transferência das suas funções para a CEF. (BASTOS, 2001).

Assim, o SFH/BNH era na verdade um eficaz agente de dinamização da economia nacional desempenhando um importante papel junto ao capital imobiliário nacional, fugindo do seu objetivo principal, pelo menos o que era dito, de ser o indutor das políticas habitacionais para superação do déficit de moradia. (BOTEGA, 2007, p.68).

Dessa forma, a extinção do BNH e do SFH aumentou ainda mais o problema da falta de moradia no país durante os anos seguintes, principalmente para as classes de menor poder aquisitivo, não alcançando assim, o objetivo inicial do projeto que visava minimizar a carência de moradias as classes mais pobres do país.

A política habitacional do BNH/SFH acabou na verdade privilegiando durante o seu período de atuação as classes médias e altas, pois somente 35% das habitações produzidas entre os anos de 1964 e 1986 foram destinadas para as classes populares. Isso mostra a seletividade do programa que, disponibilizava linhas de créditos para as classes mais favorecidas e excluía as classes que mais necessitavam do auxílio do programa. (MOTTA, 2011).

Contudo, mesmo havendo diversas críticas sobre a atuação da política imposta pelo BNH/SFH, como as realizadas por Maricato (1987), Silva e

Silva (1989) e Bastos (2001) dentre outros autores, deve-se ressaltar que essa política promovida pelo governo militar, foi a primeira da história do país que permitiu a construção de moradias para as classes menos favorecidas.

Em outras palavras, mesmo não resolvendo os problemas habitacionais como a extinção de favelas e a falta de moradias para as classes mais pobres, a política de construção de conjuntos habitacionais foi importante para diversas cidades brasileiras, promovendo o acesso à moradia para uma grande parcela da classe trabalhadora, como ocorreu em Londrina.

No caso específico de Londrina, a Companhia de Habitação de Londrina (COHAB-LD), foi institucionalizada em 1965 sendo um órgão de sociedade mista cuja sócia majoritária era a Prefeitura municipal. Este órgão deveria atuar em conjunto com a COHAPAR outro órgão de economia mista que estava vinculada à Secretaria Especial de Política Habitacional do Estado.

A COHAB-LD e a COHAPAR tinham como principal função minimizar os problemas relacionados à habitação de Londrina e de alguns municípios vizinhos, buscando promover a implantação de uma política de construção de moradias, as classes populares. (MARTINS, 2007).

Como já apontado, durante a década de 1970 Londrina registrou taxas acima da média nacional e estadual no que se refere ao incremento populacional (LINARDI, 1995). De forma geral, as transformações na divisão social e territorial do trabalho na escala regional e federal promoveram modificações no campo e conseqüentemente a migração de trabalhadores rurais para Londrina.

Tal situação foi fundamental para o crescimento físico-territorial e populacional da cidade. Assim, seguindo a tendência no âmbito nacional, o poder público local deveria promover ações no combate ao problema da falta de moradias, haja vista que a constante valorização imobiliária e a chegada de migrantes com poucos recursos à Londrina incentivavam o surgimento de ocupações irregulares na cidade.

Dessa forma, as primeiras atuações da COHAB-LD em parceria com a COHAPAR⁸ só ocorreram em 1969 quando foi regularizado a inscrição da Companhia no BNH. Este fato ocorreu na administração do prefeito Dalton F.

⁸ bitacionais em Londrina que juntos totalizaram 295 unidades habitacionais (IPPUL, 1996).

Paranaguá (1969 – 1972) e teve Nelson Gavetti à frente da presidência da COHAB-LD, que após a inserção no programa federal iniciou diversos projetos habitacionais pela cidade.

Assim, com a COHAB-LD credenciada junto ao BNH e a SFH, Londrina passou a receber diversos investimentos na construção de conjuntos habitacionais, sendo que, os primeiros construídos nessa nova fase foram destinados a uma população oriunda de ocupações irregulares da cidade, promovendo um processo de desfavelamento em Londrina. (MARTINS, 2007).

Não é objetivo do trabalho discutir o desfavelamento realizado pela COHAB-LD, mas identificar as ações que promoveram modificações na segregação residencial em Londrina durante esse período.

Dessa forma, simultaneamente ao programa de erradicação de favelas iniciado na década de 1970 a COHAB-LD iniciou a construção de conjuntos habitacionais na cidade, com a filosofia de complementação das áreas urbanas que estavam ociosas, além dos vazios urbanos que motivavam o fácil uso indevido por marginais, favelados e lixo. Ao mesmo tempo, esses conjuntos habitacionais integravam completamente a malha urbana, promovendo uma valorização, segurança e aproveitamento dos serviços públicos existentes. (GAVETTI, 1998).

Neste sentido, durante o governo de Dalton F. Paranaguá foram construídos em Londrina os conjuntos habitacionais: Vitória Régia (1970), Barravento (1971), Conjunto das Flores (1971), Charrua (1971), Pindorama (1972), Gávea (1973), Jurumenha (1973) e São Pedro (1973) que se localizaram na porção leste e sul da cidade. Sendo os maiores conjuntos construídos o São Pedro com 210 unidades, o Jerumenha com 141 unidades e o Charrua com 139 unidades.

Em 1972, iniciaram-se as atividades do Instituto de Orientação às Cooperativas (INOCOOP)⁹, que foi um organismo que possibilitava à aquisição de habitações de padrão médio a uma população que recebia 5 ou mais salários mínimos a preços baixos. O BNH foi o seu agente financiador até a sua extinção e o INOCOOP atuou em conjunto com a Cooperativa Habitacional Bandeirantes (COHABAN), que prestava-lhe assessoria. (IPPUL, 1996).

⁹ A atuação em conjunto do INOCOOP/COHABAN promoveu a construção de 14 conjuntos habitacionais distribuídos entre casas e apartamentos totalizando 3.168 unidades habitacionais entregues entre 1975 e 1996 (IPPUL, 1996).

Conforme o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina (IPPUL), em 1996, outros organismos também promoveram a construção de conjuntos habitacionais em Londrina: o Instituto de Previdência do Estado do Paraná (IPE), financiou 4 conjuntos habitacionais entregando 702 unidades, sendo todos apartamentos. A Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Funcionários Municipais de Londrina (CAPSML), também financiou a construção de 6 conjuntos habitacionais de apartamentos que foram destinados ao funcionalismo municipal e construídos pela COHAB-LD, totalizando 564 unidades habitacionais, todas entregues no final da década de 1980.

Contudo, foi a partir de 1973 que devido à junção de fatores externos como a conjuntura econômica favorável que pode ser explicada pelo fato do país perpassar naquele momento pela fase ascendente do seu ciclo endógeno Breve, apesar do Efeito depressivo do Ciclo Longo, o que promoveu um desempenho muito satisfatório da sua produção industrial até os anos de 1980. (RANGEL, 1986).

E a fatores internos como o início de uma política local de incentivo ao estabelecimento de indústrias aliada à política habitacional que garantia financiamento civil na construção de conjuntos habitacionais e edificações para a classe média/alta, que fomentou-se o processo de renovação urbana em algumas áreas da cidade, em especial o centro. (ALVES, 1991).

Encetado pelo Plano de Desenvolvimento Urbano (PDU) que foi elaborado em 1968, mas que somente foi iniciado na década de 1970, esse plano diretor tinha como princípios promover disciplinar a ocupação do solo, separando ou aglutinando os diversos usos em Londrina o que acarretaria em mudanças na sua estrutura urbana. Essa racionalização imposta pela PDU, ocorreu de forma mais efetiva na área central¹⁰ que foi separada em áreas residenciais, industriais e comerciais. (FRESCA, 2007).

Na administração do prefeito José Richa (1973 – 1977) houve a construção de apenas 386 habitações em Londrina, o que demonstrou uma fraca combinação entre o poder público local e a política do BNH para a construção de moradias. Em contrapartida, José Richa promoveu diversas obras de urbanização da

¹⁰ Para maiores informações sobre as mudanças na área central impostas pela PDU de 1968 ver TAKEDA (2004).

cidade, além de promover o saneamento de fundos de vale e dotar alguns bairros com infraestrutura mínima tendo o projeto Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada (CURA)¹¹ de melhoramentos urbanos à frente dessas ações. (ASARI; TUMA, 1978).

A ação de revitalização dos fundos de vale em Londrina promovida por José Richa possibilitou a valorização de alguns fundos de vale, como as proximidades do Lago Igapó que adquiriu *status*. Essa área foi sendo ocupada pelas camadas médias e altas, destaque para o Jardim Leme, Água Fresca, Rubi, Cambezinho, Quebec, dentre outros. (RAZENTE, 1989).

A partir de 1977 começa a construção de núcleos habitacionais gigantescos no país, não sendo diferente em Londrina. O prefeito Antônio Belinati (1978 – 1982) aproveitando da existência de recursos oriundos do BNH através do Plano Nacional da Habitação (PLANAHAB) para a construção de casas populares inicia e dinamiza a construção de colossais conjuntos habitacionais na cidade.

Além disso, diferentemente dos primeiros conjuntos habitacionais construídos na cidade pela COHAB-LD, essas áreas residenciais entregues no governo Belinati caracterizavam-se por serem gigantescas contando com cerca de mil unidades habitacionais cada e localizavam-se distantes do centro da cidade e da malha urbana, principalmente na porção norte de Londrina.

O primeiro grande conjunto habitacional construído foi o Milton Gaveti, em 1978, localizado na porção norte da cidade, com 740 unidades. Após a sua inauguração surgiram no mesmo ano nessa área os conjuntos habitacionais Ruy Virmond Carnacialli I e II com 549 unidades, em 1979, o Aquiles Stenghel com 1.000 unidades, Parigot de Souza I e II com 1.170 unidades, Chefe Newton Guimarães com 287 unidades, Semíramis de Barros Braga com 817 unidades, Vivi Xavier com 1.000 unidades e Engenheiro João Paz com 814 unidades, em 1980, o Luiz de Sá com 1.000 unidades e o Sebastião de Melo Cesar com 350 unidades, dentre outros conjuntos habitacionais. (MARTINS, 2007).

¹¹ Esse projeto foi criado pelo BNH no âmbito da política nacional de saneamento, oriundo do Plano Nacional de Saneamento – PLANASA, criado em 1970. No ano seguinte as atividades foram expandidas para outras áreas do planejamento urbano. No caso de Londrina, esse projeto privilegiou áreas estratégicas da cidade que não possuíam necessariamente infraestruturas precárias, o que gerou uma valorização da área e a expulsão das classes com menores rendimentos. Mais informações ver. Bortolotti (2007).

No total foram inaugurados na primeira administração de Belinati 21 conjuntos habitacionais que totalizam 13.694 unidades distribuídas pelas diversas porções da cidade. Sendo que, as áreas médias construídas por unidade domiciliar tinham na grande maioria 35 metros², 40 metros² e 45 metros². Além disso, esses empreendimentos caracterizavam-se pela carência de infraestrutura e serviços públicos, sendo a qualidade de sua habitabilidade colocada em segundo plano.

A carência de infraestrutura no momento de entrega, a dotação de equipamentos coletivos básicos nos anos posteriores e a baixa qualidade estrutural das moradias foram uma das características das áreas residenciais entregues pelo BNH em todo o país, fato este que repetiu-se em Londrina, pois:

Na verdade, houve uma preocupação muito grande com a quantidade em detrimento da qualidade. Os gigantescos conjuntos habitacionais eram edificados em um curto período de tempo e com materiais de baixa qualidade pois precisava atender rápida a demanda cada dia mais crescente, conseqüentemente, faltava infraestrutura urbana básica para garantir a qualidade de vida da população. (BEIDACK, 2009, p.107)

Após 1983, iniciou-se uma diminuição na produção de conjuntos habitacionais na cidade, esta realidade deve-se em função dos problemas enfrentados pelo BNH em esfera nacional, pois desde o começo da década de 1980 o banco estava diminuindo investimentos em novos conjuntos habitacionais. Além disso, é a partir deste ano que “[...] a CEF passa a ser o principal órgão financiador das novas unidades construídas (BEIDACK, 2009, p.116), em Londrina como no restante do país.

De 1983 a 1989 foram construídos 26 conjuntos habitacionais em Londrina, totalizando 6.537 unidades, sendo que apenas o conjunto Garça Real (Santiago I) não foi financiado com recursos oriundos do CEF. Além disso, esses conjuntos se diferenciavam por mesclar grandes áreas residenciais como o Conjunto Maria Cecília com 1.978 unidades construído em 1983 e o conjunto Ouro Verde I (1986) com 24 unidades, ambos na porção norte da cidade. (BEIDACK, 2009).

Outro aspecto importante que deve ser ressaltado é que nesse período não ocorreu uma concentração de conjuntos habitacionais em uma porção específica da cidade, sendo construídas unidades habitacionais nas diversas regiões

de Londrina. No entanto, continuou-se optando em instalar os mesmos em antigas propriedades nas adjacências da cidade.

Entre os anos de 1970 e 1989 foram construídos em Londrina 88 conjuntos habitacionais que totalizaram juntos 21. 686 unidades habitacionais, que contribuíram para diminuir o problema habitacional na cidade e conseqüentemente promoveram o crescimento da malha urbana. (BEIDACK, 2009).

Villaça (2001) aponta que, não existe um predomínio ou exclusividade das camadas sociais de alta renda no interior da cidade, e sim, tendências de uma coesão dessa camada em determinadas áreas, não ocorrendo o mesmo com as classes mais pobres.

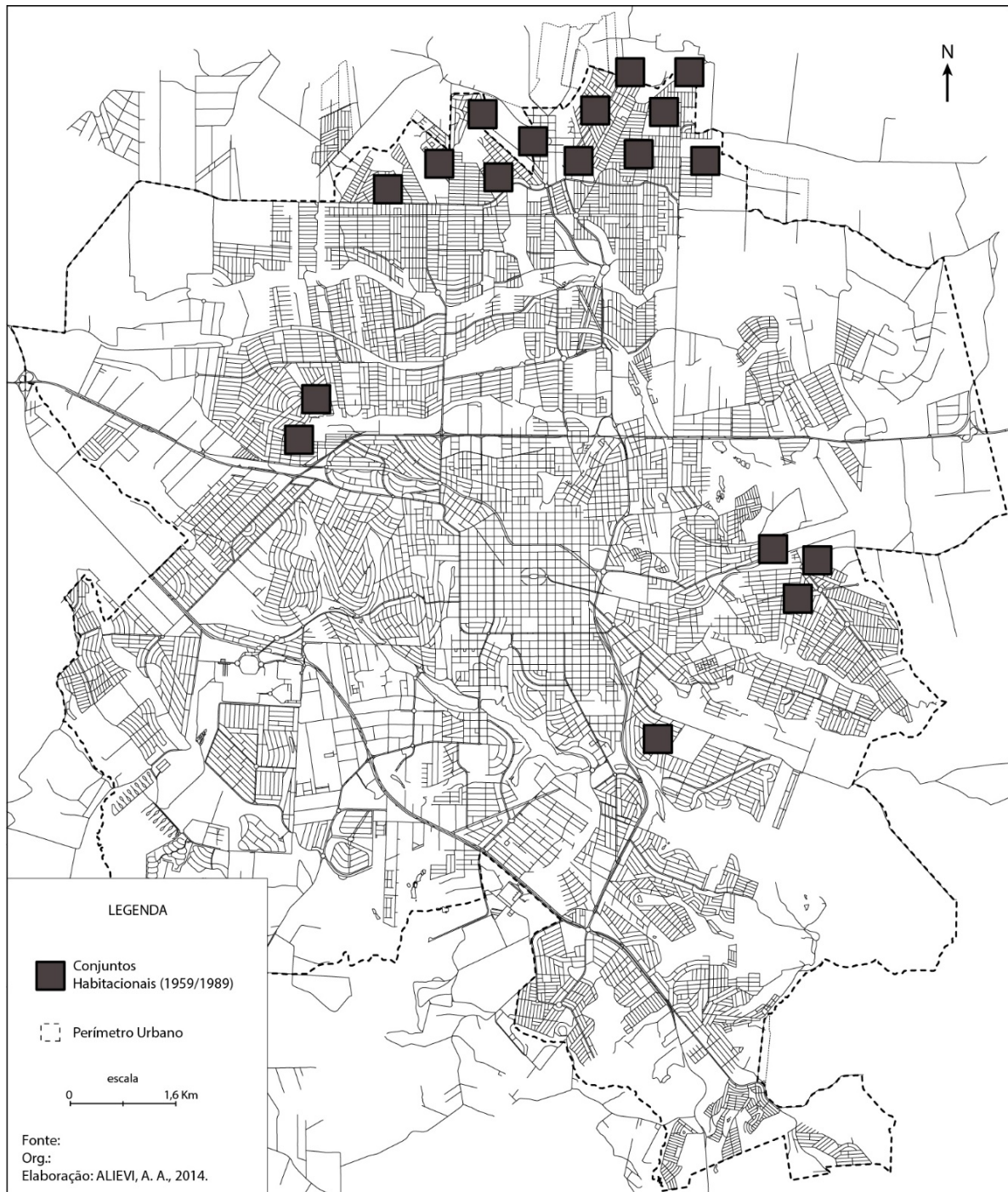
Em Londrina os conjuntos habitacionais foram locais de concentração das famílias com baixo poder aquisitivo, pois as obrigatoriedades impostas pela política de habitação criavam mecanismos para esta tendência ao agrupamento de famílias com renda salarial equivalentes.

Dessa forma, o Estado representado pela COHAB-LD agiu como um agente produtor da cidade (CORRÊA), construindo áreas residenciais à população. Tal política habitacional de âmbito federal promoveu o acesso de milhares de pessoas a casa própria no país não sendo diferentes em Londrina.

Entretanto, houve impactos da construção dos conjuntos habitacionais na segregação residencial em Londrina. De um lado, o programa favoreceu o acesso de milhares de pessoas a casa própria e simultaneamente ocorreu uma geração de empregos no setor da construção civil propiciando um aquecimento do setor.

Porém, esses conjuntos habitacionais serviram para separar e concomitantemente agrupar a camada trabalhadora, que distribuía-se pela cidade de Londrina, guiada pelo poder público que escolhia a localização para implantação das áreas residenciais do programa, podendo assim, afastar essa população para áreas longínquas.

Figura 10 – Localização dos conjuntos habitacionais construídos em Londrina até 1989



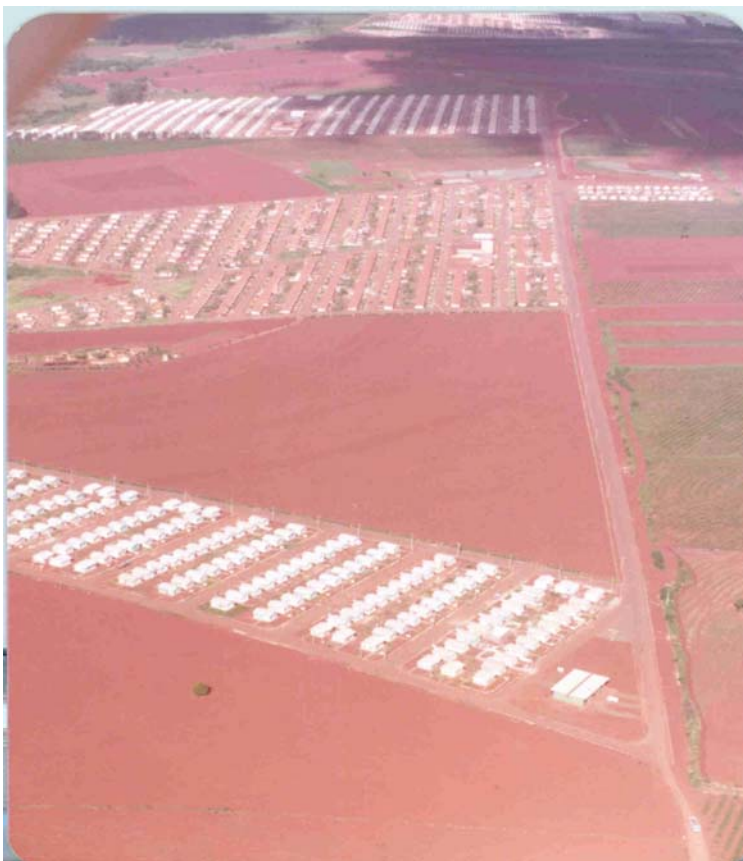
Fonte: IPPUL (1996)

Essa realidade propiciou o aparecimento de um novo padrão habitacional na segregação residencial da cidade: os conjuntos habitacionais que tinham como características: uma homogeneidade física e estrutural pois, foram ocupadas por uma população com baixos recursos; localizavam-se em área longínquas do centro; as moradias apresentavam tamanhos pequenos; e por fim o

seu entorno era caracterizado pela carência em infraestrutura e serviços urbanos, assim como apontam as figuras 10 e 11.

Verifica-se que o poder público local imprimiu uma nova dinâmica para a segregação residencial em Londrina, pois os conjuntos habitacionais sinalizavam o agrupamento de uma determinada camada social em áreas periféricas, carentes de serviços públicos e infraestrutura, localizada principalmente na porção norte da cidade. Assim, as políticas públicas habitacionais promovidas pela força do Estado podem promover e aumentar ainda mais a segregação de uma cidade. (CASTELLS, 1983).

Figura 11 – Vista parcial dos conjuntos habitacionais construídos na Zona Norte de Londrina na década de 1970



Fonte: Museu Histórico de Londrina (2014)

2.3 OS LOTEAMENTOS E OS CONJUNTOS HABITACIONAIS

Em 1970 o município de Londrina tinha uma população total de 228.832 habitantes, na qual 68,42% residiam na área urbana, tendo em destaque o

distrito Sede com uma população urbana de 156.670 habitantes (IBGE, 1970). Já na década seguinte, a população total de Londrina passou 301.711 habitantes, sendo que 88,48% residiam na área urbana (IBGE, 1980), o que demonstra o rápido crescimento da cidade.

Esse aumento populacional foi acompanhado de uma expansão da malha urbana da cidade. A construção de loteamentos desde o final da década de 1930 contribuiu para essa expansão, promovendo um crescimento da periferia de Londrina. Entretanto, sua “[...] expansão exacerbada, não correspondiam às necessidades reais da cidade, refletia, evidentemente, a lógica dos interesses da especulação imobiliária, que tinha na venda dos lotes grande fonte de rendimentos. (LINARDI, 1995, p.213).

Mas, o que se entende como periferia? A periferia de Londrina na década de 1930 é a mesma das décadas de 1970 - 1980? Segundo Domingues (1996) é difícil encontrar uma definição conceitual clara para periferia, cujos conceitos são utilizados na maioria das vezes de uma forma negativa e discriminatória, conforme o excerto:

É o grau de afastamento a um centro que clarifica a posição periférica (física, social, morfológica, etc.) e está é-o tanto mais quanto maior é a visibilidade, o posicionamento, o poder e a clareza dos atributos da condição central. Enquanto agregado social, a periferia define-se, por isso e também, não pela densidade ou pela intensidade do interrelacionamento (sic) interno ao nível local, mas sim pela dependência, pela subalternidade face às áreas centrais e os locais de destino dos habitantes-pendulares. (DOMINGUES, 1996, p.5)

Dessa forma, compreende-se que mesmo com problemas, o conceito de periferia vincula-se à proximidade física e social com o centro ou área central. No caso de Londrina, durante a década de 1930 a periferia era entendida como as áreas urbanas que surgiam além da planta original da cidade, isto porque a área central naquele período também não havia se consolidado para ser uma referência (TAKADA, 2004; FRESCA, 2007), e porque apresentavam um distanciamento geográfico das demais áreas da cidade.

Contudo, não se pode dizer que essas áreas durante as décadas de 1970 e 1980 continuavam sendo consideradas periferia, pois a cidade cresceu, sua

área central consolidou-se e as áreas antes consideradas periféricas, no período acima referido encontravam-se próximas ao centro da cidade e desfrutavam dos investimentos e valorização que essa área recebeu no decorrer dos anos.

Novas periferias surgiam em Londrina, sendo planejadas pela ação do Estado através dos os conjuntos habitacionais ou pelo setor privado com a criação dos loteamentos. Isso demonstra que no processo de compreender a periferia, o tempo torna-se fundamental. Isto porque, ao longo do tempo uma área considerada periférica no sentido de ausência de infraestrutura, equipamentos de uso coletivo, acessibilidade, dentre outros, podem ser alterados mediante oferta dos mesmos pelo poder público e empresas privadas. Bem como pode haver alterações econômicas no grupo social que lá residia, seja pela ampliação e/ou redução de seus rendimentos. Neste sentido, o grupo social também pode ser alterado, pelos mecanismos de mudanças de seu poder econômico ou por mecanismos de expulsão da população de mais baixo poder.

Oliveira; Fresca (2005) apontam que, foram aprovados durante a década de 1970, a quantia de 96 loteamentos em Londrina, uma média de 9 por ano. Entretanto, a expansão das iniciativas do setor privado deu-se, a partir de 1975, tendo destaque os anos de 1976, quando foram aprovados 25 loteamentos e 1979 com a aprovação de 18 loteamentos.

Isto se deve ao fato de diversos processos externos ocorridos durante aquela década em diferentes escalas como: as mudanças na inserção regional dentro da divisão territorial do trabalho; o desenvolvimento do complexo agrícola agropecuário; as cooperativas; a mecanização e as novas relações de trabalho; e principalmente, o êxodo rural, esses acontecimentos juntos atuaram em Londrina fazendo com que a cidade assumisse novas proporções e conteúdo. (OLIVEIRA; FRESCA, 2005)

Além disso, a iniciativa privada local promoveu a partir de 1976 uma intensificação de investimentos na atividade loteadora na cidade. Até esse ano havia um predomínio de pessoas físicas no processo de aprovação de loteamento na cidade. No entanto, a partir do ano seguinte, houve um predomínio das empresas sobre as pessoas físicas em relação aos loteamentos aprovados. Isto porque, “[...] a produção de lotes urbanos passara a ser um negócio que exigia certo nível de organização.” (OLIVEIRA; FRESCA 2005, p.64).

Segundo Jarreta (1978) de 1971 a 1975, os loteamentos criados na cidade adquiriram novas características comparadas com as décadas anteriores: eram menores em termos de unidade; localizavam-se por todas as porções da periferia; e de maneira geral encontravam-se menos distantes da área central do que os construídos na década anterior. Além disso, a porção sul da cidade começou a interessar os loteadores, principalmente pelos termos topográficos se tornando uma excelente área futura de crescimento urbano.

Nesta década surgem muito loteamentos de alto padrão, na porção sul da cidade, principalmente. A porção norte, embora não esteja cartografada, sabe-se que tem teve inúmeros loteamentos de padrão médio, ao longo do Ribeirão Coati, aproveitando-se a valorização dessa área ocasionada pela instalação do Estádio Municipal. Em virtude da presença dos loteamentos Jardim Paraíso e Parque Ouro Verde, como também pelo surgimento recente de inúmeros loteamentos populares nessa região, além dos conjuntos habitacionais implantados, e em projeto nesta área, provavelmente no norte da cidade não surgirá loteamentos de alto padrão, além do problema topográfico, como também a porção sul parece ter vocação natural como área nobre de residências. (JARRETA, 1978, p.115).

Primeiramente, de fato, até a década 1970 não implantou-se loteamentos de alto padrão na porção norte de Londrina. Essa região da cidade historicamente foi escolhida pelos agentes imobiliários para abrigar loteamentos menos valorizados, o que propiciou um estigma popular a essa área. Essa realidade foi aumentada após a escolha dessa porção da cidade pelo poder público local para a instalação dos conjuntos habitacionais durante as décadas de 1970 e 1980.

Exemplos de loteamentos periféricos implantados na porção norte da cidade e que foram ocupados pelas camadas de baixa renda são, o Parque Ouro Verde e Jardim Paraíso. Estes loteamentos surgiram na década de 1960, mas suas ocupações consolidaram-se durante a década seguinte e caracterizavam-se por: terem terrenos que variam de 250 metros² a 280 metros²; serem ocupados por pessoas humildes e de profissões não qualificadas, terem sido comercializados a prazo com entrada mínima ou sem entrada e não apresentarem equipamentos coletivos e infraestrutura. (ASARI; TEIXEIRA, 1979).

Em relação a existência de uma vocação natural da porção da sua da cidade em ocupar residências de alto padrão, discorda-se, primeiramente porque

encontra-se desde a gênese da cidade residenciais mais simples na porção sul. Além disso, o setor privado implantou áreas residências ocupadas pelas camadas mais pobres nessa porção da cidade como por exemplo o Jardim Guanabara.

No entanto, a porção ao sul apresenta uma grande quantidade de áreas residenciais ocupadas por camadas ricas. Essa ocupação seguiu o sentido da avenida Higienópolis de forma radial, promovendo uma concentração de áreas residenciais que dirigiu-se do centro em direção ao sul da cidade, formando um setor ocupado pelas camadas médias e altas e que ia expandindo-se a medida que as infraestruturas e serviços urbanos públicos e privados eram instalados.

Destaque para os loteamentos Jardim Nikko (1973), Recanto Colonial (1974) Jardim Bela Suíça e Residencial Tucanos (1976), Parque Mediterrâneo e Tucanos II (1979), Vale do Reno (1981), Quinta da Boa Vista (1982), Jardim Petit Ville (1989).

Essa condição de deslocamento da população de alta renda assemelha-se as concepções de Villaça (2001, p.153), onde “[...] os bairros residenciais de alta renda ‘andam’ ou ‘deslocam-se’ sempre na mesma direção”, formando um setor que por seguinte vai sendo dotado de infraestrutura, atividades comerciais e serviços, assim como os shoppings- centers, e não o contrário como apontou Hoyt.

Dessa forma, a expansão de loteamentos direcionados para as camadas de maior poder aquisitivo em Londrina foram resultantes do conhecimento das loteadoras na existência de uma preferência dessas camadas em residir longe das mais pobres. (SINGER, 1979).

Sabendo disso, as loteadoras implantaram para aqueles que poderiam pagar pela distância geográfica em relação aos pobres, loteamentos mais elitizados na porção sul da cidade. Enquanto, os loteamentos destinados as camadas pobres foram instalados em outras áreas da cidade.

Assim, os loteadores também participaram da segregação residencial em Londrina, deslocando-se as camadas distintas através dos empreendimentos residenciais. Ademais, durante a década de 1970 iniciava-se em Londrina uma profissionalização da atividade loteadora o que promoveu transformações no mercado imobiliário e da construção civil da cidade.

Essa especialização do setor decorreu do aumento da concorrência, da lucratividade com a comercialização dos lotes e da necessidade de lidar com aspectos fiscais, particularmente com o imposto de renda muito mais incisivo no caso dos lucros auferidos por pessoas físicas. (OLIVEIRA; FRESCA, 2005).

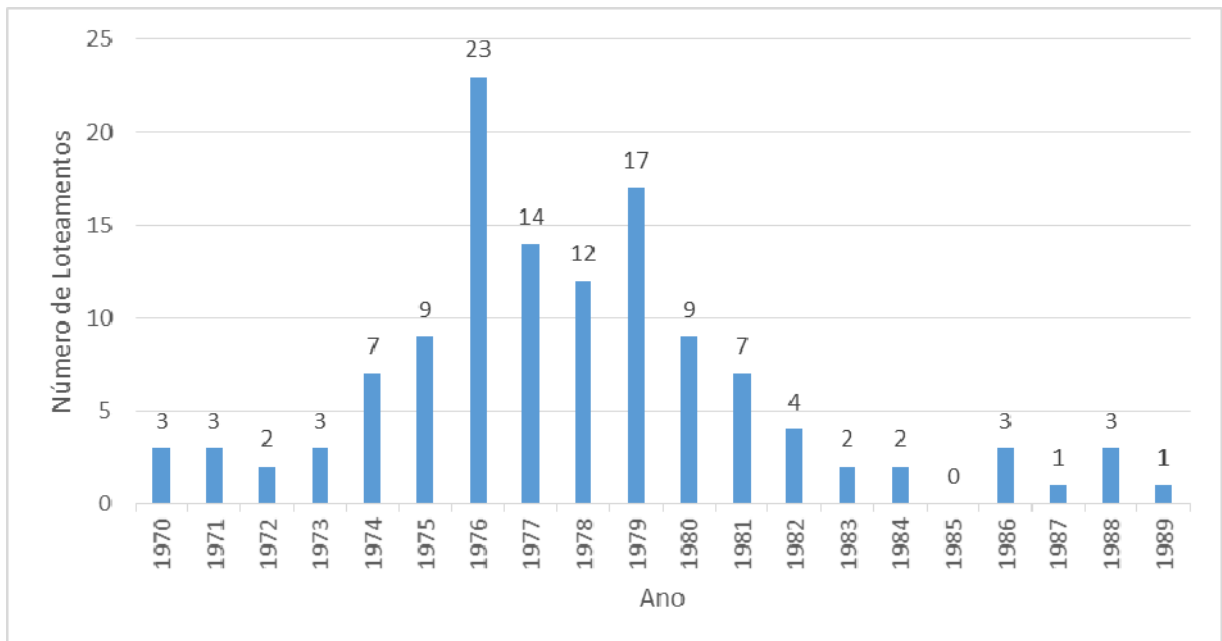
Outro fator que influenciou na profissionalização das atividades loteadoras foi a Lei Federal¹² nº 6.766/1979 que estabeleceu que os loteamentos deveriam atender a uma série de requisitos obrigatórios como: a construção de vias de circulação, o escoamento das águas pluviais, a construção de redes de abastecimento de água potável, solução para o esgotamento sanitário, e a implantação de energia elétrica domiciliar. Além de proibir o loteamento em áreas alagadiças e sujeitas a inundações, em terrenos com declividade acentuada dentre outros requisitos prejudiciais a habitabilidade.

A institucionalização dessa lei gerou em Londrina uma maior preocupação e cuidado das empresas loteadores no lançamento de novos empreendimentos. Após a implantação dessa lei federal no ano seguinte (1980) ocorreu uma diminuição no número de novos loteamentos na cidade, encerrando um período de crescimento iniciado em 1974 e marcado pelo lançamento de vários loteamentos na cidade, mesmo com oscilações nos anos de 1976 e 1977 como poder ser observado no gráfico 1.

O gráfico demonstra uma diminuição de loteamentos a partir do ano de 1980. Essa realidade pode ser explicada por outros fatores: a diminuição e fim dos financiamentos promovidos pelos BNH; e a crise econômica que atingiu o país, reduzindo o poder de compra dos trabalhadores; a inflação acelerada ou hiperinflação que diminuiu os financiamentos; os sucessivos planos de estabilização da economia nacional, como o Plano Cruzado, contribuíram para a diminuição de loteamentos em Londrina (OLIVEIRA, 2005).

¹² Segundo essa Lei os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão estabelecer normas complementares relativas ao parcelamento do solo municipal para adequar o previsto nesta Lei às peculiaridades regionais e locais.

Gráfico 1 – Número de loteamentos aprovados no período de 1970 - 1989



Fonte: OLIVEIRA; FRESCA (2005)

Org.: Roger Henrique Bartlo

Essa diminuição no número de novos loteamentos a partir de 1980 também esteve relacionado a entrega das primeiras residências dos grandes conjuntos habitacionais que foram construídos na região norte da cidade. Sendo assim, o encarecimento dos loteamentos estipulado pela legislação de 1979 e a entrega dos domicílios dos conjuntos habitacionais durante os primeiros anos da década 1980 promoveram a desaceleração na construção de novos loteamentos na cidade.

Além disso, a ação das empresas loteadoras especializadas em Londrina e a institucionalização da Lei nº 6.766/1979 promoveu alterações no papel dos “terranistas”¹³ no mercado imobiliário da cidade. A concorrência conferida pelas loteadoras e as obrigatoriedades impostas pela lei federal encareciam os novos parcelamentos e minimizaram a ação desses agentes na produção dos loteamentos, encerando assim, o papel dos “terranistas” no mercado imobiliário de Londrina.

Segundo Harvey (1980) uma das três forças básicas do capitalismo que estruturam as classes sociais é a força derivativa, que emerge do próprio

¹³ Pessoas físicas que buscavam auferir renda com a transformação do solo rural em solo urbano, e, por conseguinte o seu parcelamento e comercialização como lotes urbanos que se caracterizam por se localizarem em áreas longínquas, sem infraestrutura e que era ocupada pelas classes com menores rendimentos.

capitalismo, sendo a responsável na produção constante de novos status sociais, que fragmentam a classe capitalista e proletária promovendo uma contínua e variada complexidade da divisão social do trabalho.

Dessa forma, na cidade capitalista, quando as forças derivativas tornam-se mais complexas a segregação residencial perpassa pelo mesmo movimento (CORRÊA, 2003).

Mais uma vez, a ideia de movimento permite apontar a segregação residencial como um processo, que tornava-se mais complexo em Londrina a medida que a divisão social do trabalho seguia o mesmo caminho. Essa realidade impulsionou as empresas loteadoras a diversificarem seus empreendimentos, pois a clientela havia diversificado na cidade:

Estratégias de produção de novos loteamentos com diferentes características como por exemplo, o número e tamanho médio dos lotes, valor das parcelas e preço final de cada lote passam a ter uma ligação mais clara com os potenciais compradores, com a distância em relação ao centro e à declividade dos terrenos. A segregação avança e as diversas áreas constituídas em vetores de expansão da cidade passam a receber a marca de um conteúdo social resultante dos embates diretos de estar na cidade e conquistar um lugar e forma de ganhar a vida. (OLIVEIRA; FRESCA, 2005, p.66).

Assim, entende-se que os loteamentos contribuíram para a expansão da periferia de Londrina, mas como aponta Sogame (2001) essa expansão promove o surgimento de novas áreas que são incorporadas à cidade, criando uma periferia que se caracteriza pela precariedade das suas habitações, com localização longínqua e descontínua da área central, dificuldades de transportes e carência de infraestrutura urbana constituindo áreas de segregação residencial.

Em contrapartida, o autor afirma que essa incorporação também faz surgir outro tipo de periferia que vai sendo ocupada pelas classes mais ricas que voluntariamente vão promovendo uma autosegregação (CALDEIRA, 1997) concretizando a existência de periferias distintas quanto ao uso e o valor do seu solo.

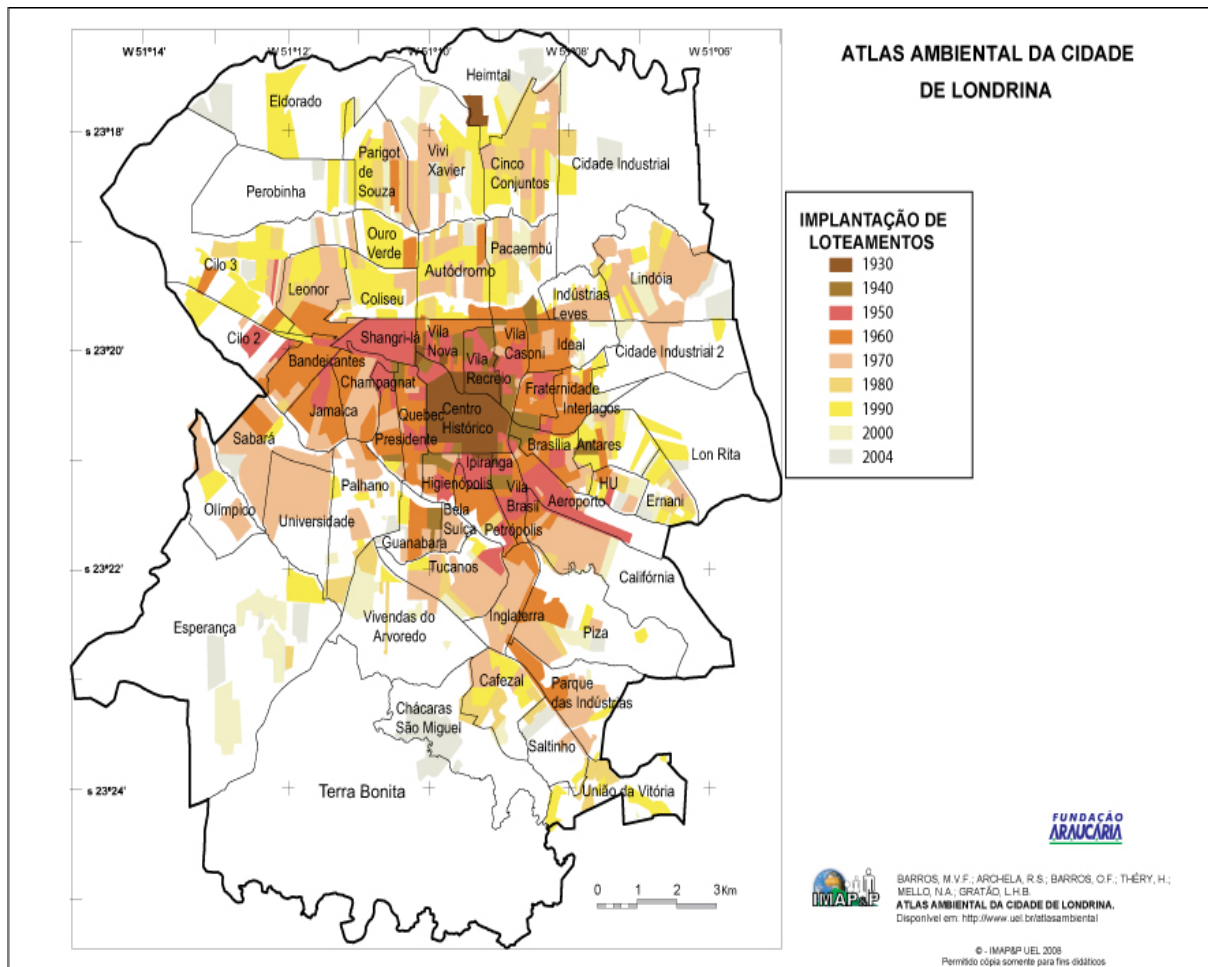
Nesse sentido:

A expansão da cidade aumenta as distâncias do centro, o que atua como elemento de segmentação de mercado pelo lado da oferta, e da segregação pelo lado da procura. Em Londrina esta tendência nos coloca diante da raridade de espaço. Com base na lógica especulativa, a redução da área permite aos loteadores um fracionamento mais intenso das glebas, e a busca de segmentos de classe que se adaptem aos lotes ofertados. Outros fatores entram nesse cálculo e, deste modo, a cidade se torna dividida em setores para os quais os loteadores estabelecem tipos de produtos. (OLIVEIRA; FRESCA, 2005 p.79).

As ações das loteadoras impulsionaram a configuração de setores residenciais que apresentavam tendências a uma homogeneização socioeconômica, direcionada pela capacidade dos compradores de arcar com os valores do solo estipulado pelos loteadores. Essa realidade seguia os interesses dos loteadores que promoviam empreendimentos específicos para determinadas camadas sociais, que agrupavam-se em distintas porções da cidade ocasionando uma segregação residencial direcionada por esses agentes.

Por fim, Oliveira; Fresca (2005) afirmam que a segregação residencial instalada na cidade desde sua fundação se vê reforçada e acentuada pelas empresas loteadoras, que atuaram das mais diversas formas na cidade produzindo empreendimentos populares, para a camada média ou em mistos de loteamentos abertos para acamada média ou de alto.

Figura 12 – Loteamentos implantados em Londrina até 2004



Fonte: Atlas Ambiental de Londrina (2008)

Assim, o mercado imobiliário representado pelas loteadoras foi de suma importância para alterar a segregação residencial de Londrina no período proposto. Sua ação promoveu uma diversificação de áreas residenciais na cidade sendo consequência da divisão social do trabalho que havia se tornado mais complexa em Londrina.

2.4 AS OCUPAÇÕES IRREGULARES

Como já apontado, as ocupações irregulares surgiram em Londrina na década de 1950 como uma manifestação da ausência de política habitacional da cidade. A partir da década de 1970, Londrina se coloca como uma cidade de atração populacional no norte paranaense, principalmente, de trabalhadores rurais

(NAKAGAWARA, 1972) expulsos do campo e diante de oferta de moradias e/ou rendimentos, as ocupações irregulares se multiplicaram pela cidade.

Embora a COHAB-LD utilize o termo favela, nesse trabalho será utilizado a expressão ocupações irregulares. Isto porque, toda favela se origina a partir de uma ocupação irregular, que ao longo do tempo pode passar pelo processo de regularização fundiária, como ocorreu com muitas delas na cidade.

No entanto, a COHAB-LD, entende por favelas:

Núcleo de gênese espontânea, inicialmente desordenado, produto de invasão organizada ou ocupação desordenada gradativa, em área pública ou privada, mas que já passou por processo de urbanização básica, como demarcação de lotes, abertura de ruas, implantação de sistema de abastecimento de água potável e energia elétrica, via de regra executado pela administração pública, visando a futura regularização fundiária. (COHAB-LD, 2002, p.14)

Enquanto as ocupações irregulares são entendidas, também pela COHAB-LD, como:

Produto de invasão de áreas legalmente impossíveis de serem regularizadas, insalubres, de risco e preservação permanente, como áreas destinadas a equipamentos comunitários, ruas suscetíveis a alagamento, lixões, alta declividade, solo instável e fundos de vales, podendo ser de domínio público ou privado. (COHAB-LD, 2002, p.14)

Segundo Oliveira; Fresca (2005) a COHAB-LD tentou diferenciar conceitualmente favelas e ocupações irregulares, no entanto a mesma acabou provocando uma confusão conceitual. Aponta ainda que, os próprios funcionários do setor de regularização fundiária da COHAB-LD não conseguiam detectar maiores diferenças entre as terminologias.

A única questão que diferencia essas áreas é a questão da regularização fundiária, na qual a COHAB-LD distingue as áreas regularizadas das ocupações irregulares, pelo fato dos moradores do local já pagaram ou estarem pagando corretamente as prestações do terreno em detrimento das áreas que não estão sendo pagas.

Dessa forma, compreende-se que as favelas foram regularizadas e contam com serviços urbanos, enquanto as ocupações irregulares continuam na ilegalidade, o que necessita uma maior preocupação com essas áreas esquecidas pelo poder público.

Atualmente o IBGE tentando acabar com a confusão conceitual entre favelas e ocupações irregulares, entende ambas como sendo aglomerados subnormais¹⁴ que, podem ser identificados como:

O conjunto constituído de, no mínimo, cinquenta e uma unidades habitacionais carente, em sua maioria, de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa (IBGE, 2010, p.32).

Entretanto, a partir da década de 1970 mesmo sem ter uma clareza conceitual para as favelas e as ocupações irregulares, a COHAB-LD¹⁵ realizou um levantamento que demonstrou a existência de 9 ocupações irregulares em Londrina: Bom Retiro, Grilo, Esperança (Fraternidade), Pito Acesso, Grilinho, Boa Vista, Novo Mundo, Vila Paulista e Marisa (GAVETTI, 1998) que se localizavam geralmente em áreas públicas, próximas a cursos d'água e/ou fundos de vales.

A expansão das ocupações irregulares para as periferias longínquas de Londrina somente começou a ocorrer durante a década de 1970, pois até aquele momento as ocupações irregulares encontravam-se próximas ou no interior da malha urbana da cidade.

Foi nesse momento que as ocupações irregulares passaram a constituir-se em uma grande preocupação para a administração pública local, não pela intempérie da sua população, mas dada ao valor que os terrenos por elas ocupados adquiriram no mercado imobiliário (IPPUL, 1996).

Nesse sentido, são criados, programas municipais com vistas à remoção das ocupações irregulares na cidade. Um exemplo foi a ocupação do Bom

¹⁴ O conceito de aglomerado subnormal foi utilizado pela primeira vez no Censo Demográfico de 1991. Possui certo grau de generalização de forma a abarcar a diversidade de assentamentos irregulares existentes no país, conhecidos como favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, rещacacac, mocambos, palafitas, entre outros (IBGE, 2014).

¹⁵ A COHAB-LD considerou as ocupações irregulares e as favelas como sinônimos nesse levantamento.

Retiro, que foi a primeira a passar por tal processo em Londrina. Isto devido ao fato da mesma ter sido construída em uma propriedade particular, na qual o próprio proprietário explorava o aluguel dos barracos. Além disso, essa área estava desprovida de água ou qualquer outro princípio higiênico e possuía um número menor de moradores o que facilitava a remoção da área (GAVETTI, 1998).

Posteriormente a primeira ação, as ocupações da Fraternidade e Pito Acesso também passaram pelo mesmo processo. Foram escolhidas pelo poder público local, pois se localizavam próximas a área central, o que as tornava manchas na paisagem urbanística da cidade. Ademais, a Pito Acesso se encontrava em um fundo de Vale, esses locais foram limpos e arejados pela administração de Dalton F. Paranaguá e não poderiam ser ocupadas devido a insalubridade da área (GAVETTI, 1998).

Além do desfavelamento, a partir de 1981, a COHAB-LD promoveu a urbanização e regularização das ocupações irregulares, tal iniciativa proporcionava o direito de propriedade e garantido o direito à cidade a população residente nessas áreas. Essa ação buscou dotar de infraestrutura estas áreas instalando rede de energia elétrica domiciliar e pública, abastecimento de água, abertura de ruas e pavimentação, telefones públicos, coleta de lixo, demarcação dos lotes,¹⁶ dentre outras melhorais (COHAB-LD, 2014). O quadro 4 apresenta as ocupações irregulares e núcleos¹⁷ criados na cidade entre 1970 e 1989, segundo dados levantados pela COHAB-LD.

¹⁶ Critério fundamental para a regularização fundiária. Maiores informações ver: <http://www2.londrina.pr.gov.br/cohab/index.php/regularizacao-fundiaria>

¹⁷ Segundo o IPPUL (1996) as ocupações são classificadas como: Favelas aglomerados com mais de 50 barracos e Núcleos com menos de 50 barracos.

Quadro 4 – Ocupações irregulares em Londrina no período 1970 - 1989

	Ano da criação	Número de lotes	Região	Número de famílias no ato de ocupação
Favela do Jardim Hedy *	1970	x	Oeste	x
Pinga Sangue *	1971	x		x
Jardim Cláudia *	1971	x	Sul	x
Marabá/Interlagos	1972	x	Leste	x
Jardim Progresso *	1972	x	Norte	x
Jardim Antônio Sérgio **	1973	24	Leste	120
Rua Rosa Branca **	1973	24	Leste	120
Jardim Nova Conquista **	1973	151	Sul	755
Fundo de Vale Zircônio (rua Zircônio) **	1973	29	Leste	145
Favela OK	1974	x	Leste	08
Amparo *	1974	x	Norte	x
Favela Colosso	1975	88	Oeste	400
Fundo de Vale da Rua Bélgica **	1975	50	Sul	250
Vila Mariza II	1975	x	Centro	x
Jardim Paraíso	1976	x	Norte	x
Jardim Rosa Branca **	1976	140	Leste	700
Parque das Indústrias	1976	x	Sul	x
Santa Inês **	1976	x	Sul	x
Jardim Cristal **	1977	23	Sul	115
Jardim Franciscato I **	1978	202	Sul	1.010
Jardim Franciscato II **	1978	94	Sul	470
Jardim Rosa Branca II **	1983	19	Leste	67
Vila Ricardo	1983	x	Leste	x
Jardim Santa Inês **	1985	35	Leste	123
Jardim União da Vitória I, II, III, IV e V **	1985	1.956	Sul	11.930
Jardim Santa Mônica **	1986	32	Leste	112
Jardim Novo Perobal **	1986	246	Sul	1.230
Jd. Santiago	1986	x	Oeste	x
Pacaembu	1986	x	Norte	x
Fundo de Vale C. H. José Belinati **	1988	29	Norte	87
Fundo de Vale do Jardim Paulista – Cantinho do Céu **	1988	68	Norte	238
Fundo de Vale da Rua Café Árábica **	1989	38	Norte	133
Fundo de Vale do Residencial Santa Mônica **	1989	86	Norte	288
Fundo de Vale do Jardim Beleville **	1989	18	Norte	63
Portal de Versalhes	1989	x	Oeste	x

* Localidades extintas ** Núcleos irregulares x: Dado não disponível

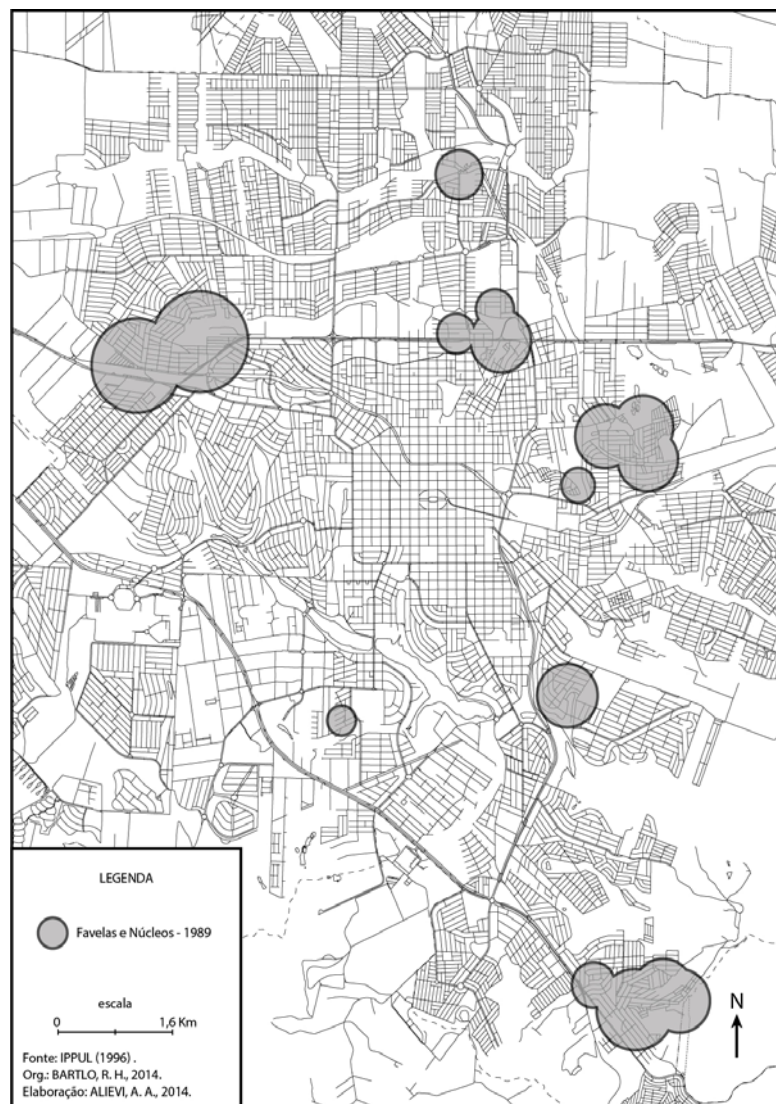
Fonte: IPPUL (1996); POSTALI; FRESCA (2008); BEIDACK (2009)

Org.: Roger Henrique Bartlo

O quadro posterior apresenta a criação, em Londrina, de 35 ocupações irregulares. Esta expansão primeiramente pode ser explicada pelo contínuo crescimento populacional pelo qual Londrina perpassou, passando de 163 528 habitantes (população urbana) em 1970 para 266 940 habitantes em 1980 o que representa um incremento populacional de 63,24 em apenas uma década (IBGE, 1970 - 80).

No entanto, identificou-se que entre os anos de 1978 e 1983 não foram criadas nenhuma ocupação irregular mesmo estando em um período de crescimento populacional. Isto deve-se ao fator da entrega de diversas unidades habitacionais via conjuntos habitacionais o que diminuiu os problemas relacionados à habitação na cidade. O quadro também aponta que a retomada de ocupações irregulares ocorreu em 1983, mesmo ano em que a COHAB-LD deixou de receber apoio financeiro do BNH, minimizando a construção de novos conjuntos habitacionais na cidade. A figura 13 mostra as ocupações irregulares em Londrina até o ano de 1989.

Figura 13 – Localização de áreas de concentração de ocupações irregulares em Londrina em 1989



Fonte: IPPUL (1996)

A redução das atividades da COHAB-LD por ausência de recursos financeiros vinculados ao BNH, contribuíram para a expansão das ocupações irregulares em Londrina. Contudo, esse fator somado à crise econômica nacional durante a década de 1980 – a chamada década perdida, podem ter influenciado a expansão dessas áreas residenciais.

Além disso, conforme Oliveira e Fresca (2005) a institucionalização dos artigos 182 e 183 da Constituição de 1988 possibilitaram o surgimento de uma expectativa em direção ao direito à cidade, principalmente nos moradores de áreas ilegais. Esse aparato legal propiciou que os moradores se organizassem em movimentos sociais que defende-se o acesso aos serviços urbanos básicos e a habitação, a fim de que todos conquistassem uma vida digna na cidade.

Constituição de 1988 não prevê expressamente um direito à moradia, embora estabeleça como dever do Estado, nas esferas Federal, Estadual e Municipal, 'promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições de habitacionais e de saneamento básico' (art. 23, IX). Esse dever de construir moradias certamente decorre de ter o Estado Brasileiro, como fundamentos, 'a dignidade da pessoa humana' (art.2º, III), e como objetivo 'construir uma sociedade justa e solidária', erradicar a pobreza, e 'promover o bem de todos' (art. 3º, I e III) (OLIVEIRA; FRESCA, 2005, p.124).

Além disso em 2001, o Estatuto da Cidade¹⁸ regulamentou os artigos 182 e 183 da Constituição de 1988 autorizando o usucapião urbano para cidadão que não seja proprietário de um imóvel rural ou urbano, que resida em uma área urbana de até 250 metros², por cinco anos, ininterruptos, e sem oposição, para a sua moradia ou de sua família.

Assim, com a Constituição de 1988, o poder público através da regularização fundiária, concede à população residente nas ocupações irregulares o direito de propriedade, o que fez proliferar o número de ocupações irregulares em todo o país. Contudo, ao promover a regularização fundiária, o Estado não interfere nas péssimas condições de habitabilidade dessas áreas, promovendo apenas a

¹⁸ Lei 10.257 editada em 10 de julho de 2001. O Estatuto da Cidade foi criada no intuito de estabelecer uma Política Urbana que busca-se solucionar os problemas habitacionais no país, especialmente os relacionados com o direito à moradia. Seu texto é quase uma reprodução do art. 183 da Constituição, tendo algumas diferenças como a inserção da usucapião urbana em edifícios.

aquisição legal dos lotes, mas não trazendo melhorias urbanas para essa população.

No final da década de 1980 deve-se destacar a redução da construção de conjuntos habitacionais pelo poder público local; a crise econômica nacional; e a Constituição de 1988 como principais fatores que promoveram a expansão das ocupações irregulares em Londrina.

Pode-se caracterizar as tendências da segregação residencial no período analisado em Londrina seguindo a ação de 3 agentes principais:

1) O Estado: representado pelo poder público local esse agente promoveu o aparecimento de uma nova modalidade residencial na cidade, os conjuntos habitacionais. Essas áreas residenciais caracterizavam-se pela homogeneidade socioeconômica dos moradores, similaridade das moradias, localização periférica e carência de infraestrutura e serviços urbanos. A instalação desses conjuntos se faz em maior representatividade no norte, promovendo um baixo status social para essa área da cidade.

2) Loteadoras: representado por pessoas físicas e jurídicas essas empresas lotearam diversos empreendimentos na cidade, buscando alcançar clientelas distintas, esses agentes promoveram uma diversificação das áreas residenciais de Londrina. Suas ações promoveram uma maior complexidade a segregação residencial, pois foram produzidos loteamentos para as mais distintas camadas sociais. As camadas mais ricas, foram direcionadas a residir em um setor que estendia-se no sentido sul da cidade, entretanto não existe a presença exclusiva da camada de alta renda em nenhuma região da cidade (VILLAÇA, 2001) e isso ocorreu em Londrina, pois a região sul também apresentou loteamentos ocupados pelas camadas mais pobres.

3) Excluídos sociais: essa população encontrou nas ocupações irregulares uma forma de residir na cidade. Atuando como agente essa parcela da população criou áreas residenciais ilegais nas diversas porções de Londrina, principalmente em áreas periféricas particulares e fundos de vales. Sua criação chamou a atenção do poder público local, não pelo fato do mesmo estar preocupado com as condições habitacionais da população, mas sim pela ilegalidade da sua ocupação. Seus moradores são considerados como excluídos sociais (CORRÊA,

2001) e seus direitos são a maior parte das vezes não são assegurados pelo Estado.

Condicionada por esses agentes, Londrina ao final da década de 1980 adquire maiores dimensões territoriais e populacionais. Neste contexto, não é interessante utilizar padrões criados em outras realidades e buscar enquadrá-los na realidade analisada, pois as questões de escala e tempo são muito distintas. Entretanto, no final da década de 1980, Londrina apresentava semelhanças de uma segregação residencial despostas em setores residenciais distintos (VILLAÇA, 2005), ocupados por camadas diversas, havendo apenas o predomínio das camadas mais pobres em determinada áreas da cidade.

Neste sentido, afirmar que Londrina apresentava características semelhantes aos padrões setoriais, implica entender que a divisão social e territorial do trabalho tornou-se mais complexa na cidade. Isto promoveu maior complexidade na segregação residencial, que foi direcionada pela ação novos e anteriores agentes que aturam para assegurar a reprodução da classe trabalhadora, pela necessidade de reprodução do capital e pela luta ao direito de residir na cidade.

Sabendo que a segregação residencial surgiu em Londrina como um elemento na criação da cidade e durante os anos tornou-se um processo, isso significa que esteve e está em constante movimento.

3 A SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI

3.1 CRITÉRIOS E VARIÁVEIS DOS SETORES CENSITÁRIOS

Este capítulo tem por objetivo apresentar elementos para entender a segregação residencial na cidade de Londrina no momento atual. Para a concretização subdividiu-se o capítulo em três partes.

A primeira visa discutir os critérios: domicílios, quantidades de pessoas, cor ou raça, responsável pelo domicílio, homens e mulheres, renda dos domicílios, características gerais dos domicílios, e entorno e algumas variáveis desses critérios levantados pelo Censo Demográfico realizado pelo IBGE (2010). A segunda, baseia-se no mapeamento e análise desses critérios e variáveis no perímetro urbano do distrito sede de Londrina; por último a correlação de alguns critérios e variáveis, que justapostos entre si e articulados às bibliografias, apontaram áreas residenciais segregadas de Londrina.

Justifica-se a escolha dessa base de informações pelo fato da mesma proporcionar diversas características dos domicílios¹⁹ urbanos de Londrina. A base territorial de controle cadastral da coleta utilizada pelo Censo Demográfico foi o setor censitário, que segundo o IBGE (2010) é:

[...] constituída por áreas contíguas, respeitando-se os limites da divisão político-administrativa, do quadro urbano e rural legal e de outras estruturas territoriais de interesse, além dos parâmetros de dimensão mais adequados à operação de coleta. (IBGE, 2000, p.19).

Contudo, necessário refletir até que ponto o setor censitário permite entender elementos da segregação residencial. Os setores censitários possibilitam a disseminação de informações à sociedade sobre os domicílios de todo o territorial nacional. Assim, optou-se metodologicamente pela sua utilização pois o mesmo concede informações que possibilitam o mapeamento de alguns critérios e variáveis levantados pelo IBGE (2010) que foram discutidos nesse trabalho.

¹⁹ Segundo o IBGE (2010) entende-se como domicílios, o local estruturalmente separado e independente que se destina a servir de habitação a uma ou mais pessoas, ou que estejam sendo utilizado como tal.

Os critérios e variáveis escolhidos foram correlacionados no intuito de apontar elementos para compreender a configuração da segregação residencial de Londrina no primeiro decênio do século XXI. Essa correlação foi realizada através da articulação das informações visando identificar as características em comum e as disparidades dos domicílios em todas as porções da cidade.

Dessa forma, os critérios e variáveis escolhidos levantados pelo Censo Demográfico (2010) e escolhidos pelo autor, contribuíram para apontar as diferenças residenciais em Londrina. Ademais, possibilitou o mapeamento e uma discussão desses critérios e variáveis no perímetro urbano do Distrito Sede de Londrina, pois poderia através dessas análises apontar a segregação residencial na cidade.

Sobre o Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010), este apresentou algumas características dos domicílios e população neles residentes em todo o território nacional. Este levantamento foi possível através da resolução de dois questionários²⁰: o questionário básico que contava com 37 quesitos e aplicados em todas as unidades domiciliares, exceto naquelas selecionadas para a amostragem; e o questionário da amostra que contava com 108 quesitos, abrangendo outras características do domicílio, além de informações sociais, econômicas e demográficas de seus moradores, aplicados em todas as unidades domiciliares selecionadas para a amostragem.

Foi a partir da coleta e apuração dos dados que o IBGE (2010) pode estipular tipologias para os 316.574 setores censitários distribuídos nos 5.565 municípios brasileiros. Esse levantamento estatístico captou diversas características da população como: sexo, idade, cor ou raça, registro civil, pessoa responsável pelo domicílio, rendimento das pessoas e dos domicílios, alfabetização, registro de nascimento de crianças de até 10 anos de idade, bem como características da condição do domicílio e, no caso dos domicílios urbanos, as características do seu entorno (IBGE, 2010).

É importante esclarecer que os indicadores elencados pelo IBGE (2010), buscaram identificar as características socioeconômicas da população

²⁰ Segundo o IBGE 2010 esses questionários foram respondidos através de entrevistas presenciais realizadas pelos recenseadores ou pelo preenchimento de um questionário via internet.

brasileira e dos seus domicílios. No que se refere a localização dos domicílios, eles foram classificados em situação urbana ou rural;

Em situação urbana, consideraram-se as áreas, urbanizadas ou não, internas ao perímetro urbano das cidades (sedes municipais) ou vilas (sedes distritais) ou as áreas urbanas isoladas, conforme definido por Lei Municipal vigente em 31 de julho de 2010. Para a cidade ou vila em que não existia legislação que regulamentava essas áreas, foi estabelecido um perímetro urbano para fins de coleta censitária, cujos limites foram aprovados pelo prefeito local. A situação rural abrangeu todas as áreas situadas fora desses limites. Este critério também foi utilizado na classificação da população urbana e da rural. (IBGE, 2010, p.27).

Dessa forma, o Censo Demográfico torna-se um importante instrumento metodológico para o estudo da realidade residencial de uma cidade, isto porque: os dados apontam características da estrutura física das residências, denominados de domicílios pelo IBGE, pois são destinados à habitação; promovem uma caracterização socioeconômica dos moradores do domicílio e do seu entorno; além de ser pautado em uma base territorial construída seguindo uma metodologia própria que, organiza e proporciona uma sustentação espacial às atividades de planejamento operacional, coleta e apuração de dados, bem como a divulgação de resultados do Censo Demográfico.

Sabendo-se disso, optou-se metodologicamente em utilizar algumas variáveis do Censo Demográfico (IBGE, 2010) como instrumento analítico para verificar, principalmente se existe uma disparidade de renda, de acesso a serviços urbanos e infraestrutura e étnica entre os setores censitários. Isto porque esses são os principais elementos analisados na literatura sobre a estruturação da segregação residencial.

Todos os indicativos a serem discutidos a seguir não estão apresentados na ordem estipulada conforme o IBGE (2010), isto porque se tal ordem for seguida tornar-se-á difícil ao leitor compreender os elementos escolhidos pelo autor para a compreensão da estrutura da segregação residencial em Londrina:

- a) Domicílios, quantidade de pessoas

Segundo o IBGE (2010) os domicílios foram classificados quanto a sua espécie sendo divididos em domicílio particular e coletivo. Considerou-se como domicílio particular e coletivo;

[...] a habitação onde o relacionamento entre seus ocupantes era ditado por laços de parentesco, de dependência doméstica ou por normas de convivência; domicílio coletivo aquele ocupado por grupo convivente e/ou família, no qual a relação entre os moradores se restringe à subordinação de ordem administrativa e ao cumprimento de normas de convivência como: hotéis, pensões, recolhimentos, asilos, orfanatos, conventos, penitenciárias, quartéis, postos militares, navios, alojamento de trabalhadores, etc. (IBGE, 2010, p.16).

Os domicílios particulares foram subdivididos em permanentes, que se refere a habitação construída exclusivamente para a finalidade habitacional de uma ou mais pessoas; a improvisada quando a edificação não tinha dependência destinada exclusivamente à moradia, como também, local inadequado para a habitação, que, na data de referência, estava servindo de moradia (IBGE, 2010).

Dessa forma, sabendo das espécies dos domicílios optou-se em discutir as seguintes variáveis:

- Quantidade de pessoas residentes em domicílios particulares permanentes
- Quantidade de pessoas residentes em domicílios particulares e domicílios coletivos.
- Domicílios particulares permanentes com 4 moradores
- Domicílios particulares permanentes com 6 moradores
- Domicílios particulares permanentes com 7 moradores
- Domicílios particulares permanentes com 10 ou mais moradores
- Domicílios particulares improvisados

As variáveis quantidade de pessoas residentes em domicílios particulares permanentes e coletivos direcionam a localização dos setores censitários com a maior e menor densidade populacional. Dessa forma, essa variável demonstra os extremos populacionais da cidade, apontando a quantidade

de pessoas por setor censitário o que auxilia no entendimento dos demais critérios analisados.

b) Cor ou raça

O critério cor ou raça foi investigado pelo IBGE (2010) mediante autodeclaração dos entrevistados, que subjetivamente se enquadraram nas seguintes características étnicas – raciais: branco, preto, amarelo, pardo e indígena. É importante ressaltar que a denominação cor ou raça foi estipulada pelo IBGE (2010) sendo uma opção do instituto a utilização dessa terminologia.

Os resultados foram coletados junto aos dados domiciliares o que propiciou a localização domiciliar dos grupos étnicos. Sabendo disso, optou-se em analisar as seguintes variáveis.

- Pessoas Residentes e cor ou raça – branca
- Pessoas Residentes e cor ou raça – preta
- Pessoas Residentes e cor ou raça – amarela
- Pessoas Residentes e cor ou raça – parda
- Pessoas residentes e cor ou raça – indígena

Essas variáveis possibilitam: quantificar a auto declaração da cor ou raça nos setores censitários e identificar se existe concentração de uma determinada cor ou raça entre setores censitários.

c) Responsável pelo domicílio, homens, mulheres

Esse critério leva em consideração a pessoa (homem ou mulher), de 10 anos ou mais de idade, reconhecida pelos moradores como o responsável pela unidade domiciliar. Dentre as diversas variáveis identificadas pelo recenseamento (IBGE, 2010), optou-se em analisar:

- Pessoas responsáveis, do sexo feminino
- Pessoas responsáveis, do sexo masculino
- Pessoas Responsáveis alfabetizados²¹

²¹ Segundo o IBGE (2010) considera-se como alfabetizada a pessoa capaz de ler e escrever um bilhete simples no idioma que conhecesse.

A apuração dos dados sobre a variável pessoa responsável, do sexo feminino possibilitou quantificar as mulheres de 10 anos ou mais de idade responsáveis pelos domicílios brasileiros. Essa variável dá a perspectiva de compreender o atual papel da mulher como chefe domiciliar na sociedade brasileira, além de demonstrar os setores censitários com o maior número de mulheres responsáveis pelo domicílio.

Porém, esse critério não é muito analisado na literatura que discute a segregação residencial, mas, o mesmo permite o levantamento de alguns questionamentos: por que algumas áreas apontam maior concentração de domicílios chefiados por mulheres e outros por homens. O que leva a essa realidade? Quais são os motivos de algumas áreas residenciais não apontarem os homens como os chefes de família? Esse levantamento é uma temática interessante que pode ser analisada futuramente.

Todavia, com essas variáveis é possível uma análise comparativa em números gerais e setores censitários no que se refere as pessoas responsáveis pelo domicílio. Entretanto, esse levantamento realizado pelo recenseamento (2010) apenas identifica o responsável domiciliar, não levantando alguns questionamentos importantes como: a fonte de renda do responsável; o rendimento nominal da pessoa (homem ou mulher) responsável, e o período que essa pessoa esteve como responsável pelo domicílio.

Sobre a variável responsáveis alfabetizados, justifica-se a sua escolha por possibilitar dar um panorama espacial sobre o número de pessoas alfabetizadas em Londrina. Entretanto, essa variável não é muito relevante não entendimento da segregação, pois não avalia o nível de escolaridade da população, apenas a sua capacidade de ler e escrever uma frase em seu idioma.

Dessa forma, o IBGE (2010) não permitiu compreender a realidade escolar dos setores censitários, não apontando os níveis de escolaridade por domicílios, o que possibilitaria identificar se há uma coesão de domicílios com pessoas de alto ou baixo grau de escolaridade nos setores censitários.

Entretanto, essa variável possibilita identificar a quantidade da população alfabetizada e não alfabetizados em Londrina, além de localizar os setores censitários com melhores e piores indicadores de alfabetização na cidade.

Por isso, talvez, essas variáveis levantadas pelo Censo Demográfico são pouco relevantes para a compreensão da segregação residencial. Mas, auxiliam na localização dos setores censitários com maior e menor número de homens e mulheres responsáveis pelo domicílio e alfabetização.

d) Renda dos domicílios

O critério rendimento domiciliar envolveu moradores com 10 anos ou mais que tinham alguma fonte de renda, tal critério foi subdividido em diversas variáveis pelo IBGE (2010) que buscavam identificar o rendimento dos domicílios e da população residente. Foram escolhidas para auxiliar na compreensão do processo de segregação residencial a seguinte variável:

- Total do rendimento nominal mensal²² dos domicílios particulares permanentes

Tal variável indicam os setores censitários com maiores e menores rendimentos nominal mensal dos domicílios, ou seja, retratam a soma dos rendimentos (do trabalho ou de outras fontes) de uma pessoa de 10 anos ou mais de idade durante o mês. Essa variável indicam a situação econômica dos domicílios e possibilitam uma análise comparativa entre o rendimento por morador dos setores censitários.

e) Características gerais dos domicílios

O IBGE (2010) buscou a caracterização dos domicílios brasileiros através do levantamento de variáveis que identificavam particularidades estruturais dos domicílios e o seu entorno. Dentre as diversas variáveis optou-se por analisar:

- Domicílios particulares permanentes com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário via rede geral de esgoto ou pluvial
- Domicílios particulares permanentes com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário via fossa séptica

²² O IBGE (2010) considerou como rendimento mensal domiciliar a soma dos rendimentos mensais dos moradores do domicílio particular permanente, excluindo os moradores de menos de 10 anos de idade e aqueles cuja condição no domicílio particular fosse pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

- Domicílios particulares permanentes com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário via fossa rudimentar
- Domicílios particulares permanentes com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário via vala
- Domicílios particulares permanentes sem banheiro de uso exclusivo dos moradores e nem sanitário

Escolheu-se essas variáveis pelo fato do saneamento básico ser um elemento fundamental para a compreensão da segregação residencial, tendo em vista que aponta o nível de acesso dos domicílios a esse serviço. Os setores censitários que apresentam domicílios sem esse serviço, em geral apresentam menor valorização, estão em piores localizações, a população residente apresenta baixos rendimentos, dentre outros.

f) Entorno

Em relação ao entorno dos domicílios optou-se em analisar duas variáveis específicas: a primeira foi a existência ou não de esgoto a céu aberto em domicílios permanentes próprios, alugados e cedidos; a segunda foi a arborização encontrada ao longo de calçadas/ passeio e/ou canteiro que divide pistas de um mesmo logradouro nos domicílios em situação de adequação adequada, semiadequada e inadequada.

Desse modo, adotou-se as seguintes subdivisões de cada variável:

- Domicílios particulares permanentes próprios – Existe esgoto a céu aberto;
- Domicílios particulares permanentes próprios – Não existe esgoto a céu aberto;
- Domicílios particulares permanentes alugados – Existe esgoto a céu aberto;
- Domicílios particulares permanentes alugados – Não existe esgoto a céu aberto;
- Domicílios particulares permanentes cedidos – Existe esgoto a céu aberto;

- Domicílios particulares permanentes cedidos – Não existe esgoto a céu aberto;
- Domicílios particulares permanentes com moradia adequada – Existe arborização;
- Domicílios particulares permanentes com moradia adequada – Não existe arborização;
- Domicílios particulares permanentes com moradia semiadequada – Existe arborização;
- Domicílios particulares permanentes com moradia semiadequada – Não existe arborização;
- Domicílios particulares permanentes com moradia inadequada – Existe arborização;
- Domicílios particulares permanentes com moradia inadequada – Não existe arborização.

A escolha em analisar as variáveis: domicílios particulares permanentes alugados e cedidos; existe ou não esgoto a céu aberto está relacionada com a importância de se observar o entorno domiciliar e a condição de ocupação do domicílio. Isto porque as características do entorno domiciliar e a sua condição são fundamentais para o apontamento do nível de segregação residencial de uma cidade.

Diferentemente do critério características gerais dos domicílios que apura as condições de acesso ao esgotamento sanitário e a presença do cômodo banheiro, as variáveis existem ou não esgoto a céu aberto foram agrupadas pelo IBGE (2010) com as condições de ocupação dos domicílios particulares permanentes. De um lado, esse agrupamento apontou a quantidade de domicílios na condição de próprio, alugados e cedidos. De outro, identificou os domicílios que apresentam esgoto a céu aberto, o que propõe relacionar tais domicílios como residências extremamente segregadas.

O que é importante destacar dessas variáveis é a identificação dos setores censitários que apresentam domicílios nas piores condições habitacionais,

sendo residências marcadas pelo excludência ao acesso a serviços básicos como o esgotamento sanitário.

Também sob a perspectiva de caracterização do entorno dos domicílios, a variável domicílios particulares permanentes com moradia adequada – semiadequada e inadequada, existe ou não arborização, agrupou elementos que identificavam a adequação do domicílio e o nível de arborização.

Adequada - são aqueles domicílios que têm rede geral de abastecimento de água, rede geral de esgoto ou pluvial ou fossa séptica e coleta de lixo direta ou indireta; Semiadequada - são aqueles domicílios que atendem de uma a duas características de adequação. (IBGE, 2010 p.35).

Os domicílios em condição inadequada não atendem a nenhuma característica de adequação. Essas variáveis são relevantes, haja vista que indicam a situação domiciliar através de análises do entorno domiciliar. Os setores censitários que apresentam domicílios semiadequados e inadequados mostram residência segregadas no que se refere a serviços urbanos básicos.

No que se refere a arborização, essas variáveis apontam os domicílios que contavam com a presença de árvores na fachada ou próximas as residenciais, o que não tem relação direta com a compreensão do processo de segregação. Como já citado, o agrupamento do elemento arborização com a condição dos domicílios levou à escolha dessas variáveis, pois a arborização por si só não é uma variável apropriada para identificar e estudar a segregação residencial.

De modo geral, esses critérios e variáveis são instrumentos que permitem o mapeamento dos setores censitários urbanos de Londrina. Dessa forma, o próximo item apresenta o mapeamento dos mesmos e as articulações com as literaturas que apontam elementos da segregação residencial em Londrina.

3.2 MAPEAMENTOS E ANÁLISE DOS DADOS DE LONDRINA

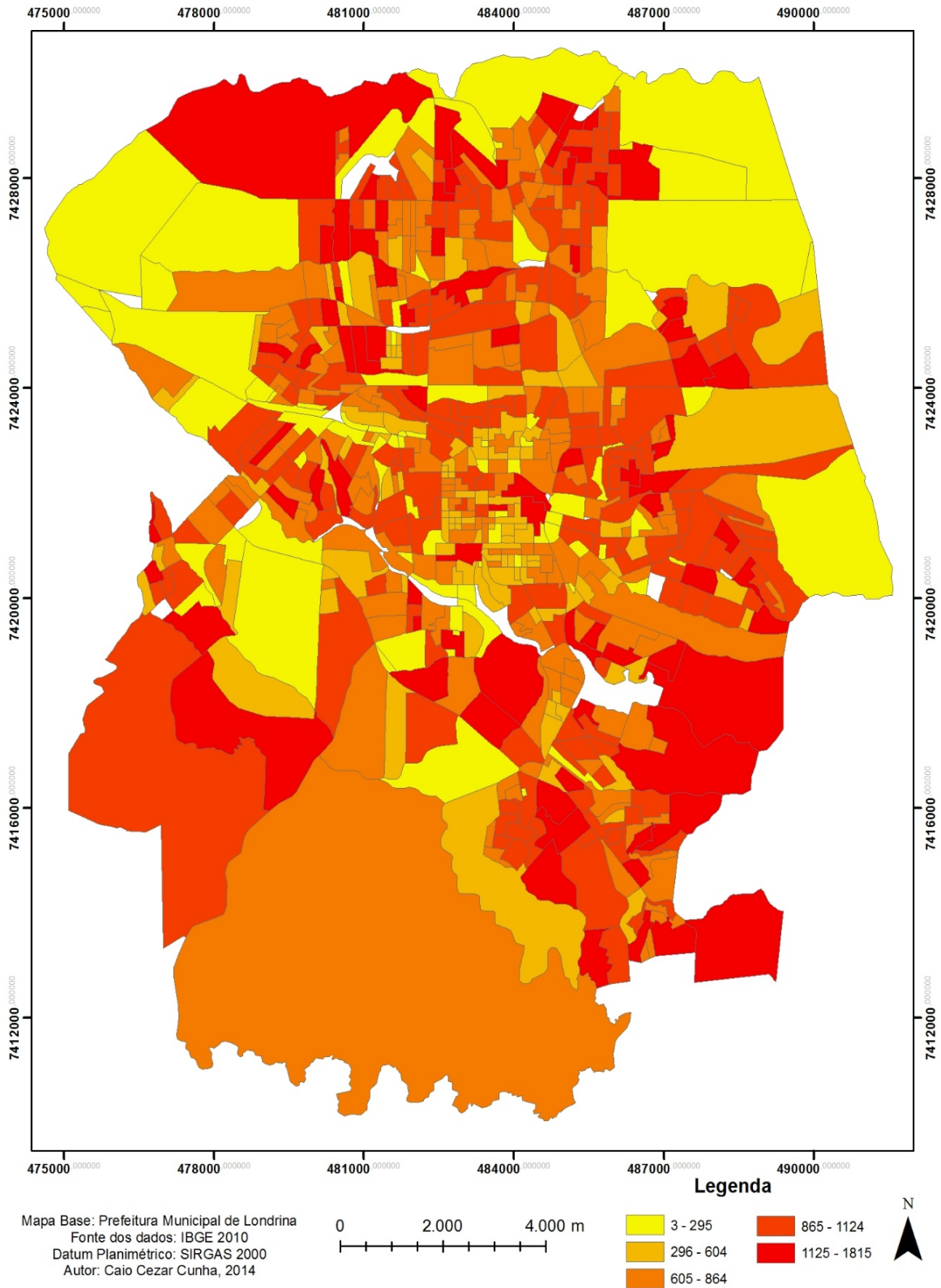
Londrina contabiliza segundo o IBGE (2010), 671 setores censitários urbanos no seu Distrito Sede, sendo que, o número de domicílios por setor censitário pode variar de 0 a 685. Isto significa que existe uma quantidade diferenciada de domicílios por setor censitário. Assim, enquanto alguns setores censitários podem conter o número máximo de domicílios (685), outros podem não contém nenhum domicílio em seu interior, mesmo abrangendo uma extensa área territorial.

Essa variação também serve para a quantidade de pessoas residentes nos setores censitários. Dessa forma, o critério: domicílios; quantidade de pessoas residentes possibilita apontar o número de pessoas por setores censitários no perímetro urbano de Londrina. Esse critério é importante, pois apresenta um panorama das áreas com maior e menor concentração populacional da cidade. Assim, a variável quantidade de pessoas residentes em domicílios particulares permanentes e coletivos foi mapeada e analisada no intuito de identificar a densidade populacional dos setores censitários urbanos do Distrito Sede de Londrina.

A densidade populacional por setores censitários urbanos mostra-se desigual em Londrina. Conforme a mapa 1 não há uma distribuição homogênea da população pelos setores censitários. Algumas áreas limítrofes a nordeste e noroeste da cidade, por serem áreas que estão em processo de ocupação apresentam baixa quantidade de pessoas por setor censitário, enquanto setores censitários de ocupação mais antiga localizados na porção sudeste apresentam elevada quantidade de pessoas por setor.

Mapa 1 - Quantidade de pessoas residentes em domicílios particulares e domicílios coletivos

Quantidade de pessoas residentes em domicílios particulares e domicílios coletivos



Porém, outras áreas da cidade que não são de ocupação recente apresentaram baixa quantidade de pessoas por domicílio o que permite o levantamento de supostas possibilidades para explicar tal realidade: predomínio das atividades comerciais em detrimento das residenciais; a existência de características geográficas que inibem a ocupação residencial, como rios, lagos, fundos de vale e áreas de proteção permanente (APP); o relevo acentuado; vazios urbanos; áreas públicas e parques; loteamentos recentes; áreas não incorporadas à malha urbana; atividades agrícolas e a presença de poucos domicílios no interior do setores censitários.

Em relação aos setores censitários com elevado contingente populacional as possibilidades são as seguintes; a elevada quantidade de pessoas residindo por domicílio; áreas residenciais antigas e o predomínio de construções de uso residencial.

Além disso, alguns fatores podem explicar essa distribuição desigual da população: a diminuição no número de famílias residindo na área central; o alto índice de pessoas que residem sozinha ou que dividem o domicílio com uma ou mais pessoas em determinados setores censitário, principalmente os próximos as universidades da cidade; o preço dos terrenos e imóveis que inibe ou concentra pessoas em determinadas áreas da cidade; o custo de vida; e a proximidade aos locais de trabalho e estudo.

Essas são algumas das possibilidades levantadas para explicar a distribuição desigual da população urbana de Londrina pelos setores. No entanto, quais foram motivos que levaram a área central a ter uma baixa concentração populacional por setores censitários no Censo (2010) se, historicamente e empiricamente essa área apresenta diversos edifícios que foram construídos para o uso residencial, principalmente a partir da década de 1970 (CASARIL, 2008).

Segundo Santos (1990) a maior parcela da população dos grandes centros urbanos instala-se nas áreas periféricas, promovendo uma ocupação cada vez mais longínqua à área central. Isto acontece porque as áreas centrais são melhores dotadas de infraestrutura, o que promove uma valorização do preço da terra, impossibilitando a ocupação das classes mais pobres. Na medida em que o preço da terra e o custo de vida se tornam incompatíveis para as populações com

menor poder aquisitivo, as mesmas buscam residir em áreas periféricas por serem mais acessíveis aos seus rendimentos.

Essas áreas são caracterizadas por serem deficientes em serviços públicos básicos e infraestrutura. Em Londrina essa realidade também se configurou.

Takeda (2004) aponta que historicamente a área central de Londrina recebeu diversos investimentos em serviços públicos e infraestrutura, o que promoveu a ocupação dessa área por uma população de alto poder aquisitivo, principalmente após a década de 1950. Enquanto as áreas periféricas, carentes em serviço públicos e infraestrutura foram ocupadas pelas classes mais pobres.

No entanto, observa-se que a área central de Londrina vem passando por uma modificação do seu perfil habitacional. Uma evidência empírica disso, é o grande número de estudantes universitários que residem nessa área da cidade. Eles procuram residir nessa localidade pelos seguintes motivos: economia de gastos com transporte; proximidade as universidades; acesso a serviços públicos e privados; e apartamentos com vários quartos o que facilita a divisão do aluguel em mais estudantes.

Esses elementos podem auxiliar do número reduzido de pessoas residentes por domicílios nessa porção da cidade. É importante destacar que essas repúblicas estudantis, mesmo sendo domicílios coletivos, são consideradas quanto a sua espécie pelo IBGE (2010) como domicílios particulares permanentes.

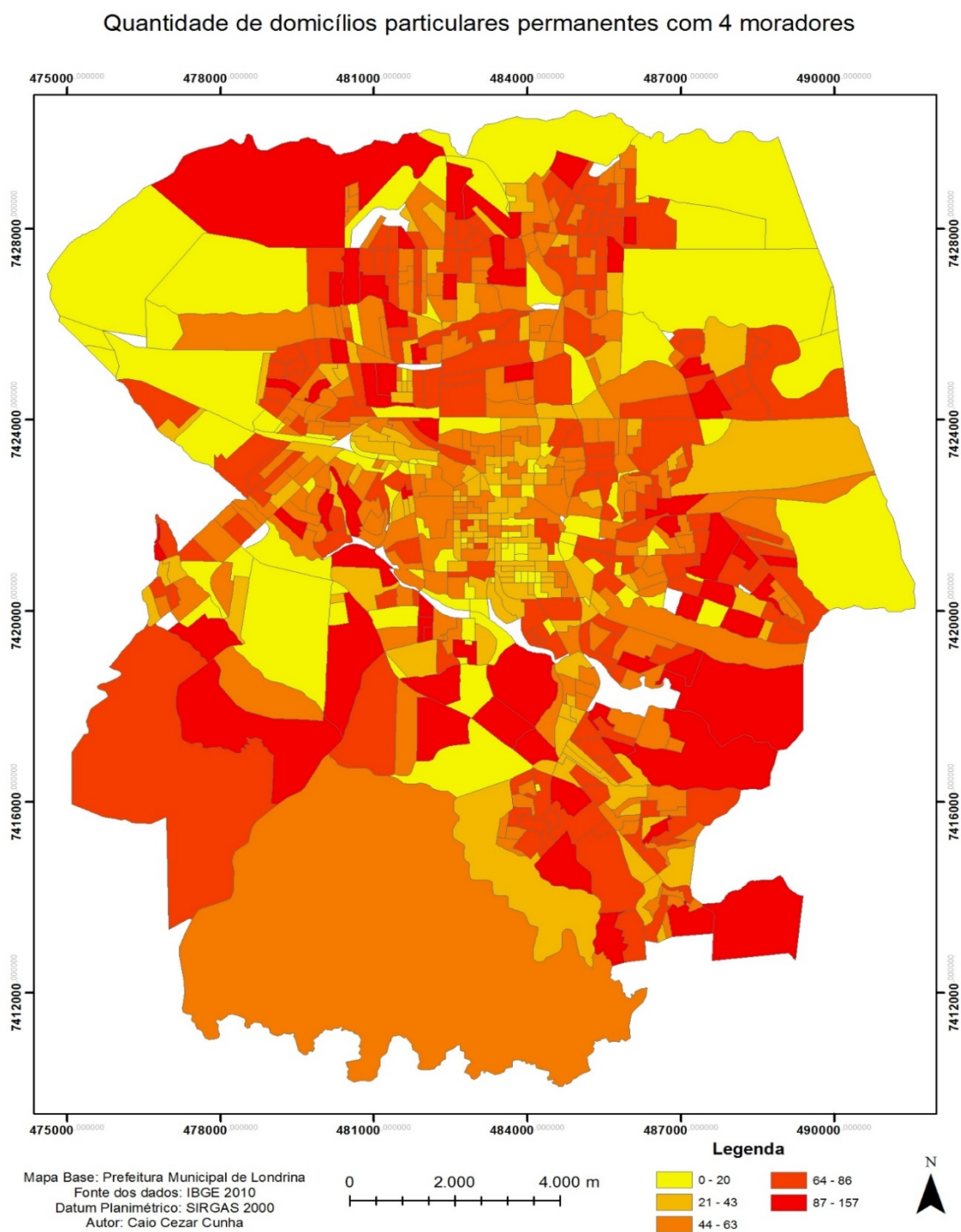
No entanto, esse trabalho não está centrado em discutir as áreas com maior e menor densidade demográfica da cidade. Mas, identificar a distribuição da população pelos setores censitários urbanos é importante para o prosseguimento das discussões.

Assim, ter-se a distribuição populacional dos setores censitários auxilia na correlação com outros critérios e variáveis, pois muitos dos dados utilizados a seguir, apresentam números referentes aos domicílios e a população residente.

Sabendo disso, buscou-se mapear variáveis que apontassem distintas quantidades de pessoas residentes por domicílio: domicílios particulares permanentes com 4 moradores; domicílios particulares permanentes com 6

moradores; domicílios particulares permanentes com 7 moradores; e domicílios particulares permanentes com 10 ou mais moradores, conforme mapa 2.

Mapa 2 - Quantidade de domicílios particulares permanentes com 4 moradores



Esse mapeamento possibilitou identificar quais setores censitários apresentam baixo, médio e elevado número de pessoas residentes por domicílio. Observa-se que, a maior parcela dos setores censitários urbanos do Distrito Sede de Londrina são de domicílios ocupados por 4 moradores. Entretanto é importante destacar que essa variável apresentou uma distribuição desigual, onde a área central²³ chamou atenção pelo baixo número de domicílios com 4 pessoas residentes, enquanto o extremo noroeste, sul, sudeste e sudoeste apresentam as maiores concentrações.

Esse baixo número de domicílios com 4 pessoas residentes na área central, representa pequeno número de famílias que apresentam na média nacional de 2 filhos por casal²⁴. Enquanto isso, as áreas periféricas apresentaram alto índices de domicílios ocupados por 4 pessoas.

Em relação as variáveis que analisavam mais pessoas por domicílios (6 moradores por domicílio, 7 moradores por domicílio e 10 ou mais moradores por domicílio), observou-se que quanto maior o número de pessoas residentes por domicílio, menor era a quantidade de domicílios por setor censitário e mais longínquos da área central eles se localizam (conforme mapa 3, 4, e 5).

Assim, os domicílios com maior número de moradores estão localizados em algumas áreas periféricas da cidade, enquanto a área central apresenta baixa quantidade de pessoas por domicílios em todas as variáveis analisadas. De outro modo, essa realidade levanta o seguinte questionamento: por que os domicílios nas áreas periféricas são mais populosos que os da área central? Dado os limites do presente trabalho, não há tempo hábil para a pesquisa de diversos questionamentos, assim fica a sugestão para futuras pesquisas sobre essas questões levantadas.

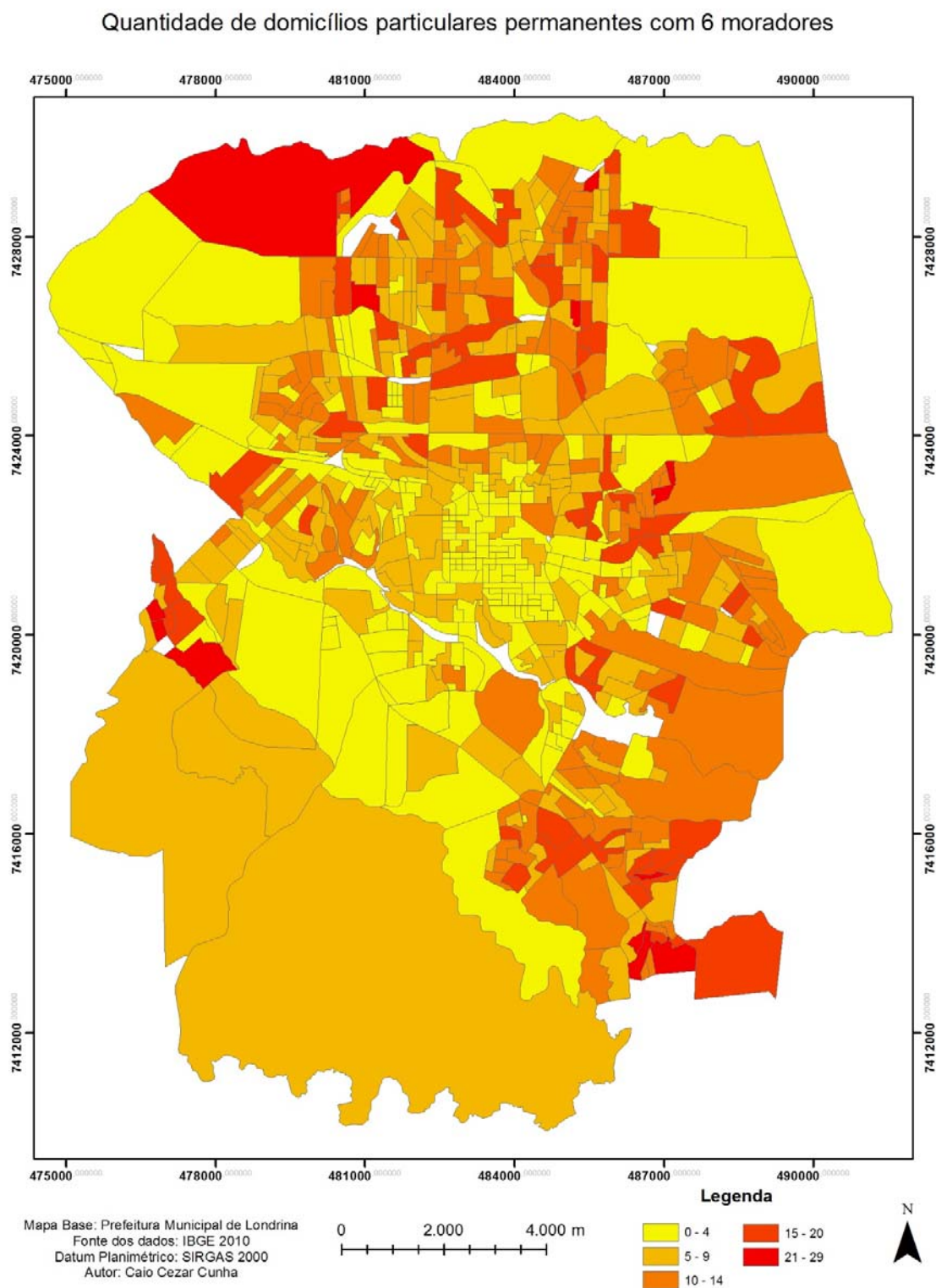
Em síntese, essas características evidenciam que, a concentração de moradores por domicílios é desigual entre os setores censitários da cidade, sendo os setores censitários localizados nas porções norte, noroeste, sul e sudoeste

²³ Esse pequeno número de pessoas residindo na área central pode ser relacionado ao fato da mesma estar passando por um processo de transformação, em direção ao um relativo esvaziamento demográfico.

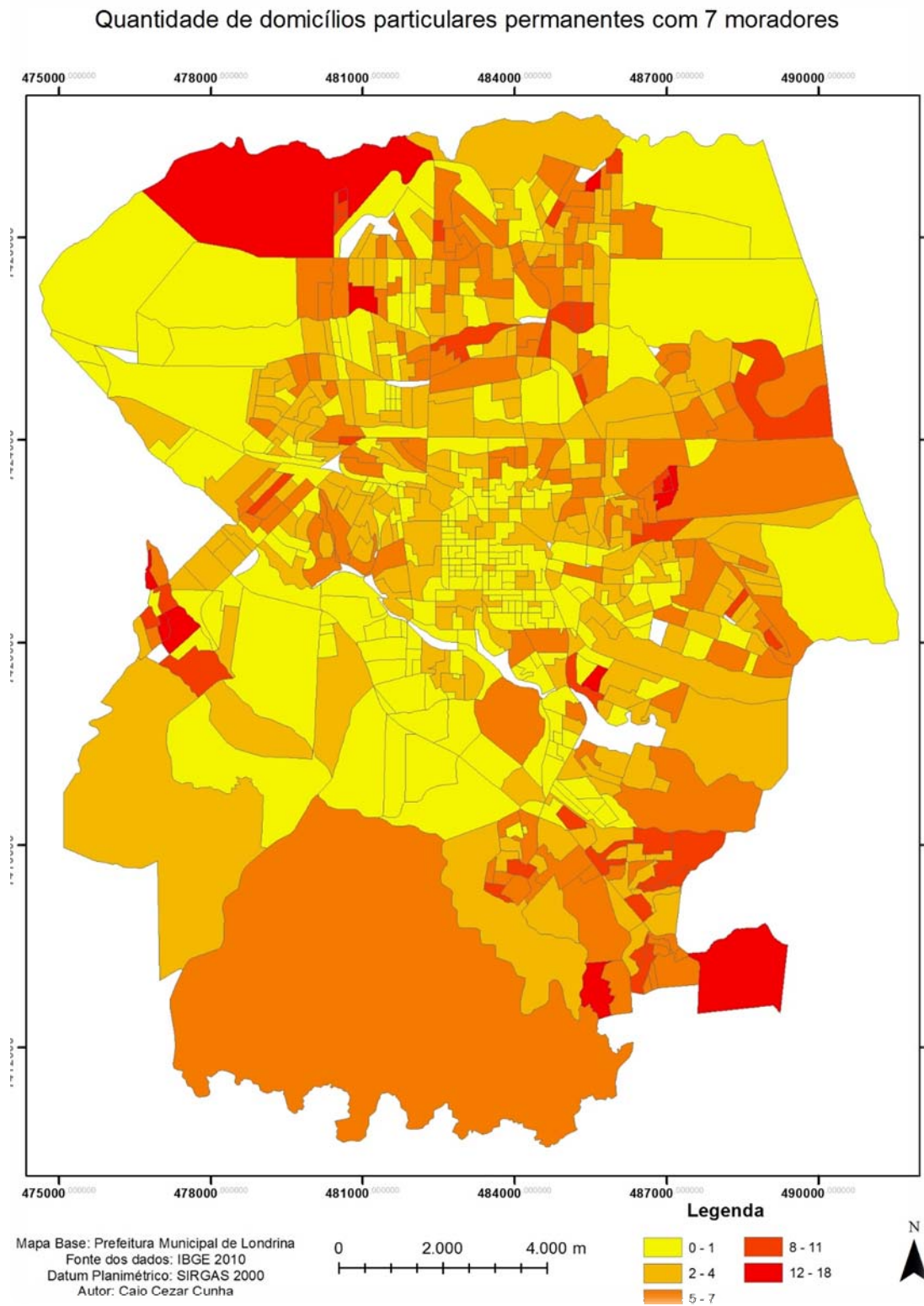
²⁴ Segundo o IBGE (2010) a Média nacional é de 1,9 filho por casal, maiores informações ver: <http://noticias.r7.com/brasil/noticias/brasileira-tem-um-terco-dos-filhos-da-decada-de-1940-20121017.html>.

os que apresentam o maior número de moradores por domicílios em todas as variáveis analisadas.

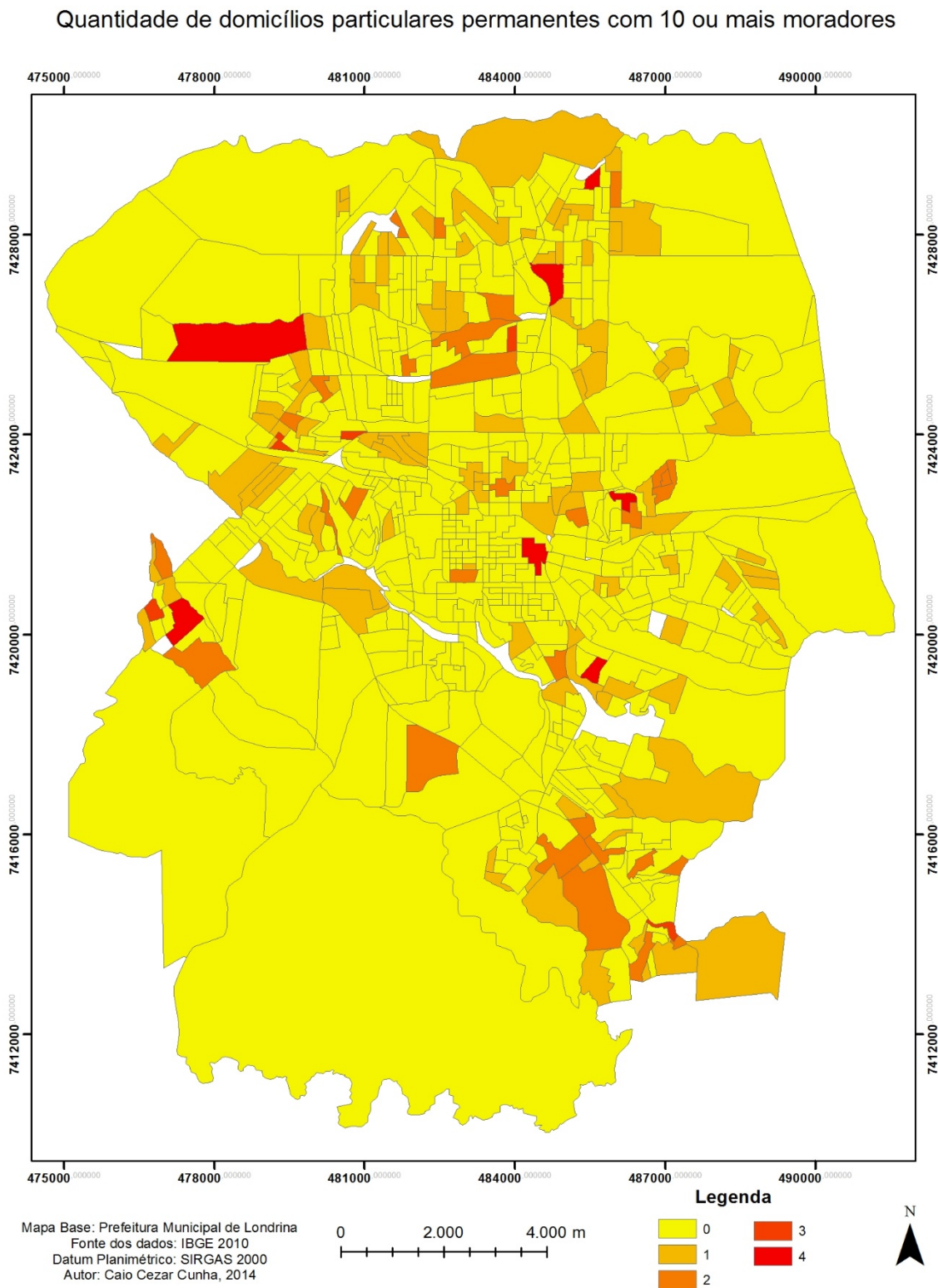
Mapa 3 - Quantidade de domicílios particulares permanentes com 6 moradores



Mapa 4 - Quantidade de domicílios particulares permanentes com 7 moradores



Mapa 5 - Quantidade de domicílios particulares permanentes com 10 ou mais moradores



Outro critério mapeado foi cor ou raça da população residente nos domicílios urbanos do Distrito Sede de Londrina. A temática étnico-racial não é o foco central desse trabalho, no entanto é um elemento muito discutido nas análises sobre a segregação residencial.

No Brasil a questão da cor e da raça vem sendo pouco pautada nos estudos sobre a segregação residencial, tornando-se um enfoque analítico mais recorrentes em países como os Estados Unidos e África do Sul, onde a formação de guetos promove a criação de áreas residência de homogeneidade étnico-racial, que simultaneamente agrupam e isolam um grupo étnico dos restantes.

Contudo, segundo Telles (2003) o fator étnico não pode ser uma questão insignificante para os estudos sobre a segregação residencial nas cidades brasileiras e deve ser compreendida como uma temática importante. Sabendo disso e acreditando haver uma concentração e uma exclusão de determinados grupos étnicos na cidade, buscou-se entender os dados étnicos e raciais dos setores censitários de Londrina.

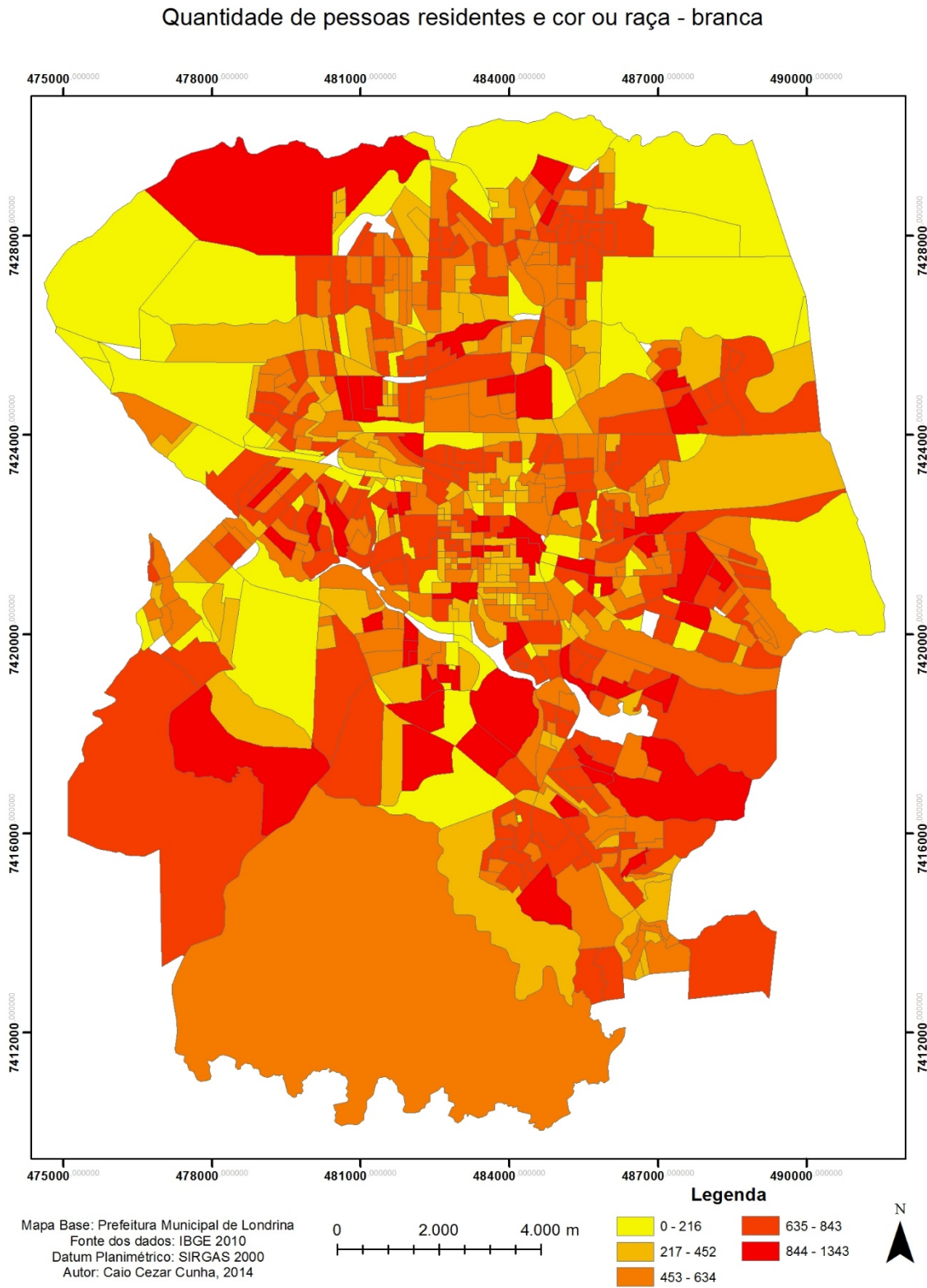
À medida que observa-se o mapa 6, que aponta a quantidades de pessoas autodeclarada de cor branca, é perceptível uma elevada quantidade de pessoas autodeclaradas de cor branca na maioria dos setores censitário. Essa realidade leva a compreensão que a maior parte da população de Londrina declarou-se branca e sua distribuição não está concentrada em uma porção específica da cidade.

Em contrapartida, quando observa-se a distribuição da população autodeclarada de cor preta conforme o mapa 7, encontra-se um número absoluto bem menor de pessoas autodeclaradas dessa cor. Além disso, a distribuição dessa população se difere dos autodeclarados brancos, havendo uma distribuição desigual entre a população de cor preta pelos setores urbanos de Londrina. As porções norte, leste e sudeste concentram os setores censitários com maiores números de pessoas residentes de cor preta, enquanto a área central e porções sudoeste e oeste apresentam um número reduzido de pessoas autodeclaradas de cor ou raça preta.

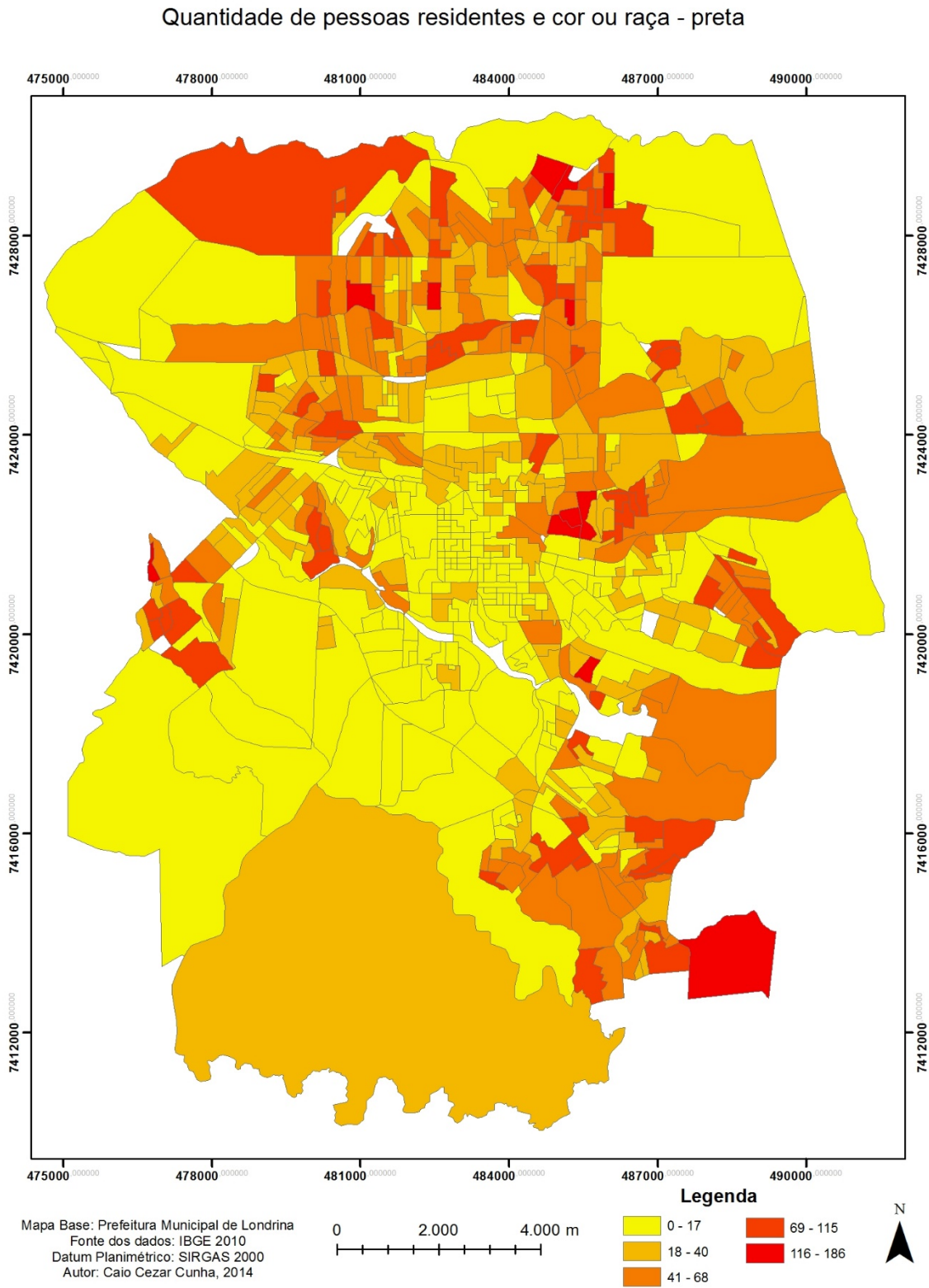
Como entender esse fato? Pode-se num primeiro momento pensar na existência de uma segregação residencial por cor ou raça em Londrina? Ou seria

outro fator o responsável pela inexistência de pessoas autodeclaradas pretas em algumas porções da cidade.

Mapa 6 - Quantidade de pessoas residentes e cor ou raça – branca



Mapa 7 - Quantidade de pessoas residentes e cor ou raça – preta



Segundo Ribeiro (2010) existe uma relação entre desigualdade social e cor da população, no que se refere o contexto residencial. De maneira mais

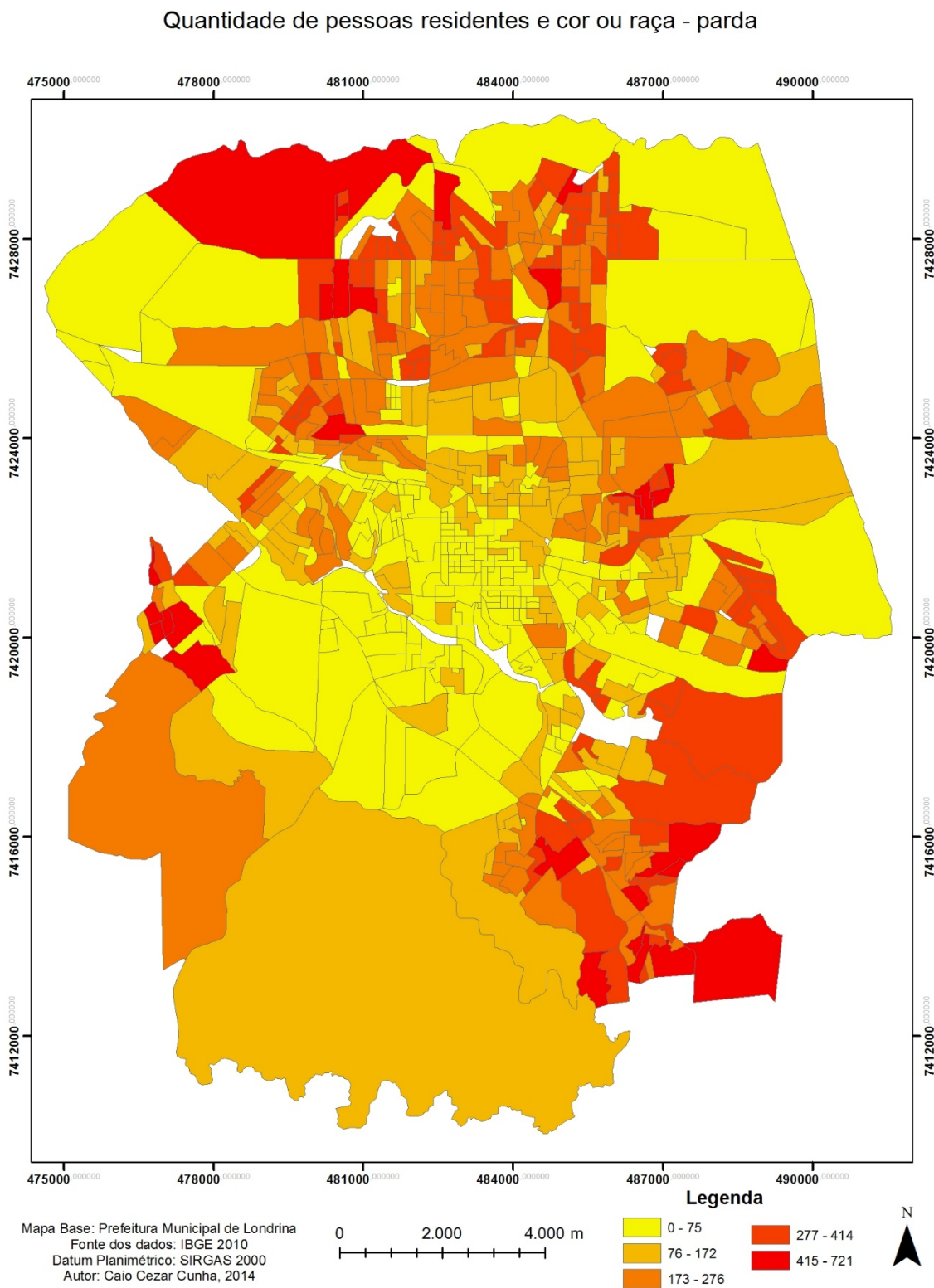
clara, o autor apontou existir uma segregação residencial na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) pautada nas diferenças raciais. Os habitantes autodeclarados de cor preta ocupavam as áreas residenciais de maior vulnerabilidade social e com piores condições sociais de habitação que no caso fluminense são as favelas, enquanto as áreas mais ricas da cidade são ocupadas pelas pessoas autodeclaradas brancas.

Não é objetivo do trabalho fazer uma comparação entre a cidade de Londrina e a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, pois cada área tem as suas particularidades históricas. Contudo, esse critério foi escolhido no intuito de averiguar se existe uma correlação entre a cor da pele e os locais de residência da população e outros critérios que serão analisados como a renda, situação do entorno e escolaridade.

A distribuição da população autodeclarada de cor parda pelos setores censitários de Londrina se assemelha à população de cor preta conforme mapa 8. A área central e as porções sudoeste e oeste são os que apresentam menores números de domicílios ocupadas pela população autodeclarada de cor parda. Em contrapartida, a maior concentração estava em setores censitários localizados nas porções sudeste, norte e leste da cidade. Um fato importante a ser ressaltado é que, essas porções da cidade são também segundo a COHAB-LD (2013), as áreas onde se encontram o maior número de assentamentos e favelas aptas a serem regularizadas.

Mediante a estas informações, será que existe alguma relação entre a presença de ocupações irregulares nas mesmas porções da cidade que apresentam a presença majoritária da população autodeclaradas pretas e pardas em Londrina?

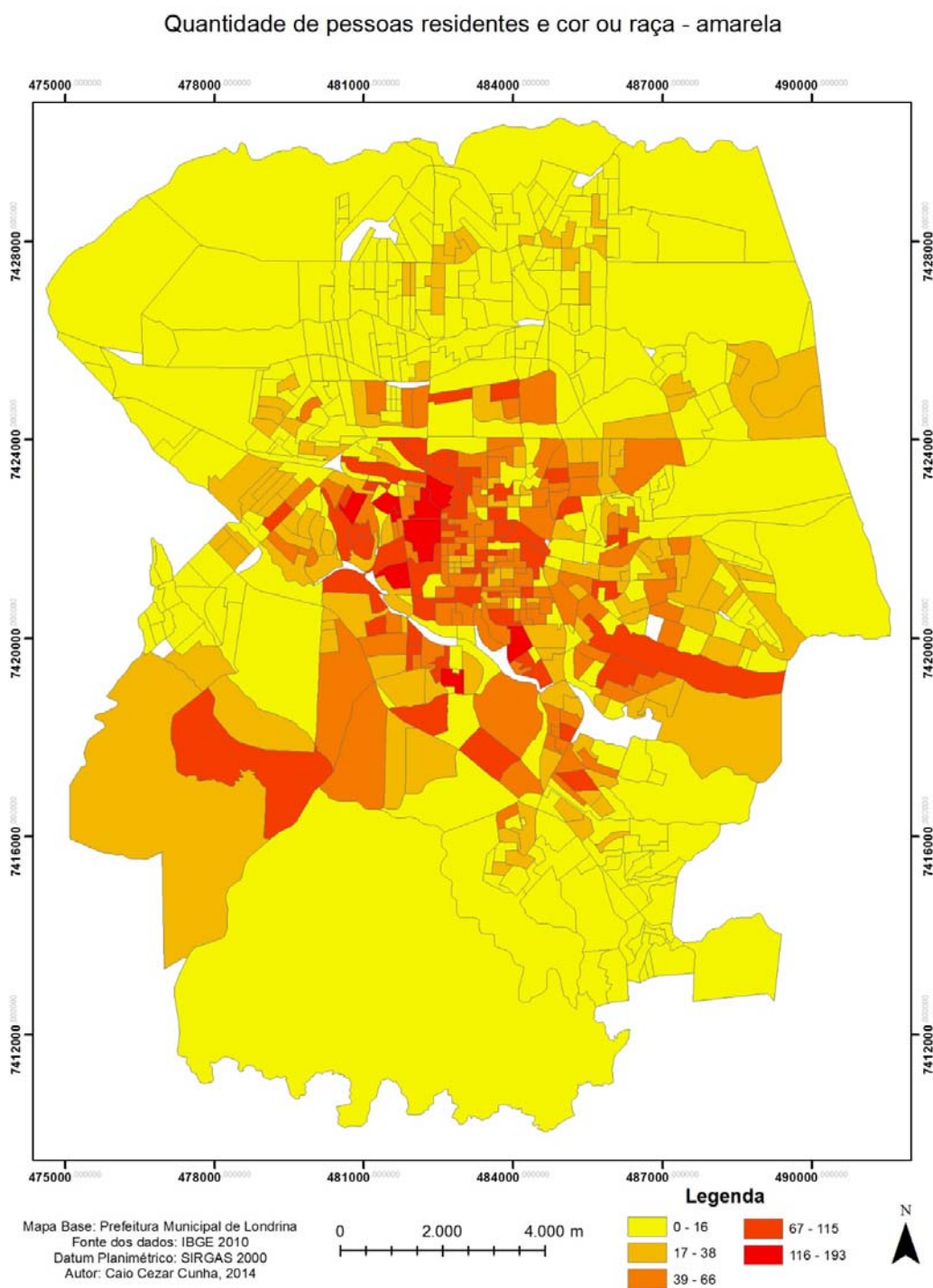
Mapa 8 - Quantidade de pessoas residentes e cor ou raça – parda



Dando continuidade as análises em torno do mapeamento étnico – racial dos setores censitários de Londrina, a variável quantidade de pessoas

residentes da cor amarela conforme mapa 9, apontou uma concentração desse grupo étnico na área central e adjacências, principalmente no sentido sudoeste e leste da malha urbana.

Mapa 9 - Quantidade de pessoas residentes e cor ou raça – amarela



Vale destacar que não encontrou-se um número significativo de pessoas autodeclaradas de cor amarela em setores censitários mais periféricos de

Londrina, sendo as porções norte e sul as que apresentaram setores censitários com alguns moradores que se autodeclararam de cor ou raça amarela.

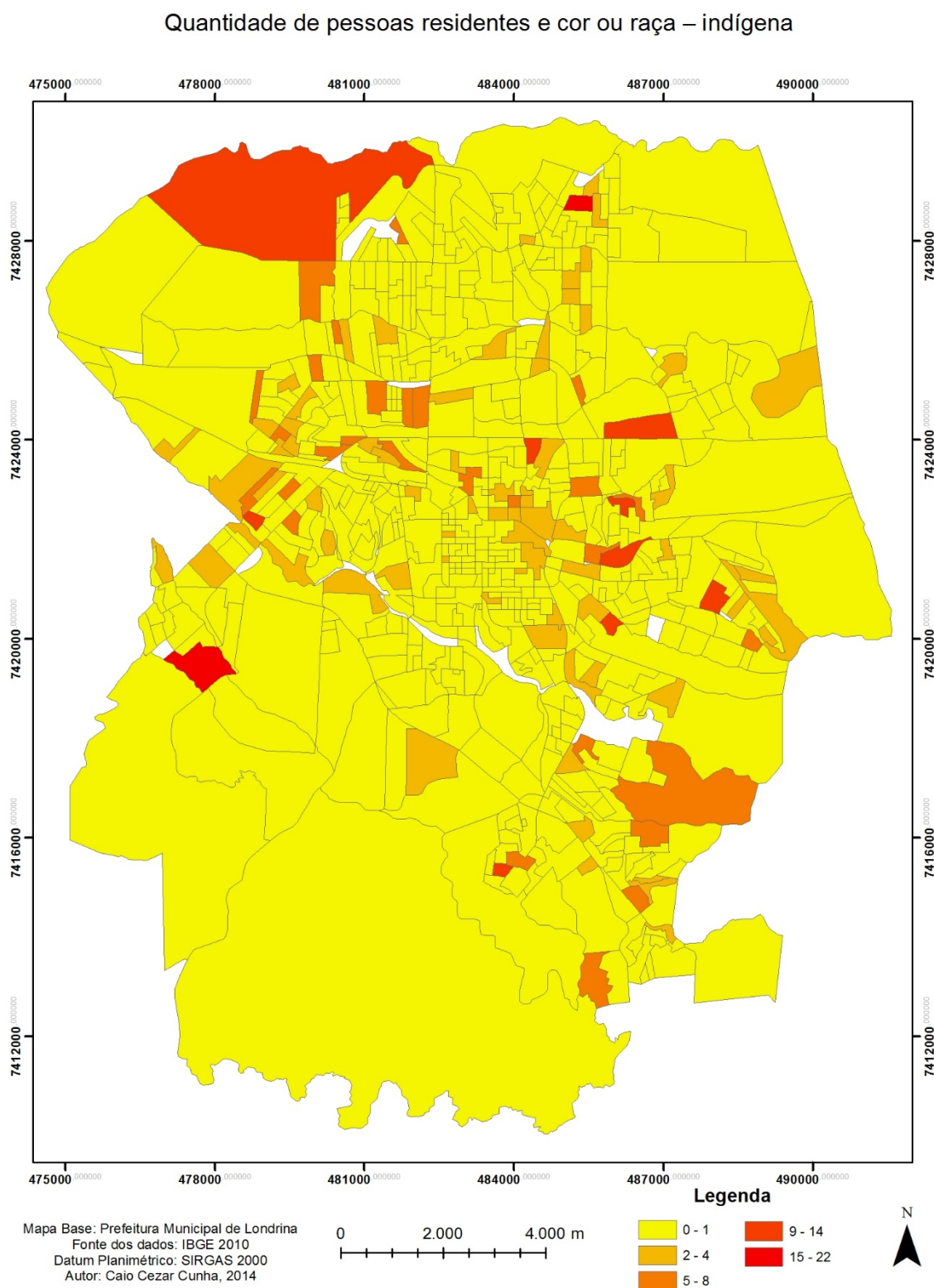
Por que não encontramos uma distribuição homogênea de pessoas autodeclaradas amarelas pela cidade? Por que essa parcela da população concentra-se na área central e suas adjacências?

No que se refere a distribuição de pessoas autodeclaradas de cor ou raça indígena mapa 10, observou-se a presença dessa população em setores censitários localizados nas porções norte, oeste, leste e área central, e em menor número na porção sul do perímetro urbano do Distrito Sede de Londrina.

Sintetizando as análises sobre essas variáveis do critério cor, observa-se a presença de um elevado número de pessoas autodeclaradas de cor brancas em todas as porções da cidade, não acontecendo o mesmo com os outros grupos étnicos. Além disso, a área central e a porção sudoeste são áreas da cidade ocupadas predominantemente por pessoas autodeclaradas de cor branca e amarela, enquanto as pessoas pretas e pardas localizam em grande número nas porções norte, leste e sudeste, estando presente em número irrisórios na área central e porção sudoeste da cidade.

Após discutir elementos sobre a autodeclaração da população de Londrina e a sua distribuição espacial, o próximo passo é correlacionar essa informação com outros critérios, no intuito de averiguar as características dos setores censitários da cidade.

Mapa 10 - Quantidade de pessoas residentes e cor ou raça – indígena



No que se refere ao critério responsável pelo domicílio: homens, mulheres, o mapeamento baseou-se nas variáveis: pessoas responsáveis, do sexo

feminino; pessoas responsáveis, do sexo masculino; e pessoas responsáveis alfabetizados, conforme mapas 11, 12 e 13.

De modo sintético, com essas variáveis pode-se quantificar o número de mulheres e homens, de 10 anos ou mais de idade, que segundo respostas do entrevistado era considerada a responsável pela unidade domiciliar. Além disso, essas variáveis possibilitam quantificar o número de pessoas alfabetizadas existente nos domicílios urbanos, lembrando que, para ser considerado alfabetizado é necessário ser capazes de ler e escrever um bilhete simples no idioma que conhecesse (IBGE, 2010).

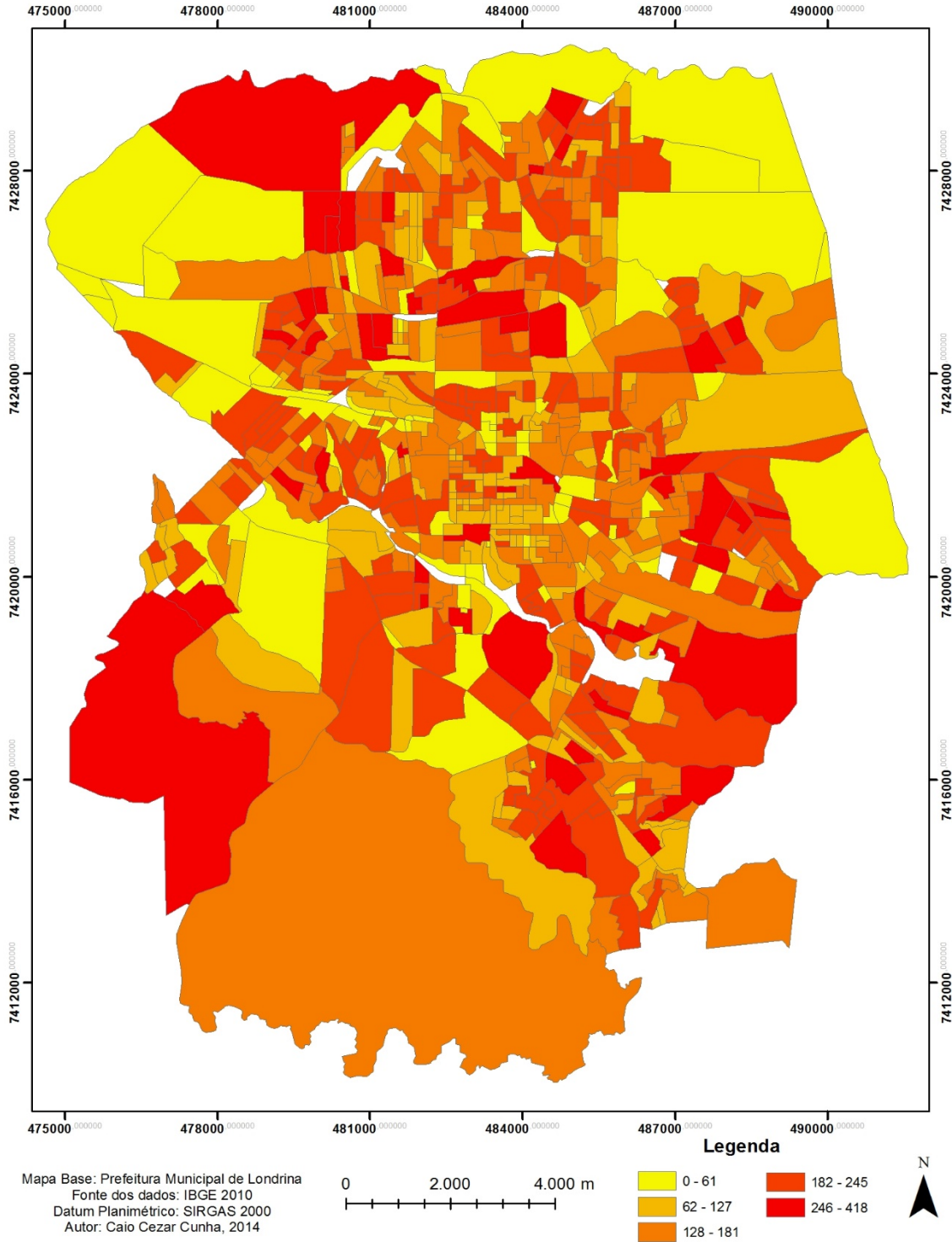
De acordo com os mapas, a maior parte setores censitários apresentou os homens como o responsável pelo domicílio em Londrina. Em nenhuma porção da cidade observou-se um número reduzido de domicílios chefiados por homens, exceto setores censitários periféricos, que como já explicado, apresentam pouco ou nenhum domicílio em seu interior. Contudo, os dados apontam que os setores censitários localizados na área central e nas porções norte e leste apresentam um número médio de homens responsáveis pelo domicílio.

Em contrapartida, quando observa-se a quantidade de mulheres responsáveis pelo domicílio, depara-se com uma quantidade total menor por setor censitário em relação aos homens. Esses dados apontam a presença de vários setores censitários que tem como responsável do domicílio uma mulher. Além disso, vale destacar que na área central encontrou-se um número maior de domicílios chefiados por mulheres do que homens (IBGE, 2010).

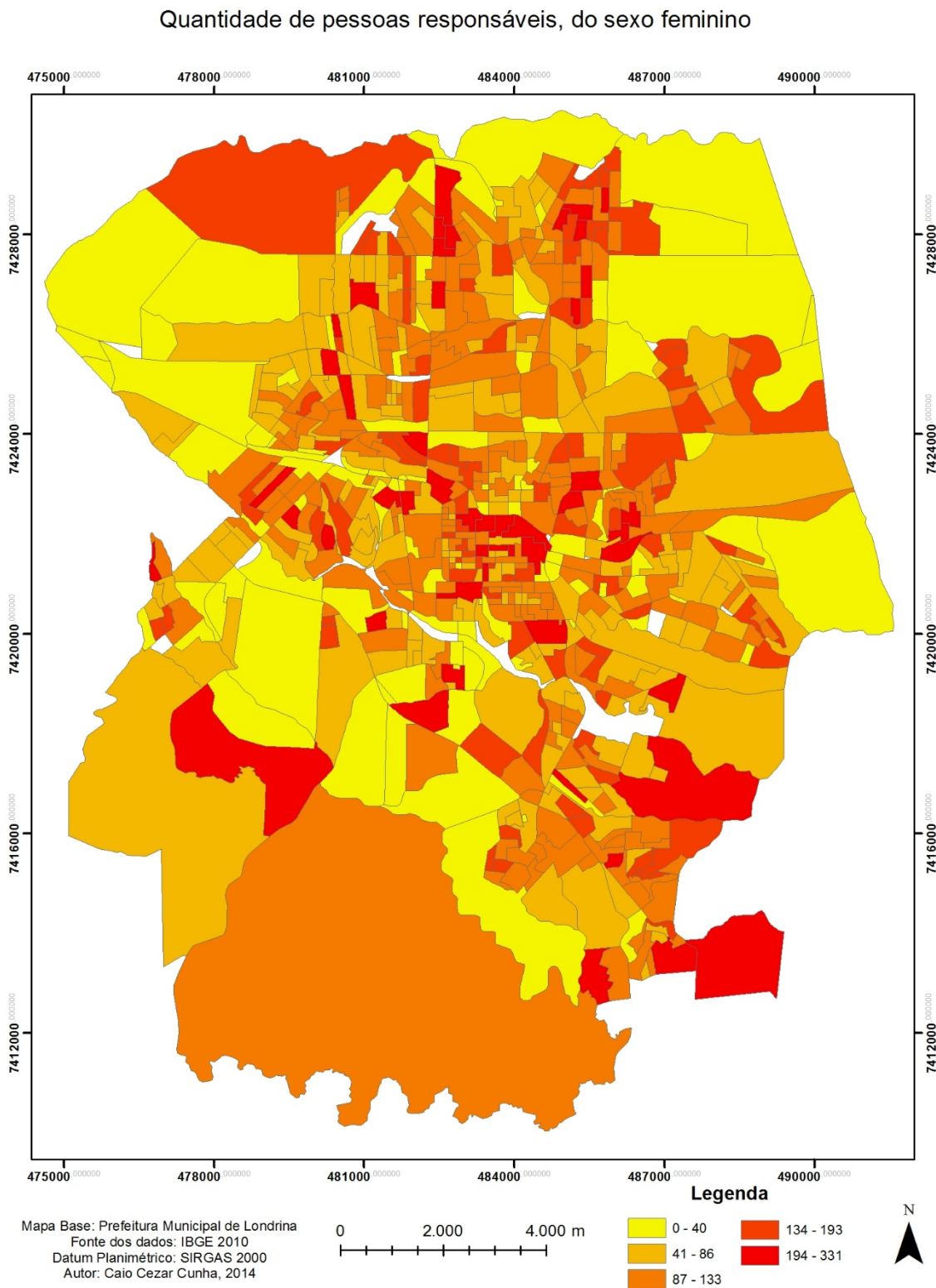
A explicação em ser a área central a que tem o maior número de mulheres responsáveis está articulada em parte, com a grande presença de jovens universitárias ali residindo. Em relação a expressiva quantidade de mulheres responsáveis por domicílio na periferia da cidade, isto pode ser explicado ao fato do governo federal ter atrelado os programas de transferência de renda as famílias em situação de pobreza preferencialmente no nome das mulheres, permitindo entender o elevado o número de mulheres chefes de famílias na cidade.

Mapa 11 - Quantidade de pessoas responsáveis, do sexo masculino

Quantidade de pessoas responsáveis, do sexo masculino



Mapa 12 - Quantidade de pessoas responsáveis, do sexo feminino



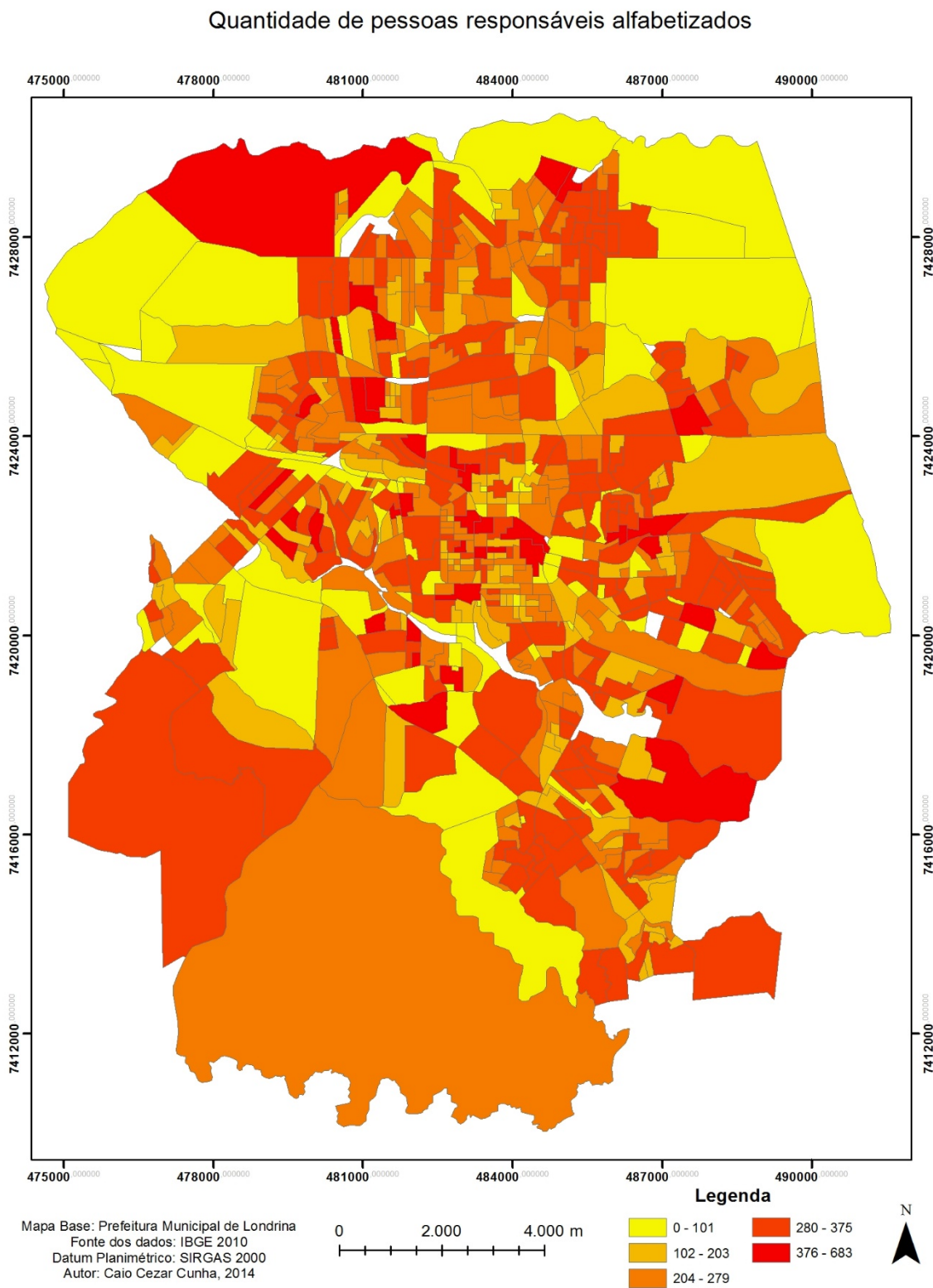
Além disso, vale destacar a presença de um elevado índice de mulheres responsáveis pelos domicílios em setores censitários localizados na

porção sudoeste, que não estão atrelados aos programas sociais de transferência de renda, mas da presença de mulheres responsáveis pelos domicílios nas classes mais elitizadas da cidade, haja vista que nessas áreas se encontram diversos condomínios horizontais e verticais de alto poder aquisitivo. Essas características apontam que as mulheres em Londrina em situações econômicas distintas vêm aumentando a sua participação como responsáveis pelos domicílios urbanos da cidade.

A alfabetização é outro indicador importante que, pode ser mais um elemento para identificar a estruturação da segregação residencial. Esse indicativo seria mais eficiente se o IBGE (2010) tivesse levantado o nível educacional das pessoas por setores censitários. Isto porque, esse elemento (o nível de escolaridade) estaria mais atrelado a distribuição de renda da população. No entanto, o IBGE (2010) apenas identificou o número de pessoas alfabetizadas responsável pelo domicílio por setor censitário urbano conforme aponta o mapa 13.

O critério: pessoa responsável pelo domicílio, homens e mulheres apontou, três perfis distintos para a população londrinense. O primeiro perfil apresentou a quantidade de homens responsáveis pelos domicílios que se mostrou presente com índices elevados por quase todos os setores censitários da cidade; outro perfil são as mulheres responsáveis pelo domicílio, que em menor número absoluto aparece em destaque em setores censitários localizados na área central e outras porções da cidade como a norte e sudoeste; o último perfil retrata o alto nível de alfabetização dos responsáveis em Londrina, mas não retrata o real nível de escolaridade da população.

Mapa 13 - Quantidade de pessoas responsáveis alfabetizadas



A distribuição de renda é um elemento relevante no entendimento da segregação residencial, por isso realizou-se o mapeamento dos setores censitários

de Londrina a partir da variável total de rendimento nominal mensal dos domicílios particulares permanentes.

Segundo dados elaborados pelo DATASUS (2010) a partir dos dados do Censo Demográfico de 2010, a renda média domiciliar per capita²⁵ de Londrina é de R\$ 1.062,64. Entretanto, quando analisado essa renda por cor ou raça (quadro 5) verifica-se uma diferença marcante em relação a população branca e amarela em detrimento dos outros grupos. (TABNET-DATASUS, 2010).

Quadro 5 - Renda per capita por cor declarada

Cor	Renda per capita
Amarela	R\$ 1.556,45
Branca	R\$ 1.195,10
Indígena	R\$ 659,18
Parda	R\$ 633,99
Preta	R\$ 613,72

Fonte: Ministério da Saúde – DATASUS (2010)

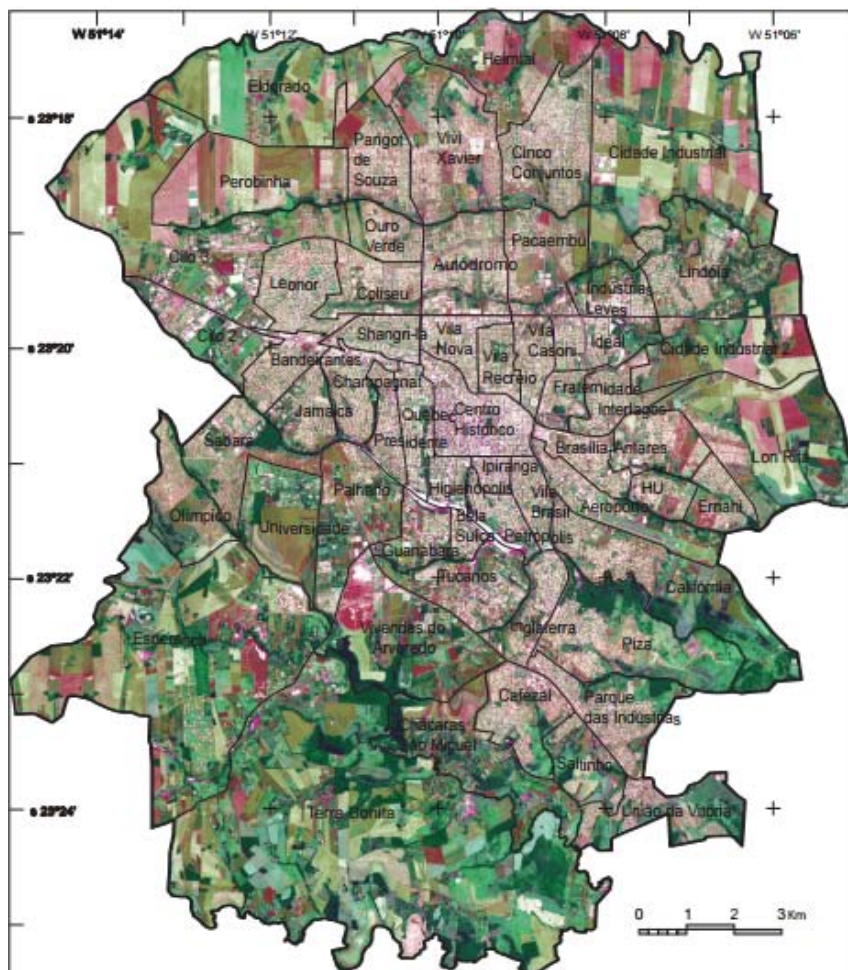
No entanto, ao se observar a mapa 14 e verifica-se que a desigualdade de rendimentos também ocorre entre os setores censitários da cidade. É interessante a justaposição dos dados até agora apresentados, pois verifica-se que as áreas com maior concentração de renda nominal mensal, estão localizados principalmente em um eixo entre a área central e porção sudoeste da malha urbana. Essas áreas são as que apresentam elevada concentração de domicílios ocupados por pessoas autodeclaradas branca e amarela. Enquanto os setores censitários com menor rendimento nominal mensal são os que apresentam elevada concentração de pretos e pardos e estão localizados principalmente na porção norte, leste e sudeste da cidade.

Um exemplo de área residencial com renda nominal mensal elevada e grande concentração de pessoas autodeclaradas brancas (conforme apontou a mapa 6) e amarelas é o Jardim Bela Suíça, localizado as margens do Lago Igapó na porção sul da cidade. O bairro conta com apenas 485 moradores, mas é considerado uma das áreas residenciais mais nobres da cidade e do Paraná. De acordo com o IBGE (2010) o Bela Suíça é a área residencial mais rica do estado

²⁵ Representa a soma dos rendimentos mensais dos moradores do domicílio, em reais, dividida pelo número de seus moradores.

com uma renda mensal por morador de R\$ 5.346,06. Com terrenos de mil metros², sinalização e câmeras de segurança com monitoramento 24 horas, o Bela Suíça apresenta características de um condomínio horizontal (JORNAL DE LONDRINA, 2011).

Mapa 14 - Cidade de Londrina – 2008



Fonte: Atlas Ambiental de Londrina (2008)

Em contrapartida, o Jardim União da Vitória, localizado sudeste da cidade apresenta o contraste residencial de Londrina. Esse bairro detém a menor renda média mensal por morador R\$ 404,80 da cidade (IBGE, 2010). Com mais de 10.000 mil habitantes o União da Vitória caracteriza-se por ser distante da área central, marcado pela criminalidade e falta de infraestrutura e pode ser considerado uma das áreas mais pobres de Londrina.

Sua origem remonta a um processo de ocupação ocorrido no início dos anos 1990; por uma população de baixos rendimentos; em área de topografia bastante acidentada. Em razão de ter sido a maior ocupação da cidade, e somada a forte pressão dos seus moradores por infraestrutura e serviços coletivos, dentre outros a Prefeitura Municipal de Londrina, através da COHAB-LD, realizou a regularização fundiária.

Outro exemplo de pobreza na periferia de Londrina é o bairro Jardim Olímpico localizado na porção oeste da cidade. Segundo o IBGE (2010) o bairro apresenta uma média mensal de R\$ 439,43 por morador, sendo a segunda menor da cidade. O bairro é composto pelo Conjunto Habitacional Avelino Antônio Vieira, Jardim João Turquino, Jardim Maracanã e Jardim Olímpico.

Os quadros 6 e 7 utilizam a base territorial dos bairros, que são entendidos como “[...]subdivisões intraurbanas legalmente estabelecidas através de leis ordinárias das Câmaras Municipais e sancionadas pelo Prefeito” (IBGE, p. 21,2010), que no caso da área urbana do Distrito Sede de Londrina, foram subdivididas pelo IPPUL, totalizando 55 bairros na cidade conforme aponta a figura 14 (IPPUL, 2010).

Quadro 6 - Bairros com maiores rendimentos por morador na cidade de Londrina – PR, 2010

Bairro	Renda por morador	Localização
Jardim Bela Suíça	R\$ 5.346,06	Sul
Jardim Esperança	R\$ 4.598,27	Sul
Jardim Tucanos	R\$ 2.880,41	Sul
Parque Guanabara	R\$ 2.665,26	Sul
Gleba Palhano	R\$ 2.415,77	Sul
Centro de Londrina	R\$ 2.240,74	Centro
Jardim Quebec	R\$ 2.113,99	Oeste
Aeroporto	R\$ 1.732,59	Leste
Jardim Higienópolis	R\$ 1.670,03	Centro
Vila Brasil	R\$ 1.170,58	Leste

Fonte: IBGE (2010)

Quadro 7 - Bairros com menor rendimento por morador na cidade de Londrina – PR, 2010

Bairro	Renda por morador	Localização
União da Vitória	R\$ 404,80	Sul
Jardim Olímpico	R\$ 439,43	Oeste
Conjunto Perobinha	R\$ 610,50	Norte
Vila Fraternidade	R\$ 618,88	Leste
Cinco Conjuntos	R\$ 626,75	Norte
Conjunto Lindóia	R\$ 641,58	Leste
Vivi Xavier	R\$ 642,95	Norte
Jardim Leonor	R\$ 673,53	Oeste
Jardim Ideal	R\$ 750,23	Leste
Vila Casoni	R\$ 763,61	Centro

Fonte: IBGE (2010)

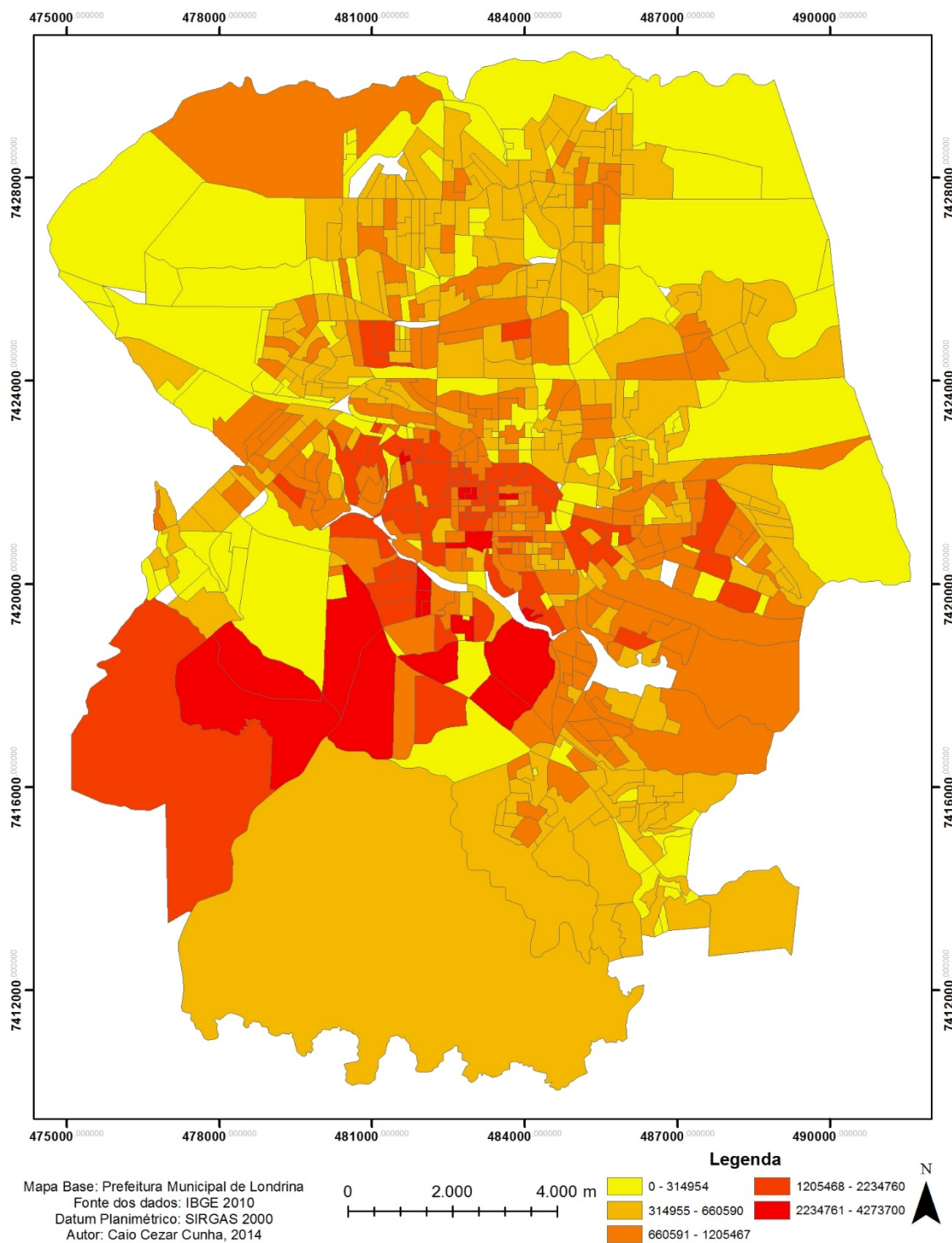
Com uma base territorial diferente os quadros (6 e 7) apontam os bairros com maior e menor rendimento mensal por morador de Londrina. Nesse sentido, para chegar-se as médias de rendimento por moradores, o IBGE (2010) agrupou os dados dos setores censitários por bairros, que são base territoriais estipulados pelo poder público local (IPPUL, 2010) que agrupam 1 ou mais setores censitários.

Porém, mesmo ocorrendo essa distinção de base territorial, quando observa-se o mapeamento e o quadro (6) verifica-se que a maior concentração de rendimento por domicílio e moradores estão nas áreas central e sul, principalmente no sentido sudoeste do perímetro urbano do Distrito Sede de Londrina. Dos 10 bairros mais ricos da cidade, 7 encontram-se localizados nessas porções (5 na porção sudoeste e 2 na área central), isto aponta existir um predomínio da população mais rica residindo nessas áreas da cidade.

A ocupação pela classe mais rica na porção sudoeste da cidade, pode ser explicada pela expansão dos condomínios horizontais (ZANATA, 2010) que, ao longo da década de 1990 se multiplicaram pela área, sendo alavancado pela implantação de um Shopping Center nas proximidades. O Shopping-Center e outros empreendimentos como Universidades e atividades comerciais; somada as intervenções do poder público local na dotação de infraestrutura e serviços urbanos básicos, impulsionaram o crescimento no número de condomínios horizontais na área e conseqüentemente na valorização do preço da terra.

Mapa 15 - Total do rendimento nominal mensal dos domicílios particulares permanentes

Total do rendimento nominal mensal dos domicílios particulares permanentes



O surgimento dessa nova modalidade habitacional em Londrina, faz com que o processo de segregação residencial da cidade se aproxime da realidade urbana das principais metrópoles brasileiras. A proliferação dos condomínios horizontais nas principais cidades brasileiras a partir da década de 1970, possibilitou o questionamento do padrão analítico centro (ricos) x periferia (pobres) que predominou nos estudos sobre a segregação residencial nas metrópoles brasileiras até a década de 1980. Caldeira (1997), apontou os impactos dos condomínios horizontais no padrão espacial da segregação residencial na capital paulista. Denominados pela autora de enclaves fortificados, essas áreas residenciais se caracterizavam por serem;

[...] propriedades privadas para uso coletivo; são fisicamente isolados, seja por muros, espaços vazios ou outros recursos arquitetônicos; estão voltados para dentro, e não para a rua; são controlados por guardas armados e sistemas de segurança privada que põem em prática regras de admissão e exclusão. [...] Enclaves fortificados representam uma nova alternativa para a vida urbana dessas classes médias e altas, de modo que são codificados como algo que confere alto status. A construção de símbolos de status é um processo que elabora distâncias sociais e cria meios para a afirmação de diferenças e desigualdades sociais. (CALDEIRA, 1997, p.159).

Nesse sentido, a criação dessas áreas residenciais levanta um questionamento. Londrina vem adquirindo características semelhantes as metrópoles brasileiras no que se refere ao padrão espacial da segregação residencial? De qual porção da cidade está a população migrando? Para responder essas perguntas formulou-se a partir de aportes teóricos e empíricos possibilidades de resposta.

A área central de Londrina, historicamente foi o local de residência da elite econômica da cidade; esse movimento de ocupação intensificou-se a partir da década de 1950, quando iniciou-se a construção de altos edifícios de uso residencial, o que demonstrava status social a essa população e configurava status de modernidade à cidade (LINARDI, 1995).

Nos anos de 1980 e 1990, essa elite econômica que residia na área central, migrou em parte, para edifícios que foram construídos a oeste da Avenida

Higienópolis e nas proximidades Centro Cívico de Londrina de Londrina e o Lago Igapó, no sentido sul da cidade.

Foto 1 - Vista parcial de condomínios fechados horizontais e edifícios verticais ao fundo, localizados na porção sudoeste da cidade de Londrina – PR, 2014



Fonte: Roger Henrique Bartlo (2014)

No entanto, com o surgimento dos condomínios horizontais e verticais a partir dos anos 2000, que ofereciam residenciais com maior metragem, exclusividade social, áreas de lazer, segurança, entre outras vantagens aos seus moradores, impulsionou a migração de outra parte da elite londrinense que residia na área central e suas proximidades para essas novas modalidades residenciais. O mesmo pode ter ocorrido em outras áreas residenciais ocupadas pelas classes com alto poder aquisitivo como o Jardim Shangri-lá e Aeroporto.

Todavia, o rendimento não é o único elemento importante nas análises sobre a segregação residencial. As características físicas da residência e do entorno dos domicílios são elementos importantes que precisam ser discutidos.

Dessa forma, adotou-se variáveis que apontassem concomitantemente a presença de banheiro de uso exclusivo dos moradores ou não e a realidade sanitária dos domicílios particulares permanentes do perímetro urbano de Londrina. Ou seja, que apontassem simultaneamente uma característica estrutural do domicílio e do seu entorno.

As variáveis mapeadas foram as seguintes: domicílios particulares permanentes com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário via rede geral de esgoto ou pluvial; domicílios particulares permanentes com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário via fossa séptica; domicílios particulares permanentes com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário via fossa rudimentar; domicílios particulares permanentes com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário via vala; domicílios particulares permanentes sem banheiro de uso exclusivo dos moradores e nem sanitário, conforme mapas 15 a 25.

O mapeamento apontou que dos 159.256 domicílios existentes no perímetro urbano de Londrina, apenas 100 não apresentavam a presença de banheiro próprio para o uso dos moradores (IBE,2010). Essa realidade demonstra um número irrisório de residências em situação estrutural alarmante, no que se refere ao cômodo banheiro.

Entretanto, o acesso a algum tipo de saneamento sanitário mostrou outra realidade. O número de domicílios que contam com banheiro de uso próprio dos moradores e apresenta esgotamento sanitário via rede geral de esgoto ou pluvial era de 127.551; portanto tem-se mais de 31.000 domicílios sem acesso a este elemento.

Segundo o IBGE (2010) considera-se como esgotamento sanitário via rede geral ou pluvial:

[...] quando a canalização das águas servidas e dos dejetos, proveniente do banheiro ou sanitário, estava ligada a um sistema de coleta que os conduzia a um desaguadouro geral da área, região ou município, mesmo que o sistema não dispusesse de estação de tratamento da matéria esgotada. (IBGE, 2010, p.30).

A situação sanitária dos domicílios de Londrina aponta que os setores censitários que apresentam baixo número de domicílios sem acesso à rede geral de esgoto, são aqueles que estão presentes nas áreas mais periféricas. Essa realidade pode ser explicada pelo fato que muitos desses setores censitários não contam com a presença de domicílios em seu interior ou porque estão em áreas predominantemente rurais, longínquas da malha urbana e que ainda não foram atendidas por esse serviço.

É importante destacar que a rede de esgoto e a sua distribuição pela cidade de Londrina é realizada pela SANEPAR. Contudo, a dotação desse serviço na periferia é acompanhada de interesses das classes dominantes. Isto fica evidente quando observa-se a presença de rede geral de esgoto em áreas longínquas da área central como a porção sudoeste do perímetro urbano.

O mapa 16 aponta os domicílios com acesso a fossa séptica e a presença de banheiro para o uso exclusivo dos moradores. Segundo O IBGE (2010) entende como fossa séptica:

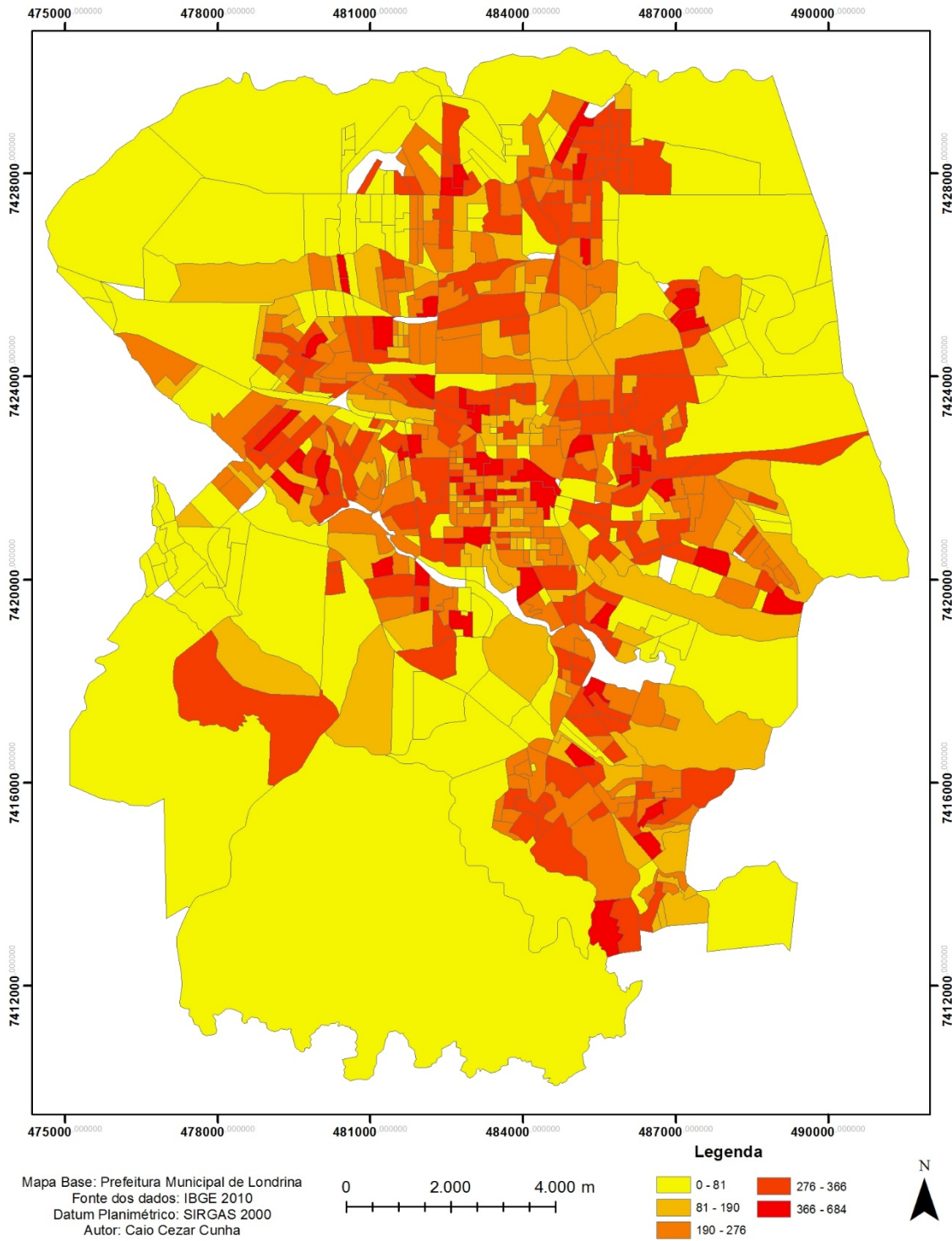
[...] quando a canalização do banheiro ou sanitário estava ligada a uma fossa séptica, ou seja, a matéria era esgotada para uma fossa próxima, onde passava por um processo de tratamento ou decantação, sendo, ou não, a parte líquida conduzida em seguida para um desaguadouro geral da área, região ou município. (IBGE, 2010, p.30)

Essa variável contabilizou o total de 13.558 domicílios no Distrito Sede de Londrina. Essa relevante quantidade de domicílios em tal situação concentra-se principalmente em setores censitários na porção norte, ao sul do Lago Igapó e sudeste da cidade. Em contrapartida, a área central não apresentou nenhum setor censitário com domicílio nessa situação o que demonstra ser essa a área mais bem equipada de serviços sanitários em Londrina.

Na porção sudeste da cidade que se localizam a maior parte dos condomínios de luxo de Londrina, enquanto setores censitários próximos e localizados também na porção sudoeste e sudeste apresentam grande quantidade de domicílios com fossa séptica, como por exemplo o Jardim Turquino e Maracanã.

Mapa 16 - Quantidade de domicílios particulares permanentes com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário via rede geral de esgoto ou pluvial

Quantidade de domicílios particulares permanentes com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário via rede geral de esgoto ou pluvial



A foto 2 demonstra domicílios localizados no fundo de vale dos jardins Turquino e Maracanã na zona oeste da cidade, que sem acesso a algum tipo de esgotamento sanitário dejetam seu esgoto no ribeirão Esperança poluindo o mesmo. Além disso, essas condições habitacionais são insalubres para os seus moradores, que sem outras opções continuam a residir em áreas inadequadas como os fundos de vale.

No que se refere aos domicílios com fossa rudimentar²⁶ (Mapa 18) esses se localizam na grande maioria em setores censitários limítrofes a área rural de Londrina, principalmente nas porções norte e sul e em setores censitários não inseridos à malha urbana.

Foto 2 - Vista parcial de domicílios sem esgotamento sanitário via rede geral ou pluvial no fundo do vale Jardim Turquino, localizado na porção oeste de Londrina, 2014

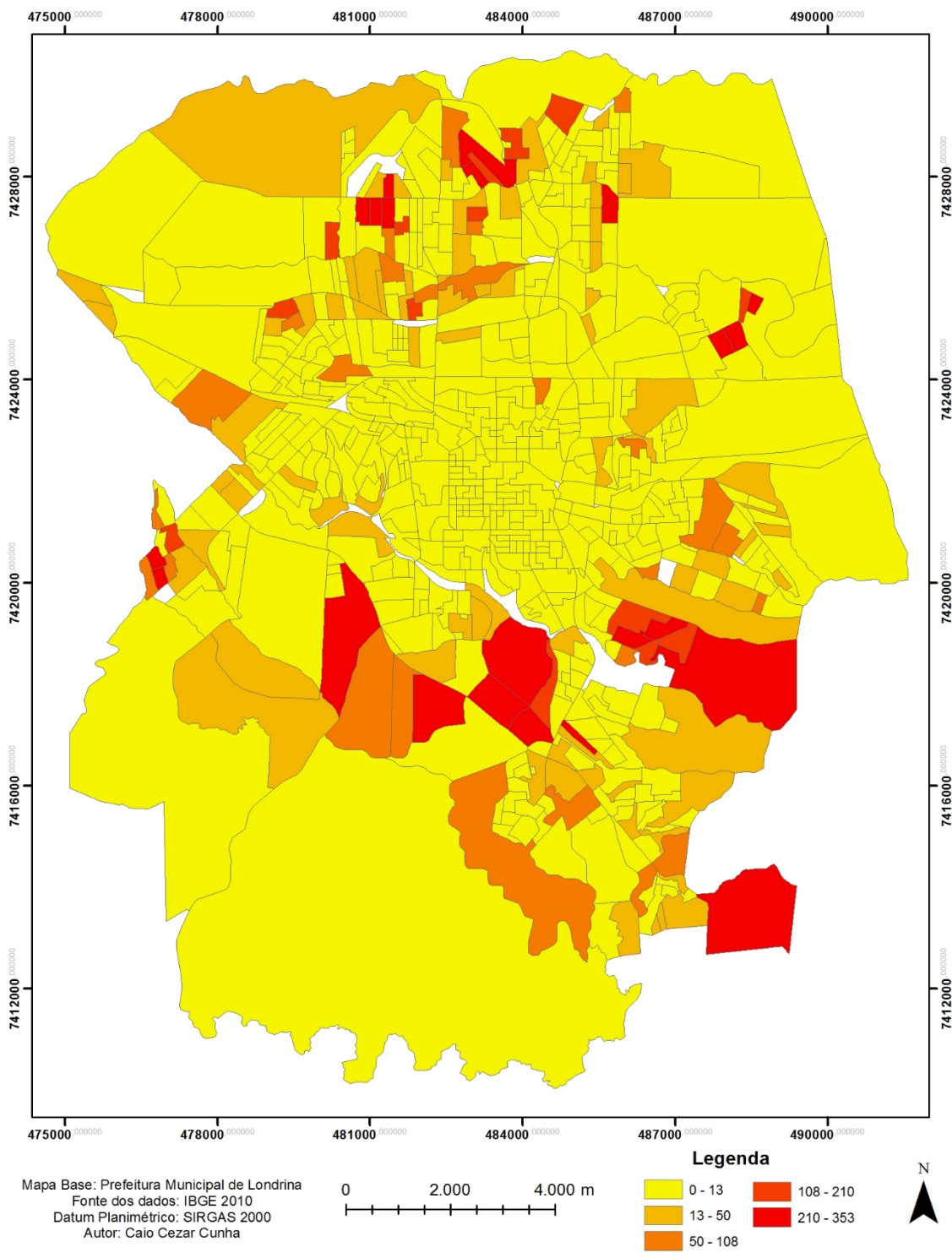


Fonte: Roger Henrique Bartlo (2014)

²⁶ Segundo o IBGE (2010) entende-se como fossa rudimentar quando o banheiro ou sanitário estava ligado a uma fossa rústica (fossa negra, poço, buraco etc.).

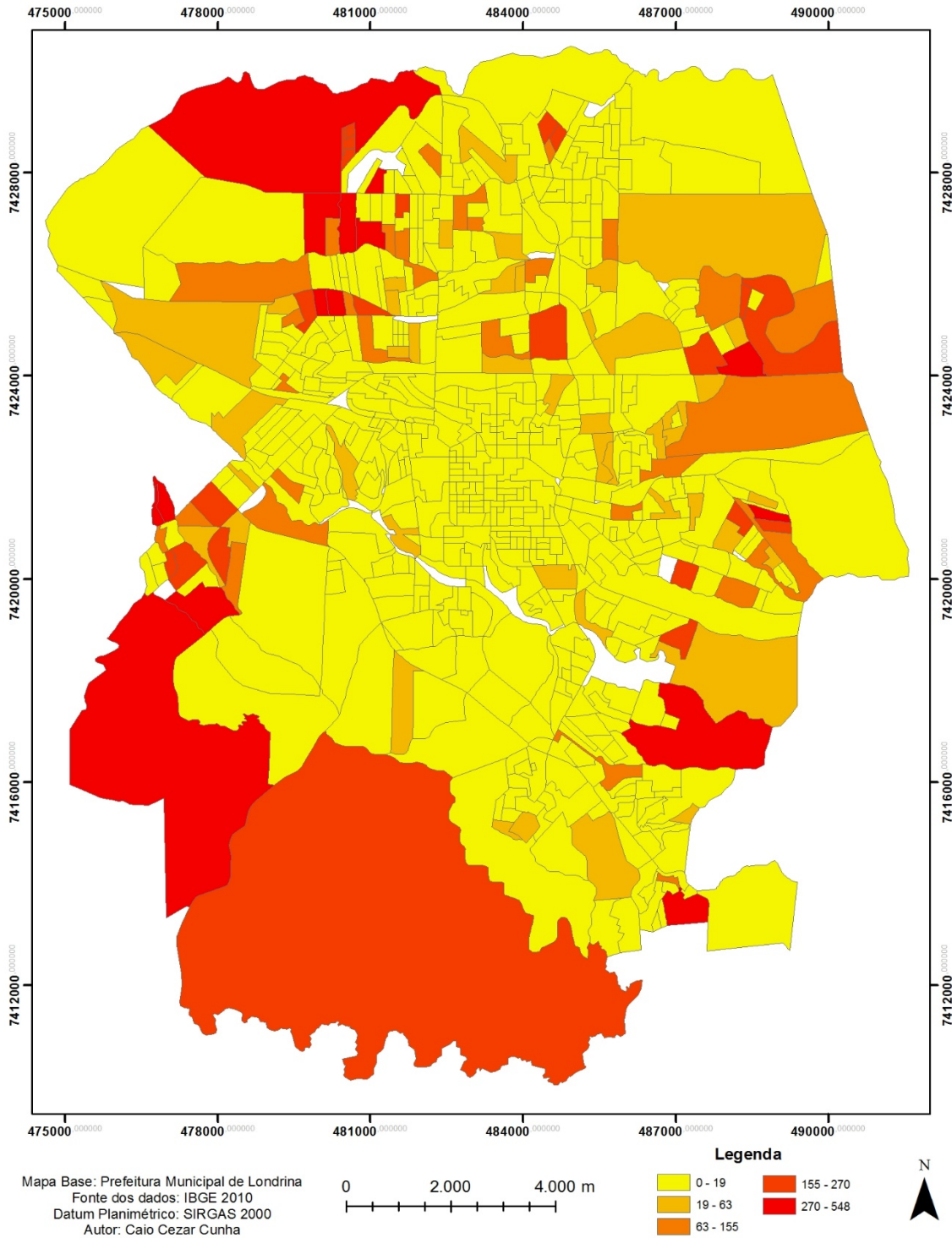
Mapa 17 - Quantidade de domicílios particulares permanentes com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário via rede geral de fossa séptica

Quantidade de domicílios particulares permanentes com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário via fossa séptica



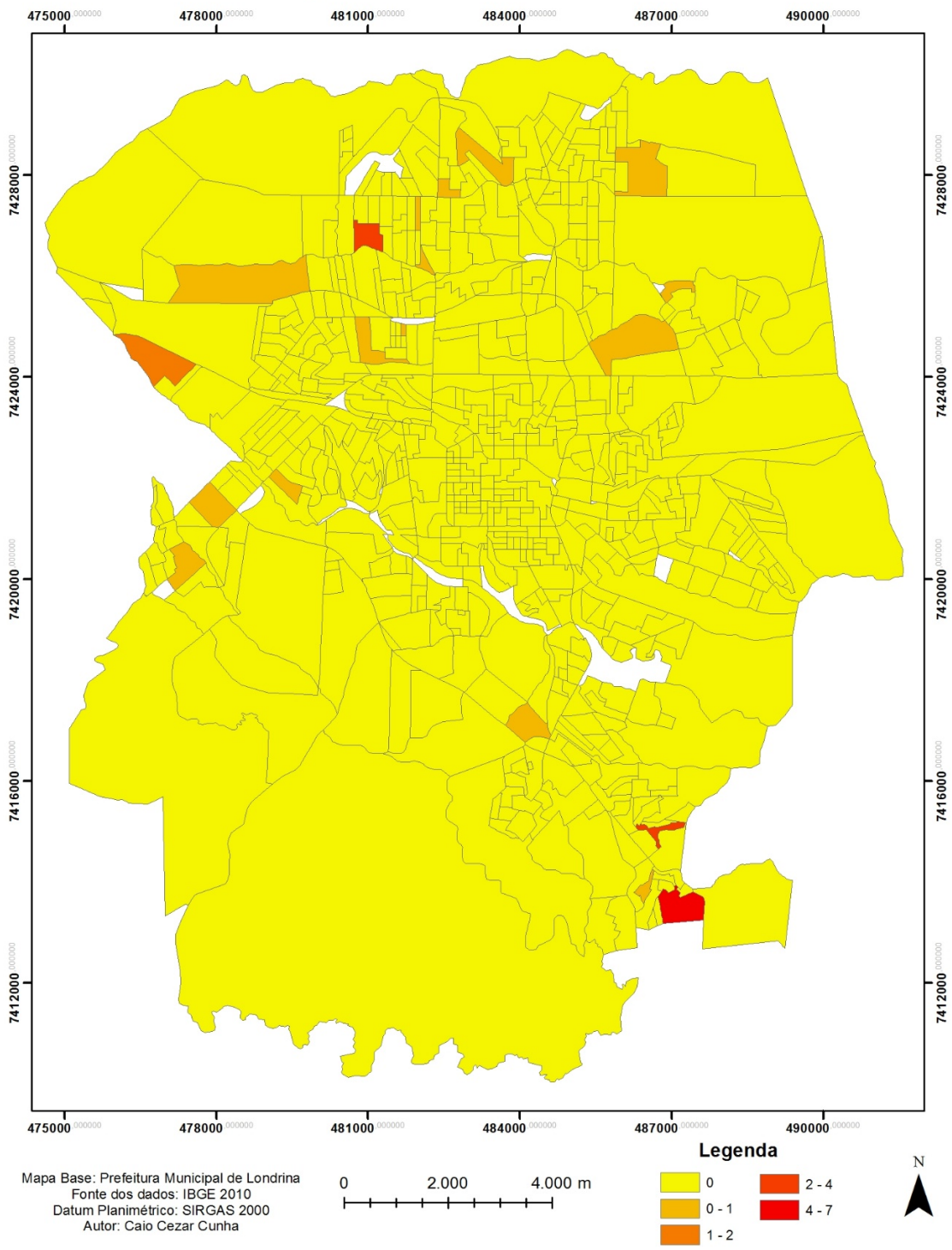
Mapa 18 - Quantidade de domicílios particulares permanentes com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário via fossa rudimentar

Quantidade de domicílios particulares permanentes com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário via fossa rudimentar



Mapa 19 - Quantidade de domicílios particulares permanentes com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário via vala

Quantidade de domicílios particulares permanentes com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário via vala



Em pior situação se encontram os domicílios que apresentaram a presença de esgotamento sanitária via vala (Mapa 19). Segundo o IGBE (2010) esse

tipo de esgotamento se configura “[...] quando o banheiro ou sanitário estava ligado diretamente a uma vala a céu aberto (IBGE, p.30, 2010)”. No caso de Londrina o número de domicílios nessa situação é irrisório, se localizando em setores censitários periféricos.

Mediante a essa realidade, fica claro que Distrito Sede de Londrina existem poucas residências que despejam o esgoto ao céu aberto via vala. Contudo, é importante destacar que existem 18.047 domicílios particulares permanentes com a existência de banheiro que estão em situação sanitária de: fossa rudimentar; vala; rio, lago²⁷ ou mar; e outro²⁸, sendo que esses últimos não foram mapeados nesse trabalho.

Em relação aos domicílios particulares permanentes sem banheiros de uso exclusivo dos moradores e sanitários (mapa 20), averiguou-se que Londrina conta com 100 domicílios (IBGE, 2010) que se enquadram nessa situação sanitária, sendo que, os mesmos se localizam principalmente nas porções norte e sudeste malha urbana.

A não existência de banheiros nem sanitárias coloca os domicílios em situação de extrema carência, haja vista que esses elementos são cruciais para uma vida digna. Em comparação com a realidade brasileira onde existe 3.562.671 domicílios sem banheiro no país, o que representa 6,2% das casas segundo o Censo (2010). Nesse sentido, Londrina apresenta bons indicadores de esgotamento sanitário, mas deve-se destacar a quantidade de domicílios sem o acesso a esse serviço, principalmente nos setores censitário mais periféricos.

O IBGE (2010) apontou que dos 159. 256 domicílios existentes na área urbana do distrito sede de Londrina apenas 833 apresentam esgoto a céu aberto. Ou seja, em 158.053 domicílios encontrou-se algum tipo de saneamento sanitário, sendo que, apenas 320 domicílios não declararam a presença desse serviço no recenseamento.

A foto 3 além de demonstrar residências localizadas no extremo sudeste da cidade sem nenhum tipo de esgotamento sanitário, apresenta outras

²⁷ Segundo o IBGE (2010) entende-se como Rio, Lago ou mar quando o banheiro ou sanitário estava ligado diretamente a rio, lago ou mar.

²⁸ Segundo o IBGE (2010) entende-se como quando o esgotamento dos dejetos, proveniente do banheiro ou sanitário, não se enquadrasse em quaisquer dos tipos descritos anteriormente.

carências habitacionais como asfalto, energia elétrica, acesso a água encanada, dentre outras, o que traz sérios problemas de habitabilidade aos seus moradores.

Foto 3 - Vista parcial de residência com esgoto a céu aberto, localizada na porção extremo sudeste de Londrina, Jardim Nova Esperança

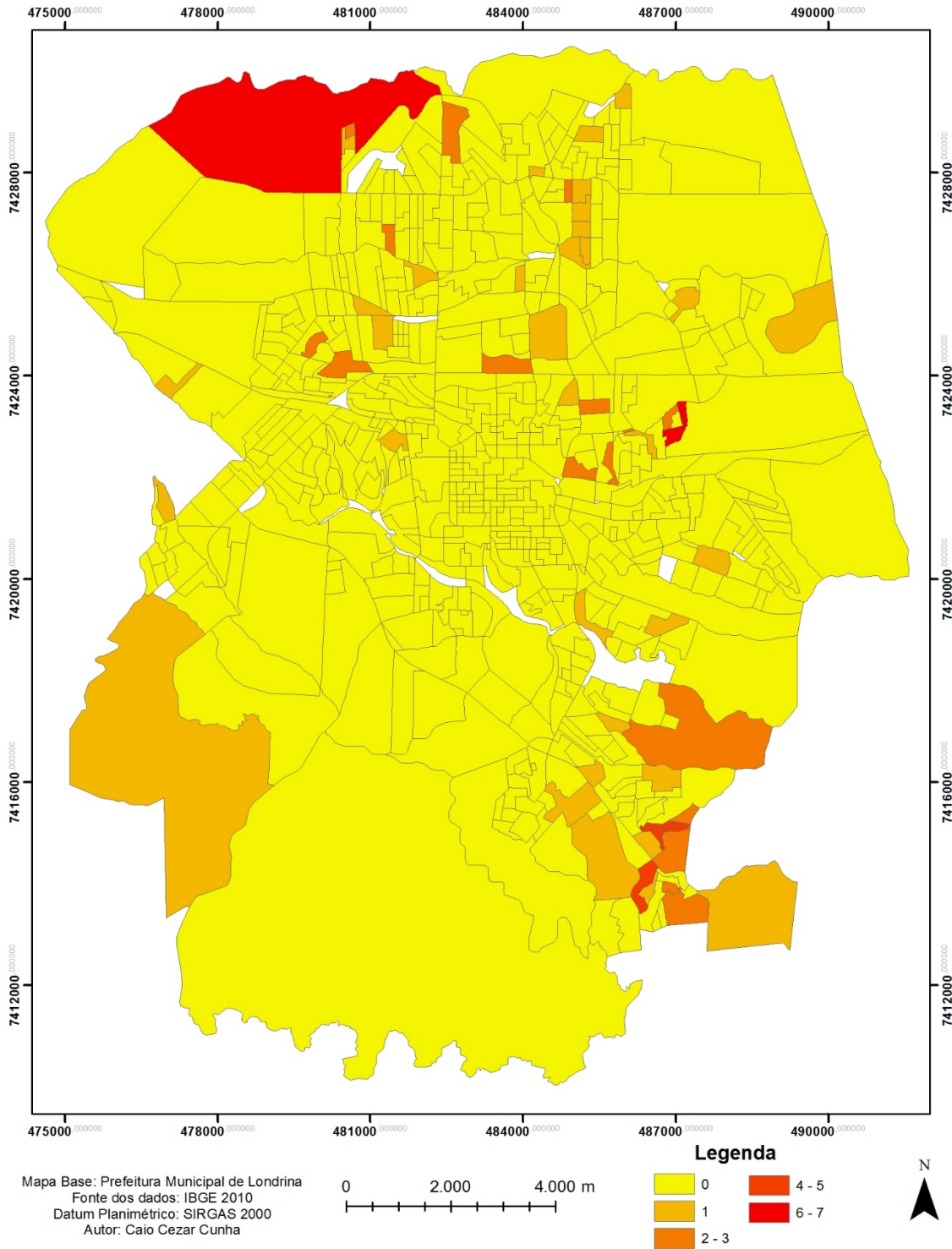


Fonte: Roger Henrique Bartlo (2014)

Essa área apresenta diversos domicílios com carência de esgotamento sanitário o que significa dizer que o poder público local deve aumentar suas ações no combate a esse problema na área.

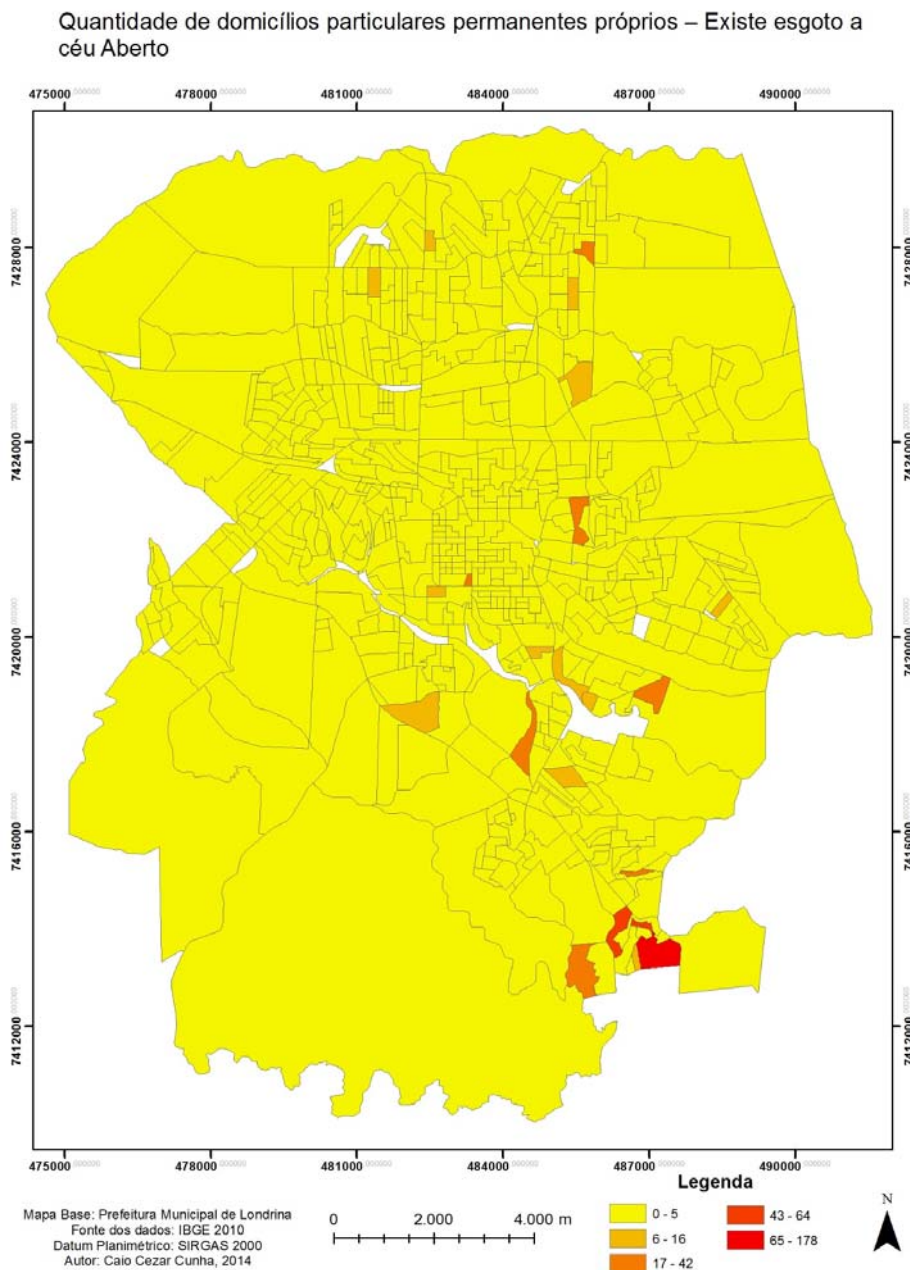
Mapa 20 - Quantidade de domicílios particulares permanentes sem banheiro de uso exclusivo dos moradores e nem sanitário

Quantidade de domicílios particulares permanentes sem banheiro de uso exclusivo dos moradores e nem sanitário

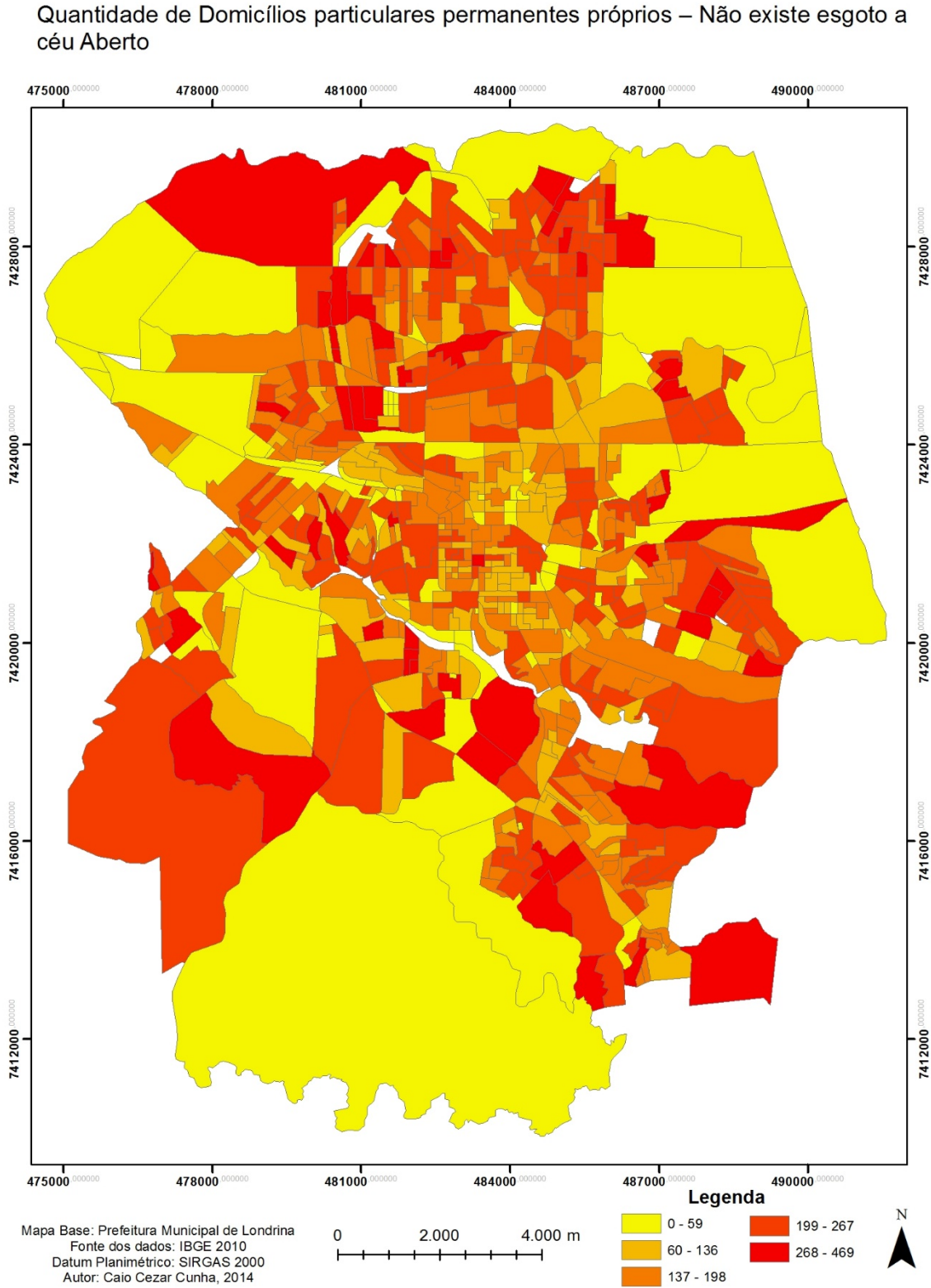


Levando-se em conta esses dados, mapeou-se os domicílios que apresentavam esgoto a céu aberto e os que não apresentavam essa realidade sanitária (mapa 21 e 22). Isto foi possível graças as seguintes variáveis estipuladas pelo recenseamento (2010): domicílios particulares permanentes próprios – existe ou não existe esgoto a céu aberto; domicílios particulares permanentes alugados - existe ou não existe esgoto a céu aberto; e domicílios particulares permanentes cedidos - existe ou não existe esgoto a céu aberto.

Mapa 21 - Quantidade de domicílios particulares permanentes próprios – existe esgoto a céu aberto



Mapa 22 - Quantidade de domicílios permanentes próprios – não existe esgoto a céu aberto



Com essas variáveis foi possível identificar os setores censitários que apresentavam a existência ou não de esgoto a céu aberto, e por conseguinte, quais porções do perímetro urbano eram as com o maior número de domicílios nessa situação.

Em relação aos domicílios particulares permanentes próprios existe esgoto a céu aberto, a situação dos setores censitários urbanos do Distrito Sede de Londrina se enquadra da seguinte forma: existe uma maior concentração de setores censitário com domicílios nessa situação na porção extremo sudeste do perímetro urbano; na área central e na porção norte averiguou-se alguns setores censitários com domicílios nessa situação, mas em menor quantidade; e não foi registrado setores censitários com esgoto a céu aberto na porção oeste de Londrina.

Comparando-se em número absolutos os domicílios particulares permanentes próprios – existe esgoto a céu aberto com os domicílios particulares permanentes alugados – existe esgoto a céu aberto, esses últimos apresentam menor número de domicílios nessa situação. Contudo, esses domicílios localizam-se nos mesmos setores censitários que apresentam os domicílios particulares permanentes próprios.

Essa realidade se repete com os domicílios particulares permanentes cedidos- existe esgoto a céu aberto, que se apresentam em uma quantidade semelhante aos domicílios particulares alugados, e também se localizam praticamente nos mesmos setores censitários que os domicílios próprios e alugados (mapa 23, 24, 25 e 26).

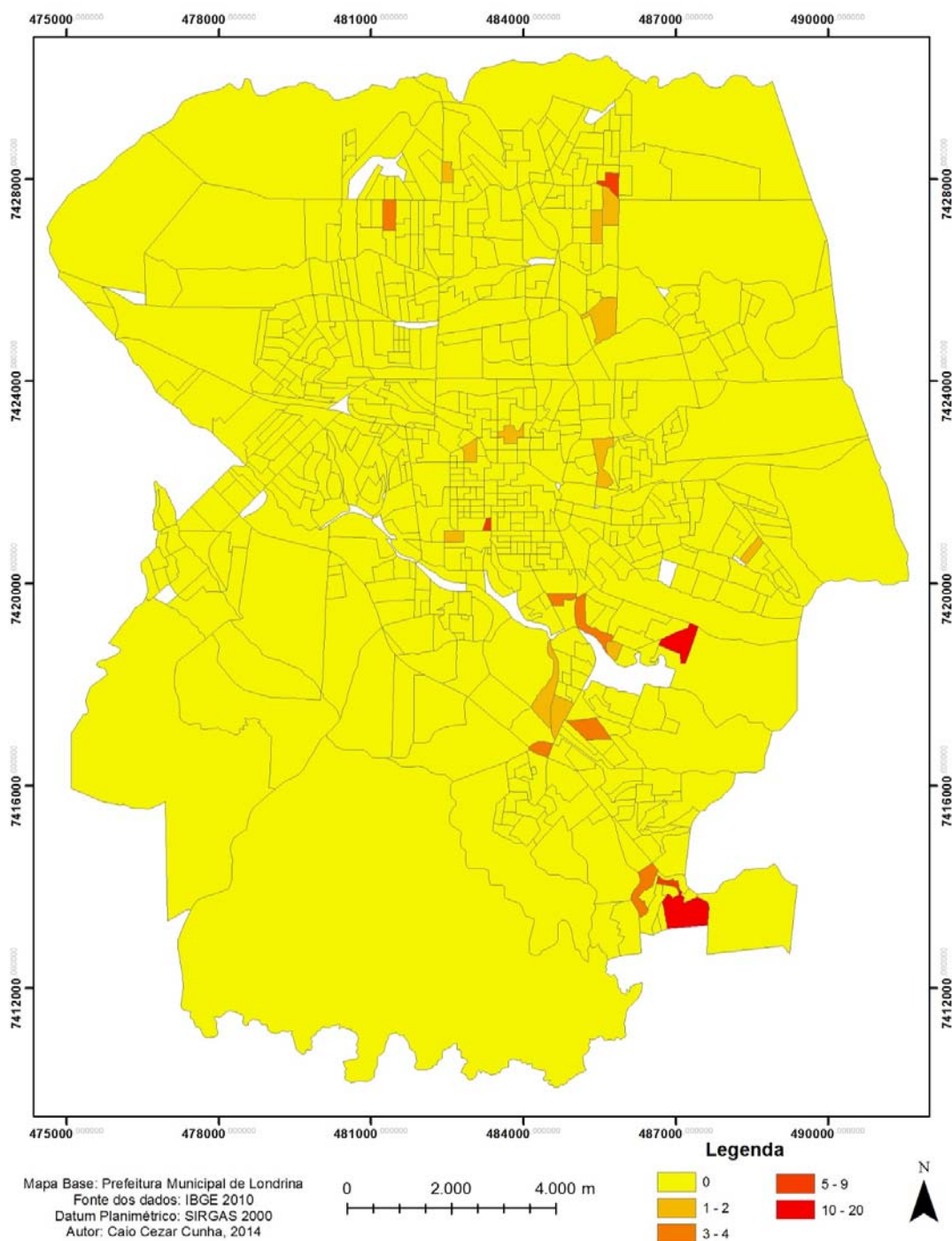
Essas variáveis evidenciam a existência de setores censitários extremamente carentes quanto ao serviço de esgotamento sanitário. É importante apontar que, esses setores censitários sem esgotamento sanitário concentram-se em áreas mais desvalorizadas²⁹ de Londrina. Enquanto, áreas da cidade como a região sudoeste, na qual concentram-se áreas mais valorizadas da cidade, devido à expansão criado pelo setor imobiliário, apresentam boas condições sanitárias em seus setores censitários. Assim, pode-se verificar uma estreita relação entre a

²⁹ Um terreno de 250 metros² localizado no bairro Paris no extremo norte da cidade, sem rede de esgoto e que somente conta com asfalto, abastecimento de água e energia elétrica está sendo comercializado por R\$ 40.000. Enquanto, um terreno de 410 metros² localizado na porção sudeste de Londrina no condomínio Alphaville II está sendo vendido por R\$ 350.000, maiores informações ver: <http://www.vivareal.com.br/>.

abrangência de saneamento básico nas áreas mais valorizadas, enquanto as áreas menos valorizadas apresentam condições de infraestrutura precárias para cerca de 32. 000 domicílios, no que diz respeito ao serviço de esgotamento sanitário.

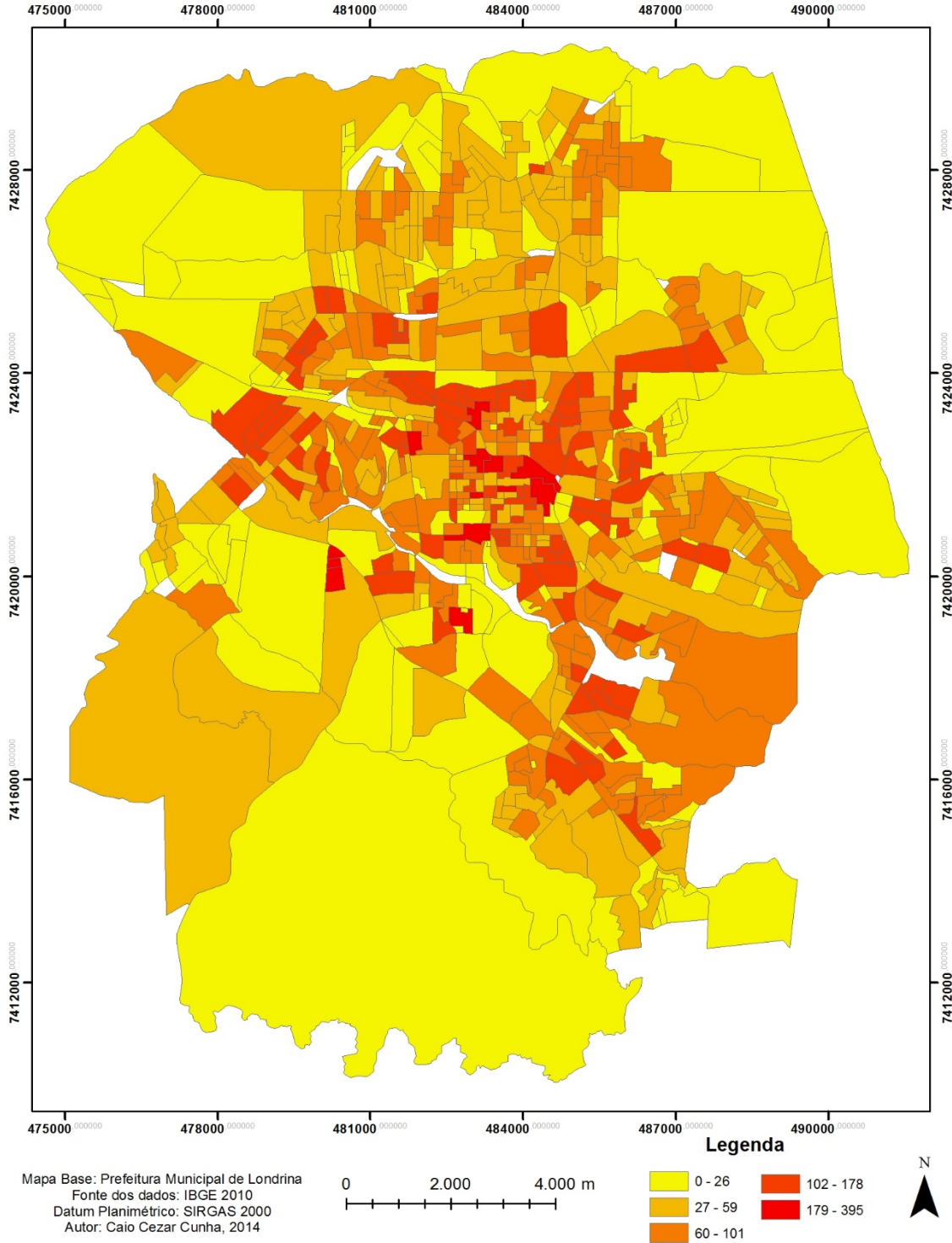
Mapa 23 - Quantidade de domicílios permanentes alugados – existe esgoto a céu aberto

Quantidade de Domicílios particulares permanentes alugados – Existe esgoto a céu Aberto

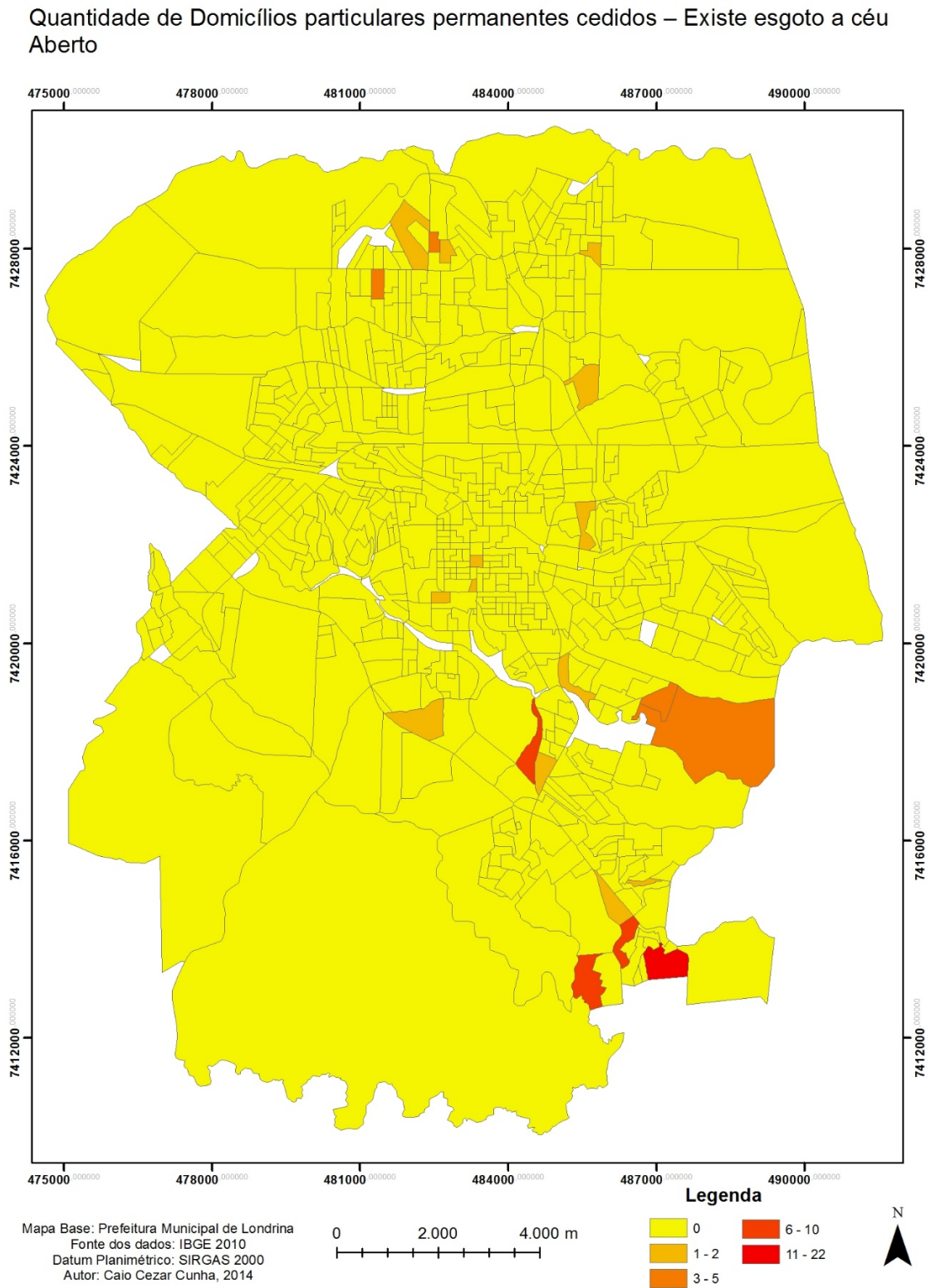


Mapa 24 - Quantidade de domicílios permanentes alugados – não existe esgoto a céu aberto

Quantidade de Domicílios particulares permanentes alugados – Não existe esgoto a céu aberto

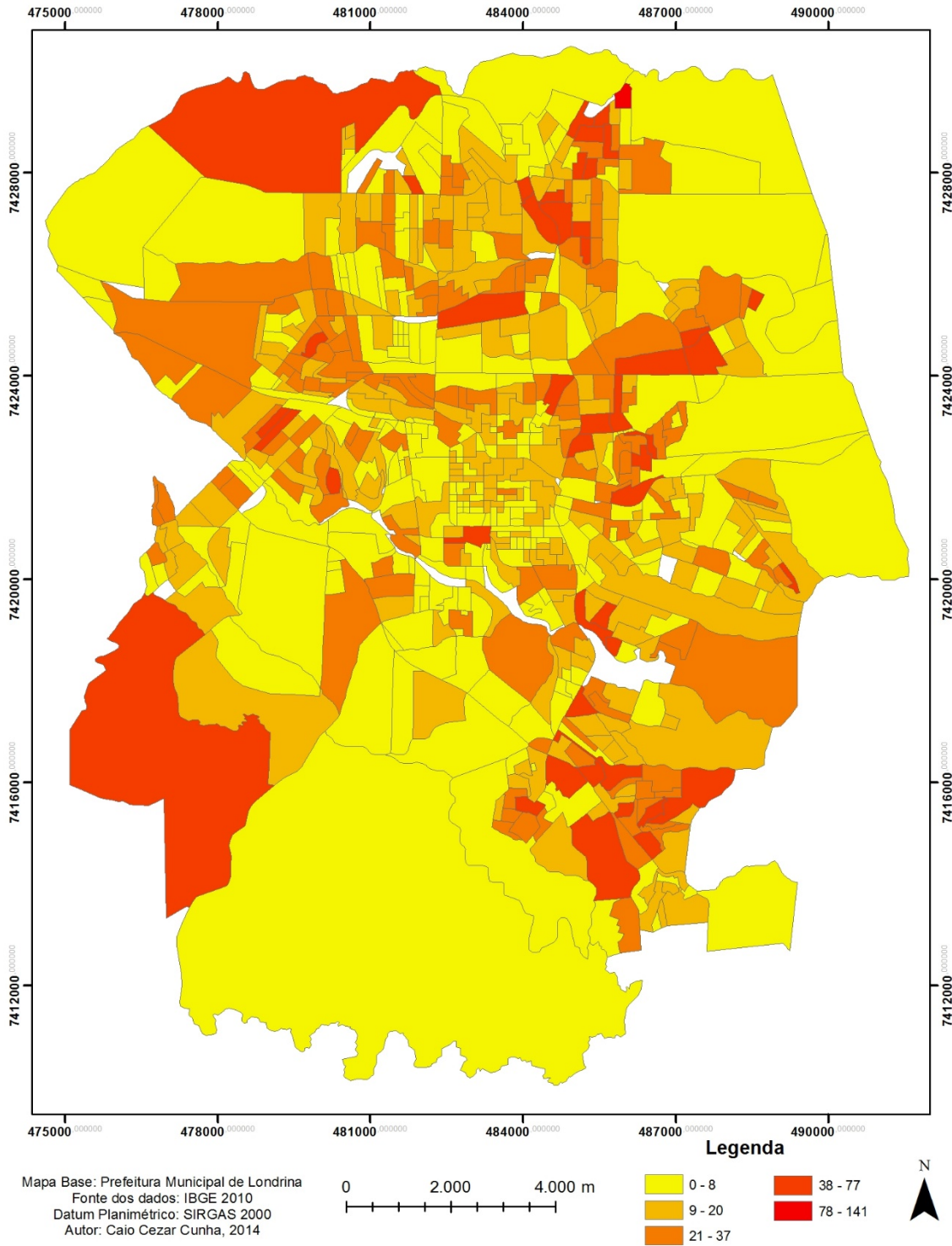


Mapa 25 - Quantidade de domicílios permanentes cedidos – existe esgoto a céu aberto



Mapa 26 - Quantidade de domicílios permanentes cedidos – não existe esgoto a céu aberto

Quantidade de Domicílios particulares permanentes cedidos – Não existe esgoto a céu aberto



Caracterizado e mapeado os critérios e variáveis sobre os setores censitários urbanos do Distrito Sede de Londrina, chega-se à última e etapa analítica do presente trabalho, quando esses critérios e variáveis serão correlacionados e justapostos entre si, e apoiados em bibliografias, permitem apresentar as áreas de piores condições habitacionais de Londrina a partir do agrupamento de elementos que marcam a segregação residencial.

3.3 UM ENFOQUE PARA AS ÁREAS DE PIORES CONDIÇÕES HABITACIONAIS

Esta seção tem como finalidade elencar os domicílios em piores condições habitacionais de Londrina. Metodologicamente esse levantamento baseou-se nas seguintes ações: a primeira pautou-se no mapeamento do critério adequação dos domicílios, que possibilitou identificar os setores censitários que apresentam domicílios permanentes em situação de moradia improvisada, semiadequada, inadequada; a segunda baseou-se na correlação dos critérios: renda, cor, características dos domicílios e entorno e suas variáveis que, articuladas a referências bibliográficas identificaram as áreas residenciais mais segregadas em Londrina.

Essa metodologia justifica-se pelo fato do recenseamento de 2010 não ter identificado a presença de aglomerados subnormais em Londrina. A presença de aglomerados subnormais em uma cidade demonstra a existência de áreas habitacionais carentes e segregadas e que apresentam diversos problemas sociais. Essas áreas são muito comuns nas principais cidades brasileiras e sua materialização é expressão da extrema desigualdade social que atinge o país. Nesse sentido, a não computação desse tipo de área residencial em Londrina, propõe a seguinte reflexão. A cidade de Londrina não apresenta áreas habitacionais de extrema carência social?

A primeira medida que buscou responder tal questionamento, foi o mapeamento dos domicílios improvisados de Londrina. Segundo o IBGE (2010) entende-se como domicílios improvisados toda:

[...] edificação (loja, fábrica etc.) que não tinha dependência destinada exclusivamente à moradia, como, também, local inadequado para a habitação, que, na data de referência, estava ocupado por morador. O prédio em construção, a tenda, a barraca, o vagão, o trailer, a gruta, a cocheira, o paiol etc., que estava servindo de moradia na data de referência, também foi considerado como domicílio particular improvisado. (IBGE, 2010, p.26).

Os domicílios improvisados podem ser entendidos como construções para fins não habitacionais, mas que acabam sendo utilizadas para tal finalidade. Essa situação habitacional, aponta uma solução encontrada por uma população que, sem outras opções de moradia, busca improvisar um local para morar.

Além disso, demonstra uma situação habitacional imprópria, pois tais edificações que são usadas como residenciais não foram construídas para tal uso o que pode trazer consequências físicas, sociais, psicológicas e culturais para seus ocupantes.

Em Londrina encontrou-se diversos domicílios na situação de improvisados (Mapa 27), principalmente na porção norte e na adjacência da área central do Distrito Sede.

Um exemplo de áreas como domicílios improvisados é o fundo do conjunto habitacional Aquiles Stenghel (Foto 3). Nessa área encontra-se diversos domicílios improvisados que se caracterizam por: estarem localizadas em fundo de vale; serem construídas de madeira, lona e restos de materiais de construção; apresentarem muros separando os domicílios; carência no acesso água e esgotamento sanitário; e energia elétrica a partir dos populares “gatos”.

A presença de domicílios improvisados em Londrina aponta uma preocupante situação habitacional, haja vista que esse tipo de modalidade habitacional vem sendo ocupada por uma população carente que, sem outras opções residenciais busca na ocupação e improvisação de edificações abandonadas ou em construção precárias um local para residir.

Mapa 27 - Total de domicílios particulares improvisados

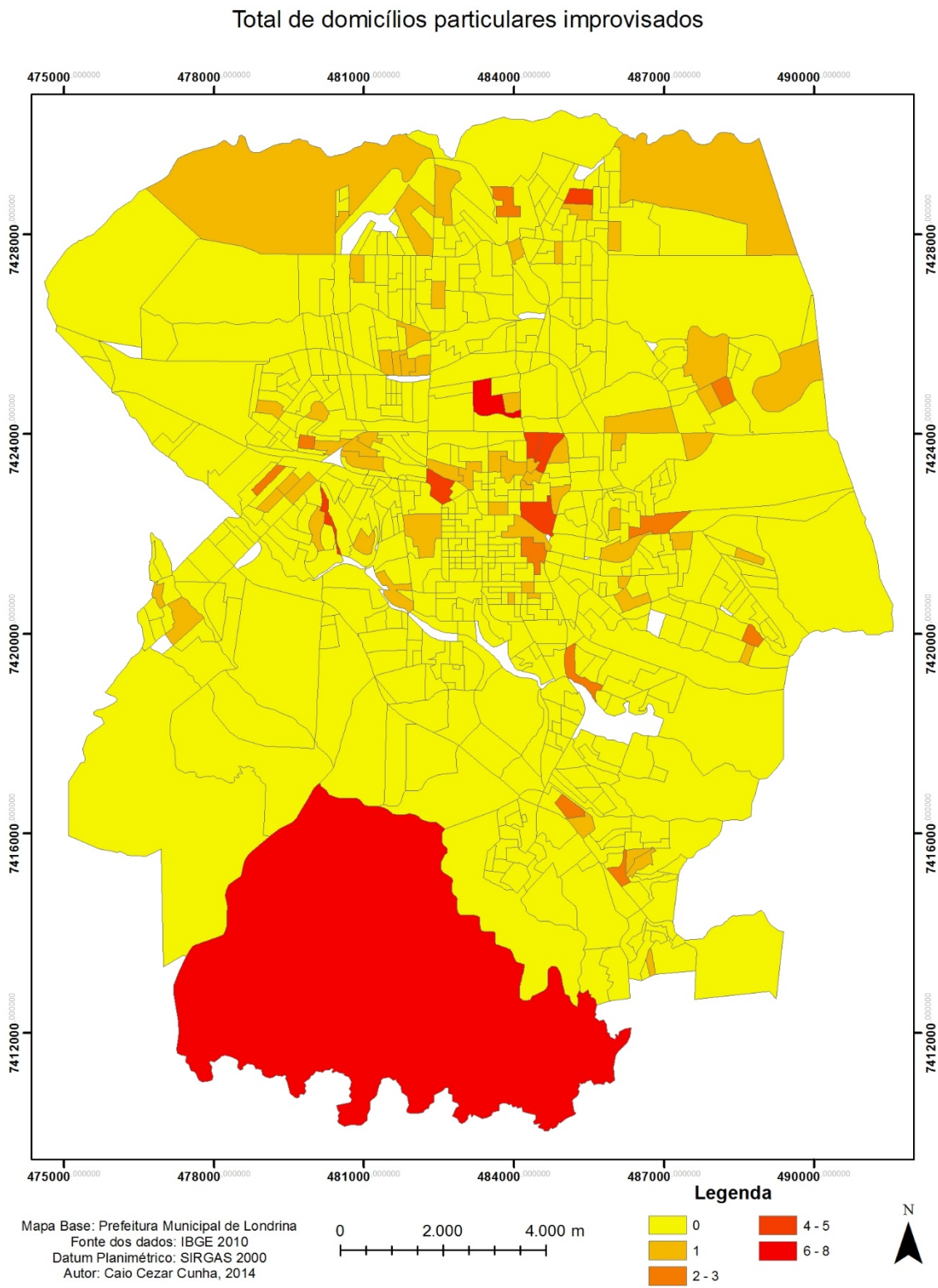


Foto 4 - Vista parcial de domicílios improvisados, localizados na Rua Ana Caputo Piacentini, Conjunto Habitacional Aquiles Stenghel na porção norte da cidade



Fonte: Roger Henrique Bartlo (2014)

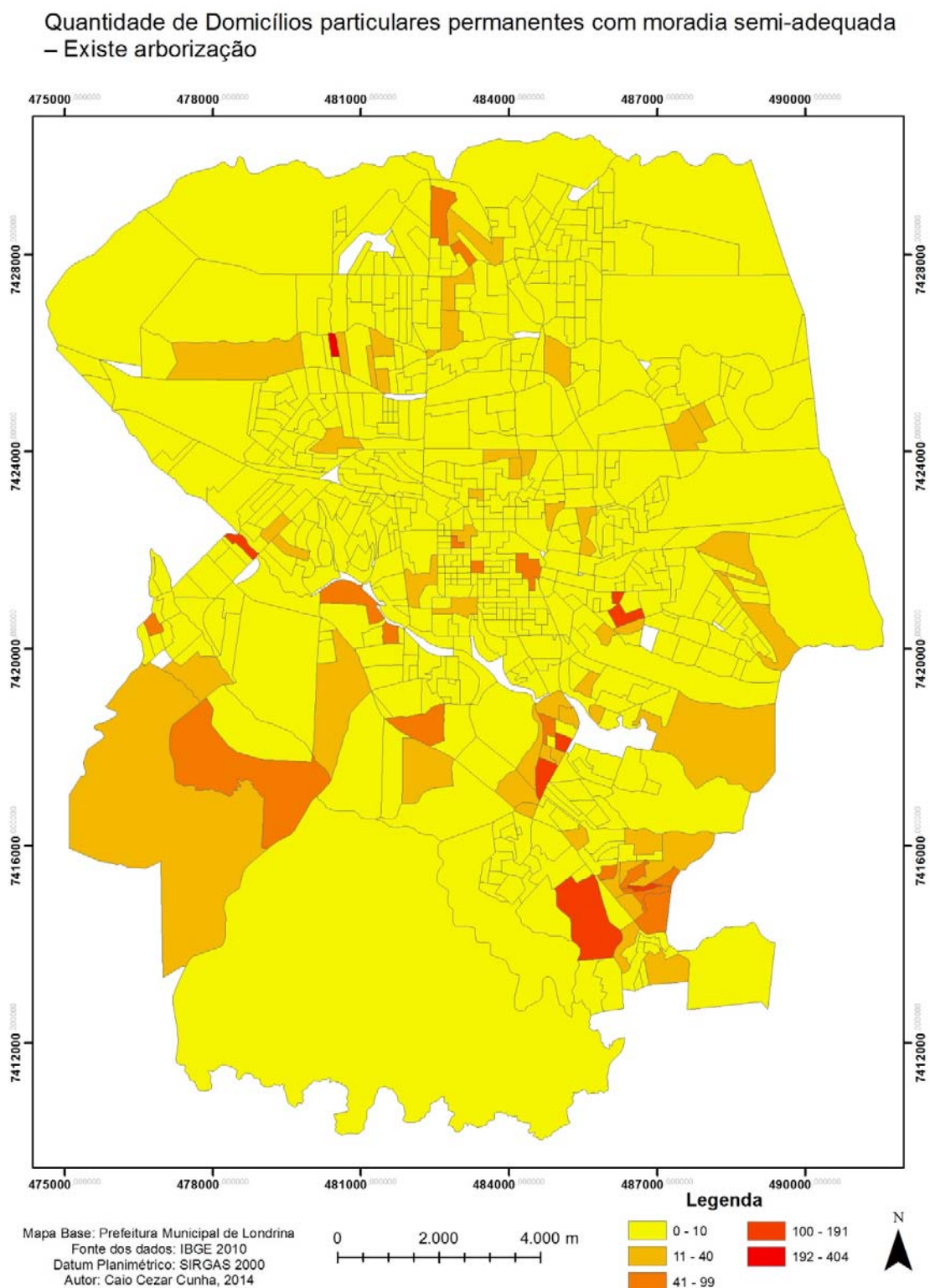
Segundo o mapeamento a porção sudeste apresenta poucos domicílios improvisados na cidade. Entretanto, conforme visita a área verificou-se uma grande quantidade de domicílios nessa situação. Isto pode ser explicado por dois motivos: o primeiro é que, muitas dessas moradias podem ter sido construídos após o recenseamento e os recenseadores podem ter classificados esses domicílios na situação de semiadequação ou inadequados.

Essa situação domiciliar também foi analisada, em Londrina existem 20.734 domicílios particulares permanentes em situação de moradia semiadequada (IBGE, 2010). Desses domicílios 350 apresentam a presença de esgoto a céu aberto e 1.452 não contam com arborização.

Nesse sentido, o mapeamento dos variáveis domicílios particulares permanentes com moradia semiadequada – não existe arborização e existe,

demonstram a existência de setores censitários nessa situação em todas as porções do perímetro urbano do Distrito Sede (mapa 27 e 28).

Mapa 28 - Quantidade de domicílios particulares permanentes com moradia semiadequada – existe arborização



Não é intuito desse trabalho discutir a arborização em Londrina, mas identificar a quantidade de domicílios em situação de semiadequados e a sua localização. Isto porque esses domicílios apresentam carência estruturais e entorno, mas apresentam acesso a pelo menos um serviço coletivo ou infraestrutura.

Foto 5 - Vista parcial de domicílios semiadequados, localizados no Jardim Interlagos, porção leste da cidade de Londrina – PR, 2014

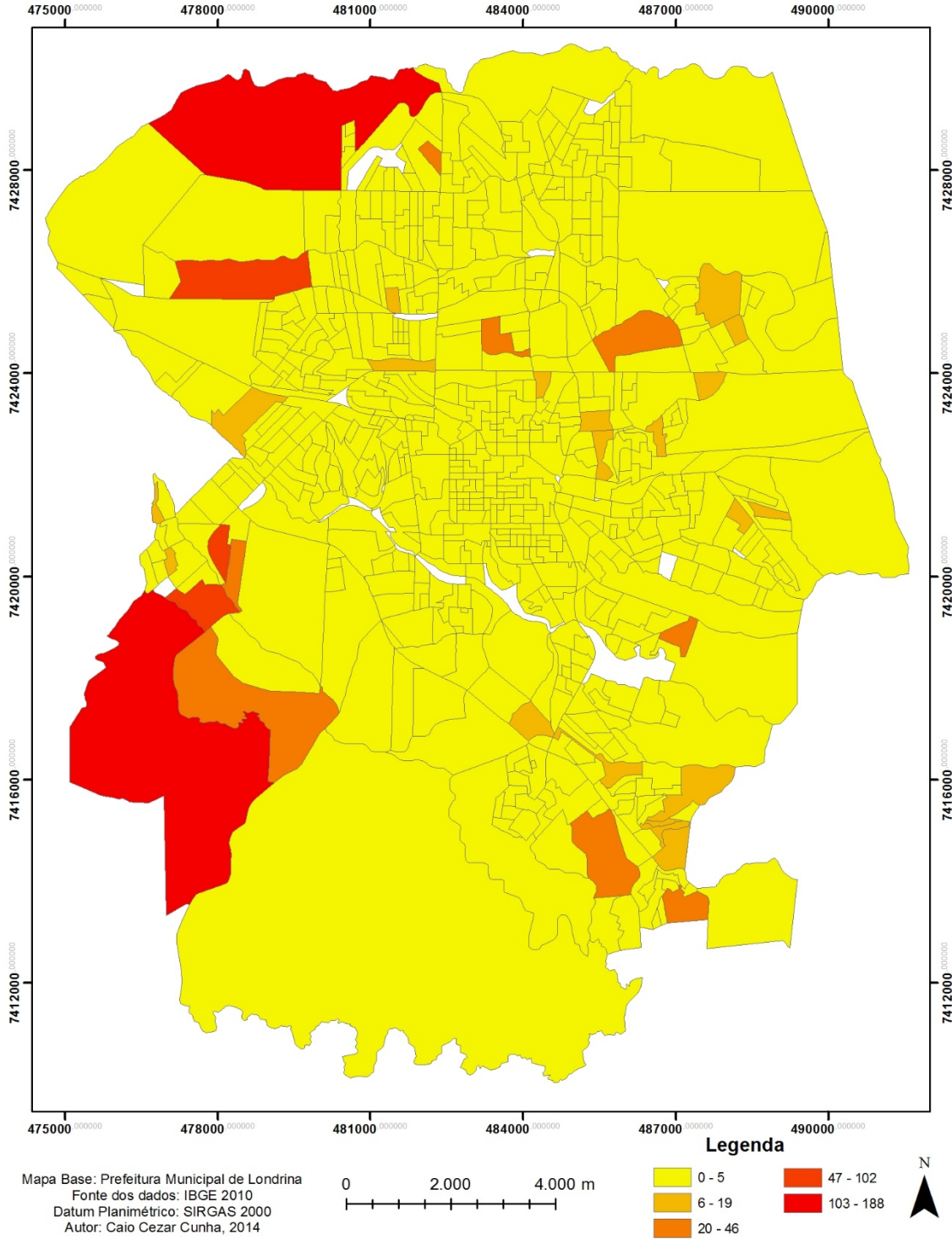


Fonte: Roger Henrique Bartlo (2014)

O interessante é que o IBGE (2010) classificou a arborização como uma das características para apontar se, o domicílio se encontra ou não em situação de semiadequação, adequação ou inadequado, ao invés de estipular o acesso serviços básicos e infraestrutura que são mais relevantes para a habitabilidade dos moradores. Dessa forma, a arborização se torna um elemento necessário para o domicílio apresentar boas condições habitacionais para os seus moradores.

Mapa 29 - Quantidade de domicílios permanentes com moradia semiadequada – não existe arborização

Quantidade de Domicílios particulares permanentes com moradia semi-adequada – Não existe arborização



Examinando os dados averiguou-se que os setores censitários com os maiores indicadores de domicílios na situação que não existem arborização se localizam nas porções sudoeste, norte e sudeste do perímetro urbano do Distrito Sede. Enquanto, os domicílios que possuem arborização localizam principalmente nas porções norte, sul e em menor número na área central.

A imagem demonstra domicílios semiadequado localizados na porção leste da cidade, essa área apresentou um elevado número de domicílios nessa adequação. Nessa área da cidade localiza-se diversas favelas regularizadas pela COHAB-LD, no entanto ainda encontra-se diversos domicílios em situação de carência e segregados.

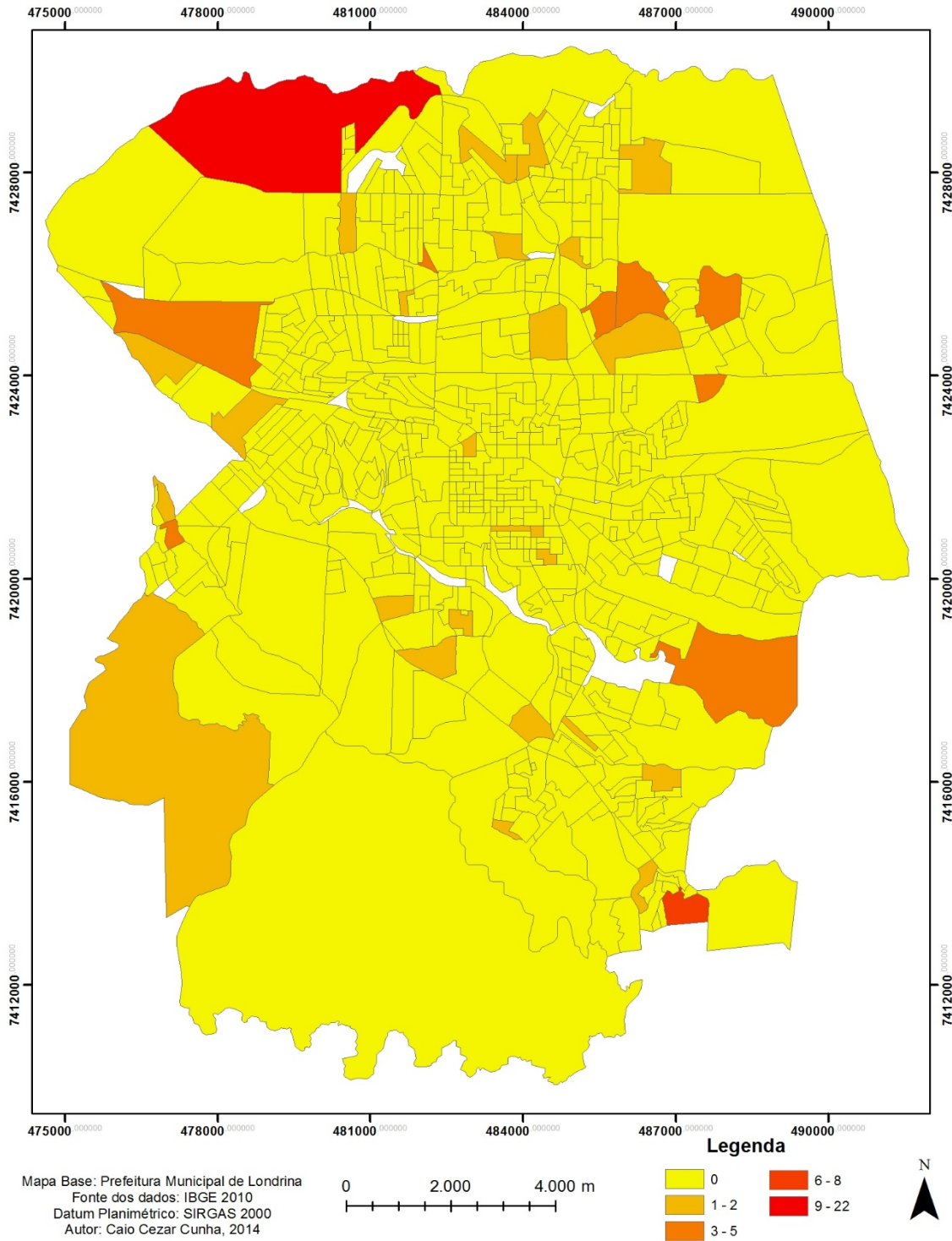
Como pode-se observar, esses domicílios aproveitam da infraestrutura instalada pelo loteador ou poder público local como asfalto e água encanada e energia elétrica. Além disso, na ilegalidade ocupam áreas e utilizam de “gatos” para ter acesso a serviços. Caracterizando seus moradores, estes apresentam condições de rendimentos um pouco melhores dos moradores de domicílios improvisados presentes nessa e em outras porções da cidade, o que pode ser constatado pelos carros e o acesso a TV a cabo por exemplo.

E por fim, as variáveis: domicílios particulares permanentes com moradia inadequada, existe ou não arborização (mapa 30 e 31), apresentam os domicílios em piores condições estruturais e sociais de habitação. A variável apresenta o maior número de setores censitários com domicílio na situação de inadequação nas porções norte e sul, enquanto a área central apresenta um número reduzido de domicílios com essa característica. Já a variável não existe arborização não apontou a presença desse tipo de domicílio na área central, se localizando principalmente nas porções norte e sul da cidade.

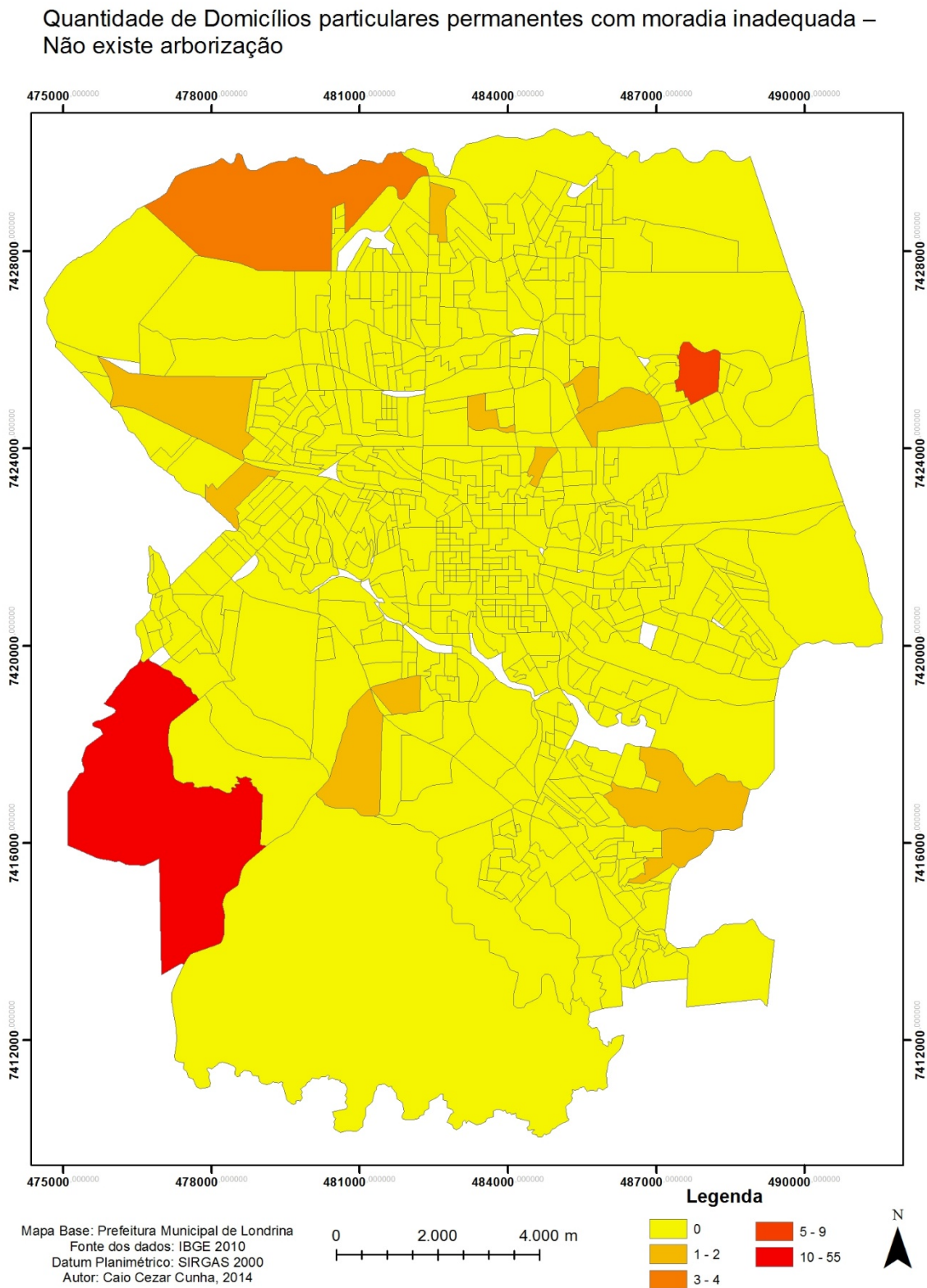
A foto permite apontar a realidade dos domicílios inadequados em Londrina, na qual seus moradores não disponibilizam de nenhuma característica de adequação, tornando esses domicílios o exemplo máximo da segregação residencial da cidade. As porções sudeste e norte, e leste apresentam diversos domicílios nessa situação, o que evidencia como essas áreas têm domicílios em extrema carência em comparação com outras áreas residenciais de Londrina.

Mapa 30 - Quantidade de domicílios permanentes com moradia inadequada- existe arborização

Quantidade de Domicílios particulares permanentes com moradia inadequada – Existe arborização



Mapa 31 - Quantidade de domicílio particulares permanentes com moradia inadequada- não existe arborização



Seguindo a proposta metodológica de correlação dos critérios e variáveis, para facilitar essa correlação foram produzidas transparências dos mapas que justaposto, apontaram as características das áreas residenciais de Londrina.

A primeira correlação e justaposição realizada agrupou a variável total de rendimentos nominal mensal dos domicílios particulares permanentes com o critério cor e raça. Justapondo-se a variável de renda com as variáveis cor ou raça da população autodeclarada preta e parda, observa-se que, as áreas com maiores rendimentos (central e porção sudoeste) são as que apresentam o menor número de pessoas autodeclaradas cor ou raça preta e parda em toda a cidade. Dessa forma, os setores censitários urbanos mais ricos de Londrina, apresentam uma quantidade irrisória de população de cor preta e parda.

Foto 6 - Vista parcial de domicílio inadequado, localizado no Jardim União da Vitória, extremo sudeste da cidade de Londrina – PR, 2014



Fonte: Roger Henrique Bartlo (2014)

Em contrapartida, as áreas com maiores concentrações de pessoas da cor preta e parda (porções nortes, leste e extremo sudeste) são as que apresentam os setores censitários com os menores rendimentos nominal mensal dos domicílios de Londrina.

Por outro lado, ao justapor o critério renda com as variáveis pessoas autodeclaradas brancas e amarelas, ficou evidente o predomínio dessas populações nos setores censitários com maiores rendimentos mensais por domicílio. Contudo, é importante ressaltar que a população autodeclarada de cor ou raça branca também foi encontrada em números expressivos em setores censitários com baixos rendimento domiciliar mensal, diferentemente da população autodeclarada de cor ou raça amarela que, concentram-se, principalmente nas porções sudoeste e área central, áreas que apresentam os setores censitários com os maiores rendimentos nominal mensal por domicílio de Londrina.

A segunda justaposição buscou correlacionar os domicílios particulares permanentes próprios, alugados e cedidos – existe esgoto a céu aberto e o total de rendimentos nominal mensal dos domicílios particulares permanentes. Nessa justaposição, ficou claro que a porção sudeste apresenta diversos setores censitários em péssimas condições habitacionais, pois além de apresentar diversos domicílios com baixos rendimentos nominais mensais, é nessa porção da cidade que localiza a maior parcela dos domicílios que apresentam esgoto a céu aberto no perímetro urbano de Londrina. Na porção norte, alguns setores censitários também apresentaram uma realidade de carência de infraestrutura no que se refere ao esgotamento sanitário e um agrupamento de domicílios com baixos e médios rendimentos nominal mensal por domicílios.

As variáveis: domicílios particulares permanentes sem banheiro de uso exclusivo dos moradores e sanitário e quantidade de domicílios particulares permanentes como moradia inadequada- existe arborização, foram justapostos e relacionados. A escolha em correlacionar essas variáveis se justifica pelo fato de ambas apontarem características dos domicílios e do seu entorno. Dessa forma, a justaposição apontou semelhança entre essas variáveis que indicam setores censitários com carências estruturais e no seu entorno em maior número nas porções norte e sudeste e em menor número nas porções oeste e leste do perímetro urbano do Distrito Sede de Londrina.

A última justaposição correlacionou os variáveis domicílios particulares permanentes com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário via fossa rudimentar, e o total de rendimentos nominal mensal dos domicílios particulares permanentes. Os setores censitários com

maiores rendimentos (porção sudoeste, área central e alguns existentes na porção leste) apresentaram números reduzidos de domicílios com esgotamento sanitário via fossa rudimentar.

Contudo, as áreas com menores rendimentos foram as que apresentaram maior número de domicílios com esse esgotamento sanitário, principalmente em setores censitários localizados na porção norte. Entretanto, nessa correlação observou-se a presença de domicílios com esgotamento via fossa rudimentar em setores censitários com altos rendimentos, como foi o caso de setores censitários presentes na porção sudoeste.

Isto pode ser explicado pelo fato que os setores censitários mais periféricos são as áreas prediletas pelo setor imobiliário para a implantação dos condomínios horizontais. Essa expansão é acompanhada da dotação de serviços públicos e infraestrutura pelo poder público local; no entanto nas áreas que ainda predominam as atividades rurais esse serviço ainda não foi instalado. Isso explica o elevado número de domicílios presentes nessas áreas que apresentam a presença esgotamento sanitário via fossa rudimentar.

Após a justaposição dos dados e a identificação pode-se afirmar que, as áreas com as piores condições habitacionais de Londrina, ou seja, mais segregadas, encontram-se no norte, leste e extremo sudeste da cidade. Contudo, necessitava-se apontar com exatidão as áreas residenciais ou bairros inseridos nessas porções da cidade que apresentavam tal realidade. Sabendo disso, realizou uma pesquisa de campo por essas porções de Londrina, no intuito de averiguar as reais condições habitacionais dessas áreas.

A pesquisa de campo possibilitou identificar diversas áreas segregadas em Londrina levando em consideração os elementos analisados nesse trabalho. Entretanto, optou-se em destacar uma área de cada porção visitada: o assentamento Bom Jesus Aparecido na porção norte da cidade; o fundo do Jardim Ideal na porção leste; e as adjacências do Jardim União da Vitória na porção sudeste.

Dentre essas áreas o assentamento Bom Jesus Aparecido é o de maior tamanho territorial, localizado próximos ao Bairro São Jorge essa ocupação

irregular iniciou-se em 2014 e conta com mais de 300 barracos (GAZETA DO POVO, 2014).

Nessa área as casas foram construídas com madeira ou resto de materiais de construção; as ruas não têm asfalto e energia pública; a energia elétrica domiciliar é a base de “gatos”; o lixo vai se amontando nas ruas; não existe saneamento básico e nem acesso a água nas residenciais; os moradores utilizam uma água comunitária instalada pela SANEPAR em um único ponto do assentamento, e muitas casas apresentam fossa rudimentar ou dejetam o esgoto a céu aberto.

Foto 7 - Vista parcial do assentamento Bom Jesus Aparecida, localizado na porção norte da cidade de Londrina – PR, 2014



Fonte: Roger Henrique Bartlo (2014)

Os seus moradores apresentam baixíssimos rendimentos; são em maioria de cor preta e parda; e estão no assentamento por não terem condições de

pagar aluguel. Acreditam os moradores que residindo ali, conseguiram uma casa junto a COHAB-LD, e por isso, resistem na área mesmo com as péssimas condições habitacionais.

Diferentemente do norte na porção leste não encontra-se uma grande concentração de moradias precárias em uma determinada área. Além disso, nessa porção da cidade as residências então distribuídas irregularmente, se localizando principalmente no fundo do córrego Marabá ou dos jardins Ideal, Pindorama, Vila Ricardo e Interlagos.

Sendo assim, optou-se em destacar a pequena ocupação no fundo da Rua Rosa Branca onde existem algumas residências precárias muito semelhantes as encontradas na porção norte da cidade. Entretanto, essas residências estão localizadas no fundo do vale o que piora as suas condições habitacionais.

Foto 8 - Vista parcial de domicílios localizados na Rua Rosa Branca, Jardim Rosa Branca I, cidade de Londrina – PR, 2014



Fonte: Roger Henrique Bartlo (2014)

Um aspecto positivo dessa área em relação ao assentamento Bom Jesus aparecida são alguns serviços coletivos instalados nas proximidades como por exemplo o posto de saúde da Vila Ricardo e o Colégio Estadual Ana Molina Garcia. Além disso, o número reduzido de famílias e o histórico de organização popular dos moradores podem acelerar melhorias na área ou a realocação dessas pessoas em residências disponibilizadas pela COHAB-LD.

E por último, na porção sudeste da cidade destaca-se uma área do Jardim União da Vitória nas proximidades com o PR – 445. Nessa área encontrou-se diversas casas precárias em situação de semiadequação, inadequadas e improvisadas.

Foto 9 - Vista parcial de uma encosta com domicílios no Jardim União da Vitória, Londrina – PR, 2014



Fonte: Roger Henrique Bartlo (2014)

Ocupando a encosta íngreme do bairro essas casas são na maioria de madeira, não disponibilizam de acesso a saneamento básico; água encanada e energia elétrica. Muitos barracos encontram-se abandonados e estão se tornando local de depósito de lixo. Essas características somadas configuram uma realidade

de extrema carência habitacional e exclusão social que marca não apenas essa área, mas toda a porção sudeste de Londrina.

Sintetizando as informações, análises, correlações, justaposições e pesquisa de campo, pode-se apontar as seguintes tendências da segregação residencial em Londrina no primeiro decênio do século XXI:

a) As porções sudoeste e área central são as que apresentam as melhores condições habitacionais da cidade por: apresentarem os maiores rendimentos nominais mensais por domicílio, terem as melhores condições estruturais e do entorno dos domicílios. Há um predomínio de pessoas autodeclaradas de cor ou raça branca e amarela e um número reduzido de pessoas autodeclaradas preta, parda e indígena.

b) A porção norte apresenta vários setores censitários com rendimentos médio, sendo ocupado por pessoas autodeclaradas branca, preta, pardas e amarelas. Não encontra-se a presença relevante de pessoas autodeclaradas cor ou raça amarela nessa porção da cidade. Além disso, apresenta diversos setores censitários com domicílios semiadequados, inadequados e improvisados, no qual seus moradores apresentam baixos rendimentos e sofrem com a carência de infraestrutura e serviços coletivos, tendo como destaque o assentamento Bom Jesus Aparecido e o fundo do C. H. Aquiles Stendhal.

c) Poucos setores censitários periféricos apresentaram carências sanitárias. No entanto, a porção sudeste e partes da porção norte, extremo leste apresentaram alguns setores com deficiência em algum tipo de serviço sanitário.

d) Pode-se considerar que, a porções extremo sudeste e partes da porção norte e leste da cidade são as que apresentam as piores condições habitacionais de Londrina, pois foram encontrados diversos setores censitários com carência estruturais dos domicílios e do seu entorno. Essas porções da cidade apresentam baixos rendimentos nominais mensais por domicílio e sua população é composta em maior parte por pretos e pardos, apresentando uma das maiores concentrações desses dois grupos de toda à cidade. Além de apresentar diversos domicílios em situações de adequação semiadequado, inadequado e improvisados o que evidenciam a carência dessas áreas.

e) A área central apresenta boas condições sanitárias e rendimentos mensais nominais por domicílios médios e elevados, atualmente essa área abriga alguns domicílios improvisados e em situação de adequação semiadequados e inadequados; o que torna importante o estudo futuro dessa situação. Tendo uma população predominantemente autodeclarada da cor ou raça branca e amarela, essa área da cidade apresenta um número baixo de pessoas autodeclaradas preta, parda e indígena e seus domicílios apresentam números reduzidos de pessoas por domicílio, o que evidencia as transformações habitacionais nessa área. Contudo, ainda residem nessa área da cidade pessoas de classe alta e média.

f) A porção oeste da cidade, apresenta índices médios de rendimentos mensais nominais por domicílios alguns setores censitários com elevado rendimentos. As condições estruturais dos domicílios e o seu entorno, mostrou-se adequada para o uso residencial, alguns poucos setores censitários apresentam domicílios com problemas de esgotamento sanitário e domicílios em adequação improvisada e semiadequada. Estão sendo criados diversos condomínios para a classe média nessa porção da cidade o que demonstra ser essa área a preferida por essa parcela da população.

Com base no rendimento, infraestrutura, serviços coletivos, adequação dos domicílios e pesquisa de campo pode afirmar que, a área central continua sendo uma das áreas mais estruturadas da cidade. Contudo, apresenta domicílios improvisados e edifícios ocupados por estudantes e/ou jovens casais, tendo perdido nos últimos anos diversos moradores mais elitizados economicamente que estão migrando para outras áreas da cidade como os condomínios horizontais e verticais na porção sudoeste da cidade.

A periferia cresceu, diversificou-se, os luxuosos condomínios horizontais e verticais localizados a sudoeste da cidade se contrastam com as áreas residenciais localizadas no extremo sudeste (União da Vitória, Nova Esperança), Leste (fundo de vale dos jardins Ideal, Pindorama, Vila Ricardo e Interlagos) e norte (assentamento Bom Jesus Aparecida).

Diante do exposto, entende-se que a cidade de Londrina no primeiro decênio do século XXI apresenta um padrão de segregação residencial bastante complexo, do ponto de vista dos diversos tipos de domicílios registrados pelo Censo Demográfico (2010), pela distribuição de serviços urbanos e infraestrutura na cidade

e pelas diferenças de renda entre os setores censitários o que expressa uma diferença de renda entre as áreas domiciliares da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho visou discutir um conjunto de processos e fatores históricos e dados censitários para compreensão da segregação residencial em Londrina, de sua gênese até o primeiro decênio do século XXI. Para tanto, a segregação residencial foi entendida como um processo, histórico e espacial que é expressão da divisão social do trabalho e da ação de agentes específicos que contribuem para a produção na cidade.

No campo teórico averiguou-se diversas interpretações sobre a segregação residencial, no intuito de auxiliar nas análises desse processo sobre Londrina. Essas articulações possibilitaram encontrar realidades similares e distintas na literatura nacional e internacional sobre a segregação residencial, seu desenvolvimento, espacialização e produção em diversas cidades.

Contudo, as particularidades regionais, econômicas, físicas e culturais das cidades devem ser respeitadas, não podendo apenas utilizar de teorias externas como fator explicativo para uma análise específica. Dessa forma, as formulações teóricas levaram a conhecer definições, padrões, elementos e metodologias que compõem e interpretam a segregação residencial. Tais apontamentos teóricos mostraram que a segregação pode ser entendida de diversas formas, oriunda da diversidade teórica e metodológica a temática.

Desta maneira, a segregação residencial em Londrina foi entendida como um processo que, emerge logo após a gênese da cidade. Esse processo e padrão foram implantados pela CTNP, responsável pela produção da cidade, visando garantir o sucesso do empreendimento loteador e simultaneamente auferir renda com a comercialização de lotes urbanos.

Londrina representa a criação de cidade no contexto capitalista e sua organização espacial é a expressão dos interesses da Companhia, que organizou os usos e funções da cidade no intuito de reproduzir o capital investido.

A partir da definição de usos e funções, Londrina teve seu crescimento seguindo as normas estabelecidas pela CTNP. Contudo, o rápido crescimento populacional da cidade promoveu expansão territorial além dos limites estabelecidos inicialmente - através da planta urbana - pela Companhia. Assim, a

partir do final da década de 1930, poucos anos após sua elevação à condição de sede municipal ocorrida em 1934, a cidade ultrapassou a planta urbana projetada e novos agentes emergiram para a produção da cidade.

Se a segregação residencial em Londrina emergiu mediante as ações e interesses da CTNP, os proprietários fundiários e “terranistas” emergiram como agentes da produção da cidade no final dos anos 1930, possibilitando que a segregação residencial em Londrina ganhasse novos atores e configurações espaciais.

De outra forma, enquanto a segregação residencial adquire novos agentes, tem-se novas áreas residenciais criadas pelos mesmos, a qual devendo-se destacar os loteamentos, que primeiramente foram denominados de vilas e foram responsáveis pela expansão territorial da cidade a década de 1940 e início dos anos de 1950.

Durante a década de 1950 surgiram os primeiros bairros construídos para as classes economicamente mais elitizadas da cidade e a área central tornou-se local escolhido pelo capital local, para investir na construção de edifícios verticais, também destinados para camadas com altos rendimentos.

Na contrapartida, nessa década foram criadas as primeiras ocupações irregulares na cidade e ocorreu a proliferação de loteamentos periféricos que foram sendo ocupados por camadas com menores recursos.

O Estado representado pelo poder público local, através de legislação específica em 1951, interferiu na segregação residencial da cidade, estabelecendo usos e normas para a ocupação residencial em Londrina.

A partir dos anos 1960, intensificou-se o fluxo migratório do campo para cidades em todo o país, não sendo diferente em Londrina. O aumento populacional promoveu pressão por moradias – não exclusivamente - introduzindo por processos nacionais, políticas habitacionais que garantiram dentre outros, a reprodução de capital ligado à construção de moradias para população de mais baixo poder aquisitivo.

Tratava-se do BNH que visava construir moradias para diversas camadas sociais, principalmente aqueles que recebiam até 5 salários mínimos, através de financiamento.

Dessa forma, a LD foi criada para aplicar e realizar a política habitacional federal e concretizar a produção de moradias, a provisão de equipamentos urbanos e erradicar ocupações irregulares que espalhavam-se pela cidade.

As ocupações irregulares em Londrina, surgiram na então periferia da cidade, caracterizadas por ser áreas residenciais ocupadas por trabalhadores que sem recursos encontravam ali um local para residir; pequenos lotes e carentes de infraestrutura e equipamentos coletivos.

Entre as décadas de 1970 e 1980, a construção de inúmeros conjuntos habitacionais promoveu nova configuração da segregação residencial de Londrina. Tanto que, este período criou maior número de moradias na cidade, como também reduziu o número de loteamentos e minimizou o surgimento de novas ocupações irregulares na cidade.

Este momento marcou a ação do Estado como agente produtor da cidade e sua atuação foi relevante para o processo de segregação residencial em Londrina, pois os conjuntos habitacionais construídos naquele momento, caracterizavam-se por: estarem distantes da área central; serem ocupados por camada social com mais baixos rendimentos; apresentarem uma homogeneidade estrutural dos domicílios; carentes de serviços coletivos públicos e infraestrutura.

Isto não deve ser imputado como ação apenas negativa do Estado, haja vista que essa política possibilitou o acesso a moradia a diversas famílias em Londrina. Contudo, as críticas sobre essa política em Londrina se direcionam pela carência de serviços urbanos, pelo distanciamento social e físico que os conjuntos habitacionais promoveram aos seus moradores em relação à cidade.

Neste sentido, o processo de segregação residencial adquiriu maior expressividade física e social, já que os mesmos estavam localizados cerca de 8 Km distante da então malha urbana; de rapidamente permitirem a moradia de milhares de habitantes sem acesso a equipamentos e infraestrutura.

No primeiro decênio do século XXI a cidade de Londrina apresentava uma segregação residencial que apresentava áreas residenciais distintas em relação a rendimentos, acesso a infraestrutura e serviços públicos. Denotava-se naquele momento, que a segregação adquiriu maior complexidade

articulada evidentemente, ao tamanho demográfico, físico-territorial da cidade, maior complexidade da divisão social do trabalho e diversidade de agentes que produzem a cidade.

Assim sendo, entende-se que esse processo está em constante transformação e pesquisas futuras deverão ser realizadas para identificar modificações ao processo de segregação residencial em Londrina.

REFERÊNCIAS

- ADUM, S. M. S. L. **Imagens do progresso: civilização e barbárie em Londrina (1930 - 1960)**. 1991. Dissertação (mestrado em história) – Departamento de História, ILHP, Universidade Estadual Paulista, Assis.
- ALVES, C. L. E. **Dinâmica espacial da produção e reprodução da força de trabalho em Londrina: os conjuntos habitacionais**. 1991. Dissertação (mestrado em geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- ARIAS NETO, J. M. **O Eldorado: Londrina e o Norte do Paraná – 1930/1975**. 1993. Dissertação (mestrado em história) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- ASARI, A. Y.; TUMA, M. M. **Aspectos históricos, físicos, econômicos e institucionais**. Secretaria Municipal de Educação e Cultura – Prefeitura Municipal de Londrina, 1978.
- AUGUSTO, M. H. O. **Intervencionismo estatal e ideologia desenvolvimentista**. São Paulo: Símbolo, 1978.
- BARNABÉ, M. F. **A organização espacial do território e o projeto da cidade: o caso da CTNP**. 1989. Dissertação (mestrado) – Departamento de Arquitetura e Planejamento, Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos.
- BASTOS, N. S. M. A moradia possível: a trajetória das políticas habitacionais no Brasil. **Sociedade e território**. Natal. v. 15, n. 2, jul./dez., 2001. p.81-106.
- BEIDACK, A. R. S. **Análise da produção do espaço urbano de Londrina: de cincão à zona norte (1970 - 2007)**. 2009. Dissertação (mestrado em geografia, meio ambiente e desenvolvimento) – Departamento de Geografia, Universidade Estadual de Londrina, Londrina.
- BERNARDES, L. M. C. Crescimento da população do Estado do Paraná. In: FRESCA, T. M.; CARVALHO, M. S. de. **Geografia e Norte do Paraná: um resgate histórico**. Londrina: Humanidades, 2007. vol. 1.
- BONDUKI, N.; ROLNIK, R. Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. In: MARICATO, E. (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) do Brasil industrial**. São Paulo: AlfaÔmega, 1979.
- BORTOLOTTI, J. B. **Planejar é preciso: memórias do planejamento urbano de Londrina**. Londrina: Midiograf, 2007.
- BRAGUETO, C. R. **O aglomerado urbano-industrial de Londrina: sua constituição e dinâmica industrial**. 2007. Tese (doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CALDEIRA, T. P. R. **Enclaves fortificados: a nova segregação urbana.** São Paulo: Novos Estudos, 1997.

CANCIAN, N. A. **Cafeicultura paranaense 1900/1970** – estudo de conjunturas. 1977. Tese (doutorado em história) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CANDOTTI, E. A. **Memórias da cidade: Londrina 1930/1960.** 1997. Monografia (especialização em história) – Departamento de História, Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

CASARIL, C. C. **Meio século de verticalização urbana em Londrina – PR e sua distribuição espacial: 1950 – 2000.** 2008. Dissertação (mestrado em geografia, meio ambiente e desenvolvimento) – Departamento de Geografia, Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

CASTELLS, M. **A questão urbana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná.** São Paulo: Publicação comemorativa dos cinquentenário da CTNP/CMNP, 1975.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano.** São Paulo: Ática, 2003.

DAS DORES, J. L. P. **Exclusão social, políticas públicas e representações sociais na cidade de Londrina – PR: um olhar sobre o assentamento urbano Jardim Maracaná.** 2005. (mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

DATASUS. Disponível em: <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php>>. Acesso em: 06 mar. 2015.

FLEISCHFRESSER, V. **Modernização tecnológica da agricultura: contrastes regionais e diferenciação social no Paraná da década de 70.** Curitiba: Ed. Livraria Chain, 1988.

FRESCA, T. M. Área central de Londrina: uma análise geográfica. **Revista Geografia.** Londrina. v. 16, n. 2, jul./dez., 2007.

_____. **Transformação da rede urbana do Norte do Paraná: o estudo comparativo de três centros.** 2000. Tese (doutorado em geografia) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

GAVETTI, N. **A dignidade política administrativa: por que tem que ser assim?** Londrina: Cotação, 1998.

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade.** Hucitec: São Paulo. 1980.

IBGE. **Censo Demográfico: Estado do Paraná.** Rio de Janeiro, 1950.

_____. **Censo Demográfico: Estado do Paraná.** Rio de Janeiro, 1970.

_____. **Censo Demográfico**: Estado do Paraná. Rio de Janeiro, 2010.

IPAC. **Onde o bairro é casa**. Londrina: Concitec/UEL, 1987.

JANUZZI, D. C. R. **Calçadões**: a revitalização urbana e a valorização das estruturas comerciais em áreas centrais. 2006. Tese (doutorado em Geografia) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

JARRETA, M. H. **Crescimento e problemas urbanos Londrina**: ocupação, estrutura, função e delimitação da área central de negócios. 1978. Monografia – Instituto Filadélfia de Londrina, Centro de Estudos Superiores de Londrina, CESULON, Londrina.

LIMA, F. C. **Preste Maia em Londrina**: moderno em que sentido?. 2000. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

LIMA, R. M. **A modernidade no Norte do Paraná**: a implantação de Londrina, 1929 – 1951. 2001. Dissertação (mestrado em geografia) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

LINARDI, M. C. N. **Pioneirismo e modernidade**: a urbanização de Londrina – PR. 1995. Tese (doutorado em geografia), Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

LOJKINE, J. **O estado capitalista e questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

LONDRINA. Prefeitura Municipal. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina. **Habitação de baixa renda no âmbito municipal: habitação e políticas públicas em cidades médias**: o caso de Londrina, Londrina, 2004.

_____. Lei nº 133/51, de 27 de novembro de 1951. Dispõe sobre arruamentos, loteamentos, zoneamentos e dá outras providências. **Câmara Municipal de Londrina**, Londrina, 27 abr. 1951. p.344-376. Disponível em: <http://www.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=15568&Itemid=1627_>. Acesso em: 17 jul. 2014.

_____. **Projeto Participação Comunitária dos Assentamentos João Turquino e Maracanã**. Londrina: COHAB-LD, 2002.

MAGALHÃES, J. B. **Vila Casoni**: permanência e resistência. 2004. Monografia – Departamento de Geografia Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

MAMIGONIAN, A. Neoliberalismo x projeto nacional de mundo e no Brasil. **Revista Paranaense de Geografia**, Curitiba. n. 6, 2001. p.15-23.

MARICATO, E. Conhecer para resolver a cidade ilegal. In: CASTRIOTA, L. B. (org.). **Urbanização brasileira**: redescobertas. Belo Horizonte: Ed. Arte, 2003. p.78-96.

_____. **Favelas**: um universo gigantesco e desconhecido. São Paulo: Laboratório de habitação e assentamentos humanos/FAU-USP, 2001. Disponível em:

≤www.usp.br/fau/depprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_favelas.pdf≥. Acesso em: 20 ago. 2014.

_____. **Política habitacional no regime militar:** do milagre brasileiro à crise econômica. Petrópolis: Vozes, 1987.

MARTINS, V. H. T. **Habitação, infra-estrutura e serviços públicos:** conjuntos habitacionais e suas temporalidades em Londrina – PR. 2007. Dissertação (mestrado em geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

MONBEIG, P. A zona pioneira do Norte – Paraná. In: FRESCA, T. M.; CARVALHO, M. S. de. **Geografia e Norte do Paraná:** um resgate histórico. Londrina: Humanidades, 2007. vol. 2.

MORO, D. A. Aspectos geográficos da modernização agrícola no Norte do Paraná. **Boletim de Geografia – UEM.** Maringá. ano 13, n. 12, out., 1995. p 79- 93.

MOTTA, L. D. **A questão da habitação no Brasil:** políticas públicas, conflitos urbanos e o direito à cidade. 2011. Disponível em:<<http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br>>. Acesso em: 27 jun. 2013.

MULLER, N. L. Contribuição estudo do Norte do Paraná. In: FRESCA, T. M.; CARVALHO, M. S. de. **Geografia e Norte do Paraná:** um resgate histórico. Londrina: Humanidades, 2007. vol. 2.

MUMFORD, L. **A cidade na história:** suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NAKAGAWA, Y. **Jardim do Sol** – uma vila periférica de Londrina. Londrina: UEL, 1972.

NEGRI, S. M. Segregação socioespacial: alguns conceitos e análise. **Coletânea novo tempo.** Rondonópolis. v. VII, n. 8, 2008. p.129-153.

OLIVEIRA, E. L.; FRESCA, T. M. **A iniciativa privada e o parcelamento do solo em Londrina.** Relatório de pesquisa – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2005.

PADIS, P. C. **Formação de uma economia periférica:** o caso do Paraná. São Paulo: Hucitec, 1981.

POSTALI, V. B. **Auto-construção e circuito inferior da economia:** uma análise da produção habitacional em Londrina – PR - o estudo de caso do Jardim São Jorge e São Rafael. 2008. Dissertação (mestrado) – Departamento de Geociência, Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

PRANDINI, N. Aspectos da geografia urbana de Londrina. In: FRESCA, T. M.; CARVALHO, M. S. de. **Geografia e Norte do Paraná:** um resgate histórico. Londrina: Humanidades, 2007. vol. 2.

RANGEL, I. **Economia:** milagre e anti-milagre. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

RAZENTE, N. **Ocupação do espaço urbano de Londrina**. 1989. Dissertação (mestrado) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo do Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1989.

RODRIGUES, A. M. **Moradia nas cidades brasileiras**. São Paulo: Contexto, 1988.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005.

_____. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **Metrópole corporativa fragmentada**. São Paulo: Edusp, 1990.

_____. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. In: _____ (org.). **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SILVA e SILVA, M. O. **Política habitacional brasileira: verso e reverso**. São Paulo: Cortez, 1989.

SINGER, P. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, E. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979. p.21-36.

SOBRENOME, Nome (Autor do artigo). Jardim Bela Suíça tem a maior renda do Paraná. **Jornal de Londrina**, Londrina, dia mês e ano. Caderno, página. Disponível em: <http://www.jornaldelondrina.com.br/londrina/conteudo.phtml?tl=1&id=1196604&tit=Jardim-Bela-Suica-tem-a-maior-renda-do-Parana>. Acesso em: 08 jan. 2015.

SOGAME, M. Rudimentos para a urbanização na sua face crítica: uma aproximação ao conceito de segregação sócio-espacial. **Geografares**. Vitória. n.2, jun., 2001. P 95 - 103. STOLCKE, V. **Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TAKEDA, M. **As transformações da área central de Londrina: uma outra centralidade**. 2004. Monografia (bacharelado em geografia) – Curso de Geografia, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2004.

TELLES, E. **Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/Fundação Ford, 2003.

TOMAZI, N. D. **Certeza de lucro e direito de propriedade: o mito da Companhia de Terras Norte do Paraná**. 1989. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 1989.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, Fapesp, Lincoln Institute, 2001.

ZANATTA, I. F. S. **Segregação residencial em Londrina: os condomínios fechados horizontais e as áreas subnormais**. 2010. Dissertação (mestrado em geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.